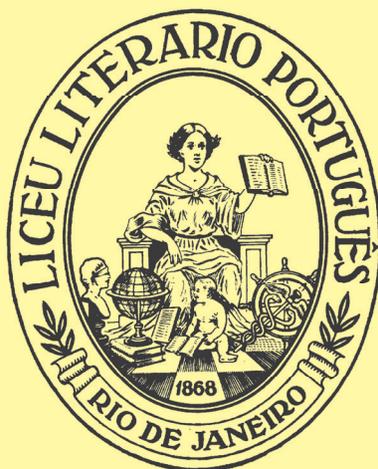


CONFLUÊNCIA

REVISTA
DO
INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Per multiplum ad unum



N.º 64 – jan.-jun. 2023 – Rio de Janeiro

CONFLUÊNCIA

ISSN 1415-7403

Per multiplum ad unum

*“As armas e padrões portugueses
postos em África, e em Ásia, e em
tantas mil ilhas fora da repartiçam
das três partes da terra, materiaes
sam, e pode-as o tempo gastar: però
nã gastará doutrina, costumes,
linguagem, que os portugueses
nestas terras leixarem.”*

(JOÃO DE BARROS, *Diálogo em Louvor
da Nossa Linguagem*)



N.º 64 – jan.-jun. 2023 – Rio de Janeiro

LICEU LITERÁRIO PORTUGUÊS

INSTITUIÇÃO FILANTRÓPICA DE ENSINO GRATUITO

Fundado em 10 de setembro de 1868

DIRETORIA EXECUTIVA 2021-2024

Presidente:	Francisco Gomes da Costa
Vice-Presidente Administrativo:	Henrique Loureiro Monteiro
Vice-Presidente de Administração e Patrimônio:	Carlos Eurico Soares Félix
Vice-Presidente de Finanças:	Joaquim Manuel Esparteiro Lopes da Costa
Vice-Presidente Cultural:	Evanildo Bechara
Vice-Presidente Corporativo:	José Manuel Matos Nicolau

CONSELHO CONSULTIVO

Arménio Santiago Cardoso	João Roque Rangel de Araújo
Carlos Francisco Moura	Manuel José Vieira
Castelar de Carvalho	Maria Lêda de Moraes Chini
Claudio Cezar Henriques	Nilda Santos Cabral
Francisco José Magalhães Ferreira	Ricardo Emmanuel Vieira Coelho
Gilda da Conceição Santos	Ricardo Stavola Cavaliere
Ida Maria dos Santos Alves	Rita de Cassia B.C. M. dos Reis

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente:	Flávio Alves Martins
Vice-Presidente:	José António de Almeida Sampaio
1.º Secretário:	Paulo Marcos Dias Morgado
2.º Secretário:	Agostinho da Rocha Ferreira dos Santos

CONSELHO FISCAL

Efetivos:	Suplentes:
António da Silva Correia	Eduardo Artur Neves Moreira
Ângelo Leite Horta	Alcides Martins
Carlos Jorge Airosa Branco	Rodrigo Gomes da Costa

CENTRO DE ESTUDOS LUSO-BRASILEIROS

Diretor: António Gomes da Costa (in memoriam)

DIRETOR DO INSTITUTO DE ESTUDOS PORTUGUESES AFRÂNIO PEIXOTO

Acadêmica Rachel de Queiroz (in memoriam)

DIRETOR DO INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Evanildo Bechara

DIRETOR DO INSTITUTO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA

Arno Wehling

SUPERINTENDENTE

Albino Melo da Costa

CONFLUÊNCIA

REVISTA DO

INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

DIRETORIA DO INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Francisco Gomes da Costa
Evanildo Bechara
Antônio Basílio Rodrigues

CONSELHO CONSULTIVO

Amaury de Sá e Albuquerque
Carlos Eduardo Falcão Uchôa
Fernando Ozorio Rodrigues
José Pereira de Andrade
Nilda Santos Cabral
Ricardo Cavaliere

CONFLUÊNCIA

Diretores: Evanildo Bechara e Ricardo Cavaliere

CONSELHO EDITORIAL

Afrânio Gonçalves Barbosa (Universidade Federal do Rio de Janeiro)
Bernard Colombat (Universidade Paris 7 - Denis Diderot)
Carlos da Costa Assunção (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)
Carlos Eduardo Falcão Uchôa (Universidade Federal Fluminense e Liceu Literário Português)
Claudio Cezar Henriques (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Dante Lucchesi (Universidade Federal da Bahia)
Eberhard Gärtner (Universidade de Leipzig)
Gerda Haßler (Universidade de Potsdam)
José Carlos de Azeredo (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Leonor Scliar-Cabral (Universidade Federal de Santa Catarina)
Manuel Gonçalves de Sá Fernandes (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)
Maria Cristina Salles Altman (Universidade de São Paulo)
Maria do Carmo Henríquez Salido (Universidade de Vigo)
Maria Filomena Gonçalves (Universidade de Évora)
Marli Quadros Leite (Universidade de São Paulo)
Miguel Ángel Esparza Torres (Universidade Rey Juan Carlos)
Myriam Benarroch (Universidade de Paris-Sorbonne)
Neusa Oliveira Bastos (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)
Pierre Swiggers (Universidade Católica de Louvain)
Rolf Kemmler (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)
Telmo Verdelho (Universidade de Aveiro)
Volker Noll (Universidade de Münster)
Wolf Dietrich (Universidade de Münster)

Diagramação: Diniz Gomes dos Santos

Endereço para correspondência:

Rua Pereira da Silva n.º 322, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22.221-140
E-mail: confluencia@liceuliterario.org.br
URL: revistaconfluencia.org.br

Os textos publicados são da responsabilidade dos autores.

SUMÁRIO

Apresentação 7

Artigos

Une histoire de la langue française à visée sociologique: l’approche méthodologique de Marcel Cohen 9

‣ *Pierre Swiggers*

Usos e funções de *mesmo* no português amazonense e sua contribuição para a construção de significados 36

‣ *Jussara Abraçado, Marcilene da Silva Nascimento Cavalcante*

Atribuição de autoria em discussão: o caso dos títulos dos capítulos da *Peregrinação* 65

‣ *César Nardelli Cambraia, Evandro Landulfo Teixeira Paradela Cunha*

El aporte de Félix F. Outes al estudio de las lenguas fuegopatagónicas 131

‣ *Luisa Domínguez*

“Se fosse fácil, todo mundo fazia”: problemas de descrição e ensino no emprego de modos e tempos verbais 158

‣ *Jefferson Evaristo*

Língua e identidade em memes: uma proposta pedagógica da variação linguística 177

‣ *Alexandra Maria de Castro e Santos Araújo, Lailton Ferreira Souza*

Cliticização do item *-mente* no português do século XVIII 217

‣ *Alexia Teles Duchowny, Júlia Maria Couto da Costa*

Edição modernizada dos Dois Livros Manuscritos do Brejo do Campo Seco, Ba (XVIII-XIX): desafios da nova filologia 241

‣ *Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda, Zenaide de Oliveira Novais Carneiro, Bruno Lopes de Almeida, Taine do Rosário*

O livro como autoridade linguística: o papel dos editores e preparadores da Companhia das Letras no emprego de variantes do português brasileiro 265

‣ *Thiago Mio Salla, Renato Augusto Ritto*

“O que é Ser Jovem até o Fim”: uma análise discursiva.....	311
‣ <i>Silvane Aparecida de Freitas, Hellen Ferreira da Silva Alves dos Santos</i>	
Semiolinguística: da teoria às práticas de ensino de leitura de notícias e reportagens	334
‣ <i>João Benvindo de Moura, Antonio Aílton Ferreira de Cerqueira</i>	
Trabalho de face empregado pelo promotor e pelo defensor público no Tribunal do Júri: estudo da interação em um contexto forense	363
‣ <i>Vanessa Hagemeyer Burgo, Fernanda Camargo Aquino, Leticia Jovelina Storto</i>	
 Arquivos Brasileiros de Linguística e Filologia	
Tese de concurso à cadeira de alemão da Escola Militar da Capital Federal	393
‣ <i>Manuel Said Ali Ida</i>	
 Colaboradores deste número	409

APRESENTAÇÃO

DOI: <https://doi.org/10.18364/rc.2023n64.1346>

Neste n.º 64, *Confluência* oferece ao leitor especialista em temas linguísticos uma série de preciosos estudos sobre a fenomenologia da linguagem humana em suas várias vertentes teóricas. Cuida-se de textos situados em áreas como a linguística descritiva, a historiografia da linguística, a crítica textual, bem como estudos específicos sobre fatos da língua portuguesa sob a ótica do funcionalismo linguístico. Também as recentes vertentes da língua em meios digitais e a delicada questão do padrão linguístico na seara editorial merecem referência na presente edição. Como de costume, o temário, embora necessariamente inscrito nos estudos sobre a língua e sua investigação, goza de expressiva diversidade teórica, fato que estimula a leitura plural por parte do investigador e contribui para o fomento da interdisciplinaridade.

O novo ano que ora se inicia traz boas perspectivas para a difusão e cultivo do saber linguístico e, nesse diapasão, a revista *Confluência* mantém viva sua missão de registrar em letra de forma estudos que contribuam para o enriquecimento da pesquisa, sejam os produzidos por investigadores consagrados, sejam os que revelam novos talentos, cujo trabalho merece acolhimento e reconhecimento. Esse é o perfil deste novo número e a expectativa é de que sua leitura seja útil a todos que fazem da pesquisa linguística sua atividade de ofício.

Por fim, a seção Arquivos Brasileiros de Linguística e Filologia oferece aos pesquisadores um documento de grande valor para a

historiografia da linguística brasileira. Trata-se da tese com que Manuel Said Ali obteve o primeiro lugar no concurso para professor de alemão da Escola Militar do Rio de Janeiro em 1893, texto que até hoje permanecia restrito a sua *editio princeps*, na forma de um opúsculo publicado pela Tipografia Laemmert.

Boa leitura.

Ricardo Cavaliere

Une histoire de la langue française a visée sociologique: L'approche méthodologique de Marcel Cohen

A history of the French language from a sociological perspective: Marcel Cohen's methodological approach

Pierre Swiggers*
Auteur invité

RÉSUMÉ

En 1947 le linguiste français Marcel Cohen publia une histoire de la langue française qui se signale par une visée sociologique très explicite. L'auteur, disciple de Meillet et communiste convaincu, se propose d'étudier la langue française et son évolution comme un fait social, l'évolution du système communicatif étant principalement déterminée par des facteurs externes. L'analyse des principes théoriques de Cohen – dialectique de différenciation et d'unification; enchevêtrement de la diachronie et de la synchronie; combinaison de la linguistique interne et de la linguistique externe – est suivie par l'examen de son interprétation et sa périodisation de l'histoire de la langue française. Dans le bilan final les points forts et les points faibles de son approche sont relevés.

Mots-clé: approche sociologique; (méthodologie de) l'histoire de la langue; langue française; langue et société; Marcel Cohen; Antoine Meillet

DOI: <https://doi.org/10.18364/rc.2023n64.1335>

* Center for the Historiography of Linguistics (CHL), University of Leuven (BELGIUM), pierre.swiggers@kuleuven.be, orcid: 000-0001-9814-2530

ABSTRACT

In 1947 the French linguist Marcel Cohen published a history of the French language marked by an explicitly sociological perspective. The author, a disciple of Meillet and a convinced communist, proposes to study French and its evolution as a social fact, the evolution of the communicative system being mainly determined by external factors. Following the analysis of Cohen's theoretical principles – the dialectics of differentiation and unification; entanglement of diachrony and synchrony; the linking of internal and external linguistics – his interpretation and his periodization of the history of the French language are examined here. In the concluding assessment, the strengths and weaknesses of Cohen's approach are pointed out.

Keywords: French language; language and society; (methodology of) language history; sociological approach; Marcel Cohen; Antoine Meillet

Introduction

1947, une date marquante: Marcel Cohen¹, disciple d'Antoine Meillet et lui-même spécialiste des langues sémitiques, publie à Paris, chez les Éditions «Hier et Aujourd'hui», une histoire de la langue française qui s'ouvre

1 Marcel (Samuel Raphaël) Cohen, né en 1884 à Paris dans une famille d'origine juive, obtint sa licence ès lettres en 1904 et l'agrégation de grammaire en 1908. Dès 1903 il avait suivi l'enseignement d'Antoine Meillet (1866–1936) à l'École des Hautes Études et s'était ouvert à la sociologie du langage élaborée par son maître. Ce dernier l'orienta vers le domaine sémitique: en 1905, Cohen s'inscrivit à l'École des Langues Orientales et obtint son diplôme avec une thèse sur le parler arabe des Juifs d'Alger (texte remanié: Cohen 1912). Après la Première Guerre mondiale, Cohen reprit son enseignement à l'École des Langues Orientales. En 1924, il présenta à la Faculté des Lettres de Paris deux thèses de doctorat, qui font preuve de son orientation comparatiste dans le domaine sémitique (Cohen 1924a, 1924b). Dans les années 40 et 50 Cohen publia quelques ouvrages de grande envergure: *Le langage: structure et évolution* (Cohen 1950a), *Pour une sociologie du langage* (Cohen 1956) et *La grande invention de l'écriture et son évolution* (Cohen 1958). Entre 1950 et 1972, Cohen a consacré de nombreux travaux à des aspects structuraux, fonctionnels et évolutifs de la langue française (rassemblés dans Cohen 1950b, 1963a, 1963b, 1970, 1972). Cohen est mort en 1974 à Viroflay (cf. Catach 1975). Une bibliographie de ses très nombreuses publications (jusqu'en 1970) se trouve dans Cohen (éd. 1970).

par deux passages (en traduction française) tirés de *Die deutsche Ideologie* de Marx et Engels, dont le premier proclame une vue sociale, «pratique» et «déterministe» du langage²:

«L' «esprit» porte dès l'origine la malédiction d'être «pris» dans la matière qui se présente ici sous la forme de couches d'air en vibration, de sons, bref, du langage. Le langage est aussi ancien que la conscience – le langage est la conscience pratique, existant aussi pour d'autres hommes, donc existant aussi véritablement pour moi-même, et le langage, comme la conscience, provient seulement du besoin, de la nécessité de communiquer avec d'autres hommes [*Die deutsche Ideologie*, Berlin: Marx-Engels-Lenin Institut, pp. 19-20]». (Cohen 1947: 7)

En conclusion de son ouvrage l'auteur brosse une visée du futur de la langue française appuyée sur ses convictions politiques³ et sociales:

«Les destinées ultérieures de la langue française seront liées à celles de la population laborieuse du pays, dans le jeune monde nouveau des machines et de l'instruction pour tous». (Cohen 1947: 354)

Cette *Histoire d'une*⁴ *langue: le français (des lointaines origines à nos jours)*⁵ est présentée comme la synthèse d'un enseignement vulgarisateur⁶,

2 Le métalangage de Cohen est empreint de la terminologie et phraséologie marxistes basées sur une dialectique de la dichotomie (enfants du peuple—enfants riches; classe populaire—classe dominante; ouvriers—patrons...), sur des rapports de force et sur de perpétuels sous-entendus à des disparités sociales. Dans le capitalisme libéral («l'économie bourgeoise»), deux forces principales s'affrontent donc: la bourgeoisie et le prolétariat.

3 Celles-ci sont explicitées dans Cohen (1948).

4 Le gras est nôtre.

5 Nous citerons le texte d'après l'édition originale. L'ouvrage a été réédité par les Éditions Sociales en 1967 (comportant une mise à jour); réimpressions: en 1973 et en 1987. Pour un aperçu du contenu de l'ouvrage, voir l'Annexe.

6 Voir la note sur l'histoire et le but de l'ouvrage: «Cet ouvrage résumé – mise au point de cours professés à l'Université ouvrière de Paris de 1933 à 1938 – est destiné à donner aux lecteurs un aperçu du développement de la langue française et, à

dans lequel l'auteur a voulu diffuser⁷ ses idées en matière de linguistique sociologique, de linguistique générale et d'histoire des langues.

Mettant en rapport constant les faits de langue avec les événements et les faits de civilisation en général (cf. section 1, ci-dessous), Marcel Cohen expose ses convictions politico-sociales: la langue est étudiée comme un *fait social* et son étude requiert une vue interdisciplinaire dans laquelle la linguistique⁸ constitue le cadre fédérateur pour d'autres disciplines. Son aperçu historique de la langue française, qui combine histoire interne et histoire externe, synchronie et diachronie, accorde une importance considérable au rapport entre l'écrit et l'oral, aux dialectes, à la variation selon les registres (argot, langages technologiques, etc.)⁹, les classes et les individus, mais aussi à la variation sociolinguistique dans le temps et l'espace (cf. l'attention accordée au français régional). L'auteur retrace les mouvements dialectiques

son propos, des questions linguistiques en général. [...] Le manuscrit a été lu par Charles Bruneau, professeur d'histoire de la langue française à la Sorbonne, que je remercie pour son contrôle et ses informations complémentaires» (Cohen 1947: 11). — Charles Bruneau, disciple puis collaborateur de Ferdinand Brunot, publiera lui-même plus tard une histoire de la langue française (Bruneau 1955-58).

- 7 En «engageant» ses lecteurs: à certains endroits de son ouvrage, l'auteur s'adresse directement à son public. Cf. Cohen (1947: 93): «L'exposé est extrêmement sommaire et simplifié au possible. C'est utile pour donner en peu de pages une idée d'ensemble assez facilement compréhensible; et il faut bien, dans un exposé de ce genre, écarter autant que possible les questions obscures et controversées. Seulement, il ne faudrait pas que personne vienne à s'imaginer qu'il n'y a pas de telles questions. Au contraire ayez, lecteurs, conscience des difficultés du sujet, de nos ignorances, et des embarras des spécialistes».
- 8 Chez Marcel Cohen, la linguistique est considérée selon une triple dimension: historique, générale, descriptive. Elle est historique dans la mesure où elle cherche à reconstituer l'histoire de *chaque* langue ou famille de langues (dans une vue «descendante»: indo-européen; latin; français et ses «dialectes»). Elle est générale en ce sens qu'elle tente de dégager des «totalités», des ensembles, des formules voire des lois systémiques. Enfin, elle se veut descriptive en tant qu'elle cherche à connaître en détail les langues et leurs variétés faisant l'objet de l'analyse.
- 9 Voir par exemple Cohen (1947: 82-88, 186, 235-236, 290-291, 295-298).

des sociétés et des langues. Dans une langue accessible à tous, il dégage de la multitude des faits les lignes directrices de l'évolution du français. Son histoire de la langue est aussi impitoyablement critique à l'égard de certaines idéologies «capitalistes» et de certains mouvements de pensée; en témoignent les deux passages suivants:

«Au total, ils [= les instituteurs] sont restés près de leurs origines populaires, et puisque la caste intellectuelle est toujours alliée à la classe dominante, la liaison des instituteurs avec la classe ouvrière organisée (la plupart des instituteurs faisant partie des syndicats membres de la C.G.T.) est une marque par elle-même de la direction que prennent les rapports de force entre les classes; la haute bourgeoisie militante a si bien senti le danger qui la menace de ce côté qu'elle n'a cessé, avec le clergé, d'attaquer les instituteurs et qu'elle a lutté par toutes sortes de moyens contre l'école publique». (Cohen 1947: 275)

«La collusion trop fréquente de la haute classe possédante avec le régime nationaliste-socialiste hitlérien allemand s'est accompagnée d'une offensive contre l'instruction». (Cohen 1947: 345)

1. Les rapports entre langue et société: les axiomes de la sociologie du langage de Marcel Cohen

Il est parfaitement possible, et tout à fait légitime, d'écrire une histoire de la langue (française) en s'abstenant d'une prise de position théorique¹⁰; à la rigueur, l'auteur(e) d'un tel ouvrage peut se cantonner dans une conception fixiste de l'histoire en tant que récit factuel. On ne peut contester d'ailleurs qu'une histoire de la langue est toujours, dans une large mesure, une histoire d'événements, de faits et de processus historiques: l'auteur(e) d'une histoire de la langue ne saurait se soustraire à un repli sur les données incontournables. Toutefois, Marcel Cohen affirme d'emblée son parti pris *théorique*: il s'agit

10 Pour une discussion des problèmes théoriques liés aux buts et méthodes du genre «histoire de la langue» voir Swiggers (2004a).

pour lui, en représentant fidèle de l'approche sociologique¹¹ préconisée par son maître Meillet, d'étudier les rapports «d'action et de réaction» très complexes qui existent entre la langue et la société. La corrélation a non seulement une explication *historique*, à savoir que les langues évoluent et se transforment dans un cadre social, mais elle a aussi un fondement *anthropologique* non contingent: le langage humain est un *outil* intellectuel qui a son origine dans le fait que les êtres humains vivent en groupe.

La théorie linguistique de Marcel Cohen se laisse cerner en quelques *axiomes de base*.

(I) L'axiome premier est que le langage est un fait humain, et plus particulièrement un outil développé par l'homme. Le développement du cerveau et l'avènement du langage se sont accomplis de manière concomitante. Grâce à son intelligence, l'homme a développé des outils¹², au service de la collectivité. L'utilisation d'outils diversifiés garantit la supériorité de l'homme sur l'ensemble des animaux: le recours à l'outil suppose une préparation antérieure à l'acte posé. Le langage est un outil de médiation à portée universelle.

«Le langage est aussi un outil; c'est l'instrument qui permet de concerter le travail et les entreprises du groupe, d'assurer à la fois la continuité et les initiatives dans toutes les relations entre les hommes; c'est la plus universelle des institutions, qui conditionne les autres. Mais à son tour le langage dépend, dans son fonctionnement, des conditions sociales».
(Cohen 1947: 18-19)

11 Cohen a exposé sa propre conception d'une sociologie du langage (cf. Cohen 1956 et 1971); pour une discussion de sa conception nous renvoyons à notre analyse critique (Swiggers 1997).

12 Rejoignant les idées de Marcel Mauss (cf. Mauss 1966) et de ses disciples, Cohen aborde le langage comme une *technique*, qui est, d'un côté, corporelle (la manifestation du langage dépend d'un certain nombre d'organes, dont la fonction primaire n'est d'ailleurs pas linguistique) et, de l'autre, mentale. Sur la sociologie de Mauss, voir l'analyse fouillée de Cazeneuve (1968).

(II) Fait humain, le langage est aussi un fait social: c'est un instrument de communication qui est «adapté à tout ensemble distinct de gens vivant ensemble» (Cohen 1947: 15). La communication est souvent prise en charge par la combinaison du langage articulé et des moyens kinésiques: mouvements de parties du corps, mimique gestuelle et visuelle. C'est là ce que Cohen entend par «*la fonction langage*»¹³: une disposition générale à communiquer à l'aide de signes vocaux initialement accompagnés de gestes. Cette fonction se concrétise dans les diverses langues humaines et l'historicisation de «*la fonction langage*» s'est faite dans des conditions sociales particulières. L'universalité fonctionnelle se manifeste ainsi dans une diversité¹⁴ historico-sociale: c'est un pan de cette diversité que Marcel Cohen entend analyser dans son livre, à savoir l'histoire d'une langue, en l'occurrence le français. L'étude de l'histoire du français revêt donc une importance directe pour l'examen des sociétés: «Le français est une langue de civilisation dont on connaît assez bien l'état présent, l'histoire, les origines. C'est un bon objet d'observation. Connaître les grandes lignes de son histoire est utile pour tous ceux qui s'intéressent à la science des sociétés» (Cohen 1947: 9).

(III) C'est en rapport direct avec cette visée de la langue comme fait social historicisé que Marcel Cohen met en avant un troisième axiome: celui d'une corrélation¹⁵, c'est-à-dire d'un lien explicatif fort, entre état de langue

13 Cf. Cohen (1947: 15-19) et voir aussi Cohen (1950).

14 Cette diversité s'accompagne d'une part d'identité (et de similarité): l'identité s'explique par une filiation commune. L'étude des filiations communes relève de la linguistique historico-comparative. Dans le second chapitre de son ouvrage, Cohen présente un aperçu général des familles de langues, avant de se concentrer sur la filiation indo-européenne → latin → (langues romanes, dont le) français (cf. note 8). Rappelons que Cohen fut co-éditeur, avec Meillet, d'un recueil collectif consacré aux *Langues du monde* (Meillet et Cohen éds 1924) [Deuxième édition, révisée et augmentée: 1952].

15 Comme Cohen (1947: 37) l'admet, il n'y a pas toujours recouvrement chronologique entre structure sociale et structure linguistique (en l'occurrence, grammaticale): «Certains archaïsmes de la structure sociale s'accompagnent d'archaïsmes de langage. [...] D'autre part, il faut se garder de croire qu'il y ait toujours synchronisme

et état de société¹⁶. De fait, c'est là une prise de position par laquelle il se rattache directement à la linguistique sociologique de Meillet et par laquelle il s'oppose à la doctrine néo-grammairienne, fondée sur une conception idéalisée de l'évolution de langues en vase clos¹⁷.

2. Les principes théoriques sous-tendant le projet de Marcel Cohen

L'histoire des langues est non seulement l'histoire du développement de la fonction langage, c'est-à-dire l'évolution d'une capacité sémiotique vers une plus grande diversification et spécialisation. Elle est aussi l'histoire de l'évolution de systèmes de signes, en rapport avec des groupes sociaux, des contextes géographiques et des faits politiques, économiques et institutionnels changeants. Pour étudier cette histoire, Cohen met en œuvre trois principes théoriques:

(a) celui de la tension dialectique entre deux tendances, qu'Antoine Meillet avait déjà identifiées (cf. Swiggers 1985): la tendance à la *différenciation* et la tendance à l'*unification*. Cohen insiste sur le fait que cette dialectique est récurrente à travers la longue filiation du français, depuis l'indo-européen en passant par le latin¹⁸;

entre l'évolution sociale et le détail de l'évolution des formes grammaticales; le décalage dans le temps peut être appréciable par suite de circonstances non encore étudiées et d'ailleurs difficiles à apprécier; en tout cas il ne se fait pas de révolution brusque dans le langage comme dans une structure politique».

- 16 Voir sa formulation très explicite: «Un état de langue, un état de société. La chronologie invite à les étudier conjointement, et en fait il y a parallélisme entre la floraison de la littérature en ancien français et le développement de toutes sortes d'autres faits sociaux, dans une certaine stabilité d'ensemble» (Cohen 1947: 75). Cohen reconnaît lui-même que la démonstration de cette corrélation s'avère difficile là où on ne peut étudier de façon détaillée des faits du passé (encore) mal connus (Cohen 1947: 92). Voir aussi Cohen (1940-48: 837 et 840).
- 17 Voir la critique de Cohen, qui insiste sur l'étude intégrée du développement langagier dans toutes ses connexions sociales (Cohen 1947: 79).
- 18 Pour l'emploi des concepts *unification* et *différenciation* en tant que notions structurantes, voir par exemple Cohen (1947: 27-28, 65, 77, 82, 84, 86).

(b) celui du processus évolutif d'une langue comme *combat*¹⁹ – double combat, en fait, puisque l'élaboration d'une langue implique une lutte «externe» (contre d'autres langues) et une lutte «interne» (entre variétés et registres d'une langue).

«Et ici commence, en plus de l'histoire interne de l'évolution du français, une double histoire qu'il faut suivre constamment si on veut réellement se rendre compte des faits: lutte du français contre les autres langages parlés en France; et lutte du français écrit contre le latin qui a longtemps subsisté pour certains usages et dont les positions ont été enlevées une à une (en dehors de l'usage religieux où il subsiste encore dans le culte catholique)». (Cohen 1947: 74)

(c) celui de l'enchevêtrement de deux dichotomies (présentes chez Saussure): celle entre le point de vue diachronique et le point de vue synchronique et celle entre une linguistique externe et une linguistique interne²⁰. Ainsi, Cohen envisage les faits linguistiques et extralinguistiques sous quatre angles qui marient les visées externe et interne, diachronique et synchronique:

- (i) d'un point de vue de la synchronie externe, Cohen étudie les différents types de langage, comme les langages spéciaux (argots, langages des banlieues), les langages régionaux, et, bien sûr, la langue nationale;
- (ii) d'un point de vue de la synchronie interne, la langue est analysée comme un système phonétique et grammatical;
- (iii) dans l'étude diachronique externe, Cohen examine les facteurs socio-historiques à l'origine de l'évolution linguistique;
- (iv) dans l'étude diachronique interne, il envisage les effets de ces facteurs sur le système du langage, conjointement avec les lois propres d'évolution de ce dernier.

19 La notion de «combat» sert aussi de fil conducteur à l'histoire de la langue française de Hagège (1996); cf. Swiggers (2004b).

20 Sur les dichotomies saussuriennes et, tout particulièrement, sur la distinction critiquable entre linguistique *interne* et linguistique *externe*, cf. Swiggers (2001).

Si dans un premier temps, il convient de connaître le français et son évolution jusqu'à nos jours dans ses différents plans d'organisation (morphosyntaxe, phonétique, orthographe, lexique, stylistique, prononciation), il s'agit ensuite de fournir l'indispensable bagage linguistique diachronique où placer la connaissance synchronique du français actuel. La compréhension des principales étapes de la constitution du français, la connaissance de ses rapports avec les dialectes, la prise de conscience de sa «conversion» en langue nationale²¹, de son rayonnement et de la place de la francophonie vers 1950, voilà l'objet d'analyse de l'*Histoire d'une langue: le français*, où deux histoires s'enchevêtrent: une histoire du système linguistique et une histoire de sa «manifestation»²² (élaboration, diffusion, contacts) dans des contextes socioculturel, institutionnel, politique, économique et géographique changeants.

3. L'articulation et la mise en œuvre du projet

Comment Marcel Cohen a-t-il construit son histoire du français ?

L'auteur a voulu brosser une histoire qui soit «utile pour tous ceux qui s'intéressent à la science des sociétés» (Cohen 1947: 9). L'examen de ce programme doit répondre à trois questions:

- (1) Comment cette histoire est-elle organisée ?
- (2) De quelle façon, et dans quelle mesure, la visée sociale apparaît-elle dans l'exposé ?
- (3) L'auteur a-t-il réussi à montrer la pertinence (et l'originalité) de cette visée sociale sur l'histoire de la langue française ?

21 Sur ce processus, voir l'analyse intéressante de Lodge (1993).

22 Afin de documenter la «manifestation littéraire» de la langue, Cohen a ajouté, à la fin de quelques chapitres (chap. VI, VII, VIII, IX, XI, XII, XIII et XIV) de courts extraits de textes (littéraires et autres), censés illustrer l'évolution des formes grammaticales, de l'orthographe, du style (et éventuellement, de la versification). Les textes sont présentés sans notes ou commentaires.

Nous répondrons à la troisième question dans la dernière section («Coup d'œil rétrospectif: réussite ou échec ?»). Au préalable, il s'agit d'examiner l'exécution de la tâche.

Cohen structure son histoire du français non pas en sociologue²³, mais en linguiste (général et comparatiste). Cela appert de deux caractéristiques fondamentales de son ouvrage:

(i) L'approche du français comme *une* langue, et plus particulièrement comme un développement, parmi d'autres variétés romanes²⁴, du latin parlé²⁵, lui-même une des langues indo-européennes.

«Le latin, parcelle distincte de l'indo-européen, a été, à un moment donné, le langage d'une petite cité; sans changer sensiblement, il est devenu la langue d'un grand Empire; puis il s'est morcelé en divers groupes de dialectes parmi lesquels une réunification fractionnée s'est faite en plusieurs grandes langues». (Cohen 1947: 35)

«Le latin s'est transformé en français sur l'ancien territoire de la Gaule. Cette transformation n'a pas été rapide: la colonisation romaine a commencé dans le Sud de la Gaule, pendant la seconde moitié du deuxième siècle av. J.-C.; le serment de Strasbourg, qui est comme un acte de naissance du français, est de 842 ap. J.-C.». (Cohen 1947: 57)

«Faire l'histoire du français en particulier, c'est étudier comment on a passé sur un domaine donné d'une grande langue de civilisation à une autre grande langue de civilisation». (Cohen 1947: 54)

Ce processus millénaire est abordé dans une perspective proprement linguistique: Cohen traite de la structure de la langue latine, de ses variétés

23 Plus tard, il s'affichera comme «linguiste sociologue» (cf. Cohen 1957).

24 Sur la différenciation des langues romanes, cf. Cohen (1947: 50-53).

25 Cohen (1947: 50) recourt au terme traditionnel de *latin vulgaire*: «C'est en somme un autre état du latin, mal connu, qu'on dénomme le latin vulgaire, et auquel on rattache la formation de l'ensemble des langues romanes. La langue des comédies de Plaute (vers 254—194 av. J.-C.) donne quelque idée de certaines constructions et du vocabulaire du latin familier».

écrite et parlée, de son expansion, de son morcellement et de ses contacts avec d'autres langues²⁶.

(ii) Une macro-périodisation basée non sur des coupes socio-politiques, mais sur la répartition d'états de langue: «avant le français» (= *Première partie*)²⁷, «l'ancien français» (= *Deuxième partie*), «le moyen français» (= *Troisième partie*) et «le français moderne» (= *Quatrième partie*). Cette macro-organisation surplombe une division aux mailles plus fines, permettant un traitement de l'histoire en plus courte durée²⁸: la distribution de la matière sur différents chapitres (cf. le relevé dans l'Annexe) permet ainsi de «dégonfler» le caractère massif de ces étiquettes, forcément simplificatrices.

C'est à l'intérieur de ce cadre «mixte» – une macro-structure (celle des «Parties») organisée par grandes étapes linguistiques et une structure plus fine (celle des «Chapitres»), correspondant à des coupes chronologiques – que se range cette histoire sociale du français. Or, pour répondre à la deuxième question soulevée ci-dessus, comment cette perspective s'articule-t-elle ? On ne peut que constater que les titres des chapitres (cf. l'Annexe), à l'exception de ceux des chapitres XIII et XIV, ne font guère preuve d'une forte implication sociologique de la part de l'auteur. Toutefois, à l'intérieur des chapitres, la visée sociale se dessine plus clairement. Cela est, évidemment, moins le cas pour les périodes les plus reculées, celle «d'avant le français» et

26 On notera que Cohen s'abstient de traiter l'évolution du latin vers les langues romanes selon une terminologie «strataliste» (*substrats/superstrats*), avec laquelle il était pourtant familier (cf. Cohen 1940-48: 835-836); par contre, il accorde – à la suite de Meillet – une importance fondamentale au *bilinguisme* comme facteur de changement langagier (cf. Cohen 1947: 64).

27 Cette *Première partie* contient, comme premier chapitre, un exposé général sur «la fonction langage».

28 C'est surtout le cas pour la *Troisième partie* (où le moyen français des XIV^e et XV^e siècles est distingué de celui du XVI^e siècle) et davantage pour la *Quatrième partie* (où le français classique est séparé du français du XIX^e siècle et du français dit «contemporain»).

celle de «l'ancien français». Là, l'auteur se borne généralement à mentionner des faits qui relèvent de l'ethnohistoire et de l'histoire culturelle, comme: l'extension de la langue et de la culture latines; les populations celtiques de la Gaule et leur organisation politique, religieuse et sociale, qui a favorisé une romanisation rapide (Cohen 1947: 62-63); le rôle du christianisme; les invasions germaniques et leurs conséquences linguistiques²⁹. Cohen dégage deux phénomènes extrêmement importants pour l'évolution de la langue: la création d'abbayes, lieux où se rassemblent des personnes appartenant à diverses couches de la population (Cohen 1947: 68) et les nouveaux établissements terriens des envahisseurs germaniques, qui regroupent, à côté de leurs congénères, des agriculteurs germains et gallo-romains. Il s'agit là de «faits sociaux»³⁰ qui ont marqué de façon durable la situation des langues – le latin écrit, le latin parlé, les vernaculaires – et qui ont modifié les conditions de la communication culturelle³¹.

Les chapitres V et VI, consacrés à l'étape de l'ancien français, du XI^e au XIII^e siècle, témoignent de la difficulté de l'entreprise, dont Cohen est d'ailleurs bien conscient:

«Peut-on essayer d'expliquer sa prononciation, sa grammaire, ses ressources de style, en rapport avec les traits caractéristiques de la société de ce temps ? Avec l'esprit français à ce moment de son développement ? Avec l'origine et la constitution physique des gens de cette époque et de ce lieu ? Avec le climat, la nourriture, et les autres conditions de vie ? [...] Peut-être la science linguistique, en se développant, pourra-t-elle plus tard trouver certaines formules de ces rapports, malgré la difficulté qui subsistera toujours pour étudier dans le détail des faits passés incomplètement connus». (Cohen 1947: 92)

29 Cf. Cohen (1947: 66-69), où est analysée la «dislocation» de la Romania en «différentes langues nationales».

30 Qu'il faut distinguer des traces «ponctuelles» laissées dans le vocabulaire ou dans la toponymie et l'anthroponymie (cf. Cohen 1947: 69).

31 Voir à ce propos l'analyse magistrale de Banniard (1992).

L'ancrage sociologique ne vise pas à rendre compte de la structure de la langue – sur ce point, Cohen reprend les données qu'on trouve dans les grammaires historiques du français³² –, mais à montrer les forces de différenciation et d'unification dans l'évolution de la langue. Sous le terme fédérateur de «période féodale», Cohen³³ traite du cloisonnement des patois, de la pression centralisatrice exercée par l'Église (Cohen 1947: 77), par la royauté et les centres commerciaux (Cohen 1947: 78) et par les traditions scripturaires (Cohen 1947: 79 et 83)³⁴, et du rôle unificateur d'une littérature «féodale» (Cohen 1947: 83-89) en langue vernaculaire.

Dans son analyse du moyen français (Chapitres VII et VIII: *Le moyen français et l'établissement de l'administration royale (XIV^e et XV^e siècles); Le français à l'époque de la Renaissance (XVI^e siècle)*), Cohen étoffe la perspective sociologique en s'intéressant à l'influence des arts et des techniques (par ex. les progrès en navigation, cf. Cohen 1947: 141) et à l'accroissement de la masse de personnes instruites (Cohen 1947: 147), grâce entre autres à l'invention de l'imprimerie. S'il consacre plusieurs pages à la culture humaniste et au mouvement de la Réforme, on doit noter qu'il n'étudie pas en profondeur leur impact sur la langue française³⁵, sauf, évidemment, pour ce qui concerne l'influence sur l'orthographe (Cohen 1947: 163-166). Mais il n'omet pas de signaler qu'au XVI^e siècle la langue française devient non seulement une cible de la politique royale (cf. l'ordonnance de Villers-Cotterêts, 1539), mais aussi un sujet de théorisation et de normalisation grammaticale: on assiste à une institutionnalisation d'une conscience linguistique française, la langue devenant digne d'étude.

32 Cohen semble se baser le plus souvent sur Brunot et Bruneau (1933) et sur l'œuvre monumentale de Nyrop (1914–29).

33 Cohen (1947: 76-78) utilise le terme de *société féodale*, renvoyant ainsi à l'œuvre classique de Marc Bloch (1939-40).

34 Pour un aperçu plus ample, voir Beinke et Rogge (1990).

35 Cf. les remarques trop succinctes (Cohen 1947: 160, 168) sur le rôle des traductions vernaculaires de la Bible et sur la langue et le style des écrivains de la Réforme.

Le «travail sur la langue» est le fil rouge de l'histoire sociologique de la langue française à l'âge classique³⁶ (cf. dans le chapitre IX, la section «Le travail sur la langue», Cohen 1947: 184-188, et dans le chapitre XI, la section «Les travaux sur la langue et l'orthographe», Cohen 1947: 219-221). Ce travail sur la langue – se concrétisant dans des traités d'orthographe, des grammaires, des dictionnaires, des ouvrages de remarques et d'observations sur la langue – va de pair avec une période de paix relative (Cohen 1947: 177), d'essor économique, d'innovation scientifique et de diffusion du savoir général, grâce aux journaux et gazettes et à l'activité de sociétés et d'académies. Le français devient la langue de la science, de la philosophie et de la diplomatie internationale³⁷. Or il s'agit là d'un français normé, modelé sur le «bon usage» de la Cour et de la «bonne société» (Cohen 1947: 186); mais à côté de ce bon usage, existent divers autres usages:

«Et alors intervient la notion de classe. Les langages sont divisés suivant les bases territoriales; ils sont divisés aussi d'après le compartimentage social en chaque endroit, suivant le fait fondamental: un langage par groupe. Mais dans toute société différenciée (et toutes celles qu'on connaît le sont plus ou moins) chaque individu appartient à plusieurs groupes (par exemple: famille, classe d'âge, groupe professionnel). Aussi, est-il normal que chacun parle, suivant les interlocuteurs à qui il s'adresse et les milieux où il se trouve, soit des langages nettement différents (par exemple patois et français), soit des nuances différentes d'un même langage (ainsi français «familier» ou français «distingué»)). (Cohen 1947: 186)

Le XVIII^e siècle – «le siècle des idées» (Cohen 1947: 215) – continue le travail sur la langue, en renforçant l'approche «raisonnée» des structures linguistiques, entamée au XVII^e siècle. Ce siècle des Lumières, plus mouvementé au plan de la politique intérieure et internationale, est

36 Voir les chapitres IX (*Le français classique au siècle de l'autorité (1589–1715)*), X (*Structure du français*) et XI (*Le français classique au siècle des idées (1715–1789)*).

37 Sur le recul du latin, voir Cohen (1947: 182-184).

marqué par la montée de la bourgeoisie³⁸ et par plusieurs mouvements de modernisation (aménagement de routes; machines hydrauliques) ainsi que par d'importants progrès dans les sciences (sciences mathématiques, sciences de la nature, sciences de l'homme), entraînant un renouvellement du langage des sciences. L'érudition se diffuse, grâce aux quotidiens et hebdomadaires, et elle se cristallise dans les entreprises encyclopédiques (un genre brillamment représenté par l'*Encyclopédie* dirigée par Diderot et d'Alembert); en même temps, le français «classique» commence à pénétrer lentement dans les provinces. La langue écrite reste fortement normée, mais des mots familiers entrent dans certains genres littéraires. Toutefois, le français est loin d'être le bien commun des Français, faute d'un enseignement généralisé:

«L'opinion publique s'exprime de plus en plus, et c'est essentiellement celle de la bourgeoisie riche et aisée, les travailleurs manuels et les paysans n'étant pas encore instruits, la plupart des paysans ne parlant même pas français». (Cohen 1947: 215)

À partir du chapitre XII (*Le français pendant la Révolution et sous Napoléon, 1789–1815*), Marcel Cohen adopte une attitude profondément imprégnée par l'idéologie marxiste tant dans sa terminologie et dans ses interprétations de l'histoire que dans sa focalisation sur certains événements de l'histoire. Les mouvements sociaux ont influencé la langue française durant cette période agitée: la langue française a permis de façonner les concepts devenus centraux dans l'idéologie linguistique de la Révolution. Le désir d'union et d'intercompréhension entre tous les hommes s'oppose alors à la diversité des patois³⁹. Néanmoins, Marcel Cohen ne constate pas

38 Celle-ci passe «hardiment à la critique publique des puissances établies» (Cohen 1947: 215).

39 Notons que Cohen (1947: 295-297) fait une distinction, pour les variétés parlées sur le territoire de la France, entre *patois* (d'origine latine), *langues régionales* ou «petites langues» (comme l'alsacien, le flamand, le breton et le basque) et *variétés régionales* du français.

de réel recul territorial des variétés régionales à cette époque. Ce mouvement d'émancipation a accouché d'une nation souveraine et unie devant être défendue au nom d'un sentiment national. Si la fonctionnalité du langage a peu souffert durant cette période, en revanche, le vocabulaire a subi une profonde mutation. En réalité, les conséquences de la Révolution ne résident pas dans un changement interne mais dans le nouveau rôle «national» de la langue. Plus tard, en 1815, à la suite de la défaite de Napoléon, le français perdra son statut d'unique «langue diplomatique».

Le point de vue sociologique de Cohen se manifeste le plus nettement – cela n'a rien d'étonnant – dans les trois chapitres (XIII, XIV et XV) qui concernent le français des XIX^e et XX^e siècles. Les titres, fort parallèles, des chapitres XIII et XIV sont significatifs à cet égard: *Le français et le régime bourgeois du suffrage restreint (1815–1848)* et *Le français et le régime bourgeois du suffrage universel (1848–1936)*. Dans son analyse de l'évolution de la langue française dans la première moitié du XIX^e siècle – plus exactement, le tiers de siècle qui suit les guerres napoléoniennes et le Congrès de Vienne (1814–1815) –, Cohen insiste sur la prise du pouvoir par la bourgeoisie: d'abord la bourgeoisie terrienne (l'ancienne aristocratie), ensuite la bourgeoisie riche, soutenant le duc d'Orléans, qui deviendra le roi Louis-Philippe. Cohen relève dans cette période les germes du capitalisme industriel: si l'industrie mécanisée tardera à s'installer, l'exploitation des mines, dûment organisée, profitera de l'apparition du chemin de fer. De plus, la conquête de l'Algérie prélude à la mise en place d'une véritable politique de colonisation.

L'image que Marcel Cohen peint de la société, en quête d'une émancipation générale, est celle d'une séparation entre classes:

«Les classes restaient bien distinctes par les habitudes et le costume. [...]

On était ou n'était pas un «monsieur» ou une «dame». Les commerçants étaient tenus, privés de loisirs et d'air, à la boutique et à l'arrière-boutique.

Le peuple était sans prestige et sans force, n'étant défendu par aucune association; les ouvriers s'ankylosaient et se déchiraient entre eux dans

les compagnonnages, subissaient les bas salaires et les interminables journées de travail». (Cohen 1947: 245)

En même temps, cette période se caractérise par la mise en place d'un système d'enseignement primaire, prévoyant (sans l'imposer toutefois) une scolarisation étendue. Cohen (1947: 246) caractérise cette évolution comme une *bureaucratisation* de la grammaire (et de l'orthographe), comme matière nationale. Elle a contribué à répandre un enseignement du français basé sur la langue écrite, sans véhiculer une normalisation trop stricte du français.

La longue période 1850⁴⁰–1936 est traitée dans un chapitre unique (le chapitre XIV): cette période se caractérise par une «unité» au plan de l'histoire sociale et au plan des «destinées» de la langue (Cohen 1947: 259). De 1850 à 1936, la langue française n'a cessé de s'étendre à l'ensemble de la nation, devenant le bien commun de tous. Parallèlement, un mouvement d'expansion porte le français bien au-delà de ses frontières. Le brassage ethnographique et géographique de la Guerre de 1914–18 porte un coup d'arrêt décisif aux pratiques dialectales, alors que le Traité de Versailles, rédigé en anglais et en français, marque le déclin du français comme «langue diplomatique»⁴¹. Réalité paradoxale: au moment où le français l'avait emporté sur le latin et sur les dialectes à l'intérieur de son territoire, il subit une retentissante défaite linguistique sur le plan international. À la suite de la Première Guerre mondiale, la société traverse une profonde mutation: transformation capitale du rôle de la femme, désir d'indépendance des jeunes, la machine au service de tous les hommes. La mise en place d'une institution gratuite, obligatoire, neutre et laïque se concrétise. Cohen, dans son jugement concernant l'évolution de l'enseignement inférieur, moyen et supérieur en France, manifeste un net anticléricalisme (Cohen 1947: 275).

40 En fait: 1848. Pour les raisons de ce choix chronologique, cf. Cohen (1947: 259): «C'est en 1848 que s'est produit le premier heurt violent entre la classe bourgeoise et la classe ouvrière, pourvue d'un commencement d'organisation et de doctrines».

41 Voir à ce propos les remarques de Levy (1948).

Le dernier siècle de l'histoire du français décrit par Marcel Cohen se caractérise par un processus de «démocratisation linguistique»: la langue (écrite) devient l'apanage de tout un chacun (Cohen 1947: 316-317). La langue française est «prise en possession» (Cohen 1947: 349) par l'ensemble du peuple, grâce à l'instruction généralisée, aux journaux, au cinéma et à la radio. Dépourvus d'enseignement et d'écriture normalisée, les dialectes, qui subissent une francisation accrue, reculent. L'usage du latin écrit s'est à peu près éteint, tout comme l'emploi liturgique du latin; le français s'établit hors des frontières nationales.

Marcel Cohen analyse la différenciation du français sous la pression d'habitudes régionales: le français moderne n'a pas de dialectes, mais des «nuances» (Cohen 1947: 298) locales de nature accentuelle et phonologique (segmentale). C'est la problématique de la limite et des interactions continues entre le français régional, le français dialectal, le dialecte et le français.

Le dernier chapitre (Chapitre XV) consacré au «français contemporain» porte essentiellement sur la variation langagière selon l'éducation et selon «les différents langages du français» (c'est le titre d'une sous-section; Cohen 1947: 316)⁴². La question du français écrit et du français parlé, déjà envisagée auparavant (Cohen 1947: 197), est reprise ici. Cohen avance l'idée suivante: puisque le français ne s'est pas sclérosé et que nous ne sommes pas obligés de nous en tenir à la syntaxe et au vocabulaire des modèles déterminés du passé, nous écrivons le langage que nous parlons, même si il faut distinguer différents emplois (cf. Cohen 1947: 317). Le français, langue de civilisation, se décline désormais en registres, en classes et en groupes. Parmi les différentes «espèces» de français, il y a le français «normal» (Cohen 1947: 324), que le peuple, désormais mieux instruit, maîtrise de mieux en mieux. En même temps, les locuteurs français manient une langue flexible et variable en conformité avec les situations d'emploi:

42 Cohen (1947: 322) parle aussi de «différentes espèces».

«Surtout, il faut bien se rendre compte que chaque individu passe fréquemment d'une nuance de langage à une autre, suivant le milieu où il se trouve, suivant qu'il cause, explique, enseigne, suivant qu'il parle ou qu'il écrit, suivant qu'il écrit une lettre, un rapport, un article de journal, un roman, un poème. On parle ou on écrit d'une manière plus ou moins «distinguée», ou «vulgaire» ou «grossière»». (Cohen 1947: 322)

4. Coup d'œil rétrospectif: réussite ou échec ?

Par le public visé, par l'arrière-fond de son auteur, et par son but, *l'Histoire d'une langue: le français* se voulait une histoire sociale de la langue française⁴³. Au terme de cette analyse, il convient de revenir à la troisième question soulevée ci-dessus: l'auteur a-t-il atteint son objectif ?

Nous estimons que la réponse doit être nuancée. On reconnaîtra – avec trois recenseurs, John Orr (1948), Roger Levy (1948) et Barbara Wind (1950)⁴⁴ –, que l'intention de l'auteur est fort louable et qu'il a rassemblé un grand nombre d'informations pertinentes pour son propos – surtout en ce qui concerne les XIX^e et XX^e siècles –, mais on ne peut se soustraire à l'impression que la «face sociale» de cette histoire de la langue française reste trop confinée à des aspects «externes»: l'expansion, la régularisation, le rayonnement, l'enseignement de la langue. La «démocratisation linguistique» (cf. Cohen 1947: 259)⁴⁵ est un fait social (et sociolinguistique) extrêmement important, mais il aurait fallu en examiner les effets sur les structures linguistiques elles-mêmes, et cela pour toutes les «étapes» de l'histoire linguistique⁴⁶.

43 Il est clair que par son optique Cohen se rattache de près à l'entreprise de Brunot (1905-38); il signale d'ailleurs l'importance fondamentale de *l'HLF* (cf. Cohen 1947: 355). *L'Histoire d'une langue: le français* de Cohen se différencie davantage des ouvrages de Dauzat (1930, 1944), plus orientés vers la grammaire historique, et de celui de von Wartburg (1934), qui retrace l'histoire de «l'esprit français» à travers l'histoire de la langue (cf. Cohen 1947: 355-356).

44 Voir aussi les remarques pertinentes de Droixhe et Dutilleul (1990: 438).

45 Ou «prise de possession du français par les Français» (Cohen 1947: 349).

46 Notons d'ailleurs que Cohen lui-même admet que si le «tournant romantique»

On pourra aussi reprocher à Marcel Cohen de ne pas avoir explicité certains concepts de base. S'il est vrai que l'auteur expose en quelque détail sa conception de la «fonction langage», on ne peut que constater qu'il utilise le concept de «société» sans trop le définir⁴⁷. Les linguistes regretteront tout particulièrement l'absence d'une définition opératoire (chez un disciple de Meillet !) de la «langue»: si Marcel Cohen prête beaucoup d'attention à des phénomènes comme la centralisation linguistique, la régression des dialectes, l'expansion (nationale et internationale) de la langue, l'emploi de la langue dans la littérature, on doit noter que l'auteur se replie sur un concept assez restreint de «langue», comme système phonétique et grammatical, séparé d'ailleurs du vocabulaire⁴⁸. On est loin d'une visée proprement écolinguistique, qui envisage une langue comme (a) un polysystème de structures formelles, (b) un ensemble de réseaux expressifs en co-variation avec des phénomènes

est d'importance «capitale» dans l'histoire de la langue française, on ne saurait parler de *langue romantique* (Cohen 1947: 253). Il y a donc là tout au plus un lien entre l'esprit du temps et le *style* (littéraire).

- 47 Il incombe au lecteur de se forger une idée de la conception de Cohen de la «société» à partir d'indications dispersées sur: la distinction en classes; la division en groupes professionnels; les «mouvements sociaux»; les institutions; le degré d'instruction; les modes vestimentaires, etc.
- 48 Voir ce passage fort significatif: «Dans une très large mesure, la prononciation et la grammaire d'une langue forment un système impénétrable; elles sont apprises en corps, d'un coup, par les enfants de chaque génération et ne subissent que des changements insensibles et inconscients; la législation ni la mode n'y peuvent changer que des détails infimes. Fait social par excellence, cette partie du langage ne subit pourtant pas directement et immédiatement le contre-coup des événements sociaux, qui ne s'y fait sentir qu'à la longue et d'une manière qu'il est très difficile d'apprécier justement. La seule chose qui se formule clairement, c'est le fait général qu'un système de langue déterminé appartient à un groupe social déterminé [...] Au contraire, dans une très large mesure, le vocabulaire est inorganisé et pénétrable». (Cohen 1947: 125) — Sur la conception de la structure (linguistique) chez Cohen, voir par exemple Cohen (1940-48). Cohen se rattache sur ce point à la conception de Meillet, qui n'accordait pas au vocabulaire le caractère de système; cf. Mounin (1966) et Swiggers (2010).

socio-culturels, (c) un espace communicatif, (d) une tradition discursive, et, enfin, (e) une entité glottopolitique.

Annexe:

Table des matières de *Histoire d'une langue: le français*

Préambule (9-10)

Note sur la confection et l'usage du livre (11-12)

Première Partie: Avant le français

Chapitre I: La fonction du langage (15-19)

Chapitre II: Les familles de langues et l'origine indo-européenne du latin (20-34)

Chapitre III: Le latin, sa structure, son expansion et son morcellement (35-56)

Deuxième Partie: L'ancien français

Chapitre IV: La lente formation du français dans le haut Moyen Âge (57-74)

Chapitre V: L'ancien français et la période féodale (du XI^e au XIII^e siècle) (75-91)

Chapitre VI: La structure de l'ancien français et l'origine de ses principaux traits (92-132)

Troisième Partie: Le moyen français

Chapitre VII: Le moyen français et l'établissement de l'administration royale (XIV^e et XV^e siècles) (139-154)

Chapitre VIII: Le français à l'époque de la Renaissance (XVI^e siècle) (155-174)

Quatrième Partie: Le français moderne

Chapitre IX: Le français classique au siècle de l'autorité (1589–1715)
(175-201)

Chapitre X: Structure du français (202-214)

Chapitre XI: Le français classique au siècle des idées (1715–1789)
(215-227)

Chapitre XII: Le français pendant la Révolution et sous Napoléon
(1789–1815) (228-242)

Chapitre XIII: Le français et le régime bourgeois du suffrage restreint
(1815–1848) (243-259)

Chapitre XIV: Le français et le régime bourgeois du suffrage universel
(1848–1936) (260-315)

Chapitre XV: Le français contemporain (316-344)

Appendice (Mise au point 1939–1950) (345-348)

Coup d'œil d'ensemble (349-354)

Références (355-378)⁴⁹

Index des Noms de personnes et des noms communs significatifs (378-382)

Table des matières (383-388)

Références bibliographiques

BANNIARD, Michel. *Viva voce. Communication écrite et communication orale du IV^e au IX^e siècle en Occident latin*. Paris: Études augustiniennes, 1992.

49 La riche bibliographie que contient l'ouvrage doit être considérée comme un support qui accompagne la présentation de la matière. Elle n'est pas exploitée ponctuellement dans l'ouvrage, conformément à la résolution de Cohen de ne point surcharger le contenu en références ou en notes de bas de page. Elle couvre les différentes périodes étudiées.

BEINKE, Christiane et ROGGE, Waltraud. Französisch: Geschichte der Verschriftung. In: HOLTUS, Günter *et al.* (éds), *Lexikon der Romanistischen Linguistik*, vol. V/1, p. 471-493. Tübingen: Niemeyer, 1990.

BLOCH, Marc. *La société féodale*. Paris: Albin Michel, 1939-40. (2 vols)

BRUNEAU, Charles. *Petite histoire de la langue française*. Paris: A. Colin, 1955-58. (2 vols)

BRUNOT, Ferdinand. *Histoire de la langue française des origines à nos jours*. Paris: A. Colin, 1905-38. [9 tomes publiés à la mort de F. Brunot en 1938; l'œuvre a été continuée et actualisée après sa mort]

BRUNOT, Ferdinand et BRUNEAU, Charles. *Précis de grammaire historique de la langue française*. Paris: Masson, 1933.

CATACH, Nina. Marcel Cohen. *Le français moderne* 43, p. 190-191, 1975.

CAZENEUVE, Jean. *Sociologie de Marcel Mauss*. Paris: Presses Universitaires de France, 1968.

COHEN, David. (éd.). *Mélanges Marcel Cohen. Études de linguistique, ethnographie et sciences connexes offertes par ses amis et ses élèves à l'occasion de son 80^e anniversaire*. La Haye: Mouton, 1970.

COHEN, Marcel. *Le parler arabe des Juifs d'Alger*. Paris: Champion, 1905.

COHEN, Marcel. *Couplets amhariques du Choa*. Paris: Imprimerie Nationale, 1924. (= 1924a)

COHEN, Marcel. *Le système verbal sémitique et l'expression du temps*. Paris: Leroux, 1924. (= 1924b)

COHEN, Marcel. Vue d'ensemble sur l'étude du langage. *L'Année Sociologique* 3^e série t. 2, p. 835-840, 1940-48.

COHEN, Marcel. *Histoire d'une langue: le français (des lointaines origines à nos jours)*. Paris: Éd. Hier et Aujourd'hui, 1947.

COHEN, Marcel. *Linguistique et matérialisme dialectique*. Gap: Ophrys, 1948.

COHEN, Marcel. *Le langage: structure et évolution*. Paris: Éditions Sociales, 1950. (= 1950a)

COHEN, Marcel. *Regards sur la langue française*. Paris: Éditions Sociales, 1950. (= 1950b)

COHEN, Marcel. *Pour une sociologie du langage*. Paris: Albin Michel, 1956.

COHEN, Marcel. Souvenirs sur Lucien Lévy-Bruhl par un linguiste sociologue. *Revue philosophique de la France et de l'étranger* 147, p. 124-126, 1957.

COHEN, Marcel. *La grande invention de l'écriture et son évolution*. Paris: Imprimerie Nationale & Klincksieck, 1958.

COHEN, Marcel. *Nouveaux regards sur la langue française*. Paris: Éditions Sociales, 1963. (= 1963a)

COHEN, Marcel. *Encore des regards sur la langue française*. Paris: Éditions Sociales, 1963. (= 1963b)

COHEN, Marcel. *Toujours des regards sur la langue française*. Paris: Éditions Sociales, 1970.

COHEN, Marcel. *Matériaux pour une sociologie du langage*. Paris: Maspero, 1971.

COHEN, Marcel. *Une fois de plus des regards sur la langue française*. Paris: Éditions Sociales, 1972.

DAUZAT, Albert. *Histoire de la langue française*. Paris: Payot, 1930.

DAUZAT, Albert. *Les étapes de la langue française*. Paris: Presses Universitaires de France, 1944.

DROIXHE, Daniel et DUTILLEUL, Thierry. Französisch: Externe Sprachgeschichte. In: HOLTUS, Günter *et al.* (éds), *Lexikon der Romanistischen Linguistik*, vol. V/1, p. 437-471. Tübingen: Niemeyer, 1990.

HAGÈGE, Claude. *Le français, histoire d'un combat*. Paris: Éd. Michel Hagège, 1996.

LEVY, Roger. compte rendu de COHEN (1947). *Politique étrangère* 13, p. 102-103, 1948.

LODGE, Anthony R. *French: from Dialect to Standard*. London: Routledge, 1993.

MAUSS, Marcel. *Sociologie et anthropologie*. Paris: Presses Universitaires de France, 1966.

MEILLET, Antoine et COHEN, Marcel. (éds). *Les langues du monde*. Paris: Champion, 1924.

MOUNIN, Georges. La notion de système chez Antoine Meillet. *La Linguistique* 2/1, p. 17-29, 1966.

NYROP, Kristoffer. *Grammaire historique de la langue française*. Paris: Picard, 1914-29. (6 vols)

ORR, John. compte rendu de COHEN (1947). *The Modern Language Review* 43, p. 270-271, 1948.

SWIGGERS, Pierre. La linguistique historico-comparative d'Antoine Meillet: Théorie et méthode. *Cahiers Ferdinand de Saussure* 39, p. 181-195, 1985.

SWIGGERS, Pierre. Les fondements théoriques de la sociologie du langage: Marcel Cohen et l'approche sociale du langage. *Bulletin de la Société de Linguistique de Paris* 92/1, p. 27-47, 1997.

SWIGGERS, Pierre. 'Comme un canard couvé par une poule': Saussure devant l'objet de la linguistique (générale). *Incontri linguistici* 24, p. 11-21, 2001.

SWIGGERS, Pierre. Autour du concept d'histoire de la langue: le français et les autres langues romanes. In: SUSO LÓPEZ, Javier – LÓPEZ CARILLO, Ricardo (éds), *Le français face aux défis actuels. Histoire, langue et culture*, vol. I, p. 271-289. Granada: APFUE – GILEC, 2004. (= 2004a)

SWIGGERS, Pierre. compte rendu de HAGÈGE (1996). *Revue de Linguistique romane* 68, p. 249-253, 2004. (= 2004b)

SWIGGERS, Pierre. Antoine Meillet et sa visée de la linguistique (générale). In: RAVELET, Claude et SWIGGERS, Pierre (éds), *Trois linguistes (trop) oubliés: Antoine Meillet, Sylvain Lévi, Ferdinand Brunot*, p. 21-40. Paris: L'Harmattan, 2010.

VON WARTBURG, Walther. *Évolution et structure de la langue française*. Leipzig / Berlin: Teubner, 1934. [Nombreuses rééditions remaniées]

WIND, Barbara H. compte rendu de COHEN (1947). *Neophilologus* 34, p. 54-56, 1950.

Usos e funções de *mesmo* no português amazonense e sua contribuição para a construção de significados

Uses and functions of *mesmo* in the amazonian portuguese and its contribution to the construction of meanings

Jussara Abraçado*

Marcilene da Silva Nascimento Cavalcante**

RESUMO:

Este artigo tem como proposta analisar usos e funções de ‘mesmo’ em amostras orais e escritas do português amazonense, almejando responder as seguintes perguntas: quais são os usos de ‘mesmo’ no português amazonense? Algum desses usos pode ser considerado característico dos amazonenses? Qual a contribuição de ‘mesmo’ para a construção do significado das predicções em que figura? Para tanto, em termos teóricos, fundamenta-se na Gramática Cognitiva e, no que diz respeito aos procedimentos de coleta e análise dos dados, respalda-se em contribuições da Sociolinguística variacionista. Os resultados encontrados em análises quantitativa e qualitativa dos dados demonstram que no português amazonense: (i) ‘mesmo’ é empregado como pronome demonstrativo (indicando semelhança/igualdade) e anafórico (em referência nominal), como advérbio (reforçando inclusão, exclusão e

Recebido em 21 de maio de 2022.

Aceito em 20 de outubro de 2022.

DOI: <https://doi.org/10.18364/rc.2023n64.1315>

* mjabracadoalmeida@id.uff.br, Universidade Federal Fluminense

Orcid 0000-0002-1050-9500

**Universidade Federal do Amazonas, marciletras@ufam.edu.br

Orcid 0000-0002-0008-5097

confirmação), como adjetivo (reforçando identidade), e como conjunção concessiva (indicando concessão); (ii) o uso mais característico de ‘mesmo’ é o de reforçador de confirmação; (iii) ‘mesmo’ utilizado como reforçador contribui para a construção de significados ao por em proeminência uma predicação nominal, uma predicação relacional de processo ou uma predicação relacional atemporal.

PALAVRAS-CHAVE: mesmo; português amazonense; Gramática Cognitiva.

ABSTRACT:

This paper aims to analyze the uses and functions of “mesmo” in oral and written examples of Amazonian Portuguese in order to answer the following questions: What are the uses of “mesmo” in Amazonian Portuguese? Can some of these uses be considered characteristic of Amazonians? What contribution does “mesmo” make to the construction of the meaning of the predicates in which it occurs? Theoretically, the study draws on cognitive grammar, while in terms of data collection and analysis procedures, it is supported by contributions from variation-oriented sociolinguistics. The results of the quantitative and qualitative analysis of the data show that in Amazonian Portuguese: (i) “mesmo” is used as a demonstrative pronoun (to indicate similarity/dissimilarity) and anaphorically (in nominal reference), as an adverb (to reinforce inclusion, exclusion, and affirmation), as an adjective (to reinforce identity), and as a concessive conjunction (to indicate concession); (ii) the most characteristic use of “mesmo” is as an affirmative intensifier; (iii) “mesmo” contributes as an intensifier to the construction of meanings, as it emphasizes a nominal predication, a process-related predication, or a timeless relational predication.

KEY WORDS: *Mesmo*; Amazonian Portuguese; Cognitive Grammar.

Introdução

A região amazônica é muito conhecida pela sua diversidade cultural e linguística. No campo dos estudos linguísticos, pode-se dizer que há uma riqueza a ser explorada pelos pesquisadores, devido ao contato de línguas, ao bilinguismo e ao plurilinguismo que, por vezes, se confundem. Dessa fusão linguística e cultural construíram-se hábitos, valores, religiosidade, singularidades linguísticas e outros aspectos que caracterizam a região amazônica. Entre as expressões próprias dos amazonenses, de forma recorrente aparece o uso de ‘mesmo’ como em: ‘vou mesmo’; ‘é mesmo’; ‘barato mesmo’;

‘agora mesmo’; ‘tu mesmo’ etc. Devido ao uso recorrente, ‘mesmo’ se tornou nosso objeto de estudo. Neste artigo, temos como proposta analisar usos e funções de ‘mesmo’ em amostras orais e escritas do português amazonense e, assim, contribuir com os estudos sobre as variedades do português do Brasil e com os estudos linguísticos em geral, devido à especificidade da variedade investigada, à proposta de se aliar usos linguísticos e Gramática Cognitiva, e às perguntas que nos propomos a responder:

- (i) Quais são os usos e os respectivos contextos de ocorrência de ‘mesmo’ no português da Amazônia?
- (iii) Algum desses usos pode ser considerado característico do português amazonense?
- (iii) Qual a contribuição de ‘mesmo’ para o significado das predicções em que figura?

Para responder às perguntas formuladas, adotamos procedimentos metodológicos em consonância com o embasamento teórico e com a proposta de estudar os usos de ‘mesmo’ em amostras orais e escritas do português amazonense. Em termos teóricos, tomamos como base obras de cunho cognitivista, entre os quais, destacamos Langacker (1987, 1990, 1999, 2008), Lakoff (2002), Geeraerts (2008); Evans; Green (2006) e Silva (2009, 2008, 1997). No que diz respeito aos procedimentos de coleta e tratamento dos dados, buscamos contribuições nos modelos da Sociolinguística variacionista. Assim sendo, primeiramente foi definida a comunidade de fala: o município de Tabatinga localizado na região do Alto Solimões no Amazonas. Em segundo lugar, foi feita a seleção de 18 informantes e, conforme os critérios sociolinguísticos, a seleção foi aleatória, mas observando as variáveis sociais de gênero/sexo, nível de escolaridade e faixa etária para a estratificação dos informantes. Em terceiro lugar, foram utilizadas técnicas sociolinguísticas de entrevista. Em quarto e último lugar, foram feitas as transcrições das gravações. Cumpre esclarecer que as variáveis sociais e suas possíveis

influências no fenômeno em investigação não são consideradas neste estudo¹. Contudo, como estamos focalizando uma variedade do português brasileiro, ou seja, o português amazonense, tais variáveis têm aqui um importante papel, uma vez que pautaram a seleção dos informantes e, portanto, a coleta dos dados que embasaram a análise da modalidade oral.

Os dados da modalidade escrita foram extraídos, via digital, de dois jornais de Manaus (capital do Amazonas) nos anos de 2017 e 2018. A escolha dos jornais da capital se justifica pela ausência de imprensa no município de Tabatinga e pelo fato de os dois jornais serem os de maior circulação no Estado do Amazonas.

Após catalogação e categorização dos dados, realizamos a análise quantitativa (apenas em termos percentuais) dos fragmentos em que ‘mesmo’ ocorreu e constatamos que o uso de ‘mesmo’ como reforçador é o mais recorrente no português amazonense. Diante de tal constatação, focalizamos então a função reforçadora de ‘mesmo’ e o resultado encontrado indica que o ‘mesmo’ reforçador põe em proeminência uma predicação nominal, uma predicação relacional de processo ou predicação relacional atemporal. Para além disso, apuramos que o uso mais característico de ‘mesmo’ no português do Amazonas é o de reforçador de confirmação, que se verifica em situações de interação e, mais especificamente, em respostas a perguntas formuladas pelo interlocutor.

A organização deste trabalho é a seguinte: primeiramente discorreremos sobre o modelo teórico adotado, destacando a concepção de classes de palavras como categorias semanticamente definíveis. Em seguida, descrevemos nosso objeto de estudo sob as perspectivas etimológica e de abordagem, tanto em obras de referência gramatical, quanto em obras do quadro teórico da Gramática Cognitiva. Na sequência, realizamos as análises dos dados e, por fim, apresentamos nossas considerações finais.

1 Sobre a atuação dos fatores sociais ver Cavalcante (2021).

1. A Gramática Cognitiva e a postulação de categorias semanticamente definíveis

A Gramática Cognitiva (GC) se fundamenta em dois princípios que correspondem ao reconhecimento de duas funções básicas da linguagem: i) a linguagem é um sistema simbólico do próprio processo de conceptualização; ii) a linguagem é um meio de comunicação/interação (Langacker, 2009, p. 422).

Em relação ao primeiro princípio, Langacker (1990) afirma que a linguagem não é independente, nem descritível, sem referência essencial ao processamento cognitivo. As estruturas gramaticais não constituem um sistema formal autônomo. Elas são inerentemente simbólicas. Léxico, morfologia e sintaxe formam um contínuo de unidades simbólicas. As estruturas semânticas são caracterizadas em relação a sistemas de conhecimento cujo escopo é essencialmente aberto. Seu valor não só reflete o conteúdo de uma situação concebida, mas também a forma como esse conteúdo é estruturado e construído.

Quanto ao segundo princípio, Langacker esclarece que as unidades simbólicas são esquemas abstraídos de eventos de uso. Isso significa que a gramática deve ser um modelo baseado no uso, uma vez que o conhecimento de uma língua emerge do uso. Abreu (2010, p. 12) reforça que a gramática de uma língua, na visão cognitiva, “é resultado de conceptualizações, ou seja, envolve a maneira como vemos e recortamos o mundo, como criamos categorias e como estabelecemos semelhanças ou analogias entre as coisas”.

Langacker (1990, p. 30) diz que o termo conceptualização deve ser interpretado de forma bastante ampla, uma vez que “Abrange novas concepções, bem como conceitos fixos, envolvendo o sensorial, a sinestésica, e a experiência emotiva, o reconhecimento do contexto imediato (social, físico e linguístico), e assim por diante”. Nesse sentido, a conceptualização é de natureza dinâmica e possibilita a compreensão, em vários níveis, da experiência física e mental, da experiência emocional, motora, sensorial;

do processamento temporal e de todos esses conceitos em relação a seus contextos linguísticos e sociais.

Sendo a gramática entendida como resultado de conceptualizações, para melhor compreensão do nosso objeto de estudo, vejamos como a GC postula um número de classes básicas de palavras e como ‘mesmo’ se encaixa no quadro proposto.

1.1. Classes de palavras na Gramática Cognitiva

De acordo com Langacker (1990), para que uma caracterização esquemática de uma classe se torne possível, é necessário que todos os membros dessa classe sejam abarcados. A classe dos nomes, por exemplo, deve ter uma caracterização bastante abstrata, de forma a acomodar os objetos físicos e muitos outros tipos de entidades. Assim sendo, Langacker define ‘nome’ como uma estrutura simbólica que designa uma coisa, sendo ‘coisa’ definida como um termo técnico que agrega substantivos como carro, tempo, momento, filosofia etc. Os verbos, consoante o autor, designam ‘processos’, ou seja, eventos que se desenrolam no tempo, como ‘correr’, ‘ir’ e ‘esperar’. Os adjetivos, por sua vez, especificam propriedades ou atributos como ‘azul’, ‘alto’, ‘inteligente’ etc. (Langacker, 1990).

Na GC, as categorias são definidas levando-se em conta o significado, uma vez que, como explica Langacker (1990), categorias como nome, verbo, adjetivo e advérbio são semanticamente definíveis. Para a GC, as predicções linguísticas se dividem em predicções nominais e relacionais. As predicções nominais designam coisas, entidades que correspondem a uma região ou ponto em um domínio, funcionando como polo semântico de um nome. As predicções relacionais se desdobram em: (a) processos, que dizem respeito aos verbos; e (b) relações atemporais, que se referem a adjetivos, advérbios e preposições (LANGACKER, 1990).

Evans e Green explicam que “enquanto as predicções nominais descrevem entidades, predicções relacionais estabelecem as interconexões

entre as entidades perfiladas” (EVANS; GREEN , 2006, p. 535). Silva e Batoréo explicam as distinções entre as categorias e predicacões da seguinte forma: “a primeira distinção estabelece-se entre ‘coisas’ (nomes) e ‘relações’ e a segunda entre relações ‘temporais’ (verbos) e relações ‘atemporais’ (restantes categorias). Os perfis atemporais distinguem-se relativamente às propriedades dos seus Trajector e Marco (SILVA; BATORÉO 2010, p. 235).

Para a GC, os processos (designação de verbos), têm temporalidade e estabelecem relações temporais. Uma vez que perfilam uma relação temporal entre entidades, assentam predicacões relacionais de processo. Mas há também relações que têm menor grau de temporalidade como as que envolvem advérbios e adjetivos, que são rotuladas como atemporais. (LANGACKER, 2007). Os adjetivos, por exemplo, “são categorias gramaticais que perfilam uma relação atemporal entre um atributo e uma entidade (nome)” (FERRARI, 2016, p. 71). Com os advérbios, ocorre processo semelhante, pois estes estabelecem também uma relação atemporal. Segundo Langacker (2007), adjetivos, advérbios e preposições perfilam diferentes relações atemporais, sendo o advérbio, como tradicionalmente é definido, um modificador de verbo, preposição, adjetivo ou de outro advérbio.

Sob a ótica da GC, as categorias gramaticais participam da construção do significado que emerge de uma conceptualização, ou seja, do significado construído em uma operação de perspectivação conceptual ou *Construal*. Vejamos como isso se ocorre.

1.2. *Construal* e a construção de significados

“O termo *construal* se refere a nossa capacidade de conceber e retratar uma mesma situação de maneiras alternativas” (LANGACKER, 2008, p. 43-44). Essa habilidade humana é comprovada por meio das escolhas que cada indivíduo faz no ato de fala. Com respeito a essa questão, Silva diz que

a expressão mais generalizada em Linguística Cognitiva para designar os modos alternativos de conceptualizar determinada situação é

perspectivação conceptual (“*construal*”). Trata-se efectivamente de uma capacidade cogn(osc)itiva geral e de uma capacidade que mostra que falar implica sempre uma escolha (SILVA, 2008, p. 3).

Construal é uma noção muito explorada, especialmente por Langacker (1990, 2007, 2008). Langacker (2008) propôs uma classificação de operações de *construal* da seguinte forma:

- a. Especificidade
- b. Proeminência
- c. Perspectiva
- d. Dinamicidade

O nível de Especificidade de uma predicação depende do contexto discursivo e da finalidade comunicativa da situação, dado que o conceptualizador pode usar estruturas menos específicas, ou seja, mais esquemáticas o que exigirá do seu interlocutor maior capacidade de inferências.

A Dinamicidade corresponde aos escaneamentos sequencial e sumário. O escaneamento sequencial é o modo de processamento em que os estados sucessivos do evento concebido são ativados sequencialmente (ao longo do tempo de um estado para outro) à medida que o evento se desenrola, como, por exemplo, em “Várias pessoas caminham pela orla todos os dias”. A cena de várias pessoas caminhando pode ser concebida como uma sequência de imagens que se sucedem e permitem compreender a trajetória do objeto. O escaneamento sumário, por sua vez, ocorre na reconstrução mental da trajetória, quando os estados componentes não são ativados sucessivamente, mas cumulativamente, de modo que são todos coativados como um todo simultaneamente acessível. Como por exemplo em “A caminhada pela orla acontece todos os dias com a participação de várias pessoas”, em que representação mental de ‘caminhada’ é holística.

A Perspectiva e a Proeminência são as operações de *construal* que nos interessam mais diretamente. Como veremos mais adiante, um dos usos mais característicos de ‘mesmo’ pelos amazonenses pode ser explicado por

essas duas operações e, em especial, pela segunda. A Perspectiva é entendida como o ponto de vantagem que coincide com o ponto de localização do conceptualizador. Langacker (2008, p. 73) explica que o ponto de vantagem determina a escolha linguística do falante, o que possibilita que um mesmo evento seja descrito de diferentes formas, inclusive de forma fictiva ou imaginária. Nesse sentido, Verhagen (2007, p. 58) explica que o conceito de *construal* foi introduzido para capturar aspectos da conceptualização que não podiam ser analisados adequadamente somente em termos do objeto, mas requerem referência à percepção, escolha e ponto de vista do sujeito.

A Proeminência relaciona-se com a perspectiva e se faz visível no perfilamento. Langacker defende que o perfilamento “é um tipo de construção do significado que consiste no recorte conceptual de uma expressão em uma base conceptual mais ampla”(LANGACKER ,2008, p. 66). Em um dos exemplos do autor (LANGACKER,1990, p. 68), ‘tio’ corresponde ao perfilamento de um grau de parentesco pertencente a uma base maior, que é o conjunto de pessoas ligadas por uma relação de parentesco e que inclui ‘mãe’, ‘pai’, ‘avô’ etc.

É o perfilamento de uma dada expressão linguística, portanto, que vai colocar em proeminência uma ou outra entidade da mesma base conceptual. Langacker (2008, p. 68) usa outro exemplo, recorrendo desta vez à metonímia para explicar a proeminência: em ‘Ela comprou um Miró original’ (*She bought an original Miró*), observa-se a proeminência do autor da obra de arte sobre a própria obra.

Essa dimensão traz à baila as noções de ‘trajector’ e ‘marco’. A assimetria entre trajector e marco equivale àquela entre figura/fundo da gestalt. O trajector é geralmente a figura em destaque e em movimento; o marco corresponde ao fundo e geralmente é estático. Langacker (2008) explica que, nas predicções relacionais, um dos participantes é tomado como a entidade a ser localizada, avaliada ou descrita. Esta é chamada de trajector. Adicionalmente, há outro participante, denominado marco, que é considerado como participante focal secundário. Em termos tradicionais, a assimetria

trajector/marco corresponderia à relação sujeito/objeto, entretanto, para a GC, a assimetria trajector/marco é muito mais ampla e determinante para a construção de significados.

2. O objeto de estudo

De acordo com o Dicionário Etimológico da língua portuguesa (Nascentes, 1932), ‘mesmo’ vem do latim vulgar **metipsimus*: *met* – prefixo do latim vulgar com função de reforçar pronomes; *ipse* – é um pronome demonstrativo dêitico referente à segunda pessoa do discurso; *imus* – sufixo formador de superlativos sintéticos (Oliveira, 2013, p. 19).

Moreira (2007), Amorim (2009), Biasotto (2012) e Oliveira (2013) concordam que ‘mesmo’ veio do superlativo de *metipse* do latim vulgar e que passou pelo processo de evolução fonética do latim vulgar para o português: *metipse* > **metipsimus* > **medipsimus* > **medesmo* > *meesmo* > *mesmo*².

Sincronicamente, são vários os empregos e os significados assumidos por ‘mesmo’. Vamos discorrer sobre suas funções e significados na seção que se segue. Contudo, deixaremos para a análise dos dados a tarefa de exemplificação desses casos com as ocorrências de ‘mesmo’ que coletamos.

2.1. Funções e significados de ‘mesmo’ em obras de referências gramaticais

Cunha e Cintra (2007, p. 329) afirmam que ‘mesmo’ é um demonstrativo, quando tem o sentido de ‘exato’, ‘idêntico’, ‘em pessoa’, e que igualmente pode ser demonstrativo, quando ocorre antecedido de artigo, como em ‘o mesmo’. Também Cegalla inclui ‘mesmo’ na classe dos demonstrativos,

2 Para fins de registro, Amorim (2009, p. 76) assevera que ‘mesmo’ tem como origem, não somente o pronome *ipse*, mas também, o pronome demonstrativo *idem* do latim clássico, que tinha a função de indicar identidade e semelhança, atuando, portanto, como fórico/referente.

ao elencar os seguintes pronomes pertencentes a essa classe: “*este (s), esta (s), esse (s), essa (s), aquele (s), aquela (s), aqueloutro (s), aqueloutra (s), mesmo (s), mesma (s), próprio (s), própria (s), tal, tais, semelhante (s)*” (CEGALLA, 2008, p. 342).

Outro emprego muito comum de ‘mesmo’ é como indicador de identidade, reforçando o pronome pessoal, conforme ilustrado em ‘Como ele *mesmo* faz questão de dizer...’. Em relação a este uso, Moura Neves (2011) afirma que ‘mesmo’ tem valor demonstrativo como reforçador de identidade.

Quando ocorre em função de substantivo, ‘mesmo’ também identifica, compara e/ou faz referência a entidades ou situações anaforicamente, como em ‘Reconhecimento não é *o mesmo* que identificação’. Embora não seja recomendado pela Norma Gramatical Brasileira (NGB), o emprego de ‘mesmo’ como pronome pessoal se verifica, principalmente na modalidade escrita, conforme em ‘Antes de entrar no elevador, verifique se *o mesmo* encontra-se parado neste andar’.

Com função de inclusão, o significado de ‘mesmo’ se aproxima de ‘ainda’, ‘até’, ‘também’, ‘inclusive’, sendo ‘mesmo’ muitas vezes utilizado acompanhado de um deles, como em ‘até mesmo’ (‘mesmo’ participa da composição de muitas unidades convencionalizadas, ou seja, de construções). Neste ponto, cumpre destacar que ‘mesmo’ não é tido como um advérbio prototípico, o que se comprova pelo fato de alguns gramáticos o considerarem como palavra denotadora de realce e inclusão ou, ainda, como partícula denotativa de inclusão/exclusão. Nessa linha, estão de acordo Cegalla (2008) e Cunha e Cintra (2007). Estes afirmam que “certas palavras, por vezes enquadradas imprpropriamente entre os advérbios passaram a ter, com a NGB, classificação à parte, mas sem nome especial” (CUNHA; CINTRA, 2007, p. 552).

Para nós, em casos como ‘até mesmo’ ou ‘nem mesmo’, pode-se recuperar o significado e atuação de ‘mesmo’ como reforçador de inclusão e de exclusão, respectivamente. Aliás, como se poderá constatar na análise dos dados, a função de reforçador se sobressai entre as demais funções de ‘mesmo’ no português amazonense.

É de se notar que a função reforçadora de ‘mesmo’ também se reveste da modalizadora, uma vez que o sentido de ‘mesmo’ pode assemelhar-se a ‘de fato’, ‘realmente’, indicando certeza, confirmação, como em ‘é isso mesmo’. Para Moura Neves,

os advérbios modalizadores compõem uma classe ampla de elementos adverbiais que têm como característica básica expressar alguma intervenção do falante na definição da validade e do valor de seu enunciado: modalizar quanto ao valor de verdade, modalizar quanto ao dever, restringir o domínio, definir a atitude e, até avaliar a própria formulação linguística. (MOURA NEVES, 2011, p. 244)

Assim, ‘mesmo’ é classificado como um advérbio modalizador epistêmico que expressa “simples crença ou certeza do falante” (MOURA NEVES, 2011, p. 246). Castilho explica que os modalizadores epistêmicos “expressam uma avaliação sobre o valor de verdade da sentença, cujo conteúdo o falante apresenta como uma afirmação ou negação que não dão margem a dúvida, tratando-se, portanto, de uma necessidade epistêmica” (CASTILHO, 2012, p. 555). Além disso, o autor destaca o caráter adverbial de ‘mesmo’ ao afirmar que “os advérbios *mesmo* e *realmente* são denominados modalizadores epistêmicos” e que se organizam em duas subclasses, a dos asseverativos e a dos quase asseverativos (CASTILHO, 2012, p. 555).

‘Mesmo’ também ocorre em uma subordinada concessiva com o significado próximo a ‘embora’, ‘apesar de’, ‘ainda que’. Normalmente, vem acompanhado de ‘que’ (‘mesmo que’) ou de gerúndio. As concessivas, de acordo com Castilho “estabelecem contraste com a matriz, assumindo a estrutura ‘Embora p, q’. Também figuram como conjunções concessivas *se bem que, mesmo que, apesar que*” (CASTILHO, 2012, p. 377). Em relação a essa função, Cunha e Cintra apontam ‘mesmo que’ como concessivo e explicam que as concessivas “iniciam uma oração subordinada em que se admite um fato contrário à ação principal, mas incapaz de impedi-la” (CUNHA; CINTRA, 2007, p. 586).

Moura Neves (2011) atribui a ‘mesmo’ a função de conjunção concessiva na forma de locução conjuntiva, pois, nesse caso, sempre vem acompanhado pelo elemento ‘que’. A autora acrescenta que, nas construções concessivas contrafactuais, a expressão típica da relação concessiva contrafactual não se faz com a conjunção ‘embora’, mas com conjunções do tipo de: ‘mesmo que’, ‘ainda que’, ‘nem que’.

2.2. ‘Mesmo’ sob a perspectiva da Gramática Cognitiva

Como já adiantamos, o uso de ‘mesmo’ como reforçador é o mais recorrente no português amazonense. Considerando então que o ‘mesmo’ reforçador desempenha função adverbial, vejamos com mais detalhes como a GC aborda a categoria dos advérbios e como ‘mesmo’, atuando como reforçador, se insere nessa abordagem.

Prestes-Rodrigues (2012), em seu estudo, chama a atenção para um fato que já mencionamos. A autora, referindo-se a Langacker (1987, 1990), diz que

há dois tipos de predicacões linguísticas: as predicacões nominais e as relacionais. As predicacões nominais designam coisas; uma região ou ponto em um domínio, funcionando como polo semântico de um nome. Já as predicacões relacionais dividem-se em dois grupos: (a) processos, que correspondem aos verbos; e (b) relações atemporais, que incluem adjetivos, advérbios e preposições (PRESTES-RODRIGUES, 2012, p. 57).

Nesse viés, as relações atemporais, em que se incluem os advérbios, estabelecem interconexões, mediante proeminência relativa entre as entidades em questão. Segundo Langacker, “uma predicacão relacional põe em foco interconexões e perfila eventos cognitivos em que a conceptualização dessas interconexões reside” (LANGACKER, 1987, p. 216). Para além disso, o perfilamento dessas interconexões pressupõe uma assimetria entre os participantes da predicacão, ou seja, entre trajectora e marco:

Retorna-se, portanto, às noções de trajeto e marco (...). Para relembrar, trajetor é a figura, que adquiriu status privilegiado em relação aos demais elementos do perfil relacional; enquanto o marco compõe-se dos demais elementos que fazem parte desse perfil. Vale enfatizar que Langacker admite haver múltiplos marcos em uma predicação relacional, fornecendo pontos de referência para a localização do trajetor. Em síntese, ambos fazem parte da estrutura interna de uma predicação relacional. (PRESTES-RODRIGUES, 2012, p. 57).

É importante ressaltar que, como demonstraremos na análise de dados, em função adverbial de reforçador, ‘mesmo’ não altera a relação entre trajetor e marco. O que ‘mesmo’ faz é colocar em proeminência algum aspecto do enunciado: entidade, processo ou uma dada faceta de uma relação. Em outras palavras, ‘mesmo’ contribui para a construção do significado do enunciado em que ocorre, ao colocar em proeminência uma predicação nominal, uma predicação relacional de processo ou uma predicação relacional atemporal. Vejamos como isso ocorre.

3. Análise dos dados

Realizamos análises quantitativa e qualitativa dos dados. Na análise quantitativa, consideramos as ocorrências de ‘mesmo’ nas modalidades oral e escrita, buscando detectar os usos e funções de ‘mesmo’ mais recorrentes no português amazonense. Na análise qualitativa, considerando que, sob a ótica da GC, as categorias gramaticais são responsáveis pela construção do significado que emerge de uma conceptualização, buscamos desvelar a contribuição de mesmo para a construção do significado das predicções em que ocorre. Começamos pela modalidade escrita.

3.1. Usos e funções do ‘mesmo’ nas amostras escritas

Apresentamos primeiramente a tabela 1 com a quantificação das ocorrências de ‘mesmo’ coletadas em dois jornais amazonenses e, em seguida, exemplificamos os usos de ‘mesmo’ elencados na referida tabela.

USOS/FUNÇÕES	JORNAL A CRÍTICA		JORNAL DIÁRIO DO AMAZONAS		%
	2017	2018	2017	2018	
	Número de ocorrências				
Pron. Demonstrativo Indicador de Semelhança/ Igualdade	21	30	32	35	49%
Pron. Anafórico Referência nominal	5	1	4	3	5%
Advérbio/ reforçador de Inclusão	8	3	6	4	9%
Advérbio/ reforçador de Exclusão	3	0	5	1	4%
Adv. Modalizador reforçador de confirmação	5	3	2	1	5%
Adjetivo reforçador de identidade	2	5	2	1	4%
Conjunção concessiva/ Indicador de concessão	16	18	9	15	24%
Total	60	60	60	60	100%

Tabela 1: Ocorrências de usos e funções de ‘mesmo’ na modalidade escrita.

(1) Indicador de semelhança/igualdade:

A pesquisadora Maria Teresa Fernandez Piedade, que é doutora em Ecologia, explica que a suscetibilidade e fragilidade do sistema do rio Negro é maior comparado aos demais rios do Amazonas. Esse fator foi fundamental na escolha da região, que conta com várias unidades de conservação, para se tornar um sítio Ramsar, conforme a proposta do Ministério do Meio Ambiente. De acordo com ela, estudos mostraram que o rio Negro tem uma pobreza nutricional grande em relação aos rios de água barrenta (exemplo Amazonas-Solimões). Com isso, o desmatamento nesses ambientes de água preta é mais impactante porque

traz uma dificuldade maior para as plantas poderem crescer. “*A mesma espécie cresce três vezes mais rápido na várzea do que no igapó*”, frisa.

Disponível em: <https://www.acritica.com/channels/governo/news/rio-negro-pode-ser-reconhecido-como-um-sitio-ramsar>. Acesso em: 10 jan. 2019.

(2) Com função anafórica:

O presidente da Panini explica que os representantes da Seleção Brasileira no álbum de figurinhas oficial podem não *ser os mesmos escalados pelo Tite*, já que o livro é lançado no início de março e o técnico da Seleção convoca seu time apenas em maio. “Pensando nisso, desenvolvemos o Escalômetro para os colecionadores se divertirem testando seu palpite e ainda concorrerem a prêmios.” Diz José Martins. Os jogadores mais escalados pelos usuários na plataforma on-line formam a “Seleção da Galera”. Assim, o público saberá os índices de acerto dos fãs e também da Panini quando publicada a convocação oficial do técnico da Seleção Brasileira.

Disponível em: <https://www.acritica.com/channels/esportes/news/acritica-de-domingo-vai-dar-aos-leitores-album-de-figurinhas-da-copa-do-mundo>. Acesso em 10 jan. 2019.

(3) Reforçador de inclusão:

Além dos problemas no câmbio, o veículo que ele dirige apresenta uma série de problemas, todos ligados à falta de manutenção, denuncia o motorista. Entre eles estão o não funcionamento da rampa de acesso para cadeirantes, que está tomada por ferrugem, portas com defeito e *até mesmo a ausência de itens obrigatórios*, como extintores de incêndio com carga e dentro da validade. Este último problema descoberto apenas ontem, numa emergência.

Disponível em: <https://www.acritica.com/channels/manaus/news/onibus-circulam-em-manaus-enferrujados-com-pneus-carecas-e-sem-itens-obrigatorias>. Acesso em: 15 nov. 2017.

(4) Reforçador de exclusão:

Nos dias 23 e 24, acontecerá o curso “Aprenda a programar em um final de semana”, um bootcamp imersivo que ensina as bases de programação

de forma compreensiva a qualquer pessoa, *mesmo sem experiência em tecnologia*. Voltado para estudantes, empreendedores, empresários ou interessados por novos aprendizados, o curso será comandado por Camila Achutti e Felipe Barreiros, da Mastertech. O conteúdo é focado nas tecnologias mais utilizadas no mercado e ensina, na prática, ferramentas que podem ser aplicadas no dia a dia.

Disponível em <http://diariodoamazonas.com.br/plus/impact-hub-apresenta-programacao-de-cursos-em-manauas/>. Acesso em: 9 nov. 2017.

(5) Reforçador de confirmação:

Entre os usuários da Biblioteca Virtual está o engenheiro civil Valter Bonetti. Ele administra a página “Manaus Belle Époque” no Facebook e usou a biblioteca com a finalidade de coletar arquivos para seu perfil. “Desde quando comecei a usar a biblioteca, nunca mais quis parar. Eu não trabalho com História, faço tudo isso *por paixão pessoal mesmo*”, ressalta. “O autor que mais consultei foi Mario Ypiranga Monteiro, em um livro sobre as ruas e avenidas de Manaus, e também uma coletânea sobre o Mercado Adolpho Lisboa”. Questionado sobre os motivos pelos quais recomendaria a Biblioteca Virtual, o engenheiro responde: “A internet é uma fonte inesgotável de saber. Quando alguém está interessado no conteúdo da minha página e pergunta onde eu achei as informações eu recomento a Biblioteca Virtual, inclusive para os meus amigos de outros estados”, afirma.

Disponível em: <https://www.acritica.com/channels/entretenimento/news/biblioteca-virtual-da-sec-oferece-mais-de-tres-mil-obras-gratuitas-pela-internet>. Acesso em: 11 jan. 2019.

(6) Reforçador de identidade:

Por se tratar de um projeto ainda pequeno — como *ela mesma* ressalta —, Camila é quem produz os vídeos, à medida em que as coisas vão acontecendo em sua vida. Nas últimas férias, por exemplo, a jornalista fez uma viagem pelo litoral sudoeste e conheceu várias cidades que renderam cinco vídeos. Já para a próxima semana, ela está de malas prontas para um casamento na Toscana (Itália), o que, certamente, renderá novos vlogs.

Disponível em: <http://diariodoamazonas.com.br/plus/amazonense-desbrava-terra-da-rainha/>. Acesso em: 7 nov. 2017.

(7) Indicador de concessão:

Inevitável trazer à lembrança um sem-número de “novos ricos” e de “pessoas públicas” que vivem declarando amor à cidade, mas que na primeira oportunidade fogem dela, maldizendo suas condições. Amaldiçoam o calor, a cidade, o comércio, o atendimento. Adoram ostentar que fizeram tal coisa ou que compraram isso ou aquilo em Miami, ou em qualquer outro lugar, *mesmo que aquele serviço ou aquela mercadoria também esteja disponível aqui*. Parecem ter o prazer de dizer “não, não foi em Manaus”, como uma vitória, um símbolo de sucesso e de status. Mas admitem que a cidade é “boa para se ganhar dinheiro”!

Disponível em: <http://www.acritica.com/blogs/orlando-camara/posts/autossabotagem>. Acesso em: 16 nov. 2017.

Como podemos observar, na tabela 1, o uso de ‘mesmo’ na modalidade escrita é mais recorrente como indicador de semelhança, igualdade e de concessão. Entretanto, podemos também constatar que ‘mesmo’ ocorre como reforçador de inclusão, de exclusão, de confirmação e de identidade. Como veremos na sequência, a atuação de ‘mesmo’ como ‘reforçador’ na modalidade oral destaca-se sobremaneira, indicando ser este o uso mais produtivo de ‘mesmo’ pela comunidade amazonense. Então, passemos para os resultados referentes à modalidade oral.

3.2. Usos e funções do ‘mesmo’ nas amostras orais

A exemplo do que fizemos em relação à modalidade escrita, apresentamos primeiro a quantificação das ocorrências de ‘mesmo’ na tabela 2 para, em seguida, apresentarmos exemplos dos usos de ‘mesmo’ observados na oralidade.

Usos/Funções	Número Ocorrências	%
Pronome Demonstrativo Indicador de Semelhança/ igualdade	17	21,3%
Advérbio/ reforçando Inclusão	03	3,8%
Adv. Modalizador reforçador de confirmação	52	65,0%
Adjetivo reforçador de identidade	02	2,5%
Conjunção concessiva Indicador de concessão	6	7,5%
Total	80	100%

Tabela 2: Ocorrências de usos e funções de ‘mesmo’ na modalidade oral.

(8) Indicador de semelhança/igualdade:

E – A senhora gosta de viver aqui em Tabatinga?

I – Gosto. Muito mesmo. Tabatinga aqui... Ela é tranquila, é muito tranquilo, bom, entendeu? Ninguém mexe comigo, eu não mexo com ninguém. Então, vou vivendo *da mesma forma com meus filhos* também, entendeu? Dentro de casa a gente não sai assim... então, tudo bem.

(Idade: + 30; Sexo: Fem.; Nível de escolaridade: Ensino Fundamental)

(9) Reforçador de inclusão:

Se pessoas.... Elas fossem mais unidas e não só se importassem tipo com seu trabalho é um trabalho em grupo e alguém que tem uma parte ler e falar e não quer ajudar o outro tipo a pessoa não entendeu não quer ajudar não quer emprestar um livro e *até mesmo ler e ajudar* entender uma coisa tipo eu vejo que é errado ser assim tem que olhar e ajudar.

(Idade: +18; Sexo: Fem.; Nível de escolaridade: Ensino Médio)

(10) Reforçador de confirmação:

E- E o senhor gostava do seu trabalho?

I – Eu gosto. *Gosto mesmo!* Porque assim a gente tem que trabalhar onde se sente bem. Eu gosto muito mesmo. Às vezes minha mulher fica com raiva porque eu passo mais tempo no trabalho do que em casa, mas depois ela reconhece que isso faz bem as pessoas.

(Idade: + 30; Sexo: Masc.; Nível de escolaridade: Ensino médio).

(11) Reforçador de identidade:

Melhor, melhor não, porque toda aquela dificuldade, antes, você era criança, você trabalha e tudo, mas não tinha a responsabilidade que você tem hoje. Hoje você é dono do seu próprio negócio, da sua própria família, você tem aquela responsabilidade de assumir os atos se acontecer alguma coisa você não tem que pedir pra ninguém, *você mesmo tem que resolver*, mas, de uma certa forma é mais puxado pra você.

(Idade: + 50; Sexo: Masc.; Nível de escolaridade: Ensino médio)

(12) Indicador de concessão

[...] e também um país estrangeiro que é o nosso vizinho que faz fronteira com a gente que é a Colômbia, em Letícia, né, é onde eu sempre vou quando eu preciso comprar alguma coisa que não tem no meu país. Às vezes também a frequência da gente, de nós brasileiros, estarmos por lá nessa cidade vizinha, estrangeira é que é mais a questão dos preços também, né, questão dos preços lá, em relação aos preços de lá se comparando com os nossos daqui de Tabatinga, Brasil, os preços lá são totalmente mais baratos, mais em conta, *mesmo que o câmbio suba um pouco mais*, ainda assim é mais barato. E lá tem muitas coisas que a gente não encontra aqui em Tabatinga.

(Idade: +18; Sexo: Masc.; Escolaridade: Educação Superior)

Como se pode constatar, nos dados referentes à modalidade oral amazonense, as ocorrências de ‘mesmo’ se dão predominantemente como reforçador de confirmação. Se levarmos em conta também sua atuação como reforçador de inclusão e de identidade, a natureza reforçadora de ‘mesmo’ fica ainda mais evidente. Tais resultados justificam o recorte que adotamos

neste estudo: vamos a partir de então focalizar o uso de ‘mesmo’ em sua atuação reforçadora, na modalidade oral, buscando explicitar os contextos que favorecem suas ocorrências e sua contribuição para a construção do significado das predicções em que figura.

3.2.1. ‘Mesmo’ como reforçador

Como vimos, entre os usos de ‘mesmo’ levantados e catalogados, destaca-se o emprego de ‘mesmo’ como reforçador. Vimos também que, como reforçador, ‘mesmo’ pode atuar reforçando diferentes categorias (pronomes, advérbios etc.) e, dessa forma, contribuir para a o significado do enunciado ao por em proeminência uma predicção nominal, uma predicção relacional de processo ou uma predicção relacional atemporal, o que ocorre quando reforça uma inclusão, uma exclusão, uma confirmação ou uma identidade. Assim sendo, vamos nos ater a esses usos recorrentes de ‘mesmo’ no português amazonense. Destacamos a seguir ocorrências que ilustram cada uma das diferentes facetas de ‘mesmo’ atuando como reforçador.

(13) Ah, eu conheci pessoas de muitos Do Amazonas, mas de vários municípios e cada um com seu sonho eu aprendi que... vivendo ali, que *quem tem um sonho tem que enfrentar tudo mesmo*, porque a gente passou por lances bem difíceis no tempo da faculdade. Foi quando a UFAM estava começando a ser construída. Lá não tinha praticamente nada, não tinha professor, não tinha sala, não tinha cantina, restaurante, não tinha comida pra vender, nem para vender não tinha, era uma situação bem difícil. Se a pessoa tem um sonho de se formar realmente enfrenta as dificuldades[...] (feminino; +18 anos; educação superior)

Em (13), ‘mesmo’ reforça o pronome indefinido *tudo*, ou seja, uma entidade de natureza nominal, catafórica, que faz referência a situações difíceis vivenciadas por pessoas da região. Por conseguinte, ao atuar como

reforçador de um pronome, ‘mesmo’ põe em proeminência uma predicação nominal.

(14) E – Teve algum fato que marcou?

I – *Teve mesmo*.

E – Teve um momento assim que marcou? Você pode falar pra gente?

I – Quando na escola Pedro Teixeira, a professora Ilma, ela sempre foi uma professora bem amiga, amiga mesmo. Sempre que a gente faltava muito as aulas ela sempre dava um puxão de orelha.

(Feminino; +18 anos; Ensino fundamental)

Em (14), ‘mesmo’ atua como reforçador de processo (*teve mesmo*). Como reforçador de processo, destaca uma relação temporal entre a entidade que está implícita na resposta a uma pergunta feita e o processo (‘ter’), pondo em proeminência uma predicação relacional de processo.

(15) E –Aí vendia na beira do rio mesmo pra quem passava?

I – era *aqui mesmo* no local que chama Terezina 4

E – e como a senhora veio para Tabatinga mesmo, pra ficar?

I – foi assim: aí eu me casei cheguei a idade de casar me casei aí tive meus filhos e lá não tinha estudo no beiradão aí veio dois primeiro trabalhar ali no CTP veio meus dois filhos mais velhos trabalhar no CTP eles tiveram trabalhando *de graça mesmo* só pra pagar comida e estudando porque lá onde nos morava não tinha estudo pra eles

(Feminino; +50; Ensino Fundamental)

Em (15), há duas ocorrências de ‘mesmo’ como reforçador. Na primeira delas, ‘mesmo’ reforça um dêitico de lugar (*aqui mesmo*) e, na segunda, uma expressão de natureza adverbial de modo (*de graça mesmo*). Em ambos os casos, ‘mesmo’ reforça uma predicação relacional atemporal.

(16) Quando eu jogava futebol eu era de um time de um treinador farias, eu nunca me esqueço dele, nós amigos se reunimos no campo, onde que era na Assinfra, que até hoje tem que ainda existe, perto do aeroporto, ali nós estávamos jogando bola, quando assim no momento de saída, todo mundo se organizou, nós já íamos sair, aí todo mundo presenciou uma pessoa correndo no campo de uma trave pra outra, em questão de segundos todo mundo ficou surpreso com aquilo, e não conseguia acreditar que aquilo estava acontecendo, *até mesmo eu*, fiquei assim assustado. Desde então a gente viu que era um vulto, todo mundo tava falando de vulto, esse tal de vulto seguiu em direção ao mato e foi quando ele desapareceu, desapareceu totalmente aos olhos de todos que que estavam ali presentes e vendo.

(Masculino; +18; Educação superior)

Em (16), ‘mesmo’ reforça uma inclusão e destaca interconexões entre a entidade nominal (eu) e o aspecto da própria relação de inclusão (até mesmo). No caso, ‘mesmo’ põe em proeminência uma predicação relacional atemporal.

Contabilizadas as ocorrências, verificamos que ‘mesmo’, como reforçador, ocorre mais em predicções relacionais de processo (25/43,9%) do que em predicções nominais (16/28,1%) e predicções relacionais atemporais (16/28,1%). No gráfico a seguir, é possível visualizar os contextos mais favoráveis ao uso de ‘mesmo’ como reforçador na modalidade oral amazonense.

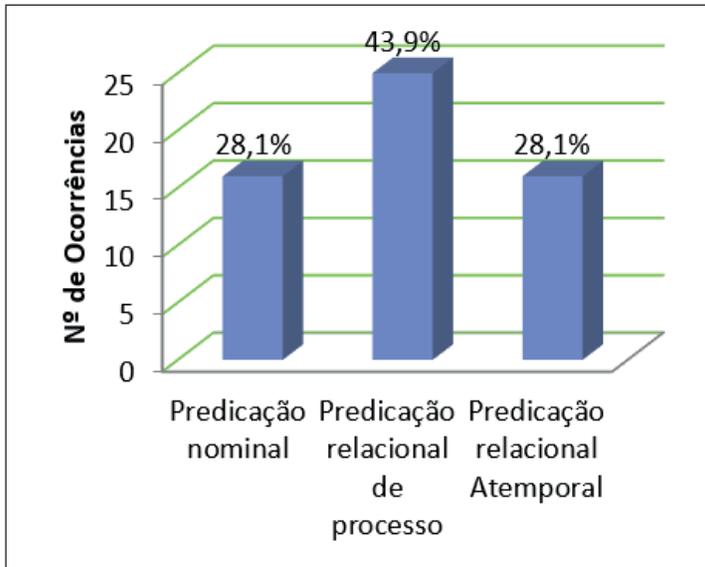


Gráfico 1: Percentual de ocorrências de ‘mesmo’ nas predicações: modalidade oral

Os resultados revelam que a diferença, em termos percentuais, entre a predicação relacional de processo e as duas outras é bastante grande. E a questão que emerge é: por que o uso de *mesmo* é predominante nas predicações relacionais de processo? A resposta para essa questão está na tabela 2 e nas ocorrências de ‘*mesmo*’ exemplificadas em (5) e (10). Na tabela 2 verificamos que em 65% das ocorrências ‘*mesmo*’ é empregado como reforçador de confirmação. Em (5) e (10), temos a exemplificação desse uso majoritário de ‘*mesmo*’ como reforçador de confirmação. Trata-se de um uso característico de ‘*mesmo*’ pelos amazonenses em contextos discursivos de conversação e, mais especificamente, em respostas a perguntas do interlocutor.

4. Considerações finais

Ao final deste artigo, cumpre retomarmos as perguntas que nortearam a investigação e respondê-las com base nos resultados encontrados:

- (i) Quais são os usos e os respectivos contextos de ocorrência de ‘mesmo’ no português da Amazônia?
- (ii) Algum desses usos pode ser considerado característico do português amazonense?
- (iii) Qual a contribuição de ‘mesmo’ para o significado das predicções em que figura?

Como constatamos nos dados do português amazonense analisados, ‘mesmo’ é empregado como pronome demonstrativo (indicando semelhança/igualdade) e anafórico (em referência nominal); como advérbio (reforçando inclusão, exclusão e confirmação); como adjetivo (reforçando identidade); e como conjunção concessiva (indicando concessão). Em todos esses usos, ‘mesmo’ põe em proeminência predicções que envolvem entidades, processos ou uma dada faceta de uma relação. Na modalidade oral, as ocorrências de ‘mesmo’ se dão predominantemente como reforçador de confirmação em situações de interação e em respostas a perguntas formuladas por um interlocutor. Levando-se em conta também sua atuação como reforçador de inclusão e de identidade, a natureza reforçadora de ‘mesmo’ fica ainda mais evidente, indicando ser esse o uso mais recorrente e característico de ‘mesmo’ no português amazonense. Os resultados encontrados, considerando-se apenas nos usos de ‘mesmo’ como reforçador demonstram que, nessa função, ‘mesmo’ contribui para a construção de significados ao por em proeminência predicções nominais, predicções relacionais atemporais e, sobretudo, predicções relacionais de processo em que ocorre.

Referências

ABREU, Antônio Suárez. **Linguística cognitiva: uma visão geral e aplicada**. São Paulo. Ateliê Editorial, 2010.

AMORIM, Francisco Gomes de. **Os selvagens**. 2. ed. Manaus: Editora Valer, 2004.

AMORIM, Neide Correia Sant'Anna. **O item linguístico MESMO: confrontando usos e funções no português do Brasil**. Tese de Doutorado em Linguística. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa-PB, 2009.

BIASOTTO, Milenne. **Para uma gramática da produção: análise da marca MESMO sob o enfoque da teoria das operações predicativas e enunciativas**. Tese de Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa. Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". Araraquara-SP, 2012.

CASTILHO, Ataliba T. de. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2012.

CASTILHO, Ataliba T. de; LOPES, Célia Regina. (Coord.). **História do português brasileiro: mudança sintática das classes de palavra: perspectiva funcionalista**. São Paulo: Contexto, 2018, p.240-293.

CAVALCANTE, Marcilene da Silva Nascimento. **Usos e funções de MESMO no português amazonense sob a perspectiva da interface teórica entre a Linguística Cognitiva e a Sociolinguística**. Tese de Doutorado em Estudos de Linguagem. Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense. Niterói – Rio de Janeiro, 2021.

CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Informática, 2007. 762 p.

EVANS, Vyvian; GREEN, Melanie. **Cognitive linguistics: An introduction**. Edinburg University Press Ltd. 2006. 829 p.

FERRARI, Lilian. Sociolinguística cognitiva. In.: Mollica, Maria Cecilia & Ferrarezi JR., Celso. (Orgs.) **Sociolinguística, Sociolinguísticas: uma introdução**. São Paulo: Contexto, 2016, p. 135-144.

GEERAERTS, Dirk. **Cognitive linguistics: Basic Readings**. Katholieke Universiteit Leuven, Belgium, 2008, p. 1-28.

LAKOFF, George & Johnson, Mark. **Metáforas da vida cotidiana**. Tradução: Grupo de Estudos da Indeterminação e Metáforas (GEIM). São Paulo. Mercado de Letras, 2002.

LANGACKER, Ronald W. **Foundations of cognitive grammar**. Volume I: Theoretical Prerequisites. Stanford, CA: Standford University Press, 1987.

LANGACKER, Ronald W. **Introduction in concept, image, and symbol: The Cognitive Basis of Grammar**. Berlin/ New York: Mouton de Gruyter, 1990.

LANGACKER, Ronald W. **Grammar and conceptualization**. Berlin/ New York: Mouton de Gruyter. 1999.

LANGACKER, Ronald W. Cognitive Grammar: introduction to concept, image, and symbol. In.: Geeraerts, Dirk. **Cognitive Linguistics: Basic Readings**. Katholieke Universiteit Leuven, Belgium, 2006, p. 29-67.

LANGACKER, Ronald W. Cognitive Grammar. In. Geeraerts, Dirk & Cuyckens, Hubert. **The Oxford Handbook of Cognitive Linguistics**. Oxford. University Press, 2007, p. 421-462.

LANGACKER, Ronald W. **Cognitive grammar**. A Basic Introduction. Oxford University Press, 2008.

MOREIRA, Emília Laudicéia. **O uso de o (s) mesmo (s) como elemento anafórico numa modalidade escrita do português do Brasil**. Dissertação de Mestrado em Estudos Linguísticos. Universidade Federal do Paraná. Curitiba-PR, 2007.

MOURA NEVES, Maria Helena de. **Gramática de usos do português**. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2011.

NASCENTES, Antenor. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1932.

OLIVEIRA, Anna Karolina Miranda. **“O mesmo? Que mesmo? Ah, é mesmo...”: a dinamicidade linguística da construção referencial do mesmo na Língua Portuguesa**. Dissertação de Mestrado em Letras. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

PRESTES- RODRIGUES, Liliane da Silva. **Advérbios aspectualizadores de reiteração: estudo baseado em corpora sob a ótica da Linguística Cognitiva**. Tese de Doutorado em Letras. Universidade Católica de Pelotas. Centro de Educação e Comunicação. Programação de Pós-graduação em Letras. Pelotas, 2012.

SILVA, Augusto Soares da. A Linguística cognitiva: uma breve introdução a um novo paradigma em Linguística. **Revista Portuguesa de Humanidades**, v. 1, Nº 1-2, 1997, p. 59-101.

_____. Perspectivação conceptual e Gramática. **Revista Portuguesa de Humanidades: estudos linguísticos**. Faculdade de Filosofia da UCP, Braga, v. 12-1, 2008, p. 17-44.

_____. Sociolinguística cognitiva: razões e escopo de uma nova área de investigação linguística. In: **Revista Portuguesa de Humanidades**: estudos linguísticos. Faculdade de Filosofia da UCP, Braga, v. 13-1, 2009, p. 191-212.

SILVA, Augusto Soares da. & Batóreo, Hanna Jakubowickz. Gramática cognitiva: estruturação conceptual, arquitetura e aplicações. In. Brito, Ana Maria (Org.). **Gramática**: História, teorias, aplicações. Porto: Fundação Universidade do Porto, 2010, p. 229-251.

Atribuição de autoria em discussão: o caso dos títulos dos capítulos da *Peregrinação*

Attribution of authorship in discussion: the case of chapter titles of *Peregrinação*

César Nardelli Cambraia*
Evandro Landulfo Teixeira Paradela Cunha**

RESUMO

Este estudo teve como objetivo discutir a atribuição de autoria dos títulos dos capítulos da obra *Peregrinação*, de Fernão Mendes Pinto. Do ponto de vista teórico, adotou-se a concepção de autoria como uma série de funções desempenhadas durante a criação da obra, com base em Love (2002). Do ponto de vista metodológico, fez-se comparação entre quatro *corpora* (títulos dos capítulos da *Peregrinação*, textos dos capítulos da *Peregrinação*, cartas e informação em língua portuguesa de Fernão Mendes Pinto e duas obras de Francisco de Andrade). Testou-se a hipótese de que Francisco de Andrade foi o autor dos títulos dos capítulos da *Peregrinação*, com base em Maldonado (1620). Foram encontradas evidências internas de que Pinto redigiu títulos, mas também se identificaram evidências internas da presença de Andrade nos referidos títulos. A interpretação final proposta para o caso é a de que o próprio Fernão Mendes Pinto redigiu e inseriu títulos na sua obra, mas apenas após ter terminado o texto dela, e Andrade realmente fez intervenções nos títulos.

Palavras-chave: Autoria; Estilística; Fernão Mendes Pinto; Francisco de Andrade.

Recebido em 10 de abril de 2022.

Aceito em 15 de agosto de 2022.

DOI: <https://doi.org/10.18364/rc.2023n64.1311>

* Universidade Federal de Minas Gerais, nardelli@ufmg.br, <http://orcid.org/0000-0002-2403-3021>

** Universidade Federal de Minas Gerais, cunhae@ufmg.br, <http://orcid.org/0000-0002-5302-2946>

ABSTRACT

This study aimed to discuss the attribution of authorship of chapter titles of the work *Peregrinação*, by Fernão Mendes Pinto. From a theoretical point of view, the adopted concept of authorship was a series of functions performed during the creation of the work, based on Love (2002). From a methodological point of view, a comparison was made between four *corpora* (chapter titles of *Peregrinação*, chapter texts of *Peregrinação*, letters and information in Portuguese by Fernão Mendes Pinto and two works by Francisco de Andrade). It was tested the hypothesis that Francisco de Andrade was the author of the chapter titles of *Peregrinação*, based on Maldonado (1620). Internal evidence was found that Pinto wrote titles, but internal evidence of Andrade's presence in those titles was also identified. The final interpretation proposed for the case is that Fernão Mendes Pinto himself wrote and inserted titles in his work, but only after finishing the text of it, and Andrade did make interventions in the titles.

Keywords: Authorship; Stylistics; Fernão Mendes Pinto; Francisco de Andrade.

Introdução

Diferentemente da descrição linguística de variedades modernas, em que o linguista pode controlar o processo de coleta de dados para assegurar a estrita relação entre informante e produção linguística, a descrição de variedades linguísticas pretéritas impõe ao linguista a necessidade de realizar uma série de ponderações em relação aos dados: a produção linguística (no caso de épocas muito remotas, preservadas apenas na forma de textos escritos) já está constituída e não é possível elicitar nova produção em condições controladas. Trabalha-se com o que sobreviveu ao tempo. É justamente por isso que Labov (1982, p. 20) caracteriza a linguística histórica como “a arte de fazer o melhor uso de maus dados”:

A linguística histórica pode ser caracterizada como a arte de fazer o melhor uso de maus dados, no sentido em que os fragmentos do registro escrito que subsistem são os resultados de acidentes históricos além do controle do pesquisador. (tradução nossa)¹

1 No original: “Historical linguistics may be characterized as the art of making the best use of bad data, in the sense that the fragments of the literary record that remain are the results of historical accidents beyond the control of the investigator”.

Embora tenha sobrevivido um volume considerável de textos pertencentes ao período do português clássico (sécs. XVI-XVII), cada um tem suas especificidades e, por isso, exige, ainda assim, um trabalho complementar de discussão para ser usado como fonte de dados para uma descrição linguística. No presente trabalho, discute-se uma especificidade da obra *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto²: a autoria dos títulos dos capítulos dessa obra.

1. *Status quaestionis*

A obra *Peregrinação*, de Fernão Mendes Pinto (ca. 1510-1583), foi publicada em Lisboa, na oficina de Pedro Craesbeck, em 1614. Trata-se de uma narrativa, composta de 226 capítulos, que conta as viagens de seu autor de Portugal ao Oriente entre 1537 e 1558.

Para discutir o período de composição da obra, Garcia (1995, p. 11) chama a atenção para quatro informações principais: (a) a menção à obra na carta do padre Cipriano Soares (que conheceu Fernão Mendes Pinto) ao padre Diego Mirón, datada de 22/02/1569, em que fala do contato entre Fernão Mendes Pinto e João de Barros, que ocorreu em 1568; (b) a menção à obra em uma carta do próprio Fernão Mendes Pinto a Bernardo Néri, em italiano, datada de 05/04/1571; (c) a última referência cronológica no último capítulo na própria *Peregrinação*, ou seja, a menção à rainha Catarina de Áustria, esposa do rei D. João III, falecida em 06/02/1578 e referenciada como já falecida na passagem da obra (cf. “que santa gloria aja”); e (d) a menção à leitura da obra ao rei D. Filipe II, da Espanha [Filipe I, de Portugal], que esteve em Portugal entre junho de 1581 e fevereiro de 1583, por Francisco Herrera de Maldonado, na apologia escrita por este e datada de 30/05/1618, a qual foi publicada por

2 Este estudo foi realizado dentro do quadro do Projeto “Para uma gramática do português clássico: o sintagma nominal e suas funções na *Peregrinação*, de Fernão Mendes Pinto [Fase I]”, Produtividade em Pesquisa, CNPq, 2021-2024.

ele em 1620, junto da tradução espanhola que preparou da obra. Garcia (1995, p. 11), confrontando esses dados também com alguns fatos da vida do autor, propõe a seguinte síntese sobre a cronologia da composição da obra:

O período principal em que foi redigida a *Peregrinação* poder-se-á situar na década entre 1568 e 1578 (...), podendo eventualmente ter sido começada a redigir entre 1563 e 1568 e retocada depois de 1578. Admitimos que Fernão Mendes Pinto em 5 de Abril [de] 1571 estaria numa fase em que ainda não redigira grande parte da descrição da China baseado no que vira, soubera e lera.

Fernão Mendes Pinto morreu em 08/07/1583, sendo sua obra publicada apenas postumamente. Segundo Garcia (1995, p. 13), o manuscrito da obra teria sido consultado por jesuítas, como João de Lucena (1549-1600), antes de sua publicação. Pelo *Privilégio*, datado de 06/11/1613, no início da obra, dá-se a saber que o manuscrito foi doado por suas filhas à Casa Pia dos Penitentes de Lisboa (“licença para se imprimir o liuro da historia da peregrinação de Fernão Mendez Pinto que hũas filhas suas deixarão à ditta casa”, f. i-v), o que é reiterado na *Dedicatória*, datada de 26/02/1614 (“pela particular deuação que teue em sua vida a esta sancta casa (...) lhe deixou por sua morte este largo itinerario de seus trabalhos”, f. ii-r). De acordo com Maldonado (1620)³, o manuscrito teria sido entregue a Francisco de Andrade⁴ para preparação, cuja atuação avaliou ter sido negativa:

3 Para uma edição diplomática da *Apologia* de Maldonado, conferir o anexo ao final deste artigo.

4 Segundo dados biográficos apurados por Loureiro (2017), Francisco de Andrade nasceu em 1540, em Lisboa, e era filho de Fernão Alvares de Andrade, um fidalgo da casa real de D. João III, o qual era então escrivão da fazenda e tesoureiro-mor do reino. Esteve na Universidade de Coimbra entre 1562 e 1563 e, por volta de 1572, casou-se com Helena da Costa, estabelecendo residência em Almada, cidade onde já morava Fernão Mendes Pinto desde 1563. Esteve ligado à Câmara e à Misericórdia dessa localidade entre 1580 e 1590, nas quais exerceu diferentes cargos. Em 1593, foi nomeado cronista-mor do reino, tendo recebido o encargo de escrever as crônicas dos reinados de D. João III, de D. Sebastião e também de D. Henrique, A partir de 1598, ocupou também o cargo de guarda-mor da Torre do Tombo, do qual foi exonerado em 1603. Faleceu em 1614.

Isto poderia advertir Francisco de Andrada⁵, cronista-mor deste Reino de Portugal, quando estes originais de Fernão Mendes Pinto vieram às suas mãos, *para que os arranjasse, corrigisse e emendasse antes de imprimi-los*, pois não saíram bem das [mãos] de homem tão douto sem a averiguação necessária destas verdades, para, com isso, dar mais estima à obra e mais reputação ao dono, já que quis ignorar que, para sua própria [obra], não tinha desculpa um descuido tão grande, porque deixou este livro tão imperfeito que, *ao invés de corrigi-lo, voltou a ofendê-lo*, dando oportunidade ao mal que lhe dispôs, para que, de suas verdades, criassem dúvidas e opiniões os homens de talentos pestilentos (...). Depois da [vida] do autor, procurou-se dar estas curiosidades à estampa, por parecer de todo digníssimas, e, vendo essas verdades de forma tão tosca e por trabalhar na linguagem e nos ornamentos históricos, enfeite que torna a verdade mais bela e alça à certeza dos quilates, deram-na a quem já mencionei *a incumbência de poli-las, que lhe pareceu ser suficiente dividi-las em capítulos sem considerar as maiores falhas e sem fazer-lhes mais defesa*, e assim, no ano mil seiscentos e dezessete⁶, saíram à praça do mundo (...). (MALDONADO, 1620, f. 1v-2r; tradução e itálicos nossos).

Chega-se então a uma questão central para a presente discussão: *quais teriam sido as intervenções de Andrade na Peregrinação de Fernão Mendes Pinto?*⁷

5 As formas *Andrade* e *Andrada* alternam segundo a fonte: como Maldonado usou *Andrada*, manteve-se essa variante nesta tradução.

6 A 1ª edição portuguesa é de 1614 (e não 1617).

7 A dificuldade que a questão coloca é, há muito, sabida, tal como se vê no comentário de Aníbal Pinto de Castro em sua introdução à edição da obra em questão de 1984: “Herrera Maldonado (...) lança deste modo graves suspeitas sobre o cronista-mor de D. João III, tornando-se hoje muito difícil, se não impossível, provar se houve ou não interferência da sua parte na fixação do texto que possuímos e, havendo-a, qual seu grau” (PINTO, 1984, p. XXXI).

Castilho (1865) parece ter sido o primeiro a se ocupar mais detidamente do tema. Tendo comparado o estilo do texto da *Peregrinação* com o de obras de Andrade (*Insituição d’el-Rei Nosso Senhor* [1565], *Cerco de Diu* [1589] e *Crônica de D. João III* [1613]) e das cartas de Fernão Mendes Pinto, emite o seguinte juízo:

como o leitor facilmente o avaliara por si, assaz fica ahi para se proclamar afouto que a penna das cartas (...) é a penna da *Peregrinação*, porque ha infinitamente mais paridade entre estas obras, que entre a *Peregrinação* e a *Chronica*; ficando somente a Francisco de Andrade a gloria de ter sabido, na intitulação dos capitulos, imitar o estylo de Pinto, de um modo summamente honroso. (CASTILHO, 1865, t. 2, p. 214)

Entretanto, levando em conta, em especial, a questão do histórico da relação de Pinto com a ordem jesuíta, Castilho (1865, t. 2, p. 275) afirma que “ha na *Peregrinação* capitulos inteiros, e talvez mui numerosos, que forão suprimidos, bem como outros alterados”, pois não considerou razoável que o autor se omitisse em falar de sua entrada para a Ordem Jesuíta.

Monteiro (1952, v. 1, p. 8) também toca no tema dos títulos, ao dizer que se tem “perguntado justificadamente se a divisão em capítulos existiria no seu manuscrito, pois é bem provável que a obra inteira fosse um infindável parágrafo”.

Segundo Schurhammer (1963, p. 56-60)⁸, há evidências de que Maldonado teve acesso ao manuscrito da *Peregrinação*, pois registra uma variante textual em relação ao texto impresso em sua apologia, na referência a uma passagem do cap. 54: “passò volando vn cueruo marino (ansi dize *en sus originales*) y no milano como *en los libros impresos*”⁹ (MALDONADO,

8 Os autores agradecem à Sra. Vanda Battio, da biblioteca da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia em Belo Horizonte, por possibilitar o acesso à obra de Schurhammer.

9 Cf. “*passou a caso voando por cima de nos hũ milhano que vinha de detras de hũ cabeço que a ilha fazia contra a parte do Sul*” (PINTO, 1614, f. 57vb19-22, *italicos nossos*) no texto português e “*passò a caso bolando por encima de nosotros vn cuerbo, que auia salido de la buelta de vn ribaço, que la misma isla a donde estauamos, no lejos de nosotros*”

1620, f. 6r, itálicos nossos). Em função da existência do registro dessa variante, Schurhammer (1963, p. 557-558) considerou que há indícios de que Andrade “alterou aqui e acolá o texto”, mas sua apreciação geral é a de que “abstraindo destas alterações, que dificilmente diremos muito profundas, é provável que tenhamos diante de nós o texto como Mendes Pinto no-lo deixou por sua morte”.

Faria (1992, p. 19), por sua vez, baseado na apologia de Maldonado, interpreta que “Francisco de Andrade teve o encargo de corrigir o manuscrito de Fernão Mendes Pinto, mas nisso pouco fez, pois limitou-se a dividir o texto da *Peregrinação* em capítulos, de que escreveu os enunciados, e a modificá-lhe alguma palavra ou expressão”.

Garcia (1995, p. 11-13) é de opinião que “[e]mbora seja difícil avaliar qual possa ter sido a intervenção de Andrade no manuscrito, pode-se admitir que ela não foi importante” e que “[a]parentemente teria consistido na divisão da obra em capítulos e mesmo isso não é muito seguro”. Considera ainda que, quanto ao título da obra, bastante extenso na folha de rosto¹⁰, “admitimos

hazia, a la parte del Sur” (PINTO, 1620, p. 93, itálicos nossos) na tradução espanhola. Há duas ocorrências de *milhano* na obra *Cerco de Diu* de Andrade — “Porque muyto o *Milhano* s’afastára” e “Vio de si ao *Milhano*, porque fia” (ANDRADE, 1589, ff. 20vb e 21ra, itálicos nossos) — mas nenhuma de *corvo*. Se essa forma do texto impresso é devida, portanto, a Andrade, por que Maldonado não se refere a ela como constando do manuscrito na forma de uma intervenção? Parece, assim, que o manuscrito que Maldonado consultou ainda não teria as intervenções de Andrade, e que provavelmente foi um outro testemunho, já com as intervenções de Andrade, que foi encaminhado à casa impressora e, talvez, foi destruído após a publicação da obra.

10 “PEREGRINAÇAM | DE FERNAM MENDEZ | PINTO. | EM QVE DA CONTA DE MUYTAS E MUY-to estranhas cousas que vio & ouuio no reyno da China, no da Tartaria, no do Sornau, que vulgarmente se chama Sião, no do Calami-nhan, no de Pegù, no de Martauão, & em outros muytos reynos | & senhorios das partes Orientais, de que nestas nossas | do Occidente ha muyto pouca ou | nenhũa noticia. | E TAMBEM DA CONTA DE MUYTOS CASOS PARTI-culares que acontecerão assi a elle como a outras muytas pessoas. E no fim della trata bre-|uemente de algũas cousas, & da morte do santo Padre mestre Francisco Xauier, | vnica luz & resplandor daquelas partes do Oriente, & Reytor | nellas vniversal da Companhia de Iesus. | Escrita pelo mesmo Fernão

a possibilidade do autor poder ter deixado apenas registrado no manuscrito o título *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto”, tendo a parte restante sido acrescentada por “Francisco de Andrade ou por pessoa ligada à impressão”. Lembra ademais que, na *Licença* de 25/05/1603 (“Este liuro cujo titulo he peregrinação de Fernão Mendes Pinto”, f. i-v) e no *Privilégio* de 06/11/1613 (“o liuro da historia da peregrinação de Fernão Mendes Pinto”, f. i-v), ocorre título compatível com a forma breve.

Loureiro (2017, p. 292), levando em consideração que a tradução portuguesa da *Chronica do Valeroso Principe & Inuenciuel Capitão Iorge Castrioto* (1567), de Marin Barleti (ca. 1450-1460 – ca. 1512-1513), foi feita por Andrade, assinala que

existem numerosas semelhanças gráficas, estilísticas, e sobretudo a nível de conteúdo, entre a *Chronica do [...] Iorge Castrioto* e a *Peregrinação* de Mendes Pinto. A organização das matérias é parecida, com capítulos curtos e títulos análogos; o ritmo narrativo é semelhante, com uma sucessão imparável de episódios rocambolescos; as personagens repetem-se, desde a noiva em apuros, ao velho sábio, e ao menino que emite juízos morais; etc. E mais, a obra original de Marin Barleti não tinha qualquer divisão em capítulos¹¹, tendo os títulos dos capítulos sido inseridos por Francisco de Andrade, tal como alegadamente terá feito no manuscrito da *Peregrinação*, quando este passou pelas suas mãos, após a morte do autor. Poderemos estar perante meras

Mendez Pinto. | Dirigido à Catholica Real Magestade del Rey dom Felippe o III. | deste nome nosso Senhor.” (PINTO, 1614, folha de rosto)

- 11 No que se refere ao texto latino na edição publicada em Roma (BARLETI, [1508-1510]), há, na verdade, ementas semelhantes a títulos nas margens, embora, no interior do texto de cada livro, não haja efetivamente marca de limite de capítulos. A edição de 1537 segue o mesmo padrão (BARLETI, 1537). Como exemplo de correspondência entre as ementas em latim e os títulos em português, pode-se citar “Vaticinia siue prodigia de Scänderbegi natiuitate” (BARLETI, [1508-1510], f. 2v) em relação a “Da geração & nascimento do Castrioto” (BARLETI, 1567, f. 1ra). Não há, porém correspondência sistemática entre as ementas latinas e os títulos em português, sendo aquelas muito mais frequentes e extensas do que estes.

coincidências, claro, mas creio que valeria a pena aprofundar a comparação entre ambas as obras, como forma de melhor definir a intervenção de Francisco de Andrade no processo de composição da *Peregrinação*. Poderia dar-se o caso, claro, de Fernão Mendes Pinto ter lido a tradução dos feitos de Jorge Castrioto, que não poderia deixar de conhecer, e nela se ter inspirado para a redacção das suas próprias memórias.

Como se vê, tem sido frequentemente aceita a afirmação de Maldonado de que foi Andrade quem dividiu a *Peregrinação* em capítulos, bem como a inferência de que, como foi acrescentada divisão, então o texto dos capítulos também seria atribuível a Andrade. Embora Castilho (1865, t. 2, p. 196-211) tenha feito um longo comentário sobre o estilo de Pinto em sua edição, mostrando virtudes e vícios desse autor segundo sua avaliação, não apresentou concretamente quais foram os fatos linguísticos que evidenciam a “paridade” entre o estilo da *Peregrinação* e o das cartas de Pinto por oposição àqueles fatos que o levaram reiterar que Andrade foi o responsável pela “intitulação dos capítulos” da *Peregrinação*. Reconhece, porém, que há fatos na língua da *Peregrinação* que são plenamente compatíveis com fatos da *Crônica de D. João III* de Andrade: “encontramos n’ella todavia bastantes locuções, modos de dizer, e particularidades, tanto de bellezas como de defeitos, em que podia bem fundar-se a opinião de que da mesma penna houvesse sahido a *Chronica* e a *Peregrinação*” (CASTILHO, 1865, t. 2, p. 213-214).

Em síntese, embora haja grande aceitação da ideia de que Andrade escreveu os títulos da *Peregrinação*, fundada sobretudo na afirmação de Maldonado, não há, até o presente, comprovação com dados linguísticos de que isso ocorreu. Castilho (1865), apesar de ter feito comparação entre textos de Pinto e Andrade, não apresentou dados específicos. O presente estudo tem como objetivo discutir, com base em dados linguísticos, a questão da autoria dos títulos dos capítulos da *Peregrinação*.

2. Atribuição de autoria: conceitos fundamentais e abordagens

Modernamente, a questão da atribuição de autoria tem sido invocada sobretudo em casos de textos anônimos ou com pseudônimos, embora não sejam raras análises para confirmação de autoria mesmo para obra com nome do autor explicitamente expresso (p. ex., com sua indicação na folha de rosto do impresso).

A definição de autoria, segundo Love (2002, p. 33), exige um modelo que dê conta de “um repertório de práticas, técnicas e funções – formas de trabalho – cuja natureza variou consideravelmente ao longo dos séculos e que podem ter sido desempenhadas, em qualquer caso, por diferentes indivíduos”¹². Em função disso, Love (2002) assinala a necessidade de repensar o modelo do “autor solitário” e passar a considerar com especial atenção o modelo da autoria colaborativa, em que se reconhece a atuação de diferentes agentes no processo. Para Love (2002, p. 39), a noção de autoria deve ser definida “em relação a uma série funções desempenhadas durante a criação da obra, em vez de como uma atividade unitária e coerente”, razão pela qual trata o termo *autoria* não como denotador da “condição de ser aquele de que as obras se originam” mas sim de “um conjunto de atividades associadas (...) que por vezes são desempenhadas por uma única pessoa mas que frequentemente serão desempenhadas colaborativamente ou por diferentes pessoas sucessivamente”. Tendo em vista essas questões, Love (2002) discrimina quatro funções relacionadas à autoria:

- a) *precursora*: refere-se sobretudo aos casos de incorporação de uma contribuição significativa de uma obra anterior em uma nova obra (atuando como fonte ou influência) e de incorporação direta de extenso material de uma obra anterior em uma nova obra;
- b) *executiva*: diz respeito aos casos de compilação verbal da obra até o ponto de ser julgado adequado para publicação;

12 Todas as traduções das citações da obra de Love (2002) são de nossa autoria.

c) *declarativa*: refere-se aos casos de validação da obra, seja para conferir-lhe valor, seja para assumir as responsabilidades sobre ela e aceitar os benefícios decorrentes disso (mesmo que não o validador não tenha participado de nenhuma das duas funções anteriores);

d) *revisora*: diz respeito aos casos de revisão da obra.

Love (2002) assinala que cada uma dessas funções pode ser realizada por um indivíduo diferente ou de forma colaborativa (com mais de um indivíduo atuando), de maneira que nem sempre é fácil discernir o papel de cada agente nesse modelo: assim, p. ex., um alto grau de intervenção de um revisor pode até mesmo resultar em adentramento na função de autoria executiva. O estudioso também chama a atenção para o fato de que esse fatiamento da autoria em operações distintas não é aplicável para qualquer época, lugar, gênero textual ou autor.

A atribuição de autoria, como lembra Love (2002), é feita modernamente tendo em conta dois tipos de evidência: *interna* (baseada na própria obra) ou *externa* (baseada no contexto social). As *evidências internas* abarcam: o estilo; a autorreferência e a autoapresentação no interior da obra; e temas, ideias, crenças e concepções do gênero textual manifestos na obra. As *evidências externas* cobrem: atribuições contemporâneas (*incipits, explicits, títulos, etc.*); biografia; e histórico das atribuições precedentes e circunstâncias em que ocorreram.

O estudo do estilo (uma das evidências internas), tradicionalmente chamado de *estilística*, é definido por Love (2002, p. 99) como “o exame sistemático de traços físicos característicos de uma mensagem”. Dentre os aspectos estilísticos que podem ser utilizados para determinar autoria, o referido estudioso lista: sinônimos; palavras raras e pouco usuais; prosódia e métrica; sintaxe e gramática; grafia e contrações. Modernamente, uma nova abordagem do estudo do estilo se constituiu: trata-se de *estilometria*, que Love (2002, p. 132) define como “a medição quantitativa exata, a tabulação e interpretação de aspectos definidos do desempenho verbal”. A estilometria se caracteriza essencialmente por ser uma abordagem quantitativa, mas

frequentemente incorpora a aplicação de modelos estatísticos e é realizada com recursos computacionais.

Ao tratar das diferentes abordagens do estudo de estilo no campo de linguística forense, McMenamin (2002), retomando Johnstone (2000), assim as diferencia: enquanto o foco do estudo *qualitativo* está em *quais* formas são usadas por um autor e *como e por que* são usadas, já no estudo *quantitativo* o foco recai sobre *o quanto* e *com que frequência* são empregadas. Independentemente de se tratar de uma abordagem qualitativa ou quantitativa, um aspecto fundamental para a análise do estilo é determinar quais são os fatos linguísticos considerados. McMenamin (2002, p. 122) apresenta como marcadores de estilo: forma ou diagramação do próprio documento (margens, espaçamento, etc.); pontuação de todos os tipos; grafia (todos os tipos de variantes que seguem um padrão e de erros); formação de palavras (incluindo variação flexional); sintaxe (estrutura da frase, coordenação, subordinação e pontuação); variação lexical (escolhas de palavras e expressões); variação semântica (traços semânticos das palavras, das expressões e das frases); variação funcional do uso linguístico (correspondências entre estrutura e função); e traços de interferência de outras línguas na escrita.

A análise de marcadores de estilo realizada através do modelo estilométrico (quantitativo, portanto) exige, segundo Savoy (2020), que o estilo de um determinado autor seja representado por um valor numérico. A execução de uma análise de atribuição de autoria de acordo com esse modelo engloba os seguintes procedimentos: (a) extração do estilo do texto de autoria em discussão e dos textos de autoria conhecida; (b) escolha de uma medida para calcular a distância (ou similaridade) entre o texto de autoria em discussão e os textos de outros autores [= análise baseada em exemplar] ou ainda entre o texto de autoria em discussão e o conjunto de textos de um autor específico [= análise baseada em perfil]; (c) representação da distância (ou similaridade) com base em um valor numérico para cada caso; e (d) ranqueamento dos candidatos possíveis com base nos valores numéricos obtidos. Savoy (2020) salienta que a abordagem estilométrica é

fundamentalmente de base comparativa, ou seja, realiza-se a comparação entre o estilo do texto em discussão (representado por um valor numérico) e o estilo dos possíveis autores. As medidas realizadas segundo esse modelo se baseiam em propostas fundamentadas em diferentes aspectos: frequência de *tokens* (ocorrências de palavras), frequência de *types* (ocorrências de formas diferentes de palavras), frequência de *types* que ocorrem apenas uma vez (*hapax legomena*) ou duas vezes (*dis legomena*), diversidade ou riqueza lexical, densidade lexical, porcentagem de palavras longas (com seis ou mais letras), média da extensão da frase, proporção entre vogais e consoantes, etc. Diversas são as fórmulas para relacionar esses aspectos com o objetivo de gerar um valor que sirva de medida para a comparação entre os textos considerados.

Embora análises qualitativas e quantitativas possam ser interpretadas como complementares (quando a aplicação de ambas é possível), verifica-se que há pontos de discordância entre os estudiosos de cada perspectiva: assim, p. ex., Love (2002, p. 108) lista, dentre os aspectos passíveis de análise, “palavras raras e pouco usuais”, enquanto Savoy (2020, p. 41) afirma que, “na atribuição de autoria, termos raros não são normalmente de grande importância” (tradução nossa). É interessante salientar que o próprio Savoy (2020) apresenta diversas críticas aos diferentes modelos de cálculo de estilo, ilustrando como diferentes medidas apontam para diferentes interpretações em cada caso. A complexidade do estudo do estilo decorre, como se depreende de Savoy (2020), do fato de a diferença na produção linguística poder ser explicada com base em fatores distintos: gênero textual, autor, época, tipo de comunicação (falada × escrita), audiência e editor.

Tendo em vista os aspectos teórico-metodológicos relativos à atribuição de autoria sintetizados aqui e o caso em análise, a questão central é: *qual é a abordagem adequada para a análise de autoria dos títulos dos capítulos da Peregrinação?*

De pronto, parece evidente que a abordagem quantitativa não é recomendável neste caso, uma vez que existe *grande discrepância* entre a

extensão do conjunto dos títulos dos capítulos (4.768 *tokens*) e a do conjunto dos textos dos capítulos (292.260 *tokens*).

3. Hipótese de trabalho

Considerando que Francisco Herrera de Maldonado¹³, autor da apologia em que fala da intervenção de Francisco de Andrade no texto da *Peregrinação*, foi também o tradutor para o espanhol da obra de Fernão Mendes Pinto, deve-se admitir que deveria ter um conhecimento ímpar do estilo deste último. Embora não tenha conhecido Pinto (o nascimento de Maldonado, em 1584, é posterior à morte deste, em 1583) e não informe ter tido tipo de contato direto com Francisco de Andrade, a sua interpretação de que este teria feito intervenções no texto de Pinto merece crédito, uma vez que ela provavelmente se baseou na constatação de diferenças entre o manuscrito que consultou (a que chamou de *originais*) e a edição impressa, como já mencionado, mas também possivelmente em um estranhamento ocorrido ao longo do contato contínuo com o texto da *Peregrinação* durante o processo tradutório. Sendo assim, toma-se aqui como hipótese de trabalho a ser testada que *Francisco de Andrade foi o autor dos títulos dos capítulos da Peregrinação*.

13 Francisco Herrera de Maldonado nasceu na cidade de Oropesa em 1584 (GUTIÉRREZ RODRÍGUEZ; MORENO TEJERO; HERNÁNDEZ PIÑA, 1985, p. 61). Licenciou-se em Teologia e tornou-se cônego da Igreja Real de Arbas de Leão. Foi amigo de Lope de Vega (1562-1635), que lhe homenageou com referência em sua obra *Laurel de Apolo* (MENÉNDEZ PELAYO, 1952, v. II, 218-222). Publicou traduções (como a tradução espanhola da *Peregrinação*) e também obras originais. A apologia a Fernão Mendes Pinto presente em sua tradução da obra apresenta como sua localização geográfica e temporal “Evora y Mayo 30. de 1618” (MALDONADO, 1620, f. 8v), evidenciando, assim, que esteve em Portugal na referida época.

4. Metodologia

Como já esclarecido, em função da discrepância entre a extensão do conjunto dos títulos dos capítulos e a do conjunto dos textos dos capítulos, considerou-se recomendável avaliar a questão da autoria em discussão segundo uma abordagem qualitativa, e não quantitativa.

A discussão sobre atribuição de autoria com base no estilo, segundo já assinalado, é de base comparativa. Sendo assim, foram selecionados quatro *corpora* para a comparação:

- (a) o conjunto dos títulos dos capítulos da *Peregrinação* [= PER₁];
- (b) o conjunto dos textos dos capítulos da *Peregrinação* [= PER₂];
- (c) o conjunto de duas cartas e da informação em língua portuguesa de Fernão Mendes Pinto [= CAR];
- (d) o texto completo das obras *O Primeiro Cerco que os Turcos Puserão há Fortaleza de Diu nas Partes da India Defendida pollos Portugueses* [= CER], de 1589, e da *Cronica do muyto Alto e muyto Poderoso Rey destes Reynos de Portugal Dom João o III deste Nome* [= CRO], de 1613, ambas de Francisco de Andrade.

PER₁ consiste no *corpus* cuja autoria está sendo analisada, a fim de identificar se pode ser atribuída a Francisco de Andrade. PER₂ é o primeiro dos *corpora* que se tomam como referência para representar o estilo de Fernão Mendes Pinto: trata-se obviamente de um *corpus* não ideal, já que Francisco de Andrade também teria feito intervenções no interior do texto dos capítulos, e não apenas hipoteticamente redigido seus títulos. CAR é o segundo dos *corpora* que se tomam como referência para representar o estilo de Fernão Mendes Pinto: embora seja um *corpus* para o qual não há relato de intervenção feita por Francisco de Andrade, as cartas e a informação são registros manuscritos apógrafos que apresentam certas particularidades gráficas, fônicas e morfosintáticas (em contraste com PER₂) que provavelmente devem ser fruto da projeção de hábitos linguísticos do(s) amanuense(s). Sendo assim, deve-se admitir que ambos os *corpora* para representar o estilo de

Fernão Mendes Pinto (PER₂ e CAR) são bastante *limitados*, mas não há outro material disponível: trabalhar com análise linguística de registros históricos é “a arte de fazer o melhor uso de maus dados”... CER e CRO consistem nos *corpora* que se tomam como referência para representar o estilo de Francisco de Andrade.

Os procedimentos básicos que serão realizados para se testar a hipótese em análise são:

- (a) identificar fatos linguísticos que estejam em PER₁ (títulos dos capítulos) mas não no PER₂ (textos dos capítulos), a que se pode chamar aqui de *fatos privativos dos títulos*;
- (b) realizar uma busca em CAR para se identificar a presença de cada um dos referidos fatos privativos dos títulos (caso algum(ns) desses fatos esteja(m) presente(s) em CAR, então esse(s) fato(s) pode(m) ser atribuído(s) a Fernão Mendes Pinto); e
- (c) realizar uma busca em CER e CRO para se identificar a presença dos referidos fatos privativos dos títulos que não estejam em CAR (caso algum(ns) desses fatos presentes em PER₂ e ausentes em CAR esteja(m) presente(s) em CER e/ou CRO, então esse(s) fato(s) pode(m) ser atribuído(s) a Francisco de Andrade).

Convém salientar que o desenho dessa proposta não é propriamente novo, pois se tomou como referência o raciocínio que Castilho (1865) desenvolveu em sua análise. A principal diferença está no fato de Castilho ter considerado o texto da *Peregrinação* como um todo (sem separar títulos e texto interior). Ademais, Castilho não apresentou explicitamente os fatos em que se baseou sua análise, tendo mencionado apenas genericamente “locuções, modos de dizer, e particularidades”.

Para PER₁/PER₂, adotou-se a edição digital da *Biblioteca Virtual dos Autores Portugueses* de 1998, cujo modelo foi a de 1984 (CORREIA, 1999, p. 185), esta última baseada por sua vez, na *princeps* de 1614, a qual também foi consultada neste estudo, para dirimir dúvidas. A edição digital de 1998 segue normas conservadoras de transcrição (CAMBRAIA, 2005) e

apresenta erros graves que foram corrigidos¹⁴. Para CAR, adotou-se a edição de Ayres (1905, p. 59-66, 76-82 e 113-121)¹⁵. Para CER, adotou-se a edição de 1852, que atualmente existe em versão digitalizada, sendo usada também para dirimir dúvidas a edição *princeps* de 1589 sempre que necessário. Para CRO, adotou-se a edição de 1976, sendo usada também para dirimir dúvidas a edição *princeps* de 1613 sempre que necessário. Todas as transcrições neste trabalho seguem a forma presente nas edições *princeps* e no manuscrito da ACL (no caso de CAR).

Os fatos linguísticos considerados na busca foram obtidos primeiramente através de recurso computacional e se basearam no sistema de *n-grams*: foram considerados elementos *unitários*, ou seja, unigramas ou *1-grams* (um *type*), e *combinados*, como bigramas ou *2-grams* (sequência de dois *types*). Em segundo lugar, buscou-se obter mais informações através de leitura crítica dos títulos dos capítulos em contraste com o texto dos capítulos.

14 Como erros graves, constam cinco repetições no lugar do texto correto: f. 51v (cap. 48) repetido no lugar do f. 59v (cap. 55); f. 72r (cap. 65) no lugar do f. 75v (cap. 68); f. 111r (cap. 97) no lugar do f. 112v (cap. 98), f. 126v (cap. 107) no lugar do f. 127v (cap. 108) e f. 163v (cap. 136) no lugar do f. 165r (cap. 137). Tais erros ocorrem apenas na edição de 1998.

15 *Carta dũ Irmão da Companhia de Jesus de Malaca pera os padres e irmãos da Companhia em portugal de 1554; Cópia de hũa carta (de hũ Irmão da Comp.ª) que escreveo Malaqua (aliás Macau) ao Reitor do Collegio de Guoa de 1555 annos. 20 de Nouembro; e Enformação de algumas cousas acerca dos custumes e leys do Reino da China, que hum homem honrrado, que la esteue catiuo seis annos contou no Collegio de Malaca ao P. Mestre Belchior*. Os três documentos foram transcritos por Ayres do códice da Academia de Ciências de Lisboa, atualmente com a cota *Azul II* (Vol. 1: 1544-1556), cuja data de cópia se atribui a sécs. XVI-XVII. A edição de Ayres foi comparada integralmente com o texto das cartas nesse manuscrito, para dirimir dúvidas. Os autores deixam aqui seu agradecimento à Sra. Ana Cunha, da ACL, pelo acesso ao fac-símile digital desse manuscrito.

5. Descrição e discussão dos dados

5.1 *N-grams*

Aplicando-se o método descrito, obtiveram-se 48 unigramas (*1-grams*) e 774 bigramas (*2-grams*) privativos dos títulos para análise¹⁶.

Dos 48 unigramas, 11 itens constituem erros de transcrição da edição de 1998 (certamente gerados no processo de aplicação de OCR [reconhecimento óptico de caracteres] à edição de 1984) — *aarql* > *Aarû* (f. 21ra18), *aeem* > *Acem* (f. 39vb22), *aehey* > *achey* (f. 136vb31), *atem* > *Acem* (f. 40va5), *aula* > *auia* (f. 40va3), *chita* > *Chim* (f. 60va4), *dalgaũas* > *Dalgũas* (f. 179va29), *estulta* > *estaua* (f. 40va4), *nautarei* > *Nautarel* (f. 52ra28), *soecedeo* > *soccedeo* (f. 168ra4) e *succedeo* > *successo* (f. 227va36) — e um item constitui erro da edição de 1984 transmitido à de 1998 — *teve* > *teue* (f. 104vb9). Considerando a forma corretamente transcrita desses itens (segundo a edição *princeps*), todos eles aparecem também no texto dos capítulos e deixam, portanto, de serem fatos privativos dos títulos dos capítulos.

Dos 36 restantes, 13 itens (*acontecerão*, *champeyloo*, *japaõ*, *japão*, *jorge*, *patebenão*, *pegú*, *pèguu*, *procederão*, *quedã*, *recebimêto*, *soccederão* e *tanixumã*) foram selecionados em função de uma ou mais de uma particularidade gráfica: assim, p. ex., a forma *acontecerão* (ff. 286ra e 294rb) ocorre apenas no título, mas, no texto do capítulo, se encontra *acontecerãõ* (f. 113vb), sendo a única diferença a forma de marcar o ditongo nasal final. Não se considera aqui que diferenças dessa ordem sejam significativas para a presente discussão, já que variações dessa natureza são abundantes por todo o texto. Ademais, não parece razoável fundamentar a atribuição de autoria em

16 No processamento dos dados, todas as letras foram convertidas em minúsculas, uma vez que não se considerou pertinente que a oposição entre maiúscula e minúscula fosse adotada como critério de análise, pois se trata de questão muito dependente das normas gráficas que cada casa impressora seguia no séc. XVII.

aspectos estritamente gráficos de documento que não é autógrafo, é póstumo e dista mais de 30 anos da data de morte do autor.

Dos 23 restantes, 16 itens (*apercebeo, apresentados, castigos, comprimos, desestrados, empredeo, encontrou, executou, fallassem, gêtio, guardão, pouoarão, quintam, situado, topamos e vello*¹⁷) foram selecionados por serem formas flexionadas privativas dos títulos, mas podem ser associadas a formas correlatas em outra flexão no texto dos capítulos: assim, p. ex., as formas *castigos* (f. 191ra26) e *fallassem* (f. 117va10) ocorrem apenas no título, mas, no texto dos capítulos, se encontra *castigo* (f. 23rb9) e *fallasse* (f. 6vb10), sendo a diferença entre esses casos a flexão de número no primeiro caso e de número e pessoa no segundo. Eventualmente, há acúmulo de questão gráfica e flexional: *gêtio* (f. 225va9) ocorre apenas no título, mas no texto dos capítulos se encontram *Gentio* (f. 12vb24) e *Gêtios* (f. 188rb18). A questão flexional tampouco parece ser significativa para a presente discussão, já que, na maioria dos casos (como nos verbos e nos adjetivos), é exigida sintaticamente em função de relação de concordância e não representa livre escolha do autor do texto.

Restaram, portanto, apenas 7 itens que merecem especial atenção: *dase, dassé, notificação, aneixa, mouediças, xingrau e camoy*.

Os dois primeiros itens constituem, na verdade, combinações entre o presente do verbo *dar* e o pronome *se*, com uso de letra geminada no segundo caso para se evidenciar o valor de não vozeado do segmento inicial do pronome. Como se trabalhou na análise com o critério gráfico de palavra, formas unidas graficamente foram tratadas como um *type*. Em ambos os casos, a unidade gráfica em questão se faz parte da locução verbal *dar-se conta*: “Quais forão os fundadores das primeyras quatro cidades da China, & *dase conta* de algũas grandezas da cidade do Pequim” (PER₁, cap. 94, f. 105va7-10) e “Como desta ilha de Champeiloo fomos ter â de Sanchaõ, &

17 Embora *vello* seja uma palavra gráfica, compõe-se do verbo *ver* no infinitivo + alomorfe do pronome pessoal oblíquo.

dahy a Lampacau, & *dasse conta* de dous¹⁸ casos desestrados que acontecerão na China a duas pouoações de Portugueses” (PER₁, cap. 221, f. 294rb3-10). Embora, no texto dos capítulos, apareçam 24 outras ocorrências da locução *dar-se conta* em diferentes formas de flexão, apenas uma foi também com o pronome *se*, mas com verbo no infinitivo: “sem se dar primeyro conta a el Rey da que passaua” (PER₂, cap. 200, f. 260ra6-7). Por outro lado, considerando CRO, constata-se abundante ocorrência da expressão *dá-se conta* (com suas variantes gráficas) exatamente nos títulos — cf., p. ex., “*Dasse conta da cantidade & calidade de nauios que o governador ajunta para esta jornada de Dio, dos capitaês delles, da copia da gente que vai na armada, dos fidalgos que o gouernador escolhe para se aconselhar com elle, (...)*” (CRO, f. 92vb10-17) — mas não em CER. É possível, no entanto, que, neste caso, o fator explicativo para essa semelhança seja o gênero textual, já que se trata de estrutura fortemente ligada à apresentação de tema própria de títulos.

A forma *notificação* — cf. “Da *notificação* que el Rey do Iantana mandou fazer ao Rey do Achem sobre o reyno de Aarû, & do que lhe elle respondeo” (PER₁, cap. 31, f. 31ra6-10) é um caso especial, porque se constata forma semelhante em CRO — cf. “& desnaturto todos meus suditos uassallos & naturais, que cõ elle estiuerẽ, ou para elle se forẽ, da *notificação* desta em diante” (CRO, f. 109vb20-23) — mas o trecho em que ocorre faz parte do texto de uma carta que D. João teria mandado a D. Miguel da Silva, a qual o autor da crônica diz ter transcrito de forma fiel: “hũa carta que trelladada de verbo ad verbum dizia desta maneyra” (CRO, f. 109va15-16). Portanto, não se pode associá-la claramente a Andrade.

Já a forma *aneixa* — cf. “Qual foy o Rey da China que fez o muro que diuide os dous imperios da China & da Tartaria, & da prisaõ *aneixa* a elles” (PER₁, cap. 95, f. 106vb5-8) — é mais interessante, uma vez que não se constata no texto dos capítulos nem mesmo forma cognata¹⁹, mas, por outro lado, se

18 No impresso de 1614: “d edous” em vez de “de dous”.

19 Na edição de 1998, há o erro de transcrição *anexação* no lugar de *auexação* (f. 289rb36).

constata exatamente a mesma forma em CRO, apesar de ser ocorrência única — cf. “a obrigação de gastar nas cousas que parecião necessarias andaua *aneixa* ha dignidade real” (CRO, f. 59rb41-43) — mas não em CER. Sendo assim, essa forma pode ser associada a Andrade.

A forma *mouediças* — cf. “De outras muytas diuersidades de cousas que vimos, & da ordem que se tem nas cidades *mouediças* que se fazem nos rios em embarcações” (PER₁, cap. 98, f. 111vb13-17) — é também interessante, já que, embora não ocorra em CRO, está presente em CER, mas no gênero masculino e em ocorrência única: cf. “Do canhão furioso Mauritano, / Que de fixo lugar faz seu seruiço, / E o Portugues o faz de *mouediço*.” (CER, f. 7vb6-8). Logo, também neste caso, a forma pode ser associada a Andrade. A referência a cidades *mouediças* aparece na *História da Vida do Padre Francisco Xavier*, de João de Lucena, que teve acesso ao manuscrito da *Peregrinação* e lhe faz menção de forma anonimizada:

E d’aqui se entende aquelle enima d’*hun*²⁰ *nosso Portugues*, que entre outras cousas marauilhosas da China, affirmaua víra nella cidades situadas sobre agoa, ã se abalauam, & mouiam todas as Lûas. (...) E porque estas feiras nam duram ordinariamête numa parte mais de quinze dias, & no cabo delles se vam fazer a outras, por isso as chamaua bem o autor do enima *ciudades* sobre água e *mouediças*. (LUCENA, 1600, p. 864, itálicos nossos).

Isso significa que, se foi Andrade quem inseriu o título com a forma *mouediças* (ou apenas essa forma), teria de tê-lo feito antes de Lucena ter tido acesso ao manuscrito: como a obra de Lucena foi publicada em 1600, Andrade teria de ter feito sua intervenção antes dessa data²¹.

20 Na edição de 1600, “hu n”.

21 Há, portanto, uma questão difícil: os “originais” a que Maldonado se refere em 1618 provavelmente não teriam as intervenções de Andrade (por isso notou uma variante em relação ao impresso de 1614), mas a versão que Lucena terá consultado antes de 1600 já as teria (por isso continha a forma *mouediças*, atribuível a Andrade). Seriam, então, testemunhos manuscritos diferentes? Teria essa obra uma tradição manuscrita numerosa, com diferentes ramos (um sem intervenções de Andrade e outro com essas intervenções)?

A forma *Xingrau* — cf. “Como nos partimos desta ilha dos ladroões para o porto de Liampoo, & do que passamos até chegarmos a hum rio que se dizia *Xingrau*” (PER₁, cap. 55, f. 58vb17-21) — designa um rio. Apesar de essa forma ocorrer apenas no título do capítulo, verifica-se, no texto do capítulo respectivo, uma variante fônica: “nos disseraõ que daly a dezoito legoas estaua hum rio muyto bom, & de bom surgidouro, ã se dezia *Xinguau*” (PER₂, cap. 55, f. 59vb9-12). Como a forma *Xingrau* não ocorre em CRO nem em CER, não se pode associá-la a Andrade. É bem possível que a forma *Xingrau* seja, na verdade, um erro de composição tipográfica, já que não é comum variação entre /r/ em grupo consonantal e /u/ no português.

Por fim, há a forma *Camoy* — cf. “Como Antonio de Faria chegou à bahia de *Camoy*, onde se faz a pescaria das perolas del Rey da China” (PER₁, cap. 44, f. 45rb11-14) — é usada designando uma baía²², que, no texto do capítulo respectivo, não aparece com nome próprio: cf. “foy amanhecer no meyo de *hũa grande bahia onde andauão algũas barcaças pescando aljofre*” (PER₂, cap. 44, f. 45rb23-25). Como não ocorre em CRO nem em CER, não se pode associá-la a Andrade²³.

Em síntese, no que se refere à análise de unigramas, só dois itens parecem apontar mais claramente para a “presença” de Francisco de Andrade nos títulos dos capítulos: os adjetivos *aneixa* e *mouediças*. Já a forma *Camoy*

22 Como, para *Xingrau/Xinguau*, se tem um possível caso de variação fônica ou, mais provavelmente, de erro tipográfico, poder-se-ia imaginar que *Camoy* também seria um desses casos, mas, no interior do capítulo em cujo título *Camoy* ocorre, não se constata forma semelhante com mesma referência: há a menção apenas à cidade de *Comhay* (mas *Camoy* é nome de baía) e ao porto de *Guamboy* (mas no texto se informa ser lugar mais adiante em relação àquele onde Antonio de Faria estava, o qual é referido no título como *Camoy*). Há, nos textos dos capítulos, duas outras formas semelhantes, mas em capítulos diferentes: *Xamoy*, como nome de povoação (cap. 55, ff. 60ra4 e 60rb20); e *Angicamoy*, como nome de templo (cap. 122, ff. 145va7 e 145vb5) — nenhum deles como nome de baía.

23 Interpretação contrária para o fato foi apresentada por Trías Folch (1999, p. 46): “Certos detalhes, como o nome da baía de *Camoy*, só aparecem nos títulos que encabeçam os respectivos capítulos em que está dividida a obra e que, ao que parece, são de responsabilidade de Andrade” (tradução nossa).

parece bastante problemática, pois, se foi Andrade quem redigiu os títulos, como poderia saber o nome desse lugar em que apenas Pinto teria estado, e não Andrade? Não se trata apenas de *conhecer o topônimo em si*, mas também de saber *a que entidade geográfica* citada por Pinto se refere. O fato de tanto CRO quanto CER incluírem referências ao Oriente sugere que Andrade tivesse conhecimento da geografia da região, mas saber exatamente a qual entidade geográfica Pinto estaria se referindo na passagem em questão, permitindo assim saber qual era o topônimo que deveria ser informado no título, parece improvável.

Os bigramas (774 itens) são bem mais numerosos do que os unigramas (48 itens) e, por isso, não poderão ser objeto de comentário detalhado caso a caso. Um exame atento desses bigramas privativos dos títulos demonstrou que havia uma grande quantidade de dados de pouca relevância para a discussão sobre estilo. Boa parte desses dados pouco significativos era constituída de combinações que não correspondem a constituintes frasais, como sequências de substantivo + substantivo (p. ex., *maneyra antonio*), substantivo + pronomes (p. ex., *fortaleza me*), verbo + artigo (p. ex., *diuide os*), dentre outros. Além disso, havia também casos de bigramas privativos em função de questões gráficas (p. ex., *á igreja* em título, mas *â igreja* no texto do capítulo) e flexionais (p. ex., *portugueses fizerão*, em que o verbo no plural é determinado pelo substantivo precedente, e não por livre escolha do autor). Igualmente não significativos eram os bigramas que, por conterem um unigrama privativo em seu interior (analisados aqui mais acima), também se tornaram redundantemente²⁴ privativos (p. ex., *que topamos*), e os que continham nome próprio (p. ex., *para liãpoo*), tornando o bigrama fortemente vinculado às especificidades da narrativa da *Peregrinação*. Em função de todas essas questões, impôs-se fazer uma seleção muito criteriosa de bigramas a serem confrontados nos demais *corpora* e optou-se por se restringir às seguintes categorias²⁵:

24 Diz-se *redundantemente* porque já foram comentados na seção sobre unigramas.

25 Embora todas essas combinações possam atuar como constituintes frasais, no *corpus*

a) substantivo + adjetivo (8): *caso abominauel, christãos perdidos, cossayro renegado, cousas illustres, estalagês notaueis, gente deseparada, homens principais e mercador mouro;*

b) adjetivo + substantivo (7): *cruel batalha, grande exercito, grosso motim, larga informação, principaes seitas, supremo pontificado e triste morte;*

c) adjetivo + adjetivo (1): *particulares notaueis.*

Todos esses dados são interessantes, porque não apenas refletem, em grande parte, uma escolha autoral em termos sintáticos (a ordem dos constituintes), mas também em termos de ideias, já que expressam formas específicas de caracterização de um substantivo.

Cada um desses 16 bigramas foi buscado primeiramente em CAR (para se verificar se estavam presentes em outros textos de Pinto, sendo, portanto, atribuíveis a ele). Dois deles foram encontrados nesse *corpus* (curiosamente, ambos na *Enformação*), logo podem ser atribuídos a Pinto, mesmo constando em obra de Andrade:

a) *homens principais*:

- PER₁: “E de hũa grande discordia que em Demaa ouue entre dous *homens principais* da cidade, & do desauenturado successo que teue.” (cap. 178, f. 227va32-36).

- CAR: “A cousa, ã geralmente todos os fidalgos e *homens principaês* tem por mais nobreza he fazerem hũus edeficios diante de suas portas amaneyra de arco (...)” (Enformação, Ms. Azul 11, f. 249r27-249v1).

- CRO: “(...) & dos mouros ficarão aly mortos & feridos mais de mil, em que foy o subrinho do Soleimaga, & o capitão do rio de Cintacora, & outros tres *homens principaes*.” (part. 3, f. 26vb2-6).

eventualmente aparecem acompanhadas mais algum outro elemento, que não foi selecionado no processo por se trabalhar com busca de bigramas apenas.

b) *grande exercito*:

- PER₁: “(...) & como o Chaumigrẽ colaço do Rey do Bramaa veyo sobre elle com hũ *grande exercito*, & do successo que teue.” (cap. 194, f. 250vb9-13).

- CAR: “E enquãto elRey fez prestes *grandes exercitos* de gente (...)” (Enformação, Ms. Azul 11, f. 252r27)²⁶.

- CER: “Antre o seu *grande exercito* deixáráo²⁷” (cant. 8, estr. 53, f. 36vb14).

Os 14 restantes foram buscados em CER e em CRO (para se verificar se estavam presentes em textos de Andrade, sendo, portanto, atribuíveis a ele)²⁸. Desses 14, apenas 4 foram localizados em textos de Andrade:

a) *mercador mouro*:

- PER₁: “Do que mais me socedeo com este *mercador Mouro*.” (cap. 25, f. 26ra8-9).

- CRO: “(...) & pouco depois chegou aly hum *mercador mouro* que passara por Baçorà, (...)” (part. 4, f. 100ra1-3).

b) *cruel batalha*:

- PER₁: “Da *cruel batalha* que os nossos tiueraõ cos Achês no rio de Parlês, & do successo della. ” (cap. 206, f. 268vb22-24).

- CER: “Hũa *cruel batalha* em odio acesa” (cant. 10, estr. 16, f. 46ra26).

26 Neste caso, a forma que ocorre em CAR é no plural. Em PER₂, não ocorre essa combinação seja no singular seja no plural, por isso continua podendo ser interpretada como privativa de PER₁.

27 A edição de 1852 retificou para *deixára*, o que se justifica para rimar com *guiára* que em verso precedente.

28 Considerando que tanto CAR quanto CER e CRO apresentam padrões gráficos próprios, fez-se a busca levando em conta formas alternativas de representação gráfica (p. ex., *abominavel* para *abominauel*, etc.).

c) *larga informação*:

- PER₁: “Em que se dà *larga informação* deste imperio do Calaminhan, & algũa do reyno de Peguu, & dos Bramaas.” (cap. 165, f. 208vb13-16).

- CRO: “ (...) & porque o padre penteado, que da India não viera a outra cousa, lhe tinha dado *larga informação* do que nisso pasaua, (...)” (part. 1, f. 51ra29-32); “(...) & deu ao governador acarta, & *larga informação* de tudo o que era passado (...)” (part. 1, f. 97va5-7); “E partido com *larga informação* do que auia de tratar no reyno (...)” (part. 2, f. 69va46-69vb1); e “(...) & lhe deu hũa crta de crêça, & outra de pouca leitura, & *larga informação* por escrito do que auia de fazer (...)” (part. 3, f. 57rb43-46).

d) *triste morte*:

- PER₁: Da *triste morte* deste Rey de Sião, & de algũas cousas illustres que elle fez em sua vida.” (cap. 183, f. 234va2-4).

- CER: “Senão para lhe dar mais *triste morte*” (cant. 8, estr. 15, f. 34vb28); e “Bebem a voltas d’agoa a *triste morte*” (cant. 13, estr. 58, f. 66rb8).

Novamente são poucos os dados que apontam para a “presença” de Francisco de Andrade nos títulos dos capítulos: consistem em apenas 4 dos 14 bigramas selecionados para análise. Deve-se salientar, a propósito, que nenhum desses 4 bigramas pode ser considerado privativo do estilo de Andrade (apesar de constarem em alguma de suas obras), já que todos eles estão presentes em textos de outros autores dos sécs. XVI e XVII²⁹.

Entretanto, deve-se levar em conta que, mesmo aparecendo em textos de outros autores da mesma época, *não* ocorrem nos textos dos capítulos da *Peregrinação* (apenas nos títulos), fato que chama a atenção.

29 Isso se constata através de consulta à base do *Corpus do Português*, da Brigham Young University. Disponível em: <https://www.corpusdoportugues.org>.

5.2 Relação entre os títulos e o texto dos capítulos

Na seção anterior, discutiram-se dados mais pontuais, compreendendo unigramas e bigramas. Mas é necessário contemplar também uma análise mais global da relação entre os títulos e o texto dos capítulos.

Um primeiro aspecto interessante é a relação entre os elementos de que se compõem os títulos e os elementos presentes no texto dos capítulos ou, dito de outra forma, a *ancoragem* dos títulos no texto dos capítulos.

Essa ancoragem apresenta um padrão gradiente, distribuindo-se em casos de alta ancoragem a baixa ancoragem, sem que seja possível estabelecer com clareza cada grau da escala.

Um exemplo de alta ancoragem encontra-se no título do cap. 1: “Do que passey em minha mocidade neste Reyno ate que me embarquey para a India” (PER₁, f. 1ra5-6). Os elementos de que se compõe são quase todos localizáveis no interior do próprio capítulo, seja de forma literal, seja de forma adaptada: cf. “E tomãdo por principio desta minha peregrinação *o que passey neste Reyno*” (PER₂, f. 1rb8-9); “vejo que não contente de me por na minha patria logo no começo da *minha mocidade*” (PER₂, f. 1ra22-24) e “determiney *embarcarme para a India*” (PER₂, f. 2rb10-11).

Já como exemplo de baixa ancoragem, pode-se citar o título do cap. 93: “Do que mais passou neste negocio despois de o jejum ser acabado, & do successo que teue” (PER₁, f. 104vb7-9). Nele, apenas o item *successo* é claramente localizável no texto do capítulo: cf. “diz a historia que logo naquelle instante o menino cahio morto em terra, do qual *successo* (se assi foy) a Nancaa com todos os seus ficarão assaz espantados” (PER₂, f. 105ra27-31).

De forma geral, prevalece um alto grau de ancoragem entre título e texto dos capítulos na *Peregrinação*. A ausência de ancoragem se dá com frequência por emprego de elementos equivalentes no título: p. ex., “o jejum” do já mencionado título do cap. 93 retoma os conteúdos “nenhũa pessoa comesse em todos aquelles tres dias mais que só hũa vez” (PER₂, f. 104vb1-3) e “abstinencia da carne” (PER₂, f. 104vb1-3) no final do capítulo precedente.

Mas um dos fatos que mais abaixam o grau de ancoragem é o emprego, sobretudo no final dos títulos, de *expressões genéricas resumidoras*, seja com verbos como *passar* (“& do que lá passou”, PER₁, cap. 208, f. 270vb19-20), *acontecer* (“& do que lhe aconteceu nelle”, PER₁, cap. 42, f. 43rb6-7) e *suceder* (“& do que nella me socedeo”, PER₁, cap. 24, f. 24vb24-25), seja com substantivos como *sucesso* (“& do successo della”, PER₁, cap. 175, f. 224va14-15). Tais expressões também são comuns nos títulos da *Crônica* de Andrade: cf., p. ex., “e do que lá passou” (CRO, part. 4, cap. 88) e “e o successo della” (CRO, part. 1, cap. 43). Essas expressões não podem ser consideradas como fatos privativos do estilo de Andrade, pois pertencem certamente a uma tradição do gênero textual de títulos: cf., p. ex., “& do que lhe aconteceu na jornada ate a ilha de Saragaõ” na *Década Quinta da Ásia* de Diogo do Couto (COUTO, 1612, f. 177va8-10).

Um segundo aspecto interessante em relação aos títulos da *Peregrinação* diz respeito à *marca de pessoa do discurso*, alternando geralmente entre presença de marca de 1ª pessoa (do singular e/ou do plural) — cf. “Como deste reyno *me party* para a India, & do successo que teue a armada em que *fuy*” (PER₁, cap. 2, f. 2rb16-18) e “Como *nos partimos* do porto de Arquico, & do que *nos* socedeo cõ tres vellas de Turcos que *topamos*” (PER₁, cap. 5, f. 5ra7-10) — ou ausência dela³⁰ — cf. “Do que Gonçallo Vaz Coutinho passou com a Raynha de Onor” (PER₁, cap. 9, f. 9ra20-22), como se vê sintetizado no quadro a seguir:

30 Consideraram-se como marcadores de 1ª pessoa os respectivos pronomes pessoais (caso reto ou oblíquo) e as respectivas desinências verbais. Títulos compostos de mais de uma frase em que houvesse parte com marca de 1ª pessoa e parte sem essa marca foram classificados simplesmente como +1ª. Não foram considerados como marcadores os pronomes demonstrativos nem os possessivos (os possessivos de plural sem outra marca de 1ª pessoa aparecem no título dos caps. 41, 101, 134, 146, 204, 206-207 e 209).

Quadro 1 – Marca de pessoa do discurso nos títulos dos capítulos

Pessoa		Total	Capítulos
+1 ^a	sg.	26	1-3, 6-7, 14-15, 18-20, 23-25, 33-34, 135-137, 144, 147, 153, 172, 181, 200 e 225.
	sg. e pl.	4	8, 35, 116 e 226.
	pl.	71	4-5, 36-38, 40, 47, 53-57, 62, 74-75, 78-91, 96-100, 102-104, 109-110, 115, 121-122, 126-129, 132-133, 138-141, 143, 145, 155, 158, 161-162, 166-167, 170-171, 176, 179-180, 202, 214, 220-221, e 223
-1 ^a		125	9-13, 16-17, 21, 26-32, 39, 41-46, 48-52, 58-61, 63-73, 76-77, 92-95, 101, 105-108, 111-114, 117-120, 123-124, 130-131, 134, 142, 146, 148-152, 154, 156-157, 159-160, 163-165, 168-169, 173-175, 177-178, 182-199, 201, 203-213, 215-219, 222 e 224.

Embora haja uma proporção quase equilibrada entre +1^a (45%) e -1^a (55%), as formas comentadas na seção de *n-grams* que foram encontradas nas obras de Andrade, curiosamente, prevalecem na categoria -1^a: *dase* (cap. 94), *notificação* (cap. 31), *aneixa* (cap. 95), *cruel batalha* (cap. 206), *larga informação* (cap. 165) e *triste morte* (cap. 183). Para +1^a, tem-se *dasse* (cap. 221), *mouediças* (cap. 98) e *mercador mouro* (cap. 25), sendo que os dois primeiros itens ocorrem como uma segunda oração coordenada (sindética) sem marca de 1^a pessoa no final do título (cf. a transcrição deles na parte sobre unigramas acima). Desses dois padrões, o que se constata em CER (nas “ementas” que precedem cada canto) e em CRO (nos títulos de cada capítulo) é naturalmente -1^a, pois as duas obras são narrativas (em verso e em prosa, respectivamente) relativas a terceiros, e não à vida do narrador (Andrade). O que se quer salientar aqui é que parece bastante evidente que *os títulos com padrão -1^a são os que têm mais compatibilidade com o estilo de Andrade e é justamente neles que é mais visível sua “presença” em função de unigramas e bigramas privativos*. Isso faz imaginar que, se Andrade redigiu títulos, provavelmente foram os de padrão -1^a, mesmo que como complemento a uma primeira parte de título já com padrão +1^a escrita provavelmente por Pinto.

Um terceiro aspecto que chama a atenção é o fato de que há diversas expressões de *retroreferência* nos textos dos capítulos da *Peregrinação*, mas em apenas uma se usa o termo *capitolo*: cf. “de que atras ja fiz menção *no capitolo cento & dez*” (PER₂, cap. 122, f. 144va38-39) por oposição a “do mesmo Aquarem Dabolay seu cunhado, que fora por Embaixador a Malaca, *como atras ja fica dito*” (PER₂, cap. 18, f. 18ra40-18rb2), que retoma “Este Embaixador, que era cunhado do mesmo Rey dos Batas, & se chamaua Aquarem Dabolay” (PER₂, cap. 13, f. 12rb35-37), ou ainda “Depois que o Rey Bramaa ouue em Pegù aquella grande vitoria cõtra o Xemindoo, *como atras fica contado*” (PER₂, cap. 190, f. 244rb16-20), que retoma “por espaço de pouco mais de tres horas o exercito do Xemindoo foy desbaratado, cõ morte de trezentos mil dos seus, & elle fugio com seis de cauallo para hũa fortaleza que se dezia Batelor” (PER₂, cap. 188, f. 243rb13-18). Tal fato sugere que aparentemente Pinto não teria feito nenhuma divisão em capítulos em um estágio preliminar da composição da obra, mas, em um estágio posterior, teria ele mesmo inserido os títulos de capítulos e também teria inserido, nessa mesma fase posterior, a única referência explícita à numeração de capítulo (no caso, ao cap. 110). Parece sustentar essa interpretação de ausência de divisão no estágio preliminar o fato de o texto apresentar certos *marcadores textuais de mudança temática*, ou seja, ao longo da elaboração preliminar do texto, Pinto delimitou os conteúdos com marcadores de mudança temática, e não através de segmentação em capítulos. Dois exemplos de marcadores textuais de mudança temática³¹ são “Agora me quero tornar ao proposito de que hia

31 Esses marcadores quase sempre ocorrem com os itens lexicais *tornar*, *agora* e *propósito*, em diferentes ordens e em diferentes flexões. Expressão semelhante se encontra em uma das cartas de Pinto: “Tornado chariss.^{os} irmãos a meu proposito” (Carta, 1554, Ms. Azul 11, f. 241r10-11). É possível que fosse uma expressão comum na época, pois Andrade também a usa na sua tradução da obra de Barleti (“Tornando a nosso proposito” (BARLETI, 1567, cap. III, f. 2vb7-8)), fato que evidencia que semelhanças entre a *Peregrinação* e a tradução da obra de Barleti por Andrade não são provas seguras de que este também redigiu os títulos da obra de Pinto.

tratando” (PER₂, cap. 33, f. 33va5-7), que está justamente no início do capítulo logo após o título, e “Porem deixemolo agora yr que a seu tempo tornaremos a elle, & tornemonos ao Bramaa” (PER₂, cap. 188, f. 243rb22-25), que está na seção final do capítulo, sendo o penúltimo período. Para defender a tese de houve inclusão dos títulos apenas depois do término do texto, podem-se citar também os casos de *repetição sequenciada* na forma dos títulos, como nos caps. 126 (“Do caminho que fizemos desta cidade de Tuymicão até chegarmos ao terreyro das caueyras dos mortos”, f. 150rb23-26), 127 (“Do caminho que fizemos até chegarmos à cidade de Quanginau, & do que nella vimos”, f. 150va2-4) e 128 (“Do caminho que fizemos desta cidade de Quanginau, até a cidade de Xolor, & do que nella vimos”, f. 152va31-34), repetição que sugere um processo contínuo de redação de títulos e não um processo alternado entre redação do título de capítulo e redação do texto de capítulo.

Conclusões

A discussão de atribuição de autoria dos títulos dos capítulos da *Peregrinação* é bastante complexa, (a) porque há grande discrepância entre a extensão do conjunto dos títulos dos capítulos e a do conjunto dos textos dos capítulos (este é 60 vezes maior do que aquele), o que torna não recomendável uma abordagem quantitativa, (b) porque o material para identificar o estilo de Fernão Mendes Pinto é muito limitado e (c) porque os envolvidos eram pessoas que viveram em época próxima (Pinto, *ca.* 1510-1583; Andrade, *ca.* 1540-1614) e em lugar próximo (Lisboa e Almada) e, além disso, ambos tinham prática de escrita de texto narrativo (Pinto, *Peregrinação*; Andrade; *Crônica de D. João III*), tratando de eventos semelhantes (parte da *Crônica* de Andrade abrange eventos no Oriente, que é o principal tema da *Peregrinação*).

No que se refere à hipótese de trabalho de que Francisco de Andrade foi o autor dos títulos dos capítulos da *Peregrinação*, pode-se dizer que se constataram evidências *internas* de que *procede parcialmente*.

Por um lado, foi possível identificar evidências para se sustentar que Pinto foi autor de títulos da *Peregrinação* (provavelmente, da maioria deles). Uma primeira evidência é a *existência de um topônimo que aparece apenas no título* (Camoy, cap. 44). Se Andrade teve o escrúpulo de imitar o estilo de Pinto (como defendeu Castilho) para ser fiel ao autor, por que incluiria topônimo que não está no texto do capítulo? Mesmo que Andrade conhecesse esse topônimo (mas não está presente nas suas próprias obras consideradas neste estudo), como ele poderia saber exatamente a que entidade geográfica deveria ser aplicado com base na descrição tão genérica e circunstancial de Pinto nesse caso (a descrição de Pinto para Camoy, como já foi mencionado, é simplesmente “hũa grande bahia onde andauão algũas barcaças pescando aljofre”)? Uma segunda evidência é a *existência de alto grau de ancoragem dos títulos nos textos dos capítulos*. Em certos casos, a ancoragem se refere a seções de início dos capítulos, mas, em outros, os componentes que se verificam nos títulos estão muito difusos nos textos dos capítulos, retomando ora elementos do capítulo anterior, ora elementos dispersos ao longo do próprio capítulo. Se Andrade teria tentado imitar o estilo de Pinto, parece improvável que ficasse coletando expressões muito dispersas ao longo do texto. Uma terceira evidência é a *retrorreferência no próprio texto a uma numeração de capítulo* (referência no cap. 121 ao cap. 110). Dois outros aspectos — os *marcadores de mudança temática* e a *repetição sequenciada na forma de títulos* — sugerem, a propósito, que a redação e a inserção dos títulos tenham ocorrido apenas após o término da obra.

Por outro lado, também foi possível identificar evidências de que Andrade fez intervenções nos títulos da *Peregrinação*. Uma primeira evidência são os *unigramas* (*aneixa* e *mouediças*) e *bigramas* (*mercador mouro*, *cruel batalha*, *larga informação* e *triste morte*) *privativos dos títulos* da *Peregrinação* que foram encontrados em alguma das obras de Andrade. Também se considerou como evidência da presença de Andrade nos títulos o fato de *justamente esses unigramas e bigramas privativos ocorrerem em*

títulos prioritariamente com padrão de -1ª pessoa, que é o estilo que Andrade adotou nos títulos dos capítulos das suas obras.

Como já comentado, o principal fundamento para a tese de que Andrade redigiu os títulos da *Peregrinação* é a afirmação de Maldonado, mas, para esta afirmação, este não apresentou dados suficientemente elucidativos, logo essa evidência externa deve ser vista com reserva. Isso significa, a propósito, que a interpretação de Monteiro (1952, v. 1, p. 8) de que “a obra inteira fosse um infundável parágrafo” procede em parte, no sentido de o texto da obra ter sido terminado *antes* da inserção dos títulos dos capítulos por seu próprio autor.

Em síntese, a interpretação que se considera a mais adequada para o caso é a de que o próprio Fernão Mendes Pinto redigiu e inseriu títulos na sua obra (exercendo a função *executiva* de autoria), mas apenas após ter terminado o texto dela, e Andrade realmente fez intervenções nos títulos (exercendo a função *revisora* de autoria). Sendo assim, reforça-se a interpretação de Schurhammer (1963) de que o texto impresso da *Peregrinação* representa essencialmente aquele que Pinto deixou, mas com algumas alterações superficiais feitas por Andrade.

Procurou-se, no presente estudo, apresentar uma modesta contribuição para a discussão do tema da atribuição de autoria dos títulos dos capítulos da *Peregrinação*. Trilhou-se o caminho da busca de *evidências internas*, retomando a abordagem iniciada por Castilho (1865). Considera-se, no entanto, que há ainda muito mais a ser explorado segundo essa abordagem, seja aprofundando na análise das obras de Andrade, para tentar identificar o que seria privativo do seu estilo (por oposição ao que era comum em autores da época que escreveram sobre temas conexos), seja analisando com detalhe outros aspectos linguísticos dos títulos da *Peregrinação* em comparação com o texto dos capítulos, como, p. ex., o uso de dêiticos (demonstrativos e advérbios de lugar), o que permitirá mapear as perspectivas adotadas tanto nos títulos quanto no texto dos capítulos e confirmar que se trata de componentes textuais redigidos em diferentes momentos.

Referências

ANDRADE, Francisco de. **O primeiro cerco que os turcos puserão há fortaleza de Diu nas partes da India, defendida pelos portugueses.** Coimbra: [João de Barreira], 1589. Disponível em: <https://purl.pt/14569>. Acesso em: 08 abr. 2022.

ANDRADE, Francisco de. O primeiro cerco de Diu. *In*: _____. **Obras de Francisco d'Andrade.** Lisboa: Escriptorio da Bibliotheca Portugueza, 1852. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=u9DTAAAMAAJ>. Acesso em: 08 abr. 2022.

ANDRADE, Francisco de. **Cronica do muyto alto e muito poderoso rey destes Reynos de Portugal dom João o III.** Lisboa: Jorge Rodriguez, 1613. Disponível em: <https://purl.pt/13803>. Acesso em: 08 abr. 2022.

ANDRADE, Francisco de. **Crónica de D. João III.** Introd. e rev. Manuel Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1976.

AYRES, Christovam. Fernão Mendes Pinto: subsidios para a sua biographia e para o estudo da sua obra. **Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa**, Nova Série, 2ª Classe, Sciencias Moraes e Politicas, e Bellas Lettras, Lisboa, v. 10, n. 1, p. 1-127, 1905. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=zUM9AQAAMAAJ>. Acesso em: 08 abr. 2022.

BARLETI, Marin. **Chronica do valeroso principe & inuenciuel Capitão Iorge Castrioto [...].** Lisboa: Marcos Borges, 1567. Disponível em: <https://docvirt.com/docreader.net/bibliotecaruibarbosa/16941>. Acesso em: 08 abr. 2022.

BARLETI, Marin. **Historia de vita et gestis Scanderbegi Epirotarum principis.** Roma: B. V., [1508-1510]. Disponível em: <https://www.loc.gov/item/2021666892>. Acesso em: 08 abr. 2022.

BARLETI, Marin. **De vita moribus ac rebus praecipue adversus turcas, gestis, Georgii Castrioti, clarissimi Epirotarum principis** [...]. Argentorati: Cratonem Mylium, 1537. Disponível em: <https://www.digitale-sammlungen.de/en/view/bsb10197969>. Acesso em: 08 abr. 2022.

CASTILHO, José Feliciano de. Notícia da vida e obra de Fernão Mendes Pinto. *In: _____*. **Excerptos seguidos de uma noticia sobre sua vida e obras, um juízo crítico, apreciações de bellezas e defeitos e estudo de língua por José Feliciano de Castilho**. Rio de Janeiro; Paris: Liv. de B. L. Garnier; Aug. Durand, 1865. 2º t., p. 159-288. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=qnICA AAAcAAJ>. Acesso em: 08 abr. 2022.

CORREIA, João David Pinto. A construção do colectivo na *Peregrinação*: percursos e significado. *In: SEIXO, Maria Alzira; ZURBACH, Christine* (org.). **O discurso literário da *Peregrinação*: aproximações**. Lisboa: Cosmos, 1999. p. 169-212.

COUTO, Diogo do. **Decada quinta da Asia** [...]. Lisboa: Pedro Crasbeeck, 1612. Disponível em: <https://purl.pt/29502>. Acesso em: 08 abr. 2022.

GARCIA, José Manuel. Apresentação. *In: PINTO, Fernão Mendes*. **Peregrinaçam de Fernam Mendez Pinto**. Edição fac-similada. Maia: Castoliva, 1995. p. 7-18.

GUTIÉRREZ RODRÍGUEZ, José Manuel; MORENO TEJERO, Ángel; HERNÁNDEZ PIÑA, José Manuel. **Oropesa y los Alvarez de Toledo**. Toledo: IPIET, 1985. (Temas Toledanos, 41). Disponível em: <https://realacademiatoledo.es/oropesa-y-los-alvarez-de-toledo-por-jose-manuel-gutierrez-rodriguez>. Acesso em: 08 abr. 2022.

JOHNSTONE, Barbara. **Qualitative methods in sociolinguistics**. New York: Oxford University Press, 2000.

LABOV, William. Building on empirical foundations. *In*: LEHMANN, Winfred Philip; MALKIEL, Yakov. (Eds.) **Perspectives on historical linguistics**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1982. p. 17-92. DOI: <https://doi.org/10.1075/cilt.24.06lab>.

LOUREIRO, Rui Manuel. Um cronista esquecido: Francisco de Andrade e as suas obras. **Povos e Culturas**, Lisboa, v. 20, p. 285-304, 2017. DOI: <https://doi.org/10.34632/povoseculturas.2017.9025>.

LOVE, Harold. **Attributing authorship: an introduction**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

LUCENA, João de. **Historia da vida do padre Francisco Xavier**. Lisboa: Pedro Crasbeeck, 1600. Disponível em: <https://purl.pt/14775>. Acesso em: 08 abr. 2022.

MALDONADO, Francisco de Herrera. Apologia en favor de Fernan Mendez Pinto y desta Historia Oriental. *In*: PINTO, Fernão Mendes. **Historia oriental de las peregrinaciones de Fernan Mendez Pinto** [...]. Madrid: Tomas Iunti, 1620. f. 1r-8v. Disponível em: <http://data.onb.ac.at/rep/104A70C2>. Acesso em: 08 abr. 2022.

MCMENAMIN, Gerald R. **Forensic linguistics: advances in forensic stylistics**. Boca Raton: CRC Press, 2002.

MENÉNDEZ PELAYO, Marcelino. **Biblioteca de traductores españoles**. Santander: CSIC, 1952-1953. 4 v. Disponível em: <https://www.larramendi.es/menendezpelayo/es/corpus/unidad.do?idCorpus=1000&idUnidad=101005&posicion=1>. Acesso em: 08 abr. 2022.

PINTO, Fernão Mendes. **Peregrinaçam de Fernam Mendez Pinto** [...]. Lisboa: Pedro Crasbeeck, 1614. Disponível em: <https://purl.pt/82>. Acesso em: 08 abr. 2022.

PINTO, Fernão Mendes. **Historia oriental de las peregrinaciones de Fernan Mendez Pinto** [...]. Madrid: Tomas Iunti, 1620. Disponível em: <http://data.onb.ac.at/rep/104A70C2>. Acesso em: 08 abr. 2022.

PINTO, Fernão Mendes. **Peregrinação de Fernão Mendez Pinto**. Nova edição conforme á primeira de 1614. Lisboa: Typographia Rollandiana, 1829. 4 v. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=cxBFAQAAMAAJ>. Acesso em: 08 abr. 2022.

PINTO, Fernão Mendes. **Peregrinaçam = Peregrinação**. Versão integral em português moderno por Adolfo Casais Monteiro. Lisboa; Rio de Janeiro: Sociedade de Intercâmbio Cultural Luso-Brasileiro; Casa do Estudante do Brasil, 1952-1953. 2 v. Disponível em: <http://purl.pt/26736>. Acesso em: 08 abr. 2022.

PINTO, Fernão Mendes. **Peregrinação de Fernão Mendes Pinto e Itinerário de António Tenreiro, Tratado das Cousas da China, Conquista do Reino de Pegu**. Introd. de Aníbal Pinto de Castro. Porto: Lello & Irmão, 1984.

PINTO, Fernão Mendes. *Peregrinação*. In: BIBLIOTECA Virtual dos Autores Portugueses. Coordenação científica de Ivo Castro, Teresa Amado, Cristina Almeida Ribeiro e Paula Mourão. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1998.

SAVOY, Jacques. **Machine learning methods for stylometry: authorship attribution and author profiling**. Berlin: Springer, 2020.

SCHURHAMMER, Georg. **Orientalia**. Roma: Institutum Historicum S.I., 1963. (Bibliotheca Instituti Historici S.I., 21).

TRÍAS FOLCH, Luísa. La traducción española de la *Peregrinação* y la comedia española *Fernan Mendez Pinto*. In: ÁLVAREZ SELLERS, María Rosa. (ed.) **Literatura portuguesa y literatura española: influencias y relaciones**. València: Universitat de València, 1999. (Anexo dos *Cuadernos de Filologia*, v. 31). p. 37-54.

Anexo

Edição diplomática da *Apologia en favor de Fernan Mendez Pinto, y desta Historia Oriental*, de Francisco de Herrera Maldonado³²

1. Normas de edição

1. Edição realizada a partir do fac-símile digital do exemplar de cota 393925-C do impresso de 1620 da Biblioteca Nacional Austríaca.

2. Reprodução da grafia do modelo de forma geral (grafemas, diacríticos, maiúsculas e minúsculas, abreviaturas, presença ou ausência de sinal de pontuação [exceto no caso de evidência de gralha], paragrafação, grifos, etc.), com algumas poucas modificações (conversão de capitular em maiúscula, eliminação de ligaduras e nexos, uniformização de alógrafos de *s*, conversão de algarismos romanos em arábicos [exceto em nomes], uniformização do espaçamento dos sinais de pontuação, eliminação de separação intravocabular em final de linha, supressão de hífen, eliminação da translineação original, eliminação de reclamos).

3. Conversão das notas de margem lateral em notas de fim de texto, com introdução de número de remissão no corpo do texto junto ao nome do autor referenciado.

4. Inserção do número do fôlio em itálico e entre parênteses.

5. Incorporação das erratas indicadas no f. [v]-r e correções de outras gralhas tipográficas, marcadas no texto com colchetes.

32 Esta edição foi realizada por César Nardelli Cambraia.

2. Edição

Texto

[f. *Ir*]

APOLOGIA EN FAVOR DE FERNAN MENDEZ PINTO, Y

desta Historia Oriental.

POR EL LICENCIADO FRANCISCO

de Herrera Maldonado, Canonigo de la santa Yglesia Real de Arbas.

FERNAN Mendez Pinto: porque empecemos (ò Lector amigo) por el principal sugeto deste assumpto, fue hombre de agudo ingenio, de singular memoria, y de experiencias notables, que alcançadas por tantos trabajos, y peregrinaciones, le adquirieron fama eterna, y estimacion entre los mayores Principes del Asia, y Europa, siendo generalmente oydo de los Reyes, y estimado de los nobles: porque las miserias, y trabajos, padecidos por la Religion, por la Patria, y por respetos tan licitos, grãgean, y es justo que grãgeen, nombre perdurable, y honras de estima. El Rey don [F]elipe Segundo, verdaderamente Principe Catolico, Prudente, y dignissimo, passaua muchos ratos con oyrle, dando tanto credito a sus verdades, como era buen testigo el tiempo que gastaua en saberlas: porque a no serlo, no le perdiera en cosas valdias, y dudosas, patrañas sin sustancia ni orden, quiẽ tan grandemente detestaua la mentira, y tan bien conocia la verdad: las que van en esta Historia, que son las mismas que su Magestad tan gratamente oía, no auia menester mas abonado testigo, si la peruersidad humana tuuiera justo limite, y no corrieran tan sin el las intenciones de los hõbres, que aun à informaciones tan

juridicas, y tan autenticas se atreuen a tachar de falsarias: porque la embidia, y la adulacion son tan poco corte sanas para creer en esta era (lastimosa en cien mil acciones) que faltandoles para estimar el bien ageno, les sobrã para no reparar en daños propios, a trueco de desdorar la opinion mas limpia, y quitar el mas merecido premio. El que oy da el mundo a los Escritores es muy sabido, y no sabe nada quien espera otro de sus desuelos: porque ay legiones de hõbres valdios, demonios a lo humano, que juzgandose cada vno por otro Socrates en el oraculo de su presuncion, y locura, gastan el tiempo en murmurar a lo soberuio, tachar a lo satyrico, y juzgar a lo necio, acumulando necedades a su antojo, y midiendo los trabajos y estudios agenos cõ sus cortas, ò ningunas experiencias, y siẽdo como el animal, de quiẽ dizẽ Plinio¹ y Eliano², q̃ nace con el Alua, enuegeze al medio dia, y muere cõ la noche, [*f. Iv*] sin atreuerse à buscar mas sustento que el poco que puede coger la boca, sin apartar el cuerpo de la tierra, que al nacer le señalò tan breue sepultura: les parece que tienen voto en todas ciencias, y no solo se animan ha hablar entre hombres doctos, sino que presumen leuantarse con la Minerua de Athenas, Faetontes, que sin conocer al Sol quieren gouernar su carro, mudar los signos al Zodiaco, y enmendar la Ecliptica, sin aduertir que su misma presuncion les sirue de muerte, y desengaño su locura, poniendo duda y glossa à las verdades que no alcançan, culpando la opinion de los que gastaron en saberlas tantos años, como ellos estuuieron en ignorarlas. Bien al cabo estaua san Geronimo³ desta maxima que oy està en el mundo recebida por infalible de los que no saben apreciar las cosas, quando dixo, que no la auia mas facil, *Quam otiosum, & dormientem de aliorũ labore, & vigilij[s] disputare*, aludiendo à lo de Seneca⁴, *nulla tam modesta felicitas [est], & vt malignitatis dentes vitare possit*. Y si esto es en todo genero de historias, como puede esperar menos el que la escriue de cosas admirables? Pues por la nouedad de la materia, por la singularidad del assunto, es forçoso que padezca la verdad alguna injuria, porque la admiracion de nouedades es madre de diuersas opiniones, y pocas vezes en fauor de quien las dize: Esto de dexar campo abierto, para que la adulacion, ò la ignorancia, discanten sobre las acciones propias, siẽpre es

perigoso para los ã forçosamente han de fiarlas del mũdo, adonde ay ingenios tan sutiles, que como dize Eneas Syluio⁵, no ay concepto ã no aueriguen, palabra que no comenten, y obra que no arguían, y aũque es ansi lo que dize el gran Patriarca de Venecia⁶: *Quae veritas nullius testimonio indiget, habet enim testimonium in se*, porque contra ella, *nequè malus, nequè iniustus [.] valet, obijcere quidquam*. No me parece del todo culpable el parecer de san Gregorio⁷, que *omne, quod agimus praeuenire, per studium considerationis debemus*, porque como aduierte Tulio⁸, *Fugiendum illud est, ne offeramus nos periculis sine causa, quo nihil potest esse stultius*. Esto pudiera aduertir Francisco de Andrada, Coronista mayor de aqueste Reyno de Portugal, quãdo vinieron à sus manos estos originales de Fernan Mendez Pinto, para que los dispudiesse, corrigiesse y enmẽdasse antes de imprimirlos, pues no salieron bien de las de hõbre tan docto sin la aueriguaciõ necessaria destas verdades, para con esso dar mas estimacion à la obra, y mas opinion al dueño, ya que quiso ignorar, que para la propia suya no tenia disculpa tan grande descuydo, pues dexò tan imperfecto este libro, que antes que corregirle le ofendio de nueuo, dando ocasion en lo mal ã le dispuso, para que de sus verdades criassen dudas y opiniones⁹, los hõbres de talẽtos apestados, que esse nombre daua el Emperador Sigismundo¹⁰ à los tocados de aquella enfermedad que Iusto Lipsio¹¹ llama, *scabies ingeniorum*, sarna del ingenio, por lo ã entiende este varon docto la passion del entendimiento que suelẽ tener los hõbres presuntuosos en la doctrina que defiẽden, y en la ciencia que professan: cõtation que de ordinario padecẽ los que viuen tan enamorados de sus estudios, ã pagados y satisf[e]chos de sus talentos, se agradan de lo ã saben, como los padres aun de los hijos muy feos. Biẽ se me alcãça ã como dixo S. Ambrosio¹², entrambas cosas son como naturales en el hõbre: pero no obstãte esta aficion à sus escritos, y esta general detestacion à los agenos; pudiera Francisco de Andrada con otro defensorio, como este, satisfazer à los doctos y quietar à los ignorãtes y el interessara el librarse de la sentencia de S. Iuã Chrisostomo¹³, adõde [f. 2r] dize que, *non solùm proditor est veritatis, qui mendatiũ pro veritate loquitur, sed qui no liberè pronuntiat veritatẽ, quã*

pronũtiare oportet, aut non liberè defendit veritatẽ, quã defendere oportet. Y san Agustin¹⁴ confirmando la misma culpa, Qui veritatẽ occultat, & qui prodit mendatium, vterquè reus est, ille quia prodesse nõ vult, iste quia nocere desiderat. Echasele muy bien de ver en este descuydo ã no auia leydo à Cardano de rerum varietate¹⁵, las varias lecciones de Vitorio¹⁶, ni el Dilucidario del doctissimo Gregorio Tolosano¹⁷, ã allí hallara muy por mayor las partes ã ha de tener la historia para ser digna, y los apoyos y defensas ã ha menester la verdad de cosas admirables, y ã no basta dezir lo cierto del caso, la cõputacion del tiẽpo, y el todo del sucesso, sino que es forçoso hazerle verissimil, absoluiendole, ò cõ razones bastantes, ò con autoridades ciertas, quietando al docto ã duda, y al ignorante ã no sabe: porque la admiracion y la mentira, facilmente se dan las manos, y hallan assiento en el entendimiẽto mas presuntuoso, y discursiuo, con ã pone en duda la opinion y el premio. Verdaderamente le merecia grande Fernan Mendez Pinto, no digo en lo ã passò, porque essa satisfacion compete à juyzio mas leuantado, si por esta historia ã nos dexò escrita, pues en ella da la luz bastãte cõ sus peregrinaciones, prisiones, cautiuerios y trabajos à la nacion Portuguesa, gloriosa en dilatar la Fè Catolica en partes tan remotas, para ã pueda cõ mas comodidad proseguir las famosas conquistas que han dado tanta opinion de valientes, de fuertes y de Christianos a sus naturales, ã famosos en tantas hazañas, hã lleuado à Reynos tan distantes del suyo, sus nõbres armas y memorias, sugetando tantas fuerças, conuirtiendo tantos infieles, y enseñando à tãtos barbaros, como es abonado testigo, la admiraciõ comun ã mira en el cielo muchos martyres, en la Yglesia innumerables fieles, y en Portugal millares de curiosidades y riquezas, impossibles vencidos con la misma sangre, esta fue la causa, porque con cuydado lei este libro al principio sin intento de traducirle, animado de lo mucho ã auia oydo admirar a hombres doctos, la noticia que en el se daua de aquel oriẽte, por auer vistose su dueño peregrinando, ya soldado libre, ya cautiuo preso, adonde hasta entonces no auia pisado pie de Europa; leyle cõ aduertẽcia, y hallè en el cosas tan admirables, sucessos tan raros, acontecimientos tan de estima, noticia de tantas distancias, de tan diuersas

gentes, ritos y costumbres, Religiones, Estados, Gouiernos, Reynos y Prouincias, ã me parecieron dignissimos de ã todo el mũdo los supiesse, y ansi ocupè en traduzir esta admirable historia, la vacante de estudios mayores, teniendo por biẽ empleado el tiẽpo de tã loable ocupacion, pues merece ser agradecida y estimada de todos estados, porã como dize san Chrysostomo¹⁸: *Ad nullam rem tam cupidũ est humanum genus, quã ad ignorata cognoscenda*. Cosas de risa hallarà aqui el melacolico cõ los disparates de los Gẽtiles, el graue discursos leuantados en su modo de gouierno, admiracion los doctos en la variedad de sectas y opiniones, consuelos el mas triste cõ agenas penas, si es ã con essas se oluidã las que son propias: el discreto agudezas en el proceder de aquellas gentes de Asia, el desdichado exemplos con algunos lastimosos, el perseguido aliuos, riquezas el auariento, y guerras el valiente, y todos hallaran algo, solo el necio no hallarà nada en aquestos discursos, porã como dize Seneca¹⁹: *Stulto nulla re opus est, nulla enim vti scit, sed omnibus eget, omnis stultitia laborat fastidio sui, nemo est ex imprudentibus qui relinquere sibi debeat*. Y ansi no se ha de escriuir, para los que no supieron [*f. 2v*] aprender. No alcãçamos cõ pequeno trabajo la versiõ deste libro, por hallar su original escrito fuera de las reglas y preceitos de toda buena retorica, ã como su dueño se preciaua mas de soldado, ã de docto, escriuio las jornadas de su vida (admirables por cierto en todo) como las yuã haziẽdo, sus sucessos, sin mas aduertencia de preambulos, digressiones y figuras, no acordãdase tanto del deleytable del Poeta, como del vtil de la verdad, y ansi la dexò en esta historia desnuda de todo artificio, sin vsar en su cõposicion de la variedad hermosa ã al escri[t]or encomienda Platon²⁰ de la oracion perfeta, acabando los periodos con numero cõplido, como agudamente ense[ñ]a Fauorino²¹ de la breuedad modesta ã dize Horacio²², de la claridad distincion y agudeza que adierte S. Ambrosio²³, de la colocaciõ del sugeto con la materia y forma, como lo quiere Marsilio Ficino²⁴, de la vnion y correspondencia de antecedentes y subsequentes que da por necessaria Baldo²⁵, de la vnidad y energia de nombre y verbo ã pone Cicerõ²⁶ y de la simpatia de las sentencias, pẽsamientos, discursos y concetos, que pinta tan doctamente Pedro Moselano²⁷ para la perfecciõ del

libro, porque este nũca pensò su dueño ã le viessen tantos ojos, y ansi se cõtentò cõ hazer à los de sus hijos vna representacion tosca de sus trabajos, verdades brutas (llamemoslas ansi) diamantes por labrar: pero de preciosos fondos y quilates, para que supiesen valerse en los suyos con su exemplo, porque las experiencias ajenas siruen de muralla, y de defensa en las aduersidades propias de quien tan mal sabe librarse la vida. Despues de la del autor se tratò de dar estas curiosidades à la estãpa por parecer en todo dignissimas, y viendo estas verdades tan à lo tosco y à lo por labrar en el language y ornamentos historicos, afeyte ã haze mas hermosa à la verdad, y sube à la certeza de quilates, dierõ à quien ya he dicho cargo de pulirlas ã le parecio ã lo estauan bastantemente con diuidirlas en capitulos sin considerar las mayores faltas, y sin hazerlas mas defensa, y ansi el año de mil y seyscientos y diez y siete, salieron à la plaça del mũdo: de manera, ã aora quando las traduzimos no fue possible ã fuesse guardando la regla de S. Geronimo²⁸, y Roberto Oliuetano²⁹, ã dizen ã sea palabra por palabra, porã no nos dio lugar su poca correspõsion y elegancia, si empero lo hizimos sin apartarnos del sentido cierto de los assuntos, poniendo todo cuydado en buscar frasis propias, y eligiendo palabras ã tuuiesen mayor parentesco y energia cõ las estrañas sin faltar al tiẽpo sucesso modo y caso, como quierẽ Aulo Gelio³⁰ en el lib. 5. de sus noches de Athenas, Iuã Maria de Tolosa³¹ en su breuiloquio, y Pedro Victorio³² en sus varias lecciones, y ansi siẽdo forçoso vestir de concetos y sentencias esta escritura de ã estaua mendicãte, y no se escusauã, porã la elegãcia, el gusto, la erudiccion y metodo historial, no perdierã su decoro, ni quedarã disiertos de necessidad, auia de salir esta traduccion de mayor volumen, pues lleua de mas el adorno ã faltaua al original primero, ã aun cõ las imperfecciones ã he dicho fue notablemẽte biẽ recebido en todas partes, adonde se entiẽde la lẽgua Portuguesa porã de todos los autores ã escriuieron de aãl Leuãte ninguno escriuio mas difusamente, ni tãtas particularidades, como aãste por auer visto mas ã todos. Esta misma estimaciõ suya cõbidò a mi volũtad para comunicarle à todos en la lengua Castellana³³, para ã ella como Reyna de todos los idiomas por lo dulce, por lo copioso, sonoro, y graue

pudiesse seruir à las demas naciones de su dilatado Imperio cõ joya tã de estima, y [por]q̃ la tẽga este libro cõ todos estados, y q̃ la nouedad de sus materias no la de à los indoctos, para dudar de su certeza me parecio necessario aueriguar [f. 3r] estas verdades cõ autores autenticos y cientificos, prouãdo las cosas mas admirables destes discursos, y q̃ à la primera vista à los entendimiẽtos q̃ le tienẽ tan corta, les parecẽ imaginaciones, ò milagros, remitiendo en lo demas al curioso, à los autores de aquel oriente, de q̃ le harè vn Catalago por si quisiere, como yo aora lo mayor y famoso aueriguar lo q̃ fuere menos. Esto harè con la mayor breuedad q̃ me sea possible, por no salir del preceto de Seneca³⁴ y Valerio Maximo³⁵, q̃ vno dize q̃ el escritor: *Debet totum comprehendere sub exiguo*, y el otro, que, *multa & magna breuiter sunt tractanda*, porque como dize Hugon³⁶: *Lectio duobus modis animo fastidium ingerere solet, & affligere spiritum, qualitate, videlicet, si obscurior fuerit, & quãtitate si prolixior extiterit, in quo vtroquẽ, magno vti moderamine oportet, ne quod ad refectiõẽ quae sitũ est, sumatur ad suffocationem*. Las grandes riquezas que aqui se cuentan del Reyno de la China, y de los otros muchos de q̃ se dà noticia en este libro, han embaraçado bastãtamente a algunos ingenios, q̃ no se persuaden a q̃ aya en las Indias, ni en el mũdo mas riqueza q̃ la q̃ ellos tienen en sus casas, y ansi quãdo leen de tanta estatua de oro y plata, tanta chaperia, tãta baxilla, lãparas, tronos, sillas, camas, tantas piedras preciosas, y tantos cuẽtos de renta, ò les enfada su embidia, ò les desespera su pobreza, para q̃ lleguẽ a creer q̃ ay tanto, y q̃ ellos alcancen tan poco, q̃ aũ no alcançan a creer cosa tan possible, bueno fuera a los tales dexarlos con esta necedad: pero digamosles algo, para q̃, ò del todo les mate su embidia, ò les desespere su admiracion.

De las grãdezas de aq̃l Leuãte, y particularmẽte del Reyno de la China, trata difusamẽte el Padre Nicolao Trigauccio³⁷ de la Cõpañia de Iesus, en su libro de *Christiana expeditione apud Sinas*, por todo el libro primero, y principalmẽte en el c. 6 de *Senẽsis Reipublicae administrat.* adõde pone el valor de las rẽtas de aq̃l Principe Fr. Gaspar de la Cruz³⁸ en su lib. de la China en el c. 3. 4. y 5. adõde pinta embarcaciones guarnecidas de oro, grandes y

ricas baxillas, estatuas y arcos, y en el 19. adõde da cuêta del valor de las rêtas Reales. El Padre Iuã de Luzena³⁹ en la vida del Padre Francisco Xauier en el lib. 10. desde el cap. 17. hasta el 24. adõde trata hartas grandezas de aq̃l Reyno, y palacios de sus Reyes, teniêdo antes dicho mucho desto en el c. 13. del lib. primero en la descripciõ ã haze de los Reynos de aquel oriête. Antonio Galuã⁴⁰ en sus descubrimientos fol. 39. pone las perlas por cestos y canastas, y en nuestra⁴¹ historia de la Florida, se hallaran casas y tẽplos llenos dellas. El Padre Mendoça⁴² en su libro de la China gasta todo el primero en las grandezas y tesoros de aq̃lla Monarquia, pero particularmente hasta el cap. 9. dize de su fertilidad, abundancia y riqueza, y en el c. 2. del lib. 3. pinta salas de oro, de plata, y de piedras preciosas en los palacios de aq̃llos Reyes, sobre lo qual se puede ver à Trigautio⁴³ lib. 1. c. 7. §. Palatij Regis. El doctor Babia⁴⁴ en la tercera parte de su historia Pontifical, c. 18. in vita Sixti quinti, Botero⁴⁵ en sus relaciones, Fr. Iuã de los santos⁴⁶ en su Etiopia Oriëtal, c. 8. y la historia Ecclesiastica de Iayme Rebullosa⁴⁷, pone admiraciones notables en riquezas y tesoros, Ribadeneyra⁴⁸, Ma[f]jeo⁴⁹, y Luys de Guzmã⁵⁰ en sus historias Oriëtales por muchos capitulos. Y si todauia quisierẽ mas testigos de las riquezas de q̃ dudã, hagã la consecuencia cõ las grandiosas de las islas Occidẽtales, ganadas por nuestros Espaõoles, y hallaran bastãtemẽte conocida su incapacidad, y descubierto su engaño. Remitome en esto a los historiadores de aq̃l mundo Padre Blas de Valera⁵¹ de la Cõpañia, Iosef de Acosta⁵², el Licenciado Polo⁵³, [f. 3v] Pedro Cieça de Leon⁵⁴, el Contador Zarate⁵⁵, Miguel Vazquez de Padilla⁵⁶, Fr. Pedro Martyr⁵⁷, Coma⁵⁸, Casas Obispo de Chiapa⁵⁹, Frãcisco Lopez de Gomorra⁶⁰, Geronimo de Prado⁶¹, Doctor Fernãdez de Cordoua⁶², F. Geronimo Romã, Rebullosa⁶³, Botero⁶⁴, y Illescas⁶⁵, Antonio de Herrera⁶⁶, Pineda⁶⁷, y F. Prudẽcio de Sãdoba⁶⁸, y tãbien como todos el Inca Garcilasso⁶⁹ en sus Comen. Reales, por muchos lugares, y particularmẽte en el c. 20. del lib. 3. adõde hablãdo del tẽplo del Sol, q̃ estaua en la Imperial del Cuzco, dize, q̃ era vn edificio muy grãde, cubierto todo de tablonos de oro, cõ vna imagen del Sol de lo mismo, estaua tã grande q̃ tomaua el alto de la frontera de la fabrica, y q̃ à toda ella por la parte de afuera la abraçaua vna

cornixa de oro de vna vara de ancho; alli dize q̃ auia aposentos para la Luna, y Estrellas de planchas de plata, y otro de oro para el arco del cielo, siẽdo de lo mismo el quarto de los sacerdotes. En el c. 24.⁷⁰ pone jardines de oro, q̃ tenian los Incas, cõ todos los arboles, flores, plãtas, fuentes, estãques, quadros, y yeruas, contrahechos al natural: troges llenas de trigo de oro, vn maiçal de oro, y de lo mismo baxillas, fuertes tinajas, tinajones, rimeras de leña, y todo el mas seruicio del templo, hasta calderos, azadas, y azadones. En el c. 24. del lib. 3.⁷¹ dize q̃ era de la misma manera en la casa de las virgines, mugeres del Sol, y q̃ como el del Cuzco auia otros tẽplos en otras Prouincias; famoso es el q̃ pone Blas de Valera⁷² en Titicaca: pero sobre todo admira el Palacio Real de los Incas, pues como dize Pedro de Cieça⁷³, c. 94. auia en el edificio en lugar de mezcla de cal, y arena, oro derretido para fraguar las piedras. Milagrosa es la maroma, ò cadena de oro q̃ mãdò hazer el Inca Guaynacaua⁷⁴ para vna dãça q̃ se hizo en la fiesta del nacimiẽto de su hijo Huascar (llamado ansi por memoria desta joya) era del grueso de la muñeca de vn hõbre, y tenia de largo treziẽtos y cincũeta pasos, q̃ son seteciẽtos pies, y tomaua los dos lienços de la plaça mayor del Cuzco, adõde se hizo aquel sarao. Ansi lo dize el Inca c. 1. del lib. 9. Acosta⁷⁵ c. 22 y Zarate⁷⁶ c. 14. lib. 1. y vease lo q̃ dize Fernã Lopez de Castañeda⁷⁷ en su historia, tratando de los Mogores, q̃ esso basta para satisfaciõ.

Acerca de lo que Fernan Mẽdez dize del Gouierno de aquellos Reynos: de la rectitud de la justicia, nombres de juezes, Virreyes, Magistrados, Capitanes, Gouernadores, y Ministros: de sus habitos, insignias, particularidades, y costũbres. Dizẽ lo mismo Botero⁷⁸ en sus relaciones vniuersales. Trigaucio⁷⁹ en varias partes, y en particular en todo el cap. 6. del lib. 1. de Senẽsis Reipub. administ. El P. Cruz⁸⁰ en el cap. 16. 17. 18. 19. 20. La 3. p. de la Pontifical de Babia⁸¹, in vita Sixti V. Iuan de Luzena⁸² in vita Xauierij por todo el lib. 10. Mẽdoça⁸³ en los cap. 9. y 10. del lib. 3. y por otros muchos de su Itinerario del nueuo mũdo. Mafeo⁸⁴ en su historia Oriental, y las cartas de la China que escriuio el padre Guerrero de la Compañia⁸⁵.

De las muchas carceles q̃ dize el Autor q̃ vio: del numero notabable de presos q̃ en ellas auia: de los açotes q̃ les dauã, tã cruels q̃ a treinta q̃ recibẽ mueren, y de las tablas q̃ traia al cuello cõ la memoria de los delitos porque erã detenidos: de las enfermerias, grandiosidad de edificios, huertas, y jardines q̃ tienẽ las carceles: las guardas, y defensas: las ferias famosas q̃ se hazẽ en muchas dellas por todas las Lunas nuevas, y de las diferẽcias y diuersidades q̃ ay de prisiones, y torturas, se podra ver mas a la larga en la historia de la China del P. Mẽdoça⁸⁶ c. 12. del lib. 1. Cruz⁸⁷ cap. 12. 9. y 21. q̃ dizẽ, q̃ en cada ciudad, cabeça de Reyno, ò de Prouincia ay treze carceles, y q̃ en Cantã, ciudad la mas pequena de la China, auia en vna mas de [f. 4r] quinze mil presos, Trigaucio⁸⁸ en muchas partes de su historia, Lucaena⁸⁹ c. 21. lib. 10. Alexandro Valigna[n]o⁹⁰ en sus cartas y otros. Pero poco ay q̃ espantar de las muchas carceles, ni del numero tan crecido de presos cõ q̃ se hallã de ordinario, ni menos de lo q̃ dize nuestro autor de la mucha gẽte de aquellos Reynos, pues lo vno y otro se halla copioso en sus escritores. El Padre Cruz⁹¹ dize en el c. 5. q̃ en la ciudad de Cantam no puede rõper la mucha gente q̃ à todas horas entra y sale por ciento y tantas puertas q̃ tiene, y Lucaena⁹² en el lib. 10. c. 19. dize, q̃ no cabe la gente por las calles, plaças y caminos de las ciudades y villas, y q̃ à sus puertas ay de ordinario el mismo concurso, q̃ quando nosotros frequẽtamos las Yglesias en ocasiones de fiestas y Iubileos, y q̃ aunque es ansi q̃ los Chinas tienẽ libros adonde estàn escritos los nõbres de los vassallos del Rey, por donde se cobran las rentas y tributos Reales⁹³, no se puede bien saber aun por aq̃llas matriculas el numero de la gente de aquella Monarquia: porq̃ no se escriuẽ en ellas por personas, ò por fuegos, como se haze entre nosotros, sino tan solamente algunos de cada familia, ò apellido, q̃ vendràn à ser de cada diez personas menos q̃ tres, ò quatro, sin entrar en este empadronamiento los oficiales de la hazienda Real, ni los ministros de justicia, que son grandissima cantidad, ni los Capitanes y gente de guerra, que passan de seys millones, y setecientos mil, y con todo esso con ser como son los menos los matriculados, passan de setenta millones, y dozientas y cincũeta mil almas: de suerte, q̃ de los q̃ quedan por matricular, parece q̃ solo

el guarismo de Arquimedes⁹⁴ en el libro del numero de las arcas será poderoso a numerarlo. Afirma el Padre Cruz⁹⁵ ã se espantauan los Portugueses de ver tantos niños juntos, y dezian ã sin duda pariã las mugeres de cinco en cinco, como dize Estrabon⁹⁶ en su lib. 5. ã lo hazian las Egipcias. El Padre Mendoça⁹⁷ en el c. 3. del lib. 3. quiere tratar de los vassallos tributarios ã ay en aquellos Reynos de la China, cosa muy dificultosa, y despues de andar numerando los de cada Prouincia, y echãdo hartos millones, al fin no se atreue à sumarlos, dexãdolo à la imaginacion de cada vno, y à lo ã por todo su libro dize desta materia. El Padre Nicolao Trigaucio⁹⁸ la aueriguo mejor en su libro primero, porque en el c. 2. ã tiene por titulo, *De nomine situ, & magnitudine regni Sinarũ*, dize ansi en el §. verũ ne. *Adultorũ porrò capita, à quibus vectigal Regiũ singulatim penditur 58. milliones, vt vulgus vocat, quingenta quinquaginta millia octingenta & vnum, eo tempore quo liber excusus erat numerabantur, sed in his nequè muliebris sexus includitur, & è virili pueri adolescẽtesque eunuchi, milites, propinqui Regis[.]. Magistratus, literatique, & alij permulti excipiuntur.* Desta verdad tratan los autores alegados, para aueriguaciõ de lo ã dize de las grandezas de la ciudad de Pequim, ã otros llamã Panquim, y Mẽdoça⁹⁹ Taypin, y Sutiem, lease el c. 8. de su historia de la China, adõde dize, ã es la mayor del mũdo, y ã para atrauesar de puerta à puerta, solo lo murado sin los arrauales y burgos, es menester todo vn dia de Verano, y yr en vn cauallo ã ande de portãte, Cruz¹⁰⁰, Mafeo¹⁰¹, y Sanroman¹⁰² en muchos lugares de sus historias Oriẽtales confirmã lo mismo, Trigaucio¹⁰³ lib. 5. c. 3. Y hablando de la ciudad de Nanquim, lib. 30. cap. 10 y en otras partes. En el cap.[.] 89 dize Fernan Mendez de vn tẽplo fundado sobre cantidad de columnas, y porã ha espantado a algunos esta arquitetura, quiero ã veã otra obra como esta en el Padre Cruz¹⁰⁴, c. 7. adõde dize ã vio en la ciudad de Fucheo en la casa del Presidẽte de Haziẽda, vna torre famosa y grãde, fundada sobre treynta columnas de a doze palmos de ruedo, y quarenta de alto, en el padre Trigaucio¹⁰⁵ hallara el cu-[f. 4v]-rioso algunos destes edificios, en Mẽdoça¹⁰⁶ la misma torre de Fucheo, c. 3. lib. 1. y en Mafeo¹⁰⁷, y F. Antonio de Sãroman¹⁰⁸, y en el lib. de Iorge Bruno¹⁰⁹ de descriptione ciuitatis Orbis, se hallarã vna

ciudad de ciẽ millas de circuyto, fundada sobre mil y dozientas y sesenta puentes, que es mas que lo ã hemos dicho; y otras en Africa¹¹⁰, y otras partes.

Pintanse en esta historia grãdes estatuas de bronze, y hierro; y porque no se dude de ã se puede vaziar tã grandes, vease el padre Cruz¹¹¹, c. 3. 4. y 5. Mendoça¹¹² lib. 1. cap. 9. y 10. y lib. 2. cap. 7. Botero¹¹³ en la relacion de Siam pone vna estatua de cincuenta passos de alto, y dize que las ay en aquellos Reynos notables, y disformes: y en la relacion de la China pone vna estatua de muger de notable grandeza. Rebullosa¹¹⁴ en [su] historia Ecclesiastica, fol. 117. y 118. trae mucho desto. F. Iuã de los Sãtos¹¹⁵ en su Etiopia 2. p. c. 7 y en el c. 12. hablando del tẽplo de Tremel. Lucena¹¹⁶ lib. 7. c. 1. 6. 8. y 9. Trigaucio¹¹⁷ lib. 1. c. 4. §. Statuae. Mafeo¹¹⁸, y Sanroman¹¹⁹ en el cap. 90. dize que vio casas fundadas en los rios; y poco ay que espantar desto, pues se halla lo mismo en Mendoça¹²⁰ c. 7 lib. 2. y en la segunda parte c. 14. y en muchas de su Itinerario. Lucena¹²¹ lib. 19. c. 19. Trigaucio¹²² lib. 1. c. 8. §. Vrbes nonnullę, pone ciudades enteras, y Marco Paulo Beneto¹²³, Oderico¹²⁴, Iorge Bruno¹²⁵, y Habraam Ortelio¹²⁶. Del modo ã dize en el cap. 97. que tienen en aquel Leuante para criar los anades, en embarcaciones sobre los rios, y que los sueltan en los regajos, sin ã al recogerlos se baragen vnos con otros, ni pierdan sus embarcaciones mismas, y del como los crian, y los sacã, vease Cruz¹²⁷ c. 7. y 8. Mendoça¹²⁸ c. 22. Trigaucio¹²⁹ lib. 1. c. 3. y otros muchos Autores. De las ciudades que dize en el c. 98. ã para las ferias se hazẽ en los rios de embarcaciones de todas suertes, hablã muchos Autores, Lucena¹³⁰ dize dellas en el c. 19. del libro 10. y otros Autores ã dexo, porã esta verdad la assegura bastantemente el numero de embarcaciones ã ay en aquellas partes, como dize Mendoça¹³¹ en su Itinerario del nueuo mũdo c. 17. y en muchas partes de su lib. de la China: el P. Cruz¹³² c. 8. y 12. Trigaucio¹³³ lib. 1 c. 3. §. Nauium copia. Lucena¹³⁴ c. 19. lib. 10. pintan embarcaciones riquissimas, y de mucha costa, para los señores, y Magistrados, y tanto numero dellas, y otras, que no se pueden contar, y ã ay personas que nunca viuieron en tierra, ni la pisaron, porã en las mismas embarcaciones nacẽ, se crian, tratan, y contratan, trayendo en ellas sus hazẽduelas, puercos, anades, gallinas, y lo ã mas es, huertas,

estanques, y jardines, y ay tales destes vasos, q̃ ancorados a ciertas distancias siruẽ de mesones, hosterías, y ṽetas, adõde hallã todo seruicio, y regalo los pasajeros, y mareantes. Desto tratã largamẽte todos los Autores de aquellas tierras. Del muro q̃ diuide los Reynos de Tartaria, y China, de q̃ trata el Autor en el c. 97. ay acerca de su grandeza notable variedad entre los Autores: pero los mas autênticos le dã la misma distãcia, guardas, presidios, y fortalezas q̃ Fernã Mẽdez; y verdaderamẽte en esto, y en todas las admiraciones q̃ dize en esta historia, a el se le deue mayor credito q̃ a otros q̃ escriuieron de aquellos Reynos, como persona q̃ lo vio tã de espacio. Biẽ tratã esto Lucena¹³⁵ lib. 10. c. 21. Cruz¹³⁶ c. 2. y 4. Trigaucio¹³⁷ lib. 1. c. 2. y lib. 5. c. 12. Antonio Galuã¹³⁸ en sus descubrimiẽtos fol. 70. Mendoça¹³⁹ en la primera parte lib. 1. c. 5. y en la segunda cap. 17. Babia¹⁴⁰ en la tercera par. de su Pontifical c. 18. y generalmẽte los Autores de aquel Leuãte. En el c. 109. causa admiraciõ el edificio que alli trae, q̃ el llama, Tesoro de los muertos, porq̃ parece que tantos huessos no se podian juntar facilmente: pero esso, y la solenidad que vio en el [f. 5r] dize Lucena¹⁴¹ en el lib. 7. c. 8. Trigaucio¹⁴², Cruz, y Mẽdoça¹⁴³, y no deue espãtar pues Teodoro Escãdugino¹⁴⁴, y Paulo Iobio¹⁴⁵ en la historia de los Turcos, dize de muchas torres q̃ los Persas leuantarõ de las calaueras de aquellos barbaros mahometanos en las guerras Persianas: famosa es la q̃ dizẽ Passauino¹⁴⁶ en la descripciõ de Persia, y Beloro¹⁴⁷ in Chronologia Regũ Persarũ, q̃ hizo el Cãchiadogli, q̃ era de los cimiẽtos à la Piramide de calaueras Turquescas, y no es menos lo q̃ dize Celio Agustin Coriõ¹⁴⁸, tratãdo de las guerras de los Zimbros, q̃ jũto à Marsella, en Frãcia murierõ tãtos Turcos en vna batalla q̃ los naturales leuãtarõ palomares de sus huessos y cabeças, y hizierõ cercas y paredes dellos à sus huertas y jardines, y Antonio Bõfinio¹⁴⁹ dize en sus Decadas Vngaricas, q̃ los Turcos lleuaron à Cõstantinopla algunos carros cargados de narizes de los Christianos muertos, para q̃ el gran Turco viesse los muchos q̃ auian vencido, por no poder llevar en aquel triunfo tãtos cuerpos. El cimiterio de la Parroquia de los Inocentes de Paris, es numerosissimo en huessos y calaueras, pues tiene vn claustro muy grande con mõtes dellos, aunq̃ sin tantos testigos quedaua prouado por razon bastante lo q̃ dize Pinto, pues

si tantas Prouincias, y de tantos Reynos, lleuauan a aquel tẽplo los huessos, ò los dientes por parecerles ã ansi ganauan gloria, ã ay que espantar que en el se juntassen tantos? En descriuir los famosos edificios de todo aquel Leuante, gasta nuestro autor muchos capitulos, y las mismas grandezas se puedẽ ver en todos les autores ã tratan de aquellas gentes de Asia, porã todos los pintan grandiosos y ricos. Famosos los descriue Lucena¹⁵⁰ en el libro quinto de la vida del Padre Xauier. En la ciudad de Nara pone muchos, y particularmente vno de metal dorado, y labrado curiosa y perfetamente de tal grandeza que yo no me atreuo à escriuirla, vease en el cap. 8. porã lo ã se dize de sus columnas, patios, porticos, y oficinas, parece ã mas facilmente se dize ã se imagina. El Padre Luys Floys¹⁵¹ en sus cartas dize, ã le contò nouenta y ocho columnas de cedro, que cada vna tenia tres braças de rueda con proporcionada altura, ã aprecia cada vna en cinco mil ducados, tan perfetas y ricas eran. De otro tẽplo dize Lucena¹⁵² en el mismo c. 8. Monasterio suntuoso, adonde auia vn altar tan grande ã cabian en el mil y quinientos idolos de la estatura de vn hõbre, dorados todos y repartidos por nueue ordenes, al rededor de vno de mayor grandeza, y cada vno de los ã le cercauan tenia tres cabeças y quarenta braços, que no seria el altar pequeño, ni lo es el numero de lâparas de plata y oro ã alli dize ã auia.

Es notable el ã pone en el cap. 19. del libro primero¹⁵³, dedicado a vn mono, tenia setenta columnas de marmol labrado, mayores ã las del Panteon de Roma, y hablando de los templos de Miacoo, en el cap. 8. del lib. 7¹⁵⁴. dize, que calla sus grandezas por no perjudicar à la verdad de la historia. El que Botero¹⁵⁵ trae en sus relaciones, dedicado à la tarãtola, ò lagartija, es famosissimo, y los tres mil y ochociẽtos que dize que ay en la sierra de Fregenoma e[n] la relacion del Iapõ. Grãdioso es el de Tremel, como dize Santos¹⁵⁶ en su Etiopia c. 8. de la segunda parte, y en la misma en el c. 9. dize notables cosas del templo del elefante y de Canarim, pues lo menos es ser abiertos en vna sierra de piedra cõ notables relieues, maçonerias y molduras, y tales en todo, que dize aquel autor¹⁵⁷ que justissimamente pueden ser estas dos fabricas contadas entre las marauillas del mundo, deste particular estãn llenos los autores.

Para el num. notable de religiosos, y religiosas (llamemoslos ansi) ã dize [f. 5v] que ay en aquellos Reynos, bastaua lo que dize el padre Cruz¹⁵⁸ en el cap. primero, que la gente diputada para el sacerdocio en la China, serà la tercera parte de la que tiene el Reyno. Vease Damian de Gois¹⁵⁹ en la historia del Rey don Manuel Iuan Pedro Mafeo¹⁶⁰, lib. 11. y 14. Sanroman¹⁶¹, y Trigaucio¹⁶² en muchas partes de sus historias: y para que no se admire el ã leyerer la nuestra, viendo tãto numero de religiosos en vn Monasterio; tantos Bonzos, y tãta diuersidad de habitos, y insignias, lease el cap. 16. del libro del Preste Iuã, de Frãncisco Alvarez¹⁶³, Fr. Iuã de los Santos¹⁶⁴ en su Etiopia cap. 17. 2. par. Luis de Paramo¹⁶⁵ de origine Inquisitionis, lib. 2. c. 19. in 6. aetate mundi. Razi¹⁶⁶ en la Coronica de santo Domingo, fol. 299. Galuan¹⁶⁷ en sus descubrimientos, fol. 70. Luzena¹⁶⁸ en muchas partes de su lib. Mẽdoça¹⁶⁹ c. 8. 19. 20. y 23. y por todo el lib. primero y segũdo. Fr. Gaspar de la Cruz¹⁷⁰ c. 5. 9. y 7. Botero¹⁷¹ en sus relaciones de China, Nar[s]jinga, Iapõ, y Siã. Rebullosa¹⁷² fol. 141. Leonardo Abel¹⁷³ en sus relaciones. Paulo Mariani¹⁷⁴ en sus jornadas de Egypto: y otros muchos, adõde se hallarã grandissimas comunidades de religiosos, y religiosas. De la grãdiosidad, aparato, y magnificencia de los cõbites de aquellos Gẽtiles de las comedias, y entremeses ã hazẽ: fiestas, dãças, saraos, y musicas: diuersidad de instrumentos, y de los palillos cõ ã comen, dizen graciosas cosas los Autores. generalmẽte Lucena¹⁷⁵ lib. 10. c. 13. Mendoça¹⁷⁶ lib. 3. c. 18. Trigaucio¹⁷⁷ lib. 1. c. 7. §. Conuiuia, por catorze paragrafos. Mendoça lib. 1. c. 24. y 28. y aunã Trigaucio lib. 3. c. 18. dize, ã no alcãçaron los Chinas clauicordios, el P. Cruz¹⁷⁸ en el c. 14 dize, ã los vio muchos y Mendoça¹⁷⁹ lib. 3. c. 14. de las fiestas, y cõbites destas gẽtes, trata muy a la larga. Mafeo¹⁸⁰ lib. 6. de su historia de la India, y Sãroman¹⁸¹ en la suya: y sin los lugares citados de Trigaucio¹⁸², en otros muchos de su Expedi. Christ. y particularmente en el cap. 11. del lib. 4. §. Volebat Eunuchus, adonde ay graciosas agudeças. Del modo de sacrificarse en las solemnidades, y fiestas Fr[.] Iuan de los Santos¹⁸³ cap. 8. de su Etiopia. Damiã de Gois¹⁸⁴ en la historia del Rey dõ Manuel. Mendoça¹⁸⁵ en su Itinerario c. 26. Trigaucio por todo el cap. 10. del lib. 1. Lucena en muchas partes del lib. 7. Cruz¹⁸⁶ cap. 13. Botero¹⁸⁷

en sus relaciones, las cartas del Iapon, y China, Mateo Ricio¹⁸⁸, Sanroman¹⁸⁹, y Mafeo¹⁹⁰. En el cap. 118. y 119. deste libro trata el Autor del castillo de Nixiancoo en la China: y porque el padre Mendoça¹⁹¹ en su libro 3. c. 3. de la primera parte, y en la segũda cap. 23. dize absolutamente, que en aquel Reyno no se vsan castillos, ni fortalezas, ni los ay, afirmãdolo en muchos otros lugares de aquella historia, parece ã estamos obligados à aueriguar el engaño deste padre, con autores autêticos, y que muchos años cursaron aquellas tierras, y no quisieron fiar su opinion de relaciones mal entendidas; porque ansi quede mas sabida la verdad de Fernan Mendez, la qual prouaremos con el padre Nicolao Trigauccio¹⁹², hõbre ã estuuu tantos años en aquellas partes, ã dize en su lib. de Christiana expeditione, ã ay castillos y fortalezas en la China, sacase del lib. 4. adonde dize el titulo del capitulo 11. *Quid nostris in Arce Thiësim contigerit*: y el §. 3. del cap. 13¹⁹³. tiene por titulo, *Aduenae, & legati quomodo tractentur in Arce*: auiendo puesto este titulo antes al mismo c. 13. *Nostri à rituum Magistratibus cõprehensi in Arcem legatorũ retrusi sunt*. Y en el cap. 4¹⁹⁴. del lib. 2. dize que se leuantò vna fortaleza en la Prouincia Esziauquimensi à costa de doze ciudades, y en el mismo lib. c. 2. §. Vtrũ, trata de fortalezas, y castillos; y en otras muchas partes de aquella historia. Babia¹⁹⁵ 3. p. Pontif. c. 18. in vita Sixti V. Lucena¹⁹⁶ lib. 10. c. 22. El P. Cruz¹⁹⁷, c. 5. y 7. Mateo Ricio¹⁹⁸ en sus Comentar. [*f. 6r*] Botero en la relacion de la China se acuerda del castillo de la isla de Tamo, la historia Ecclesiastica de Rebullosa¹⁹⁹, fol. 176. y Mafeo²⁰⁰, lib. 4. & 5. aunã pudieramos auer consultado menos autores, pues el mismo Padre Mendoça²⁰¹ muestra el decuydo suyo en su misma historia, pues en el cap. 6. del lib. 3. de la segunda parte, tratando del cosario Limahon, dize, que huyendo de la armada Española ã en su busca auia salido de las Filipinas, se recogio a vn fuerte en la isla de Pangasinan, y en el cap. 30 del mismo libro²⁰², dize, que saliendo los nuestros del puerto de Tantuso, vieron en el lugar de Guatin, ã està en la isla de Chautuba, vno y otro en tierra de la China, cinco furtes en que se defendia la gente de aquella isla de la infectacion ordinaria de los cosarios, con lo qual ya se vee quan claro cõtradize aquella afirmatiua primera, pues no aduirtio ã fuertes

castillos y fortalezas son sinonomos, como cõtra otros quieren Polieno²⁰³ en su libro de estratagemas, Vegezio²⁰⁴ de re militari, Vanucio²⁰⁵, Escalante²⁰⁶, y Vasconzelos²⁰⁷ en su Arte militar, de las penitencias ã hazian los Gentiles en la tierra del tẽplo de Tinagoogoo, de las processiones de aquel templo, y de los ã en ellas se sacrificauã; vease à Fr. Iuan de los Santos²⁰⁸ c. 8. de su Etiopia, Mendoça²⁰⁹ libro de su Itinerario, c. 28. Trigaucio²¹⁰ libro primero c. 10. y en la segunda parte de la historia de la China de Mendoça, c. 21. Galuan²¹¹ en sus descubrimientos fol. 56. Mafeo²¹², Sanroman²¹³, Botero²¹⁴, y Fr. Antonio de Gouea²¹⁵ en la jornada del Arçobispo de Goa, admira mucho lo que dize el autor en el cap. 54. que estando perdidos en vna isla sin tener que comer el, ni sus compañeros, que derrotados miserablemente auian alli tomado tierra, passò volando vn cueruo marino (ansi dize en sus originales) y no milano, como en los libros impressos, y al passar por encima de la cabeça del Capitan Antonio de Faria, se le cayò de las vñas vn albur, y que espantados de aquella nouedad, se llegaron à vna ribera, adonde hallaron muchos de aquellos cueruos, que abatiendose à las aguas se sustentauan de aquel pescado, lleuandolos en las vñas por el ayre, y que ellos dandoles mucha grita y voces, les hazian caer algunos con que se sustentaron muchos dias, no deue esto parecer milagro à los que leyeren las historias de la India, pues hallaran que sus naturales pescan con los mismos cueruos, y para esse entretenimiento los criã, como entre nosotros los paxaros de Altaneria, no digo (por no alargarme) como hazẽ aquella pesca, remito al curioso que quisiere saberlo al libro de la China del Padre Cruz²¹⁶ cap. 12. Sanctos²¹⁷ lib. 3. cap. 17. Mendoça²¹⁸ lib. 3. cap. 22. Trigaucio²¹⁹, Ricio²²⁰, Mafeo²²¹, Sanroman²²² y otros.

Del numero notable que dize de idolos, Mendoça²²³ lib. 1. cap. 9. y lib. 2. cap. 7. y en otras muchas partes, Santos²²⁴ en la segunda parte de su Etiopia, cap 7. Lucena²²⁵ en todo el lib. 7, Trigaucio²²⁶ lib. 1. c. 10. §. Idolorum multitudo visitur. Rebullosa²²⁷ desde el fol. 116. hasta el 120. Cruz²²⁸ en muchas partes de su libro, Damian de Gois²²⁹. Botero²³⁰ en sus relaciones de Pegu trae vna casa con doze mil idolos, y otras con veynte mil, y otras de muchos mas en la relacion de Siam, y Narsinga. Bauia²³¹ en la 3. par. de su Pontifical, cap. 18. in

vita Sixti quinti, pone otra con quatrocientos idolos y quatrocientas lamparas, si bien es así que se engañò en este mismo capitulo, diciendo, que las varelas de los Pegus, y de los Indios eran como nuestras ermitas, siendo así que son vnas piramides de quatro braças de alto la mas pequeña, son maciças de ladrillo y cal, doradas curiosamente, y en la cumbre tienen ciertos glouos de hierro con pomos y chapiteles de bronze, quaxados de campanillas de adonde se cuelgan las joyas, y ofertas que las hazen, adoranlas por dioses aquellos barbaros, y labranlas tan grandes para significar la celsitud y grandeza de sus falsas deydades, la mayor dize Botero²³² en sus [f. 6v] relaciones, que està en la ciudad de Degun, y es de tal altura, que desde ella se descubre la mayor parte del Reyno.

De los hõbres ã en el cap. 166. llama el Autor Caloges, y Fingaos, y dize, ã tenían los pies redondos, como vacas, y las manos vellosas: y otros cõ grandes lobanillos sobre el huesso sacro; no deue espatarse na[di]e, pues Antonio Galuã²³³ en sus descubrimiẽtos, fol. 32. dize, ã en la isla de Samatra los ay cõ rabos como carneros, y fol. 26²³⁴ dize ã en las islas Malucas los ay cõ espolones en los tobillos como gallos; y ã el Rey de Tidore le dixo, ã en la isla de Batampina auia hõbres cõ colas: tãbien lo dize fol. 72²³⁵. adõde se hallarà, ã en las montañas de los Andes, que son linde del Reyno del Peru, y el Brasil, entre otras grãdes marauillas, y admiraciones ã cuenta dellas, dize en el folio alegado, ã la mayor parte de los hõbres ã viuen las faldas destas sierras, son [t]u[e]r[t]os, y algunos ciegos, de manera, que por marauilla se hallan dos jũtos, sin ã el vno sea tuerto, ò ambos ciegos. El P. Gaspar de la Cruz²³⁶, dize en su libro, ã vio en el Malabar hõbres de pies, y piernas tã gruesos, ã era cosa notable. Y destas monstruosidades ay tanto escrito, y podia alegarse tanto, que hiziera facil lo mas dificultoso de nuestra Historia.

De los arcos triunfales ã tiene las calles, y de lo ã siruẽ, y de como los adornã las fiestas y solenidades cõ mucha riqueza, y luminarias, hablã generalmente todos los Autores, y el padre Cruz²³⁷ en el cap. 7. los tassa en tres mil ducados cada vno, segun son costosos y ricos. De ã tienen Vniuersidades y estudios generales, adõde a costa del Rey, ò Prouincia, se enseñan todas

ciências, y Artes liberales, y ã dellas tienẽ bastante conocimiento (aunã mas imperfeto ã nosotros) dizelo Trigaucio²³⁸ en el cap. 3. del lib. 1. y en el quinto del mismo lib. este ã empieça de *Artibus apud Sinas liberalibus, ac scientijs deque literatorum gradibus*: y aquel de *Artibus apud Sinas mechanicis*. Que en todo genero son ingeniosissimos, digãlo las curiosidades ã de allà nos vienẽ. Lucena²³⁹ c. 5. lib. 7. Mẽdoça²⁴⁰ en su Itinerario del nueuo mundo, dize ã ay muchas Vniuersidades, aunã solo para estudiar sus leyes, sin ã tengan mas conocimiẽto de otras ciencias, ò Artes, en lo ã se engaõ fuertemẽte, como tãbien lo hizo el padre Cruz en los capitulos 20. y 27. que aũque dize ã ay Vniuersidades y estudios, niega lo mismo, y verdaderamẽte cõtradizen al juyzio ã haze Aristoteles²⁴¹ de los moradores de Asia en el lib. 7. Polit. c. 7. y los de Europa, diziendo, que la ventaja ã hazen los de Poniente en esfuerço a los Orientales, les hazen ellos en la sutileza de los entendimientos.

De los modos singulares y estraños de las saluciones y cortesias de aquellos Gẽtiles, el padre Mafeo²⁴² en su Historia Indica en el lib. 6. despues de auer dicho graciosidades grãdes a este proposito, dize ansi fol. 134. *Salutandi ritus inter plebeios eiusmodi: laeuam in pugnum compressam obtegunt dextera, ambas [de inde] pectori saepiùs admouent, & simul accommodato ad gestum sermone, demonstrant amicum sibi conditũ haerere in medullis; at primores, brachijs arcuatim extensis, ac digitis vtriusque manus implexis, ident idem sese ad terram vsque submittũt, certãq, verborũ officijs inter se, vter posterior alterius, honoris causa quiescat*. Mendoça²⁴³ en muchas partes de su libro dize lo mismo, mas Trigaucio²⁴⁴ en el cap. 7. del lib. 1. tit. de Sinarum ritibus nonnullis, dize graciosas cosas acerca de sus cortesias, visitas, saluciones, y vrbanidades; vease todo aquel capitulo que es admirable. Babia²⁴⁵ en la 3. par. de su Pontifical in vita Gregor. XIII. los exagera tanto de cortesies y vrbanos, que dize, ã solo para dar vn jarro de agua vsan de ocho cortesias, que para asperarle con mucha sed, no serà gustoso. En todo lo que dize nuestro autor del bienauenturado padre Francisco Xauier, su vida, milagros, profecias, muerte, transmigraciones y sucessos. De lo que escriue de don Alvaro de Atayde, y Diego Pereyra, con todas las circunstancias, y

particularidades; se hallará muy largamente, y casi por las mismas [*f. 7r*] palabras en Iuan de Luzena²⁴⁶ por todo el libro nono; Ribadeneyra, Luis de Guzman²⁴⁷, y Mafeo, la Pontifical de Babia²⁴⁸ 3. par. cap. 16. in vita Gregorij XIII. Trigaucio por todo el cap. 1. del libro 2. en 22. paragrafos, desde el primero, que empieça, *Beatus Franciscus Xauerius primus expeditionis Sinensis auctor*. Botero²⁴⁹ en la relacion de la China, y Iapon. Rebullosa²⁵⁰ fol. 172. Mateo Ricio²⁵¹ en sus Comentarios lib. 2. y fray Antonio de Sanroman²⁵² en su historia Oriental.

Del sepulcro que dize el Autor que hallò en tierras tan apartadas, de vn tio del vltimo Rey infiel de Malaca, con memoria de Alfonso de Alburquerque, habla Barrios²⁵³ en sus Decadas, y los Comentarios de Alfonso de Alburquerque²⁵⁴. La historia del Rey Bramaa, sus vitorias y conquistas, se hallará en las relaciones de Botero²⁵⁵; en el padre Cruz²⁵⁶ capitulo segundo y quarto; en Mafeo²⁵⁷, y Sanroman²⁵⁸. La entrada de los Tartaros en la China, y el cerco que pusieron sobre la ciudad de Pequim, se hallará en las relaciones de Botero²⁵⁹; en Cruz²⁶⁰ cap. 4. y en Paulo Iobio²⁶¹; Aytonio Armenio²⁶², y Matias de Micuy²⁶³.

Y para confirmar lo que dize de la venida de los Achenes sobre el Reyno de Aaru, està en la torre de Tumbo de Lisboa vna carta para el Rey don Iuan el Tercero de Portugal, que la escriuio Pedro de Faria, Capitan que entonces era de Malaca, su fecha de veinte y cinco de Deziembre, año de mil y quinientos y treinta y quatro, adonde da al Rey cuenta de aquella venida de los Achenes. Y del Embaxador, que dize Fernan Mendez que el Rey de A[a]r[u] embiò à Malaca a pedir municiones, y poluora, refiriendo lo mismo que en este libro dize nuestro Autor acerca de aquel particular, y haze memoria Pedro de Faria en esta carta, que yo vi, y lei de Antonio de Faria, el que en aquesta Historia se dize que murio en la conquista de la isla de Calempluy, entre otros Fidalgos que dize al Rey que estauan siruiendole en la India.

De la subersion de las Prouincias de Cuy, y Sansij, de que habla en el capitulo dozientos y veinte y dos: del niño que solamente quedò viuo entre tanta muchedumbre, De los ruydos, y voces que se oian de noche en aquel

lago. De los temblores de aquella tierra, y de la sangre que lloiu en Pequim por aquellos dias, dize lo mismo el padre Cruz²⁶⁴ cap. 29.

De Angeroo el Iapon, que despues de Christiano se llamò Paulo de santa Fè, dizen lo mismo que Fernan Mendez Babia²⁶⁵ en la tercera parte de la Pontifical, capitulo 96. Botero²⁶⁶ en la relacion del Iapon, Luzena²⁶⁷ en muchas partes de los libros 3. 7. y 10. Rebullosa²⁶⁸ folio 161. 162. y 163. Trigaucio²⁶⁹ lib. 2. cap. 1. §. Beatus Franciscus. Mafeo libro 14. Sanroman²⁷⁰, y otros muchos.

De los dioses Fatoquis, Amida Xaca, Gizõ, y Canom: y de las patrañas, sueños y mentiras que cuentã dellos. Del principio que los dan, y del respeto que los tienen, se puede ver en Mafeo²⁷¹ lib. 12. de su Historia Indica; y en el primero y quarto de sus cartas, adõde pone vn tẽplo suntuoso, y rico de Xaca, cõ vna estatua de tal grandeza ã llama el *Colosseum immanis magnitudinis Xacae signũ*, cõ otras de otros idolos no menores. Trigaucio²⁷² lib. 1. y 2. Botero²⁷³ en sus relaciones, Sãromã²⁷⁴, y otros.

Tantas razones huuiera, como ofrecemos Autores, para probar las admiraciones desta Historia, que yo las dexo del todo, por no proceder en infinito, de mas de que oy se vsan ingenios tan altaneros, y libres, ã pocas vezes los admitẽ en contra de su presunciõ, y en disfauor de la opinion ã abraçan; y aunque no saben formarlas, ni creerlas en cosas muy faciles y llanas, presumen de deshazer las mas compuestas, y cõtradezir las mas medidas; tales hã querido poner duda en que se librasse Fernã Mendez Pinto de peligros tan grandes, y tã ordinarios, como si la misericordia de Dios, y la disposicion libre de sus diuinos juyzios fuesse tan corta, y tan medida como nuestros faciles discursos; escuso de ha-[f. 7v]-zer algunos sobre duda tan risible, pues ay hartos exemplos en el mundo que bueluen por esta ventura: los Autores estàn llenos de hombres ã se libraron de muchos males, Plinio²⁷⁵ por todo el libro de Fortitudine, tiene admiraciones notables, Seneca²⁷⁶ en los de Clemencia, Yepes²⁷⁷ en sus Exemplos, Torquemada²⁷⁸, y los tres espejos del Velouacense²⁷⁹; Gregorio Tolosano²⁸⁰, Vitorio²⁸¹, y otros mil ã he leydo yo, y que callo por llegarnos mas a nuestros tiempos, en que nos seruiràn de abonados testigos Alonso de Aguilar en el descubrimiento de Chile, Hernando de Soto,

y sus cõpañeros en la Florida²⁸², y Aluarado, y Saauedra en Mexico, y Nueva España, que passaron tantos, y tales trabajos, que parece imposible poderlos resistir la vida. Estraños son los que cuẽta Garcisanchez de Figueroa²⁸³ c. 3. de su libro Ocidental, y el Inca Garcilasso²⁸⁴ en sus Comẽtarios Reales lib. 1. c. 8. de Pedro Serrano en el descubrimiento del Peru, pues estuuo tres años en vna isla desierta, adõde tomò tierra, perdido en vna tormẽta, sin abrigo, comida, defensa, ni vestido, resistiẽdo a tãtas inclemẽcias, y otros quatro años, acompañado de otro Castellano, que a caso le derrotò allí su fortuna, passando vno y otro lo que podra ver en estos Autores, el que dudare de la variedad de los sucessos humanos, y de la fortaleza de nuestra miseria, quando el cielo la sirue de defensa, y Dios quiere guardarla: porque, *Quis consiliarius eius fuit? & cognouit sensum Domini?*²⁸⁵

A la mucha memoria ã tiene Fernan Mendez de sus sucessos, culpã algunos, pareciẽdoles ã no es possible acordarse de tãtas particularidades, a estos fuera mejor no respõderles, pues sus mismos coraçones, y memorias les concluyràn con muchas experiencias; porã no es menester mucha anacardina, para acordarse vn hombre de los sucessos propios, quando son ò muy prosperos, ò muy aduersos. Quiẽ oluida facilmente sus penas? ò quiẽ ignora sus bienes, ni sus gustos? no por cierto quien los passa, y quiẽ los tiene: y siẽdo esto tan propio de nuestra naturaleza, aũ sin ningũ cuydado, ã ay que espantar, ã quien le tenia de hazer memoria de su vida, supiesse escriuir sus particulares todos? pues ansi como era facil boluer à escriuir aquellas copias quãdo se perdiessen (como el dize ã lo hazia) no es dificultoso a la memoria repetirlas de nuevo, quãdo quisiesse el discurso, ã las ideas de bienes, ò males, de cõtẽtos, ò dolores, dichas, o desdichas, son caracteres ã impressos vna vez en la imaginaciõ, y en los sentidos, no es el tiẽpo a borrarlos poderoso, pues pocos se hã olvidado de si mismos. Para lo ã dize de Persia se vea a Beroso²⁸⁶, Passauino²⁸⁷, Metastenes²⁸⁸, Niceforo²⁸⁹, Iosefo Escaligero²⁹⁰, Christiano Mafeo²⁹¹, Genebrardo²⁹², Procopio Tamira²⁹³, Agacio²⁹⁴, Zonaras Griego²⁹⁵, Tabarique²⁹⁶, Mircõd²⁹⁷, dõ Iuã de Persia²⁹⁸, Iosefo Barbaro²⁹⁹, Pedro Texera³⁰⁰, Fr. Antonio de Gouea³⁰¹, Iuã Bohemio³⁰², Mateo Palmerino³⁰³, y F.

Iuã de Pineda³⁰⁴, y Zurita³⁰⁵. Para lo ã dize de Tartaria vease a Matias de Mícu[y]^{306a}[.] ayton[i]o Armenio^{306b}, S. Antonino³⁰⁷, Paulo Iobio³⁰⁸, Antonio Bõfinio³⁰⁹, Celio Agustín Corion³¹⁰, Niceforo Gregoras³¹¹, y Iosef Barbaro³¹², y Pineda, y los Anales de Zurita, to. 1. Para lo ã dize de Etiopia, y la Abassia, lease el libro del Patriarca Fr. Iuã Bermudez³¹³, Frãcisco Aluarez³¹⁴, Fr. Iuã de los Sãtos³¹⁵, Põponio Mela³¹⁶[.] Lactãcio³¹⁷, el Luzero de la tierra Sãta³¹⁸, el Itinerario de Guerrero³¹⁹, Geronimo Querubin³²⁰, Frãcisco Alberese³²¹, Botero³²², y Pineda en su Monarquia Ecclesiastica. Para lo ã dize de Moscobia, Rusia, y Sarmacia, vease a Bartolomeo Anglico³²³, Sebastianus Mõsterus³²⁴, Ricardo Knoles³²⁵, Sigismũdo de Herbestrin³²⁶, Iuã Sanbuco³²⁷, Iuã Leon Clauio³²⁸, Nicolas de los Condes³²⁹, Chalcocõdilas³³⁰, Ricardo Tribulí³³¹, Armento³³², Marco Paulo Beneto³³³, y Pineda.

[f. 8r] Y porque no podemos, sin hazer vn volumen muy grande desta Apologia, poner particular defesorio de las grandezas, y admiraciones desta Historia; podra el curioso, que desseare aueriguar la verdad dellas, verlas muy por menor en los Autores ã han tratado de aquel Leuante, y ã aqui le cito, adonde yo las he visto de la misma manera que Fernan Mẽdez las escriue: y si algunos dellos se apartan algo, son los ã escriuieron por relaciones agenas, sin jamas auer salido de su casa: diligẽcia que merece poco credito, y muy grande este libro, si es verdad lo que dize la Glossa³³⁴ en la authentic. de instru. caus. Eccles. in princip. que, *Veritas est certa rei notitia, habita maxima[e] per visum*. Que es lo mismo a que aludio Aburacim Abençarique³³⁵, en la Historia de la perdida de España, culpando a los que escriuẽ por relaciones: porque al fin, *Nimiũ altercando veritas amittitur*. Como dixo doctamente Mateo Grimaldo³³⁶ de racione studentí, lib. 2. y así es sin falta, porque nunca las relaciones vienẽ vnas, aunq̃ se hagan muchas en vn caso: de ã es fuerça que luego se siga lo ã dize el mismo Grimaldo³³⁷, que, *Eius, quod multipliciter exponitur, veritas ignoratur*. El hallarse el Escritor presente a los sucessos de ã escriue, abona grandemente la Historia por dudosa ã parezca: porq̃ si es así, que casos particulares, ã suceden en vna calle, y aun quiça en vna casa, los vezinos della los suelen referir con tanta diuersidad, que apenas puede vn

hombre cuerdo determinarse à creer a los vnos, ò à los otros, siendo necessario para hazerlo, pensar muy por menor las circunstancias de las personas, del lugar, y el tiempo, y otras que mucho hazen al caso. Como podra esperarse mas certeza, ni seguridad de relaciones hechas sin parte, y traydas de tantas leguas y distancias? Llenas estàn las Historias mas graues destas faltas, por querer sus dueños fiar la opinion propia de papeles agenos; escudanse los tales con el dicho del venerable Beda³³⁸, en la prefacion al Rey Zeolulfo, que es la verdadera ley de la Historia, *Simpliciter colligere, quae fama vulgantur*, y engañanse neciamente; porque aunque es ansi, que en el discurso del tiêpo, en sus tornos, ambages, bueltas y rodeos, no puede tropeçar la verdad, ni faltar de su primera sustancia, como dixo la ley³³⁹, *Sicut falsis*, si empero la opinion del Escritor, que fiado demasiadamente en relaciones (las mas vezes sueños de hombres libres) culpa a la vista de agenos ojos, que à costa de mil trabajos se hallaron en tantas experiencias, abriendo puerta (como dize el Derecho³⁴⁰) para que la aficion, el interes, ò la enemistad hagan a los Escritores de la pluma espada, y de la espada pluma, que es lo que dixo san Isidoro³⁴¹, hablando de los Iuezes, y Ciceron³⁴² de la justicia. En este engaño cayò el Iobio³⁴³, contra quien se escriuió en Francia, por auer dicho en su Historia, que auian muerto en vna batalla algunos Caualleros Franceses, que entonces la estauan leyendo en Paris, y se passeauan en Leon, y el mismo se quexa, que en ella auia ofendido la honra de vn Capitan, por la siniestra informacion de dos soldados, para que se vea quanto credito merecen papeles sueltos.

No engrandezco el estilo desta version, pues se ha de ver, ni la apazibilidad, y sucessos admirables deste libro, pues de muchos se ha ya visto, y aunque estimo la censura del docto, despídome del fauor del murmurador, y del necio, y digo, ã sino se aprouecharen deste libro, o por no quererle dar credito, ò no entenderle, tampoco le desaprouecharàn, sino le leyeren no le morderan, y sino supieren que ha nacido, no le buscaràn sepultura para enterrarle, y por esso no dexaremos de ser tan [*f. 8v*] amigos como de antes. Resta aora dezir, ã si en las dificultades que en el [*se nos*] hã ofrecido, no ha podido dar fondo [*m*]i discurso, y ha salido de mis manos, como las del

ignorante platero la peça rica, por no auer sabido apartar la espuma de la plata. A la medida que en este caso se culpare à mi entendimiento, de que Dios me libre, es justo se disculpe à mi voluntad, que aun en desseos solos, como principio del obrar, se toman particularmente en assuntos tan leuantados, por *Dimidium facti*, como quieren Horacio³⁴⁴ y Ausonio³⁴⁵, pues dize el vno, *Aude, & incipe*, y el otro, *Incipe, & efficies*, que es lo de Seneca³⁴⁶, en el libro de *Moribus, Magn[a]rum rerum*, (dize el) *& si successus no fuerit, laudabilis est tamen ipse conatus*: aun no passando de serlo, aunq̃ pese à la embidia, y al vulgo, al qual suplico, por si llegare este libro à las Escuelas graues de sus hinchados Filósofos, que las cosas mas faciles ponen en disputa, ò à las Academias vanas de sus sutiles cortesanos, donde truecan la vtilidad de la sentencia, por el ornamento del hablar hinchado, que si es verdad de aquel dicho de Lactantio³⁴⁷, dicho tan en su fauor, y tenido por prouerbio verdade[r]o, *Plus sapit interdum vulgus, quia tantum quantum opus est sapit*: que sepa para culpar de los mios, el que dixo san Isidoro³⁴⁸ en el libro 3. de *Summo bono*, que en la leccion de los libros, *Non verba, sed veritas, est amanda, saepè autem reperitur simplicitas veridica, & falsitas composita*: porque al fin, *Cursum rectum, in vndoso isto mari tenere, & in summa fortuna non abripi licentiae ventis, magnum est*: porque no lo sabemos todos todo, y quando fuera ansi, es cierto lo de Seneca³⁴⁹, que, *Nec quidquam tam probè, aut prouide hic dici, non vellicare malignitas possit*. Dios te guarde. Euora y Mayo 30. de 1618.

Licenciado Francisco de Herrera Maldonado.

Notas

¹ Plinius de animal | ² Elianus de animal. | ³ Hier. sup. O[ss]jeae. | ⁴ Senec. Epist, 3: | ⁵ Eneas Syl. in proc. de mund. & vnib. | ⁶ Laur. Iust. Serm. de S. Ma[t]. Euang. | ⁷ Greg. Hom. 37. in Luc. | ⁸ Tulli. lib. 10. Officior. | ⁹ Ene. Syl. de dict. & fact, | ¹⁰ Sygism. & Federi. | ¹¹ Ius. Lypsius de const. | ¹² S. Ambros. lib. Epist. 70. ad Sabin. | ¹³ Chrysost. sup. Matt. | ¹⁴ Aug. lib. de Agõ. Chris. | ¹⁵ Cardan.

de rerũ var. |¹⁶ Victori. varia lection, |¹⁷ Gregor. Tholos. Dilucid. |¹⁸ Chrisost. tit. 3. Hom. 78. in c. 16. in Ioan. |¹⁹ Senec. Epist. 10. |²⁰ Platon. |²¹ Faborinus. |²² Horatius. |²³ S. Ambros. |²⁴ Marsil. Ficin. |²⁵ Baldus |²⁶ Tulli. |²⁷ Petr. M[o] sel. in orat. var. linguar. |²⁸ S. Hieron. |²⁹ Robert. Oliuetan. |³⁰ Aulus Gel. lib. 5. nocti. Athic. |³¹ Iuan Maria de Tolosa, in breuiloquio temporum. |³² Petr. Victor. variarum lection. |³³ D. Sebast. Couarr. in diction. Hisp. |³⁴ Senec. Epist. 84. in princip. |³⁵ Valer. Max. |³⁶ Hugon. lib. 5. Didascali |³⁷ Nicol. Trigautius de Christiana expedition. apud Sinas à Societ. Iesu suscepta. |³⁸ Gaspar de la Cruz lib. de la China. |³⁹ Iuan de Lucaena, in vita Xauerij. |⁴⁰ Ant. Galuan en sus descubrimientos. |⁴¹ Herrera Maldonado in Historia florid. |⁴² Mendoza, Histor. de China. |⁴³ Trigaut. lib. 1. |⁴⁴ Babia in 3. p. Pont[i]fical. |⁴⁵ Boterus Relation. |⁴⁶ Iuan de los santos historia de Etiopia. |⁴⁷ Rebullosa historia, Eccles. de Europa. |⁴⁸ Ribadeneyra. |⁴⁹ Mapheus. |⁵⁰ Luduui. à Guzm. |⁵¹ Blas de Valera. |⁵² Ioseph. de Acosta, |⁵³ Licenciado Polo. |⁵⁴ Petr. de Cie. |⁵⁵ Zarate. |⁵⁶ Miguel. Vaz. de Pad. |⁵⁷ Petr. Mart. |⁵⁸ Com. |⁵⁹ Cas. Epis. Chiap. |⁶⁰ Gomara. |⁶¹ Prado. |⁶² D[oct]. Ferd. de Cord. |⁶³ Rebullos. |⁶⁴ Boterus. |⁶⁵ Illescas. Pontif. |⁶⁶ Ant. de Herre. |⁶⁷ Iuan. de Pin. Monar. |⁶⁸ Sand. in Carol. V. |⁶⁹ Garcilas. Inca. Com. Real, lib. 3[.] c. 20. |⁷⁰ Idem lib. 3. c. 24. |⁷¹ Idem in eodem. |⁷² Valer. hist. Occid. lib. 5. cap. 4. |⁷³ Petr. Cie. cap. 94. |⁷⁴ Garcil. Inc. lib. 9. c. 1. |⁷⁵ Acost. cap. 22. |⁷⁶ Zarate lib. 1 c. 14. |⁷⁷ Fer. Lop. de Casta. hist. Orien. |⁷⁸ Boter. |⁷⁹ Trigaut. |⁸⁰ Cruz. |⁸¹ Babia. |⁸² Luzena. |⁸³ Mendoça. |⁸⁴ Mapheus. |⁸⁵ Guerrer. in epi. episto. Sinae. & Iaponi. Societ. Iesu. |⁸⁶ Mêdoça. |⁸⁷ Cruz. |⁸⁸ Trigaut. |⁸⁹ Lucaena. |⁹⁰ Alex. Valignan. in Epist. |⁹¹ Cruz, cap. 5. |⁹² Lucaena, lib. 10. c. 19. |⁹³ Idem in eodem. |⁹⁴ Archimed. lib. num. Arc. |⁹⁵ Cruz. |⁹⁶ Strab. li[b]. 5. |⁹⁷ Mendo. lib. 3 cap. 3. |⁹⁸ Nicol. Trigau. lib. 1. cap. 2. paragrafo verum ne. |⁹⁹ Mendoça |¹⁰⁰ Cruz. |¹⁰¹ Mapheus. |¹⁰² Fr. Ant. de Sanro. Hist. Orien. |¹⁰³ Trigau. |¹⁰⁴ Cruz. |¹⁰⁵ Trigaut. |¹⁰⁶ Mendoça. |¹⁰⁷ Maphe. |¹⁰⁸ Sanrom. |¹⁰⁹ Iorge Bruno de descri. ciuit[.] Orbis. |¹¹⁰ Luis del Marm. en su Afr. Iuan Leon in descrip. Afr. |¹¹¹ Cruz. |¹¹² Mendoça. |¹¹³ Boterus. |¹¹⁴ Iayme Rebul. in hist. Eccles. |¹¹⁵ Sanct. |¹¹⁶ Luzena. |¹¹⁷ Trigau. |¹¹⁸ Maph. |¹¹⁹ Sanroman. |¹²⁰ Mendoça, Itiner. |¹²¹ Luzena. |¹²² Trigaut. |¹²³ Marco Paul.

Ben. |¹²⁴ Oderic. |¹²⁵ Brun. |¹²⁶ Orteliu, |¹²⁷ Cruz. |¹²⁸ Mendoza. |¹²⁹ Trigaut. |¹³⁰ Luzena. |¹³¹ Mendoza. |¹³² Cruz. |¹³³ Trigauti. |¹³⁴ Luzen. |¹³⁵ Luzena. |¹³⁶ Cruz. |¹³⁷ Trigau. |¹³⁸ Ant. Gal. |¹³⁹ Mendoza. |¹⁴⁰ Babia. |¹⁴¹ Lucaen. |¹⁴² Trigaut. |¹⁴³ Mendoça. |¹⁴⁴ Teod. Scan. His. Turc. |¹⁴⁵ Job. His. Turc. |¹⁴⁶ Passau. in descript. Persi. |¹⁴⁷ Belor. in Chronol. Reg. Persar. |¹⁴⁸ Zel. Aug. Cori. in Zimb. |¹⁴⁹ Anton. Bonphin. Decad. Vng[a]r. |¹⁵⁰ Lucaen. in vita Xauerij. lib. 5. |¹⁵¹ Ludũ. Flois i[n] Epist. |¹⁵² Lucaen. |¹⁵³ Lucen. lib. 1. c. 19. |¹⁵⁴ Idem lib. 7. |¹⁵⁵ Boter. |¹⁵⁶ Sanctos in Etiop. |¹⁵⁷ Idem in eodem, |¹⁵⁸ Cruz. |¹⁵⁹ Damian de Gois Histor. del Rey D. Manuel. |¹⁶⁰ Mafeus. |¹⁶¹ Sanroman. |¹⁶² Trigaut. |¹⁶³ Francis. Alu. |¹⁶⁴ Etiop. Santos. |¹⁶⁵ Param. de origi. Inqui. |¹⁶⁶ Razi in Chro. D. Dominici. |¹⁶⁷ Ant. Galuan. |¹⁶⁸ Luzena. |¹⁶⁹ Mendoça. |¹⁷⁰ Cruz. |¹⁷¹ Boterus. |¹⁷² Rebullosa. |¹⁷³ Leonard. Abel relat. |¹⁷⁴ Paul. Marini in jorn. Egyp. |¹⁷⁵ Lucena. |¹⁷⁶ Mendoça. |¹⁷⁷ Trigaut. |¹⁷⁸ Cruz. |¹⁷⁹ Mendoça. |¹⁸⁰ Mapheus. |¹⁸¹ Sanrom. |¹⁸² Trigaut. |¹⁸³ Santos. |¹⁸⁴ Dam. de Gois. |¹⁸⁵ Mendoça. |¹⁸⁶ Cruz. |¹⁸⁷ Boter. |¹⁸⁸ Mat. Rit[.] Comm. |¹⁸⁹ Sanrom. |¹⁹⁰ Mapheu. |¹⁹¹ Mendoça. |¹⁹² Nicol. Trig. lib. 4. c. 11. |¹⁹³ Idem cap. 13. |¹⁹⁴ Idem lib. 1. c. 4. |¹⁹⁵ Babia. |¹⁹⁶ Luzena. |¹⁹⁷ Cruz. |¹⁹⁸ Ritius In Com. |¹⁹⁹ Rebullosa. |²⁰⁰ Mafeus. |²⁰¹ Mendoça. c. 6. lib. 3. |²⁰² Idem lib. 3. c. 30. |²⁰³ Polien. lib. Estrat. |²⁰⁴ Veget. de re milit. |²⁰⁵ Vanutius. |²⁰⁶ Escalant. |²⁰⁷ Vasconzel. |²⁰⁸ Santos. |²⁰⁹ Mendoça. |²¹⁰ Trigaut. |²¹¹ Galuan. |²¹² Mapheus. |²¹³ Sanroman. |²¹⁴ Boter. |²¹⁵ Fr. Anton. de Gouea. |²¹⁶ Cruz. |²¹⁷ Santos. |²¹⁸ Mendoça. |²¹⁹ Trigau. |²²⁰ Ritius. |²²¹ Mapheu. |²²² Sanrom. |²²³ Mendoça. |²²⁴ Santos. |²²⁵ Lucena. |²²⁶ Trigaut. |²²⁷ Rebullo. |²²⁸ Cruz. |²²⁹ Gois. |²³⁰ Boter. |²³¹ Bauia. |²³² Boter. Relat. |²³³ Anton. Galuan. fol. 32. |²³⁴ Idem fol. 26. |²³⁵ Idem in eodem. |²³⁶ Gasp. de la Cruz cap. 4. |²³⁷ Cruz. |²³⁸ Trigau[t]i. |²³⁹ Lucen. |²⁴⁰ Mendoça. |²⁴¹ Arist. lib. 7. Pol. cap. 7. |²⁴² Ioan. Pet. Maph[.] lib. 6. |²⁴³ Mendoça. |²⁴⁴ Trigaucio. |²⁴⁵ Babia. |²⁴⁶ Luzena. |²⁴⁷ Luis de Guz. |²⁴⁸ Babia. |²⁴⁹ Boterus. |²⁵⁰ Rebullosa. |²⁵¹ Matheo Rit. |²⁵² Sanroman. |²⁵³ Barrios Hist. gener. |²⁵⁴ Alfons. de Albu[r]quer. |²⁵⁵ Boterus |²⁵⁶ Cruz. |²⁵⁷ Maph. |²⁵⁸ Sanrom. |²⁵⁹ Boterus. |²⁶⁰ Cruz. |²⁶¹ Paulo Job. |²⁶² Ayton. Arm. |²⁶³ Mat. de Mic. |²⁶⁴ Cruz. |²⁶⁵ Babia. |²⁶⁶ Boterus. |²⁶⁷ Luzena. |²⁶⁸ Rebullos. |²⁶⁹ Trigau. |²⁷⁰ Sanroman. |²⁷¹ Maph. Hist. Indica. |²⁷² Trigaut. |²⁷³ Boter. |²⁷⁴

Sanroman, |²⁷⁵ Plino. lib. de fortitud. |²⁷⁶ Senec. de Clemen. |²⁷⁷ Yepes lib. Exempl. |²⁷⁸ Turrecrem. |²⁷⁹ Vicent. Velouacens. in Specu. |²⁸⁰ Gregor. Tolos. syntax Artis mirab. |²⁸¹ Victor. variar. lect. |²⁸² Herrera Maldonado Hist. de la Florida. El In[c]a Gar. la Flor. |²⁸³ Garcisanchez de Figueroa, lib. Ocid. c. 3. |²⁸⁴ El Inca Garcilas. Cõ. Rea. lib. 1. c. 8. |²⁸⁵ Esai. c. 40. Sapiẽ. c. 11. Paul. ad Rom. c. 11. & ad Cor. Ep. 1. c. 2. |²⁸⁶ Beros. |²⁸⁷ Passauin. |²⁸⁸ Metastenes. |²⁸⁹ Nicef. |²⁹⁰ Ioseph Scalig. |²⁹¹ Christ. Maph. |²⁹² Geneb. |²⁹³ Procop. Tamir. |²⁹⁴ Agat. |²⁹⁵ Zon[a]r. |²⁹⁶ Tabar. |²⁹⁷ Mircõ. en su Tarique. |²⁹⁸ Dõ Iuã de Persia. |²⁹⁹ Ioseph Barb. |³⁰⁰ Pet. Teix. |³⁰¹ Ant. Gob. |³⁰² Bohem. |³⁰³ Palm. |³⁰⁴ Pineda. |³⁰⁵ Hier. Zurita. |^{306a} Micu. |^{306b} Ayton. |³⁰⁷ S. Anto. |³⁰⁸ Paul. Iob. |³⁰⁹ Bonfin. |³¹⁰ Corion. |³¹¹ Nicefor[.] |³¹² Ioseph. Barb. |³¹³ Bermud. |³¹⁴ Fran. Aluar. |³¹⁵ Iuã de los Sãt. |³¹⁶ Põp. Mel. |³¹⁷ Lactan. |³¹⁸ Luzero de la tierra Sãta. |³¹⁹ Guerrero. |³²⁰ Querub. |³²¹ Aluer. |³²² Boter. |³²³ Bar. Angli. |³²⁴ Muns. |³²⁵ Ricar. Knol. |³²⁶ Sigis. de Herb. |³²⁷ Sãb. |³²⁸ Leon Clau. |³²⁹ Nic. de los Cõd. |³³⁰ Chalc. |³³¹ Ric. Trib. |³³² Armen. |³³³ M. P. Beneto. |³³⁴ Glos. in auth. de instru. caus. Eccles. |³³⁵ Abençarique Historia de la perdida de España. |³³⁶ Math. Grimal. de ration. studen, lib. 2. |³³⁷ Idem in eodem. |³³⁸ Venerab[.] Beda, in princ. praef. ad Reg. Zeolulph. |³³⁹ L. sicut falsis. C. de fals. |³⁴⁰ Cap. quatuor 11. q. 3. |³⁴¹ S. Isidoro. |³⁴² Tulus. |³⁴³ Paulus Iobi. |³⁴⁴ Horatius. |³⁴⁵ Ausonius. |³⁴⁶ Seneca, lib. de Moribus. |³⁴⁷ Lactantius Fir. lib. 11. instit. |³⁴⁸ Isidoro lib. 3. de sum. bon. |³⁴⁹ Senec. Ep. 20.

Referência

MALDONADO, Francisco de Herrera. Apologia en favor de Fernan Mendez Pinto, y desta Historia Oriental. *In*: PINTO, Fernan Mendez. **Historia oriental de las peregrinaciones de Fernan Mendez Pinto portugueses [...]**. Madrid: Tomas Iunti, 1620. ff. 1r-8v. Disponível em: <http://data.onb.ac.at/rep/104A70C2>. Acesso: 13 jun. 2022.

El aporte de Félix F. Outes al estudio de las lenguas fuegopatagónicas

The contribution of Félix F. Outes to the study of the Fuegopatagonian languages

Luisa Domínguez*

RESUMEN:

Félix Faustino Outes (1878-1939) fue un especialista en ciencias antropológicas que, además de indagar en distintas temáticas sobre arqueología y geografía, también se encargó del estudio de las lenguas indígenas del actual territorio argentino. Como continuación de un trabajo previo (DOMÍNGUEZ, L. 2022), en esta ocasión nos proponemos examinar, desde la perspectiva de la historiografía lingüística, los aportes que realizó al estudio de las lenguas indígenas fuegopatagónicas, a lo que sumaremos un trabajo también de su autoría sobre las lenguas rioplatenses. La totalidad de estas contribuciones partieron de la base de fuentes documentales debidas a hallazgos ocasionales o a sus propios contactos académicos. La primera serie que analizaremos consiste en trabajos basados en el descubrimiento, en 1910, de un conjunto de códices en el Museo Británico que le permitieron rectificar hipótesis clasificatorias de lenguas rioplatenses y patagónicas. La segunda serie parte de un grupo de materiales que le fueron cedidos por un viajero suizo, Georges Claraz, en la década del 20, entre los que se destacan un vocabulario yagan y uno “pehuenche”.
PALABRAS CLAVE: lenguas fuegopatagónicas, historiografía lingüística, Félix F. Outes.

Recibido el 20 de septiembre de 2022.

Aceptado el 22 de noviembre de 2022.

DOI: <https://doi.org/10.18364/rc.2023n64.1337>

* Universidad Nacional de Córdoba, luisa.dominguez@unc.edu.ar

<https://orcid.org/0000-0002-5214-2284>

ABSTRACT:

Félix Faustino Outes (1878-1939) was a specialist in anthropological sciences who, in addition to various archeological and geographical topics, was also involved in the study of the indigenous languages of what is now Argentina. Continuing a previous work (DOMÍNGUEZ, L. 2022), this time we will examine, from the perspective of linguistic historiography, his contributions to the study of the indigenous languages of the Fuegopatagon, to which we also add a work on the languages of the River Plate from his pen. All these contributions were based on documentary sources due to occasional results or their own academic contacts. The first series that we will analyze consists of works based on the discovery, in 1910, of a set of codices in the British Museum that allowed him to rectify classifying hypotheses of Río de la Plata and Patagonian languages. The second series is based on a group of materials that were given to him by a Swiss traveler, Georges Claraz, in the 1920s, among which a Yagan and a “Pehuenche” vocabulary stand out.

KEYWORDS: Fuego-Patagonian languages, linguistic historiography, Félix F. Outes.

Punto de partida

En términos generales, la producción sobre lenguas indígenas de la primera mitad del siglo XX en Argentina podría caracterizarse como “marginal” (SWIGGERS, 1990) dentro del desarrollo de la lingüística universal. De hecho, tal como demostramos en otros trabajos (DOMÍNGUEZ, L., 2020, 2021), en ese país, gran parte de sus responsables fueron especialistas en ciencias antropológicas, mientras que los especialistas locales en ciencias del lenguaje desatendieron notablemente su estudio. Esto permite explicar que solo recientemente haya despertado el interés de los historiadores de la lingüística de Argentina. De hecho, hasta hace poco tiempo, era notable la ausencia de trabajos locales en perspectiva histórica que abordaran la producción sobre lenguas indígenas de la primera mitad del siglo XX. Ha sido en la última década que el volumen de investigaciones sobre este tema en Argentina ha ido en aumento.¹

¹ Véanse, por ejemplo, los trabajos de DA ROSA, 2013; DE MAURO, 2018, 2019; DOMÍNGUEZ, V., 2021, 2022; DOMINGUÉZ, V. y ORDEN, M. E., 2020; FARRO,

Teóricos de la historiografía como SWIGGERS (1990) y SCHLIEBEN-LANGE (2019) coinciden en la importancia que tienen las producciones marginales para alcanzar una interpretación cabal del desarrollo de la disciplina. Para nosotros, además, este tipo de fuentes no solo importan a la reflexión acerca de la historia de la lingüística, sino que su análisis contribuye a comprender operaciones de violencia simbólica que han derivado en el silenciamiento de lenguas y pueblos indígenas. Entre otras cuestiones, la producción sobre estas lenguas de la primera mitad del siglo XX revela el mecanismo de la comunidad científica de reservar su estudio al ámbito de la antropología, cuyos abordajes eran sobre el pasado y con perspectiva (pre) histórica. La lingüística, por su parte, se encargó, en todo caso, de la indagación de distintos aspectos relacionados con el castellano y, más particularmente, con la variedad rioplatense de esa lengua (DOMÍNGUEZ, L., 2020). Es así que, a continuación, nos proponemos abordar un problema específico que, tiempo después, fue objeto incuestionable de la lingüística. Esperamos, además, a partir de un trabajo fundamentalmente descriptivo, contribuir con la organización de documentaciones históricas sobre las lenguas indígenas del Cono Sur.

Más concretamente, en diálogo con un estudio anterior abocado al análisis de las primeras producciones de Félix F. Outes (1878-1939), gran parte de ellas dedicadas al pueblo nación Querandí (DOMÍNGUEZ, L., 2022), en esta oportunidad nos detendremos en su producción relativa a las lenguas fuegopatagónicas, que tuvo lugar entre las décadas de 1910 y 1920. El artículo se organiza en tres apartados. En el primero de ellos, presentamos los primeros años de la trayectoria académico-investigativa del autor. El segundo y el tercero consisten en el análisis de un segmento de su obra organizada en dos grandes series según un criterio que remite a las circunstancias en que Outes consigue los materiales que dieron lugar a esos trabajos. Así, el segundo apartado indaga en sus aportes al estudio de las lenguas indígenas

2013, 2014; MALVESTITTI, 2015, 2020, por mencionar solo algunos.

rioplatenses y patagónicas a partir del hallazgo, en el Museo Británico, de una serie de materiales escasamente conocidos. Finalmente, examinamos sus trabajos basados en una serie de documentaciones debidas a misioneros anglicanos de mediados del siglo XIX, que le fueron cedidas por un viajero de origen suizo, Georges Claraz.

1. Precuela: los primeros años de la trayectoria académica de Outes

Outes nace en Buenos Aires el 29 de julio de 1878. Realizó sus estudios en la Academia Británica de esa ciudad y en el Colegio Nacional de Buenos Aires. Con apenas quince años pasó a formar parte de la Sociedad Científica Argentina, insertándose muy tempranamente en el circuito científico porteño. Un año después, en 1894, publica su primer trabajo, sobre arqueología, en la *Revista del Jardín Zoológico de Buenos Aires*. Sin embargo, él mismo reconoce que fue con la publicación sobre los querandíes (OUTES, 1897), un trabajo en el que debate las hipótesis filiatorias de este pueblo nación que hemos analizado en otra ocasión (DOMÍNGUEZ, 2022), que se dio el inicio de su labor científica. En cuanto a su formación académica, en 1896 comienza a estudiar en la Facultad de Ciencias Médicas y, luego, continúa en la Facultad de Derecho y Ciencias Sociales de la Universidad de Buenos Aires, estudios que sostiene hasta 1899 (OUTES, 1922). A partir de ese mismo año comienzan sus labores como secretario de los *Anales de la Sociedad Científica Argentina*, hasta 1901, cuando es designado director de los *Anales*, rol que desempeña hasta 1903.

En cuanto a su producción durante este periodo, sobresale la estratégica inserción de Outes en debates que lo conducen a polemizar con renombrados especialistas en ciencias antropológicas del ámbito local e internacional. Se trata de una instancia de exploración de diversos temas sobre arqueología y antropología de la región rioplatense y patagónica. Incursiona, además, tanto en el trabajo de campo como en el de gabinete, tomando como referencia

los posicionamientos y métodos de Samuel Lafone Quevedo, lo que permite inscribir sus trabajos en la tradición de estudios que parten del argumento lingüístico para la organización étnica del territorio.

En paralelo a estos primeros trabajos, logra conseguir, progresivamente, cargos de jerarquía creciente. Así, en 1903 es nombrado adjunto de la Sección de Arqueología del Museo Nacional de Historia Natural de Buenos Aires. También en 1903 funda, junto con Luis María Torres, la revista *Historia. Materiales para el conocimiento físico y moral del continente americano*. Un año después, es convocado por la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires para participar de la comisión encargada de la creación del Museo Etnográfico de esa universidad (véase DOMÍNGUEZ, 2020).

En el ámbito de la docencia, a partir de 1906 se desempeña como profesor adjunto de Etnografía en la Facultad de Ciencias Naturales de la Universidad Nacional de La Plata y tres años más tarde es nombrado profesor suplente de Antropología de la misma Facultad. En la Universidad de Buenos Aires, por su parte, comienza a ejercer funciones a partir de 1908, cuando se lo designa profesor suplente de Antropología de la Facultad de Filosofía y Letras. En 1911, cuando consigue el nombramiento de profesor adjunto de Arqueología en Buenos Aires, renuncia a sus cargos en La Plata. Ya definitivamente asentado en la Capital del país, en 1913 comienza a desempeñarse, además, como profesor titular en el Colegio Nacional de Buenos Aires.

En síntesis, durante esta etapa inicial, la trayectoria académica de Outes se desarrolló principalmente en el ámbito de la arqueología y, sobre todo, en los centros académicos de La Plata. Siguiendo la lectura de Barros (2001), esta situación se modificó a mediados de la década de 1910, cuando comenzó a buscar en los estudios de geografía un ámbito original y de vacancia en las ciencias antropológicas argentinas, decisión que terminó por ubicarlo definitivamente en la Universidad de Buenos Aires.

2. Los hallazgos en el Museo Británico

En 1910, Outes publica *Los aborígenes de la República Argentina*, un manual destinado a los colegios nacionales y a las escuelas normales, ilustrado por Carlos Bruch, en el que expone, junto con las características del territorio nacional, las características físicas, culturales y lingüísticas de distintos pueblos indígenas del país. Posiblemente este trabajo haya conducido al Consejo Nacional de Educación a convocar a Outes para realizar una visita a Europa con el objetivo de “estudiar los procedimientos observados e instrumentos empleados en las investigaciones de somatología y antropometría escolares” (OUTES, 1922, p. 12). Así, en 1912 emprende este viaje con distintos destinos por ese continente. Aprovechando el desplazamiento, además, asiste al XVI Congreso Internacional de Orientalistas en Atenas, en representación de la Facultad de Filosofía y Letras y del gobierno nacional. Muy probablemente haya sido durante esta misión cuando también visite el Museo Británico, donde encuentra documentación de relevancia que lo conduce a intervenir en debates específicos sobre lingüística indígena.

Estos hallazgos documentales tienen como resultado tres trabajos: “Sobre las lenguas indígenas rioplatenses” (1913a), “Vocabularios inéditos del patagón antiguo” (1913b) y “Un texto y un vocabulario en dialecto Pehuenche de fines del siglo XVIII con introducción y notas” (1914). A partir de estas tres publicaciones, Outes se inserta en dos discusiones del mismo tenor que las que había sostenido en los inicios de su carrera en cuanto al grupo de los querandíes (véase DOMÍNGUEZ, 2022): por un lado, el problema de las interpretaciones exegéticas de las fuentes y, por el otro, las hipótesis de correlación étnica y racial de los grupos indígenas del país. Esto conduce a una estructuración de los artículos también similar: en general, comienzan con una descripción de las circunstancias del hallazgo de las fuentes, acompañada de una presentación de los debates que suscitan, en los que, por lo general, busca insertarse. Luego de esta introducción, se encarga de analizar las fuentes, lo que consiste, como se verá, en un método de organización sistemático que

constituirá una de las originalidades de su trabajo. La serie que se analiza en este apartado muestra, además, el pasaje de su temprano interés por las lenguas de la región rioplatense a las de la región fuegopatagónica, que luego será su principal ámbito de indagación.

2.1. Sobre las lenguas indígenas del Río de La Plata

El asunto de los pueblos indígenas de la región del Río de La Plata no era desconocido para Outes. De hecho, como ya dijéramos, sus primeros trabajos se abocaron al estudio de los querandíes, habitantes originarios de esta región. De allí que “Sobre las lenguas indígenas rioplatenses” (1913a) entra en diálogo con sus intereses tempranos, aunque en este caso focaliza en la lengua güenoa, de la región del Uruguay y del este argentino.

Al inicio del artículo, Outes relata las circunstancias del hallazgo: de manera casual, mientras realizaba una lectura de la obra de Hermann Ludewig, *The Literature of American Aboriginal Languages* (1858), da con una referencia a un supuesto vocabulario güenoa presente en el *Saggio pratico delle lingue* (1787) del abate jesuita Lorenzo Hervás y Panduro, que había sido ignorado hasta entonces por los especialistas. Durante el viaje a Europa que mencionamos anteriormente, Outes decide indagar en distintas bibliotecas con el objetivo de encontrar los documentos del abate. El hallazgo finalmente se concreta en la del Museo Británico, donde da con lo que resultó ser un catecismo en dicha lengua (es decir, no se trataba de un vocabulario como consignaba Ludewig), registrado por otro miembro de la orden, el abate Camaño, quien se lo habría facilitado a Hervás. Este descubrimiento tiene cierta relevancia ya que los registros históricos sobre las lenguas de la región rioplatense, en general, son realmente escasos.

El artículo es bastante breve y el análisis propiamente lingüístico consiste en la comparación del catecismo en güenoa publicado por Hervás con el vocabulario de la lengua chaná registrado por Dámaso Larrañaga. A partir de la identificación de escasos cognados y algunas coincidencias en

la construcción del futuro, el autor ratifica la hipótesis acerca de la unidad lingüística del “gran complejo Güenoa-Chaná” (OUTES, 1913a, p. 236) previamente esbozada por Hervás.

La ratificación de la hipótesis del abate, por otra parte, le permite a Outes contradecir otras propuestas filiatorias que circulaban en el período: una de ellas sostenía la filiación de los charrúas con los pueblos patagónicos (como es el caso de Benigno Martínez, citado por el propio Outes) mientras que la otra planteaba que se trataría de lenguas aisladas (OUTES, 1913a).

Por otra parte, según sus características textuales y discursivas, este trabajo se inscribe en lo que hemos dado en llamar una arqueología documental de las lenguas indígenas (DOMÍNGUEZ, L. 2022), que resumidamente consiste en la búsqueda, hallazgo, preparación, presentación y comentario de distintas documentaciones sobre lenguas indígenas. Esta tarea, por entonces, era fundamental, ya que gran parte de estas lenguas se habían dado por extintas, de modo que el rescate de documentaciones desconocidas, olvidadas o consideradas desaparecidas era prácticamente el único acceso a la información necesaria para el diseño de mapas históricos de distribución étnica y lingüística.

2.2. Sobre las lenguas patagónicas

El segundo trabajo de este primer apartado es “Vocabularios inéditos del patagón antiguo” (OUTES, 1913b) y también parte de un hallazgo en el Museo Británico. En este caso, se trata de dos códices referidos a la lengua de los “patagones”, que era como se designaba por entonces al grupo aonikenk o tehuelche. Outes presenta, en primer lugar, los cinco manuscritos que contiene el primer códice (17.631), con una descripción detallada de cada uno, al consignar tamaño, cantidad de fojas y demás características materiales. El primer manuscrito consiste en un vocabulario “español-patagón” que comprende, según él mismo refiere, los siguientes grupos de palabras, sin ordenamiento alfabético: partes del cuerpo, adornos, “abios” [sic] de caballo,

verbos, numerales, nombres genéricos y nombres propios. El segundo de los documentos es un diccionario “español-patagón” integrado por casi todos los términos que presenta el primero de los manuscritos. El tercero también consiste en un vocabulario “español-patagón”. El cuarto es un vocabulario de esas mismas lenguas, complementado con datos “ergológicos” (término frecuentemente usado en el periodo para referir a las prácticas culturales), como así también con menciones a la pronunciación de los vocablos. El quinto manuscrito es el único que tiene consignados los datos de elaboración: fecha, 1789, y lugar, Puerto Deseado, además de un vocabulario que involucra a las mismas lenguas que los anteriores y referencias a hábitos culturales del grupo en cuestión. Luego de realizar un análisis comparado de estos primeros cinco manuscritos, Outes extrae los siguientes datos generales: por un lado, que el primero, segundo, cuarto y quinto fueron escritos por una misma persona; por el otro, que en el tercero, correspondiente a otro colector, posiblemente hubieron intervenido también una o dos personas más.

La descripción del segundo de los códices (17.603) consta del mismo tipo de elementos: tamaño y características materiales de los documentos, cantidad de personas intervinientes en su elaboración a partir de análisis caligráficos, como así también un detalle particularizado de los folios correspondientes a los vocabularios. En este caso se trata también de un diccionario de la misma lengua, “patagona”, de la que Outes recupera características de la pronunciación a partir de la comparación de sonidos de lenguas conocidas. Este registro, según analiza el autor, posiblemente fue elaborado por la misma persona del tercer documento del código anterior. Outes hipotetiza, además, quién podría haber sido el poseedor de tales documentos y establece que posiblemente se trate de un marino y político español del siglo XVIII, Felipe Bauzá (1764-1834). También intenta reconstruir el derrotero de los manuscritos, es decir, cómo llegaron a la biblioteca del Museo Británico. El análisis de la materialidad de los documentos es seguido por la exposición de los datos lingüísticos a partir de un cuadro de doble entrada: la columna presenta los vocablos en español, y la fila organiza las variantes en patagón

que presenta cada manuscrito analizado. En un cuadro separado presenta los numerales.

El último de los trabajos que integran esta serie, “Un texto y un vocabulario en dialecto pehuenche de fines del siglo XVIII con introducción y notas” (OUTES, 1914), se encuentra en estrecho diálogo con el anterior. La documentación hallada, según refiere el propio Outes en la introducción, consiste en un breve diálogo seguido por un también breve vocabulario en “dialecto pehuenche” del mapudungun, anotados en 1848 y “reunidos por miembros de la expedición mandada por don Alejandro Malaspina” (OUTES, 1914, p. 69). Con la publicación de este documento, Outes espera poder ofrecer a los especialistas un registro de un dialecto “araucano”, el “pehuenche”. Luego de indicar imprecisiones relacionadas con la autoría de los manuscritos, como así también su derrotero y demás datos acerca de su ubicación en el Museo Británico, introduce el diálogo, que consiste en una breve entrevista que incluye fórmulas de saludo y unas pocas preguntas en mapudungun traducidas al castellano. El vocabulario, por su parte, contiene el registro de sesenta y seis vocablos correspondientes sobre todo a numerales y sustantivos, aunque también hay algunos adverbios y adjetivos.

El análisis realizado por Outes a partir de estos hallazgos documentales le permitió continuar con su investigación sobre la Patagonia —territorio al que prestó especial atención desde los inicios de su carrera académica— y posicionarse como uno de los principales responsables de los estudios del área. Puntualmente, su contribución implicó la reconstrucción de las circunstancias de producción de los documentos y su circulación. También aportó a su puesta en valor tanto al plantear, a partir de ellos, nuevas interpretaciones, como al apuntalar las hipótesis de filiación lingüística y étnica. Así, logra insertarse en debates de relevancia en la época y, como ya dijéramos, convertirse a partir de entonces en uno de los autores de referencia obligada en los estudios sobre Patagonia. Como se verá en lo que sigue, su interés por este territorio se sostiene por largo tiempo y continúa realizando aportes de valor creciente en lo relativo a las lenguas de la región, aunque

metodológicamente no presenta grandes variaciones ni tampoco incorpora innovaciones teóricas. De hecho, bastante más adelante, en 1928, publica “Las variantes del vocabulario patagón antiguo reunido por Antonio Pigafetta en 1520”, un trabajo en el que, también a partir del descubrimiento de otra serie de códices, realiza un análisis considerablemente similar a los presentes en las publicaciones que integran la serie analizada en este apartado.

El mismo año en que se publica “Un texto y un vocabulario en dialecto pehuenche”, Outes es designado profesor interino de Geografía humana en la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires; y, un año después, obtiene la titularidad de esa materia. A partir de entonces, sus actividades y compromiso institucional con la Universidad de Buenos Aires irán en aumento. Así, en 1917 obtiene el nombramiento de director del Instituto de Investigaciones Geográficas de la mencionada facultad; mientras que, un año después, es designado profesor suplente de Antropología, materia en la que Roberto Lehmann-Nitsche se desempeñaba como titular. A partir de 1919 comienza a participar frecuentemente como jurado de concursos docentes para la selección de distintos cargos vinculados con la enseñanza en las asignaturas sobre ciencias antropológicas. En 1921 integra el Consejo Superior de la Universidad de Buenos Aires como miembro titular, mientras que en 1923 se incorpora al Consejo Directivo de Filosofía y Letras de la misma universidad.

3. El vínculo con Claraz

Durante la década del veinte se condensa la mayor cantidad de trabajos sobre lingüística indígena producidos por Outes. Entre 1926 y 1928 publica una serie de contribuciones sobre lenguas fuegopatagónicas a partir de un grupo de materiales relativos a esta temática que le había facilitado el viajero de origen suizo Georges Claraz. Los artículos que resultan de este intercambio son: “Los trabajos lingüísticos atribuidos a Teófilo F. Schmid y la labor de Federico Hunziker” (1926), “Sobre el idioma de los yamana

de Wulaia” (1927a), “Datos sobre la ergología y el idioma de los yamana de Wulaia” (1927b), “Vocabulario y fraseario genakenn (Puelche) reunidos por Juan Federico Hunziker en 1864” (1928b), “Versiones al aönükün’k (Patagón meridional) de la Oración dominical y del Versículo 8° del Salmo II adaptadas por Teófilo F. Schmid en 1863” (1928c) y “Un texto aönükün’k (Patagón meridional) para incitar a la caza obtenido por Juan Federico Hunziker en 1861” (1928d). En términos generales, estos trabajos constituyen un aporte de gran valor histórico. Consisten en la organización, comentario, edición y publicación de documentos compilados por Claraz, correspondientes a las etnografías de varios misioneros anglicanos, quienes le habían cedido algunos de sus registros.

Claraz se había asentado en la Argentina a mediados del siglo XIX con el objetivo de dedicarse al negocio agropecuario. Rápidamente consiguió de parte del gobierno unos terrenos cercanos a Bahía Blanca y permaneció allí hasta 1870. Luego se muda a Buenos Aires, donde se radicó por doce años. Finalmente, en 1882 retornó de manera definitiva a su Suiza natal, donde murió en el año 1930.

Entre 1865 y 1866, realizó un viaje a la Patagonia septentrional, específicamente al espacio comprendido entre el río Negro y el río Chubut. Durante este viaje, además de importantes estudios de zoología, botánica y geología de la región, se destacan registros de datos etnográficos y dos vocabularios de lenguas indígenas: uno “pampa-castellano” —es decir gүнүн a iajüch— y otro “araucano-castellano” —esto es, mapuzungun—. Meinrado Hux, biógrafo de Claraz, comenta que este “contrató a indios de diversos grupos lingüísticos. En el camino los interrogó y ellos le iban nombrando colinas, sierras, ríos, plantas y utensilios; le confiaron cuentos, leyendas e historias” (HUX, 1977, p. 41). Esta práctica demuestra que, además de officiar de “intermediario” entre los misioneros y especialistas, él mismo aportó algunos datos etnográficos y lingüísticos. Pero posiblemente el material de mayor valor lo constituyan las documentaciones que le cedieron los reverendos Teófilo Schmid, Federico Hunziker y R. Rau (cuyo nombre de

pila desconocemos) que, varias décadas después, Claraz le entregará a Outes, quien finalmente, a mediados de los años veinte, se encargará de editarlos, comentarlos y publicarlos.

En estos trabajos, las discusiones que Outes instala pueden inscribirse dentro de una naciente historia del estudio de las lenguas indígenas. Explícitamente, de hecho, en uno de ellos, él mismo plantea que el análisis de la historia de las misiones aportará a la resolución de “los puntos más oscuros y el conjunto de circunstancias más embrollado de la historia de las investigaciones lingüísticas en nuestro país” (OUTES, 1926, p. 218). Este fragmento refiere indirectamente al valor que tiene la historia de las misiones religiosas para la producción de conocimiento sobre lenguas amerindias. En efecto, la lingüística misionera y la historiografía lingüística coinciden en que los orígenes de la lingüística americana se encuentran estrechamente vinculados con la acción de las distintas órdenes religiosas que misionaron por el continente, debido al valor de la gramatización de las lenguas indígenas en la tarea de adoctrinamiento en el cristianismo y en los valores occidentales (AUROUX, 1992).

3.1. Sobre el aonekk’o ‘a’jen

La serie que integra esta sección corresponde a un conjunto de manuscritos del anokk’o ‘a’jen que conducen a Outes a relativizar la labor lingüística de Teófilo Schmidt y a exaltar la acción de Federico Hunziker. Schmid fue uno de los primeros responsables de la documentación y descripción esta lengua (FERNÁNDEZ GARAY, 2015), mientras que la figura de Hunziker fue, excepto por los trabajos de Outes, mucho menos conocida.

En “Los trabajos lingüísticos atribuidos a Teófilo F. Schmid y la labor de Federico Hunziker” (1926), publicado en el *Boletín del Instituto de investigaciones históricas*, Outes parte de un pequeño diccionario personal de Hunziker, que le cede Claraz. Su contribución persigue el objetivo de

dilucidar autorías originales y también el de relevar las condiciones en que los documentos fueron elaborados. Así, al tomar contacto con el material en cuestión, el autor descubre que su contenido es exactamente el mismo que el del *Vocabulary and rudiments of Grammar of the Tsoneca language* de Schmid, publicado en Bristol en 1860. Inmediatamente, pone en duda la autoría de la publicación de Bristol y sugiere la posibilidad de que se trate de un trabajo conjunto de Schmid y Hunziker.

Para despejar el problema, además de reconstruir la historia de Schmid y de la misión durante su estadía en la Patagonia, se encarga del relevamiento y compulsa de las distintas copias existentes del manuscrito. Entre las versiones que somete a comparación, además de la albergada en la sección de manuscritos del Museo Mitre (que fue publicada en el *Catálogo* [1909-1911] traducida al español), también incluye la publicación a cargo de Lehmann-Nitsche, de quince años atrás, “Two linguistic treatises in the Patagonian or tehuelche language by Theophilus Schmid” (1910), donde el alemán había puesto a circular la publicación de Schmid referida anteriormente, *Vocabulary and rudiments*, que por el momento era escasamente conocida. Este descubrimiento le permitía insertarse en una de las problemáticas lingüísticas de mayor relevancia del periodo en lo relativo a las lenguas patagónicas, ya que el registro atribuido a Schmid fue constantemente visitado en el periodo por los datos que aportaba acerca de la gramática y el léxico de la lengua “tsoneca” (aonekk’o ajen o tehuelche).

Finalmente, los últimos dos trabajos de esta serie son “Versiones al aönükün’k” (1928c) y “Un texto aönükün’k” (1928d). El primero de ellos consiste en la publicación de una oración dominical y un salmo en aonekk’o ajen (tehuelche) “escrito en excelente caligrafía inglesa y su respectiva traducción alemana” (Outes 1928c: 330). Antecede a estas transcripciones un extenso avance acerca de la historia de la misión que venía reconstruyendo en los trabajos anteriores. A la vez, al presentar los textos, introduce una considerable cantidad de llamadas al pie, donde realiza algunas indicaciones de relevancia: “las normas fonéticas de acuerdo a las cuales se ha hecho la

notación de las voces” (OUTES, 1928c, p. 332), que deben seguir las del inglés (“por ejemplo, la *c*, tiene, siempre, ante *a*, *e*, *i*, *o*, *u*, el sonido de *k*: *cemec* = *kemec* [OUTES, 1928c, p. 332]), como así también explicaciones acerca del paradigma pronominal. Además, presenta algunas notas en las que marca confusiones o errores presentes en la versión publicada por Lehmann-Nitsche (1910), que mencionamos más arriba. Tal es el caso, por ejemplo, de la aclaración sobre el término “Meurnicen”, ‘tu voluntad’, en la que repara en lo siguiente:

Esta voz aparece con *w* inicial (*weurnicen*) en la edición de la Gramática hecha por Lehmann-Nitsche en 1910 [...]. Debe de ser una notación errónea del copista, pues, tanto en el manuscrito de Hunziker, como en el texto de la versión aparecido en el periódico de la Sociedad, la forma es *meurnicen* (OUTES, 1928c, p. 332, nota 5).

Cuando llegó a sus manos el primero de los manuscritos, Outes pensó que se trataba de un material inédito, según relata él mismo, hasta que por casualidad lo encontró publicado por Schmid en uno de los volúmenes de *A voice of Pity of South America* de la South American Missionary Society. Esta situación no lo desalentó de encargarse de su edición, ya que, según plantea, los primeros periódicos oficiales de esa sociedad eran difíciles de conseguir. Más allá de que la publicación original, como dijimos, hubiera estado a cargo de Schmid, el manuscrito con el que cuenta Outes en esta ocasión es “claro y definitivo, de puño y letra de Juan Federico Hunziker” (OUTES, 1928c, p. 330). El autor se encarga de comparar las dos versiones de la oración, la publicada por Schmid en el periódico de la Sociedad y la de Hunziker, e identifica algunas variantes en el texto que consigna en cada caso. Asimismo, expresa haber reconocido algunas diferencias en cuanto a la traducción en alemán y en inglés, ambas preparadas por Schmid, y analiza, en lo relativo a este asunto, el procedimiento de creación de algunos neologismos para expresar ciertas “ideas abstractas” como “perdonar, glorificar, santificar, tentación, etc.” (OUTES, 1928c, p. 331).

El último de los trabajos, “Un texto aônükün’k” (1928d), es un material también cedido por Claraz y registrado originalmente por Hunziker, con algunas intervenciones de aquel en la traducción. Consiste en una “alocución” en aonekk’o ‘a’jen a cargo del “jefe indígena” para incitar a la caza.

Luego de una introducción general en la que explicita las cuestiones anteriores, expone el texto original con su correspondiente traducción término a término en castellano, y presenta, al igual que en el trabajo anteriormente analizado, algunas advertencias relativas a la transcripción fonética utilizada (que se corresponde con la norma ortográfica del inglés), como así también otras observaciones acerca de vocablos específicos que extrae de la gramática y vocabularios de Schmid. Finalmente, agrega una “traducción libre” del texto en cuestión.

Como puede verse, en estos trabajos Outes realiza dos aportes sustanciales. Por un lado, pone a circular materiales escasamente conocidos que no solo consisten en el típico registro de vocablos (el diccionario de Hunziker), sino que también documentan la lengua en uso en circunstancias diversas, como es el caso de los textos religiosos y la arenga a la caza. Este último, además, se trata de un género infrecuente en los registros de la época. Por el otro, en favor de explicar los motivos de las sospechas acerca de la labor Schmid y el relegamiento de Hunziker, contribuye con una indagación histórica sobre la South American Missionary Society. Con respecto a esto, por el grado de detalle de la información que proporcionan, estos artículos son constantemente consultados y referidos hasta nuestros días.

3.2. Sobre el gүнүн a iajүch

También en 1928, Outes publica en la *Revista del Museo de La Plata*, un trabajo sobre la lengua “puelche” o gүнүн a iajүch, contribuyendo una vez más al estudio de las lenguas patagónicas sobre la base de los aportes de Hunziker. Se trata de un artículo titulado “Vocabulario y fraseario genakenn (Puelche). Reunidos por Juan Federico Hunziker en 1864” (1928b).

Nuevamente, como parte de la reconstrucción de la historia de la misión anglicana y de algunos de sus miembros más destacados en lo relativo a la documentación de lenguas, en este trabajo, Outes, antes de presentar los materiales lingüísticos, realiza una extensa biografía de Hunziker. Posteriormente, narra las condiciones en las que llegó a sus manos este registro, a través de un envío de Claraz, quien lo había copiado “del manuscrito original que obraba en poder de Hunziker, durante una de sus visitas a la pequeña misión de San Javier” (Outes, 1928b, p. 273), y ofrece las características materiales del registro (tipo de papel, tamaño, extensión, agregados posteriores, entre otras). Repone, a su vez, las condiciones en que tuvo lugar la elicitación y plantea la hipótesis de Hunziker acerca de la lengua de la que se trataría:

Hunziker incurrió en el error de atribuirlos al Ta’üşn que, como lo saben los especialistas, es una de las más antiguas formas dialectales del grupo lingüístico Tshon, de nuestras gobernaciones australes. En efecto, la comparación de dichos numerales con los Ta’üşn comprendidos en el vocabulario formado por el señor don Carlos Ameghino, evidencia que no existe vinculación alguna entre ellos; mientras la compulsión que he hecho, a mayor abundamiento, de las voces existentes en ambos cuerpos lexicográficos —el de Hunziker, que ahora publico, y el de Ameghino— comprueba que sólo un limitadísimo número ofrece analogías más o menos marcadas (OUTES, 1928b, pp. 273-274).

De acuerdo con este análisis, plantea en cuanto a la lengua en cuestión que se trata del “gennaken” o günün a iajüch, por entonces denominado “puelche”. Según el propio Outes, “conviene excluir, de una vez por todas, la designación geótnica Puelche, cuya conservación no puede ser sino perturbadora si se piensa que ella comprende, en promiscuidad desconcertante, agrupaciones étnica y lingüísticamente distintas” (OUTES 1928b, p. 274), afirmación que remite al problema etnonímico que también había analizado en sus primeros trabajos para el caso de los querandíes. Finaliza la presentación del vocabulario con una breve mención acerca de la notación fonética y plantea

que Hunziker siguió la “ortografía inglesa y observando —detalle que reviste suma importancia— la norma fonética formulada por Teófilo F. Schmid en el vocabulario y elementos de gramática que publicara en Bristol en 1860: por ejemplo, *Genacin*, pronúnciese *Genakin*” (Outes, 1928b, p. 275).

En cuanto al registro propiamente dicho, en primer lugar, presenta el vocabulario genakenn-castellano y otro castellano-gennakenn de poco menos de trescientas entradas ordenado alfabéticamente. Luego organiza los mismos vocablos en dos vocabularios “sistemáticos”, también gennaken-castellano y luego castellano-gennaken, que contiene casi exactamente las mismas partes que el vocabulario yagan en el que nos detendremos a continuación, excepto el ítem “plantas” lo reemplaza por el de “vegetales”.

Este es el último trabajo sobre lenguas patagónicas que conocemos hasta el momento a cargo de Outes. A continuación, revisaremos sus aportes al estudio del yagan, lengua fueguina.

3.3. Aportes sobre el yagan

En 1927, en la *Revista del Museo de La Plata*, Outes publica “Sobre el idioma de los yamana de Wulaia” (1927a), un texto donde realiza dos operaciones: por un lado, la presentación de una bibliografía comentada en la que aparecen datos sobre el yagan (lengua hablada en el sur de Tierra del Fuego); y, por el otro, la reproducción de un vocabulario que le cediera Claraz sobre esta lengua que había compilado el reverendo R. Rau, y que el mismo misionero había copiado a mano para entregárselo al viajero suizo.

El listado bibliográfico consiste en un exhaustivo catálogo de noventa y un títulos que comprende, en la mayoría de los casos, publicaciones de diarios de viaje o registros de las misiones que habían tenido lugar en la región donde aparecen lexemas en yagan. En el catálogo, Outes presenta nombre del autor, título del material y una breve descripción acerca de cómo se incorporan los vocablos (si “diluidos en el texto” o si se trata de vocabularios propiamente dichos, por ejemplo) y cuántos términos contiene cada caso.

Según plantea el propio autor, los títulos corresponden a lecturas realizadas por él mismo, con el aporte de algunos otros identificados por Lehmann-Nitsche y otros intelectuales. La construcción de bibliografías comentadas es una de las particularidades de este artículo y un género bastante extendido en el periodo. Esta bibliografía, además, tiene la particularidad de consignar la cantidad exacta de lexemas en lengua indígena presentes en los textos, lo que proporciona un valor extra.

Con todo, es la publicación del vocabulario el principal aporte de este trabajo, ya que implica la recuperación y puesta en circulación de un registro valioso acerca de la lengua en cuestión. De hecho, según expresa él mismo, Wilhelm Koppers y Martín Gusinde se encontraban a punto de terminar un estudio sobre el yagan, sobre la base del registro de Bridges. Alentado por Lehmann-Nitsche, Outes presenta su propio trabajo como un complemento de aquel.

El vocabulario en cuestión cuenta con más de trescientas entradas ordenadas alfabéticamente. Outes se encarga de organizarlo y traducirlo del alemán al español, con la ayuda de Lehmann-Nitsche. Luego del vocabulario alfabético, el autor presenta un “Vocabulario sistemático yamana-castellano”, donde se organizan los términos en campos semánticos y en categorías gramaticales. Este vocabulario se desdobra en otro castellano-yamana. La organización del vocabulario sistemático es la siguiente: “1. Partes del cuerpo humano, funciones fisiológicas”; “2. Habitación, material y utensilios domésticos”; “3. Vestidos y adornos”; “4. Religión y medicina”; “5. Tiempo”; “6. Elementos, naturaleza”; “7. Plantas”; “8. Mamíferos”; “9. Aves”; “10. Peces”; “11. Animales inferiores”; “12. Colores”; “13. Tribu, familia, etc.”; “14. Armas”; “15. Adjetivos”; “16. Numerales”; “17. Pronombres”; “18. Verbos”; “19. Adverbios”. El trabajo finaliza con un fraseario de treinta ítems presentados en ambas lenguas, con su correspondiente traducción (i. e., yagan-castellano, castellano-yagan).

El autor se encarga de organizar la documentación según un modelo relativamente original. De hecho, al momento existía una serie de instrumentos

de registro de lenguas indígenas diseñados en distintos ámbitos académicos, europeos fundamentalmente, que fueron significativamente utilizados en las documentaciones realizadas en este país, aunque no por él. Malvestitti (2015), quien analiza estos instrumentos aplicados en el registro de lenguas fuegopatagónicas, identifica que, entre fines del siglo XIX e inicios del XX, los de mayor extensión fueron la *Tablelle zur Aufnahme südamerikanischer Sprachen* [Tabla para apuntar lenguas sudamericanas], preparada por el Real Museo Etnológico de Berlín, y el *Handbuch zur Aufnahme fremder Sprachen* [Manual para apuntar idiomas extranjeros], diseñado por Georg von der Gabelentz, publicado en 1892. En ambos casos se trata de cuestionarios que presentan cierta organización “sistemática” para el registro de voces léxicas. Se destaca de ellos, además, el ordenamiento por campo semántico y también por categorías gramaticales, tal como vimos en el vocabulario organizado por Outes que estamos analizando. Como ya dijimos, este autor, sin embargo, no se basa exactamente en ninguno de los dos modelos, a los que igualmente menciona explícitamente para indicar que no los va a adoptar en su totalidad. Así, si bien el vocabulario sistemático presenta considerables similitudes con estos dos instrumentos, realizó algunas modificaciones, sobre todo en cuanto a la reorganización de las categorías, tal como plantea en el siguiente fragmento:

Por otra parte, he agrupado el material que publico alfabética y sistemáticamente, y en la forma más adecuada para facilitar su consulta: Yamana-Castellano y Castellano-Yamana. Y al hacer la segunda de aquellas agrupaciones, he preferido prescindir de las pautas conocidas, para optar por otra, mejorada, en la cual, su estructura, se halla más de acuerdo con el orden lógico en que deben seriarse los hechos de la vida material, psíquica, familiar y social (OUTES, 1927a, p. 5).

Este trabajo se complementa con otro publicado en el mismo tomo de la misma revista, “Datos sobre la ergología y el idioma de los yamana de Wulaia” (1927b), que también parte de los registros realizados por Rau, en este caso consistentes en datos antropológicos y de las características físicas de los

yaganes, aunque también contiene otras anotaciones sobre el idioma. Se trata de un registro diferente del anterior (OUTES 1927a), pero complementario. La contribución presenta una organización que da cuenta de cómo Outes integra en este caso los estudios lingüísticos en los análisis étnicos más generales. Así, luego de presentar la documentación con la que trabajará y algunos datos de la historia de la South American Missionary Society y de la vida de Rau, divide los materiales registrados por este misionero en dos: por un lado, la “ergología”, por el otro, el “idioma”.

En cuanto a este último aspecto, complementa el vocabulario yagan expuesto en Outes (1927a), con una presentación de algunas características generales de la lengua: breves menciones relativas a la construcción de la frase, la extensión de las palabras y algunas particularidades del funcionamiento de los casos y los verbos, entre otras cuestiones. Finalmente, introduce un nuevo vocabulario que, si bien presenta el mismo ordenamiento que el que tiene el del artículo anterior (es decir, primero el vocabulario ordenado alfabéticamente yagan-español y español-yagan y luego el vocabulario sistemático), los términos allí consignados difieren. Asimismo, es bastante más breve, con menos de doscientos términos.

Conclusiones

Los aportes de Outes constituyen un caso de los que nos conducen a inscribir, entre fines del siglo XIX e inicios del XX, una parte considerable de la investigación en lingüística indígena dentro del universo discursivo de la arqueología y la historia, mientras que fue excluido del referido a la lengua, en el sentido de SCHLIEBEN-LANGE (1993). Esta afirmación se basa en los objetivos que guiaron estas investigaciones, como así también en la metodología aplicada. Así, en cuanto a los propósitos perseguidos por Outes, es posible reconocer un intento por aportar a la reconstrucción de la cartografía étnico-lingüística del país (como continuación de Lafone Quevedo), mientras que, metodológicamente, partió de la búsqueda y análisis

de fuentes históricas y documentaciones de lenguas. Se encargó, asimismo, de su preparación y publicación, lo que fue posible gracias a la existencia de una firme red de intercambio de manuscritos e ideas entre los distintos interesados en el asunto (véase FARRO y DE MAURO, 2019). Así, además de recibir de parte de Claraz algunas de las fuentes mencionadas en el artículo, en más de un caso Outes también contó con la colaboración de Lehmann-Nitsche en la traducción del material original en alemán y en varios artículos agradece a Mitre por abrirle las puertas de su extensa biblioteca.

A partir de los trabajos analizados, podemos observar, por otra parte, que Outes no se encargó de describir lenguas ni de hacer trabajos de campo para la recolección de vocabularios o textos, ni parecía contar con una formación específica en lingüística; antes bien, se evidencia cierto desconocimiento del metalenguaje. También son escasas las referencias a los estudios lingüísticos internacionales contemporáneos y, excepto por el caso de Kroppers y Gusinde, no pareciera contar con lecturas sobre los desarrollos de Franz Boas y Alfred Kroeber o de Paul Rivet y Wilhelm Schmidt, que estaban comenzando a ser incorporados en el ámbito local (véase DOMÍNGUEZ, 2020). Esta desatención a las referencias contemporáneas de los principales autores y el desconocimiento del metalenguaje nos permiten afirmar que, para Outes, los aportes de la lingüística fueron ancilares para sus hipótesis antropológicas y arqueológicas.

Con todo, las tareas de recuperación de materiales previamente registrados y la organización de bibliografías que llevó adelante significaron una contribución de relevancia no solo para los estudios lingüísticos y la reconstrucción de cartografías étnicas sino también para una epihistoriografía de la lingüística misionera (SWIGGERS, 2009), por un lado, y para la historia de la Patagonia, por el otro. Particularmente en lo relativo a sus aportes en el ámbito de la lingüística indígena, fue reconocido como un continuador de la obra iniciada por Lafone Quevedo y Mitre y como uno de los principales responsables de los estudios sobre las lenguas de la región rioplatense y de fuegopatagonia.

Bibliografía

AUROUX, S. **La révolution technologique de la grammatisation**. Liège: Mardaga, 1992.

DA ROSA, J. Historiografía lingüística del Río de la Plata: las lenguas indígenas de la Banda Oriental. **Boletín de Filología**, v. XLVIII, n 2, pp. 131-171, 2013. Disponible en <https://boletinfilologia.uchile.cl/index.php/BDF/article/view/30258/32020>

DE MAURO, S. El **Catálogo razonado** de Bartolomé Mitre y la lingüística indígena americana a fines del siglo XIX en Argentina. **Revista de la Sociedad Argentina de Estudios Lingüísticos**, pp. 67-86, 2018. Disponible en <https://rasal.sael.org.ar/index.php/rasal/article/view/96/364>

DE MAURO, S. **El Catálogo Razonado de la sección Lenguas Americanas de Bartolomé Mitre y la lingüística americana**. Tesis doctoral – Universidad Nacional de Córdoba, 2019.

DOMÍNGUEZ, L. Las lenguas indígenas como contenido curricular: Samuel Lafone Quevedo y los programas de Arqueología americana de la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires (1899-1920). **Boletín de la Sociedad Española de Historiografía Lingüística**, n. 14, pp. 213–236, 2020. Disponible en <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7995281>

DOMÍNGUEZ, L. **Lenguas indígenas en la Argentina. Aportes para una historia de la lingüística en la primera mitad del siglo XX**. Tesis doctoral – Universidad de Buenos Aires, 2021. Disponible en http://repositorio.filo.uba.ar:8080/bitstream/handle/filodigital/12181/uba_ffyl_t_2020_se_dominguez.pdf?sequence=1&isAllowed=y

DOMÍNGUEZ, L. Entre “papeles viejos”. Félix F. Outes y la arqueología documental sobre lenguas indígenas en la Argentina de entresiglos (XIX-XX). **Lingüística y literatura**, v. 43, n. 81, pp. 176-191, 2022. Disponible en <https://doi.org/10.17533/udea.lyl.n81a08>

DOMÍNGUEZ, V. y ORDEN, M. E. El archivo de Manuel Molina: continuidades y rupturas en la lingüística patagónica del siglo XX. **Revista argentina de historiografía lingüística**, v. XI, n. 1, pp. 24-46, 2019. Disponible en <http://rahl.ar/index.php/rahl/article/view/152>

DOMÍNGUEZ, V. Léxico relativo a flora y fauna en lengua gүнүн a yajüch relevado por Tomás Harrington. MALVESTITTI, M. y ORDEN, M. E. (Comps.). **Voces habitadas: Recorridos lingüísticos en homenaje a Ana Fernández Garay**. La Pampa: EdUNLPam, pp. 499-515, 2021. Disponible en <http://www.unlpam.edu.ar/images/extension/edunlpam/Voces%20habitadas.pdf>

DOMÍNGUEZ, V. **Aficiones etnográficas: la documentación de lenguas indígenas patagónicas en los Territorios Nacionales de Chubut y Río Negro (1911-1955)**. Tesis doctoral – Universidad Nacional del Sur, 2022.

FARRO, M. y DE MAURO, S. Máquinas de papel y lenguas indígenas americanas. Los archivos de trabajo de Samuel Lafone Quevedo y Bartolomé Mitre. **Chuy. Revista de estudios literarios latinoamericanos**, v. 6, n. 6, pp. 9-62, 2019. Disponible en <https://revistas.untref.edu.ar/index.php/chuy/article/view/316/309>

FARRO, M. Las lenguas indígenas argentinas como objeto de colección. Notas acerca de los estudios lingüísticos de Samuel A. Lafone Quevedo a fines del siglo XIX. **Revista de Indias**, v. LXXIII, n. 258, pp. 525-552, 2013. Disponible en <https://doi.org/10.3989/revindias.2013.017>

FARRO, M. Place-Names and Indigenous Languages. Samuel Alexander Lafone Quevedo and British Antiquarian Methods in Nineteenth-Century Argentina. En KOHL, P.; PODGORNÝ, I. & STEFANIE, G. (Comps.), **Nature and Antiquities: The Making of Archaeology in the Americas**. Tucson: University of Arizona Press, pp. 69-87, 2014. Disponible en <https://www.jstor.org/stable/j.ctt183gz2c.7>

FERNÁNDEZ GARAY, A. La gramática tehuelche de Theophilus Schmidt (siglo XIX). **Revista argentina de historiografía lingüística**, v. VII, n. 2, pp. 127-139, 2015. <http://rahl.ar/index.php/rahl/article/view/105/152>

HUX, M. **Jorge Claraz (1832-1930)**. Editorial Pucará: Buenos Aires, 1977.

LEHMANN-NITSCHKE, R. Two linguistic treatises on the Patagonian or Tehuelche language. **Actas del Primer Congreso Científico Internacional Americano**, Buenos Aires, pp. 677-735, 1910.

MALVESTITTI, M. Chaanpen, gūta, es decir, palabras. Los vocabularios como instrumentos de documentación de las lenguas originarias de Tierra del Fuego. **Revista argentina de historiografía lingüística**, v. VII, n. 1, pp. 39-53, 2015. Disponible en <http://rahl.ar/index.php/rahl/article/view/92/141>

MALVESTITTI, M. El mapuzungun en Puelmapu, entre 1885 y 1945. Territorios eruditos y territorios sociales. **Boletín De Filología**, v. 55, n. 1, pp. 51-81, 2020. Disponible en <https://boletinfilologia.uchile.cl/index.php/BDF/article/view/57727/61751>

MITRE, B. **Catálogo razonado de la Sección lenguas americanas**. Buenos Aires: Museo Mitre, 1909-1911.

OUTES, F. F. **Los querandíes. Breve contribución al estudio de la etnografía argentina**. Buenos Aires: Imprenta de Martín Biedma é hijo, 1897.

OUTES, F. F. Sobre las lenguas indígenas rioplatenses. **Revista de la Universidad de Buenos Aires**, v. XXIV, pp. 231-237, 1913a.

OUTES, F. F. Vocabularios inéditos del Patagón antiguo. **Revista de la Universidad de Buenos Aires**, v. XXI, pp. 474-494, 1913b.

OUTES, F. F. Un texto y un vocabulario en dialecto Pehuenche de fines del siglo XVIII con introducción y notas. **Revista de la Universidad de Buenos Aires**, v. XXV, pp. 68-73, 1914.

OUTES, F. F. **Nómina de sus publicaciones (1897-1922)**. Buenos Aires: Imprenta y casa editora Coni. 1922.

OUTES, F. F. Los trabajos lingüísticos atribuidos a Teófilo Schmid y la labor de Federico Hunziker. **Boletín del Instituto de Investigaciones Históricas**, v. V, pp. 193-227, 1926.

OUTES, F. F. Sobre el idioma de los yamanas de Wulaia (isla Navarino). Materiales reunidos por el misionero Rau con anterioridad a 1866. **Revista del Museo de La Plata**, v. XXX, pp. 1-49. 1927a.

OUTES, F. F. Datos sobre la ergología y el idioma de los yamana de Wulaia. **Revista del Museo de La Plata**, v. XXX, pp. 50-77, 1927b.

OUTES, F. F. Las variantes del vocabulario Patagón. Reunido por Antonio Pigafetta en 1520. **Revista del Museo de La Plata**, v. XXXI, pp. 370-380, 1928a.

OUTES, F. F. Vocabulario y fraseario genakenn (Puelche) reunidos por Juan Federico Hunziker en 1864. **Revista del Museo de La Plata**, v. XXXI, pp. 261-297, 1928b.

OUTES, F. F. Versiones al Aónükün'k (Patagón meridional) de la Oración dominical y del versículo 8º del Salmo II, adaptadas por Teófilo F. Schmid en 1863. **Revista del Museo de La Plata**, v. XXXI, pp. 300-333, 1928c.

OUTES, F. F. Un texto aónükün'k (Patagón meridional) para incitar a la caza obtenido por Juan Federico Hunziker en 1861. **Revista del Museo de La Plata**, v. XXXI, pp. 353-369, 1928d.

SCHLIEBEN-LANGE, B. **História do falar e história da linguística**. Campinas: Editorial UNICAMP, 1993.

SWIGGERS, P. Reflections on (Models for) Linguistic Historiography. **Understanding the Historiography of Linguistics: Problems and Projects**. Münster: Nodus, pp. 21-34, 1990.

SWIGGERS, P. La historiografía de la lingüística: apuntes y reflexiones. **Revista Argentina de Historiografía Lingüística**, v. I, n. 1, pp. 67-76, 2009. Disponible en <http://rahl.ar/index.php/rahl/article/view/6/18>

“Se Fosse Fácil, Todo Mundo Fazia”: Problemas de Descrição e Ensino no Emprego de Modos e Tempos Verbais

“Se Fosse Fácil, Todo Mundo Fazia”: Description and Teaching Problems in the Use of Verb Modes And Tenses

Jefferson Evaristo*

RESUMO:

Tradicionalmente, referenciais teóricos como a Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), gramáticas e/ou livros didáticos figuram como materiais de autoridade em relação à descrição e ao ensino de língua portuguesa. Tidos como objetos de verdades linguísticas, as obras são de amplo uso em todos os segmentos didáticos. Em relação à descrição dos modos e tempos verbais, apesar de algumas poucas exceções – como em Bechara (2009) –, apresentam-se a alunos e professores explicações que tendem à unanimidade, com pouco espaço – ou nenhum, no caso da NGB – para questionamentos e críticas. Nesse contexto, expressões de uso popular como “se fosse fácil, todo mundo fazia” emergem como construções que colocam o professor e o ensino em situações problemáticas. Nosso texto tem por objetivo apresentar um breve panorama da descrição dos modos e tempos verbais, mostrando como suas imprecisões têm efeito imediato no ensino da língua portuguesa. Ao fim, propusemos alguns possíveis caminhos didáticos que o professor pode trilhar nesses casos.

Recebido em 18 de maio de 2022

Aceito em 26 de julho de 2022

DOI: <https://doi.org/10.18364/rc.2023n64.1313>

*Universidade do Estado do Rio de Janeiro, jefferson.evaristo@uerj.br

<https://orcid.org/0000-0002-7561-5400>

PALAVRAS-CHAVE: Modos e tempos verbais; descrição; ensino; proposta didática

ABSTRACT:

Traditionally, theoretical references such as the Brazilian Grammatical Nomenclature (NGB), grammars and/or textbooks figure as authoritative materials in relation to the description and teaching of the Portuguese language. Considered as objects of linguistic truths, the works are widely used in all didactic segments. Regarding the description of verbal modes and tenses, despite a few exceptions – as in Bechara (2009) –, students and teachers are presented with explanations that tend to be unanimous, with little space – or none, in the case of NGB – for questioning and criticism. In this context, popular expressions such as “if it was easy, everyone did it” emerge as constructions that place the teacher and teaching in problematic situations. Our text aims to present a brief overview of the description of verbal modes and tenses, showing how their inaccuracies have an immediate effect on Portuguese language teaching. At the end, we proposed some possible didactic paths that the teacher can follow in these cases.

Keywords: Verbal modes and tenses; description; teaching; didactic proposal

Introdução

Os verbos talvez sejam a classe gramatical mais temida pelos alunos e, não raramente pelos próprios professores. São comumente tidos como muito difíceis, como algo a ser decorado ou, em casos mais infelizes, como traumas a serem superados, dada a forma como foram ensinados.

De fato, os verbos, embora não possam ser tidos como o “monstro” que às vezes se lhes faz, são uma categoria de palavras que demanda observação e atenção, dada a sua configuração gramatical e discursiva própria. É uma classe de palavras bastante produtiva, central para a língua, motivo pelo qual recebe, também, atenção maior nos estudos linguísticos.

Parte desses estudos incidirá, ainda, sobre as noções de tempo e de modo do verbo, como algumas de suas características intrínsecas. Tempo, aspecto, pessoa e voz, por exemplo, seriam outras possíveis características

que poderiam ser consideradas, embora aqui nossa proposta afaste-se parcialmente delas para focar naquelas duas primeiras mencionadas.

Para efeitos didáticos, nosso texto estará dividido em cinco momentos. O primeiro, presente, em que brevemente apresentamos nossa proposta. O segundo, em que discutimos alguns aspectos acerca do tempo e do modo do verbo. No terceiro e quarto, apresentaremos algumas reflexões acerca dos problemas relacionados à análise do tempo e do modo do verbo na sua relação com a descrição e o ensino para, por fim, articular algumas considerações finais para a questão.

1. O tempo e o modo na categorização dos verbos

Dentre as categorias possíveis para observação e análise do verbo, estão as de tempo e modo. Aqui, já de início, apresentam-se problemas para a descrição e o ensino habituais pela compreensão parcial – por vezes, pela má compreensão – do que seriam o tempo e o modo do verbo. Começemos pelo modo do verbo.

De acordo com a Nomenclatura Gramatical Brasileira (BRASIL, 1958), a NGB, há apenas três modos verbais na língua portuguesa: indicativo, subjuntivo e imperativo (BRASIL, 1958, p. 4). Essa explicação é seguida, quase sem nenhuma exceção, por todos os livros didáticos, manuais de ensino e muitas das gramáticas da língua, como por exemplo a de Celso Cunha e Lindley Cintra (2017, p. 394), a de Rocha Lima (2003, p. 122) ou a de Azeredo¹ (2018, p. 180-184).

A categoria de modo verbal seria, pela definição de Cunha e Cintra, “as diferentes formas que toma o verbo para indicar a atitude (de certeza, dúvida, de suposição, de mando, etc.) da pessoa que fala em relação ao fato que enuncia” (CUNHA, 2017, p. 394); Lima, por sua vez, apresenta definição mais

1 Embora o autor não chegue a enunciar um texto do tipo “as categorias do verbo são...”, sua apresentação mantém a mesma estrutura dos outros autores e da própria NGB.

reduzida: “o modo caracteriza as diversas maneiras sob as quais a pessoa que fala encara a significação contida no verbo” (LIMA, 2003, p. 122), seguindo por uma enumeração dos mesmos três modos verbais já preconizados na NGB (BRASIL, 1958). O modo, portanto, seria uma categoria de escolha do falante, segundo a qual ele apresentaria a forma como estrutura o que fala em matéria de assertividade, dúvida, insegurança ou obrigatoriedade, por exemplo.

No modo indicativo, o falante expressaria um verbo que representaria uma certeza de fala, uma informação real e segura, sem margem para dúvidas. Seria a afirmação explícita de algo, como em (1):

(1) Eu como uma maçã.

No modo subjuntivo, de maneira como que contrária ao modo indicativo, estariam expressos verbos que apresentariam dúvidas, incertezas, inseguranças ou informações oscilantes. Seria a afirmação parcial de algo, como em (2)

(2) Talvez eu coma uma maçã.

No modo imperativo, figuração terciária possível aos verbos, haveria uma representação ainda mais particular: a necessidade do falante de, por assim dizer, agir sobre a pessoa com que fala, a fim de que ela cumpra determinada ordem, desejo, expectativa ou conselho, por exemplo. Seria a ordenação de algo, como em (3):

(3) Faça o que precisa ser feito.

Essa definição, prototípica e bastante difundida, como dissemos, é a base do ensino habitual da disciplina – seja em manuais mais tradicionais, como o de Terra (1997, p. 73), seja em manuais mais recentes e aprovados no

PNLD², como o de Cereja (2016, p. 200). Porém, outros autores irão discordar da dimensão exposta. É o caso de Bechara (2009, p. 221-222), que, em sua *Moderna Gramática Portuguesa*, por exemplo, acrescenta outros dois modos possíveis ao verbo, subdividindo os modos subjuntivo e imperativo. Para ele, haveria ainda os modos optativos e o condicional.

No modo condicional, o autor afirma estarem agrupados os verbos que expressam uma noção de dependência de outra ação verbal, de condicionalidade em relação a outro evento. É o caso de (4), em que a ação de cantar está condicionada à ação de ser permitido.

(4) Eu cantaria, se fosse permitido.

No modo optativo, estariam agrupados os verbos com noção de desejo por parte do falante, como em (5):

(5) Que faça sol hoje!

Ou seja, para Bechara (2009), a divisão habitual da NGB e das demais gramáticas e livros didáticos não daria conta da dimensão dos modos dos verbos, sendo necessário acrescentar outros dois modos inicialmente não previstos. A proposição de Bechara, por sua vez, vai contra a própria necessidade da existência da NGB, que se definia como sendo a “**uniformização** e simplificação da Nomenclatura Gramatical Brasileira [grifos nossos]” (BRASIL, 1958, p. 1). Uma necessidade que era expressa

2 “O Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) é destinado a avaliar e a disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, de forma sistemática, regular e gratuita, às escolas públicas de educação básica das redes federal, estaduais, municipais e distrital e também às instituições de educação infantil comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o Poder Público.” – Disponível em <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12391:pnlid> – acesso em 12/05/2022 às 17h11.

pela profusão de terminologias existentes na época. Em outras oportunidades SILVA-ALVES et al, 2020; SILVA-ALES et al 2020b; SILVA-ALVES et al, 2020c, já pudemos nos debruçar com maior detalhamento acerca da NGB, com seu contexto e desdobramentos. Ainda assim, como demonstra Henriques,

Em 1958, quando os ilustres membros da comissão passaram às mãos do Ministro de Estado da Educação e Cultura, Clóvis Salgado, o Anteprojeto de simplificação e unificação da Nomenclatura Gramatical Brasileira, o que havia no ensino da língua portuguesa no Brasil era um total conflito no emprego de termos. Tal situação só gerava polêmicas e discussões, prejudicando única e exclusivamente o estudante do curso médio³, diversas vezes enredado por não saber decifrar a variedade de códigos terminológicos que lhe eram impostos e cobrados em provas e concursos (HENRIQUES, 2009, p. 16)

Azeredo (2018, p. 71-77), por sua vez, em sua gramática Houaiss, apresenta os aspectos de modalização da fala como sendo realizados, também, mas não exclusivamente, pelos verbos, indicando noções como suposição ou necessidade. Para ele, não que sejam novos modos do verbo, mas seriam novos modos de modalização da fala, que se expressariam nos verbos indicando sentidos como os de suposição e necessidade. Uma certa mudança em relação à visão tradicional de modos, ainda que sem elencar novos conceitos de modos para o verbo.

Em relação ao tempo dos verbos, também a NGB (BRASIL, 1958, p. 4) irá se posicionar indicando apenas três tempos absolutos: presente, pretérito e futuro, que comportariam ainda algumas subdivisões em relação ao pretérito e ao futuro, articulando-se, ainda, com os modos.

3 Henriques (2009, p. 15-16) mostra ainda, citando um exemplo dado por Chediak, um caso emblemático para a questão: no vestibular de 1956 do curso de Odontologia do que viria a ser a UFRJ, então Universidade do Brasil, pedia-se para se analisar o vocábulo “bom” na expressão “o bom brasileiro zela pelo progresso do Brasil”. O resultado foi o de treze diferentes nomenclaturas para o mesmo termo.

De imediato, chama a atenção a noção de que, em geral, o tempo do verbo é tomado apenas a partir da noção temporal em relação ao momento de fala que, como veremos, será problemática. Para a NGB – e, por extensão, para a maior parte das gramáticas e dos livros didáticos –, haveria o momento de fala (presente), um momento anterior ao de fala (pretérito) e um momento posterior ao de fala (futuro).

Azeredo (2018) é quem chama a atenção para o fato de que a compreensão de tempo restrita ao momento de fala – na nomenclatura do autor, momento de enunciação – seria a base para possíveis inconsistências na observação dos verbos. Para o autor, a simples definição de tempo como tal não daria conta de enunciados como em (6), posto que no momento de nossa enunciação não necessariamente estamos em setembro.

(6) Setembro é o mês das flores.

Isso se dá porque, de maneira geral, a relação de tempo expressa pelo momento da enunciação comporta apenas algo notoriamente acontecido em momento anterior ou posterior; fora dessas duas dimensões, todo o restante será presente.

À ideia inicial dos tempos verbais, é necessário ainda estabelecer alguns comentários. O primeiro deles é o de que o pretérito, no modo indicativo, pode ser subdividido em perfeito, imperfeito e mais-que-perfeito – o que causa outra inconsistência em relação ao tempo. O segundo é o de que o futuro pode ser subdividido em futuro do presente e futuro do pretérito. Por fim, é possível termos formas concomitantes para o modo indicativo e o subjuntivo nos três tempos verbais, embora o imperativo só se manifeste no presente.

Na próxima seção, veremos em detalhes alguns problemas decorrentes da relação tempo x modo verbal para a descrição e o ensino.

2. Problemas de descrição e ensino dos modos e tempos verbais

Na sessão anterior, ao apresentar as categorias de modo e tempo verbal, já adiantamos alguns pontos que apresentariam problemas. Nesta seção, discutiremos o emprego dos modos e dos tempos verbais, sempre em correspondência com possíveis problemas na descrição e no ensino dos verbos. Aqui, por efeito didático e pertinência à NGB, consideraremos apenas as três categorias iniciais de modo do verbo.

A primeira dimensão a ser observada é a da noção de presente para a ação verbal. Vimos como, em Azeredo (2018), há uma crítica à marcação do presente como sendo o momento da enunciação. Para o autor, mais importante que a enunciação é o ponto de referência ao qual a enunciação se coloca, parâmetro segundo o qual sua noção de enunciação vai se desenrolar. Assim, em um exemplo como (6), apesar de o momento da enunciação não coincidir com o mês de setembro, o ponto de referência assumido para a enunciação é o mês de setembro, criando uma assertiva, uma afirmação acerca do mês. Com isso, seriam resolvidos os problemas relacionados à noção temporal daquilo que autores como Cunha e Cintra chamam de presente habitual: “para indicar uma ação habitual ou uma faculdade do sujeito, ainda que não estejam sendo exercidas no momento em que se fala” (CUNHA e CINTRA 2017, p. 463). Segundo os dois gramáticos, haveria quatro possibilidades para a marcação do presente: um presente habitual, como vimos; um presente durativo; um presente histórico; e um presente momentâneo (CUNHA e CINTRA 2017, p. 462-463). Outro exemplo dessa noção de presente com duração alargada como em (6) de tempo pode ser vista em (7), naquilo que, pelas palavras de Cunha e Cintra, seria um presente durativo.

(7) A Terra é um planeta.

No exemplo acima, pouco importa o momento de enunciação em que a frase ocorra. Qualquer que seja ele, sempre teremos como referência

a ideia de que, no presente momento, a terra é um planeta; ainda que o momento de enunciação seja pretérito ou eventualmente futuro, a afirmação em (7) será válida.

O presente histórico seria uma utilização segundo a qual, para dar ênfase, vivacidade ou importância a fatos, a ação verbal do passado é trazida para o presente. É comum, por exemplo, nas narrativas. Pensemos em um caso como o da possível narrativa de um jogo de futebol (8). No exemplo, é possível ainda a intercalação entre momentos pretéritos e momentos no presente histórico.

(8) O jogo começou naquele dia de Maracanã. O Brasil sai com a bola, Neymar toca de lado para o meia e a partida continua. Foi um jogo incrível.

O presente habitual, portanto, diz respeito a alguma ação habitual do sujeito que pode ou não estar manifesta no momento da enunciação. É uma ação tida como frequente, como constante. Aqui, Cunha e Cintra (2017) se aproximam de Azeredo (2018) e sua noção de ponto de referência. É o caso de (10):

(10) Sou extrovertido, embora não pareça.

Por fim, haveria o presente momentâneo, coincidente com a noção de momento da enunciação de Azeredo (2018). É o exemplo em (11), em que a ação do verbo coincide com a ação de enunciação.

(11) Cai uma chuva torrencial agora.

Haveria, ainda, uma noção de uso do verbo no presente para a indicação de ação futura ou esperada, geralmente antecipada por um advérbio de tempo ou algum outro marcador discursivo. Vejamos o caso em (12), perfeitamente possível para a língua portuguesa.

(12) Amanhã you chegar cedo em casa e resolver o problema.

Bechara (2009) falará ainda em um “presente eterno”, que congregaria máximas universais indiscutíveis, como no caso em (13):

(13) O homem é mortal

Os casos listados apenas para os verbos no presente do indicativo já apontam o problema concernente à descrição e ao ensino do tempo dos verbos, que pode ainda se desdobrar em momentos pretéritos e futuros.

No âmbito discursivo-pragmático, outro ponto de destaque para a descrição e o ensino é o da utilização “indevida” – no âmbito da gramática normativa – de um determinado tempo verbal em lugar de outro. Vejamos duas ocorrências possíveis em (14) e (15).

É possível, por exemplo em (14), a indicação de uma ação com certeza que utilizasse o pretérito imperfeito do indicativo no lugar do futuro do pretérito. Nesse caso, haveria uma construção como:

(14) Isso é tão fácil que qualquer um fazia.

No caso, a marcação verbal habitual seria faria, valendo-se daquilo que Bechara (2009) chama de condicionalidade do verbo (a bem da verdade, em outras línguas, como o italiano⁴, o verbo no futuro do pretérito é chamado de condicional). Porém, na ocorrência, o uso é feito a partir do pretérito imperfeito do indicativo. Um uso discursivo-pragmático que impacta diretamente na descrição e no ensino da língua.

Outra possível ocorrência seria a de (15), também para marcação de efeito de certeza. Imaginemos uma situação em que, no futuro, alguém quer

4 Dentre os possíveis trabalhos de referência para o aprofundamento, citamos a pesquisa de Cintra (2016) ou a de Giomi (2010).

expressar uma ideia com tanta segurança que a coloca como uma ação já pretérita.

(15) A Copa do Mundo de 2022? O Brasil já ganhou!

Aqui, há tanta certeza em relação ao fato de o Brasil ganhar a Copa do Mundo que, mesmo sendo uma ocorrência de futuro, o uso verbal é o do tempo no passado, como se o que fosse dito fosse “eu não tenho dúvidas de que o Brasil ganhará a Copa do Mundo de 2022”. Ao mesmo tempo, a marcação de incerteza típica de um cenário como o vencedor de uma Copa do Mundo deveria ser expressa pelo modo subjuntivo, não pelo indicativo. Em (15), tanto tempo quanto modo são empregados em uma outra perspectiva discursivo-pragmática. Mais uma vez, uma questão que transcende a narrativa habitual dos modos e dos tempos do verbo.

3. “Se fosse fácil, todo mundo fazia” – problemas de descrição e propostas de ensino

Tomando por base a explicação feita na seção anterior e, especialmente o exemplo (14) anteriormente mencionado, faremos agora uma proposta de atividade que possa discutir melhor a questão dos modos e tempos verbais. Para tanto, vamos tomar como base uma famosa frase: “se fosse fácil, qualquer um (todo mundo) fazia”.

Como mencionado, aqui há uma inconsistência em relação ao uso dos modos e tempos verbais, ocasião em que o “faria” transforma-se em “fazia”. A utilização do verbo no pretérito imperfeito do indicativo na posição do verbo no futuro do pretérito é um dos casos que, comuns, traz problemas para a descrição linguística tomando por base a NGB, gramáticas ou manuais didáticos.

Uma pesquisa no Google Brasil⁵ pela chave “se fosse fácil, todo mundo fazia” apresenta o resultado de trinta e quatro milhões de entradas. Um número significativo que indica, de certo modo, a ampla ocorrência do termo⁶. Dentre as entradas, listamos algumas que consideramos significativas:

- a) Uma matéria publicada na Revista Época Negócios, do grupo O Globo⁷.
- b) Uma matéria publicada na prestigiada Revista Forbes⁸.
- c) Uma publicação na rede social *Twitter*⁹
- d) A comercialização de uma camiseta com a frase “Se fosse fácil, todo mundo fazia”¹⁰.

Os exemplos acima, não exaustivos, são – cremos – o suficiente para sustentar o que queremos afirmar: a expressão buscada é de uso corrente na língua portuguesa, sendo relativamente comum em situações bastante adversas: em (a), temos uma publicação veiculada numa revista de expressão nacional em nosso país, vinculada a um dos maiores – se não o maior – grupo de comunicação do Brasil, com mais de vinte anos de existência; em (b) temos outra publicação de revista, mas agora uma revista americana mundialmente conhecida, figurando entre as maiores de seu ramo – em seu site¹¹, sua apresentação a define como “a mais conceituada revista de negócios e economia do mundo”; em (c), a publicação em questão foi feita por um perfil com aproximadamente um milhão de seguidores, o que indica a relevância e o alcance do perfil que postou o *tweet*; por fim, em (d), o fato de a frase estar numa camiseta à venda é relevante porque mostra que o uso da expressão

5 Pesquisa realizada em 16/06/2021 às 21h24

6 Ou de resultados próximos, como em geral o Google indica.

7 <https://glo.bo/2TzeeNQ> - acesso em 13/05/2022 às 21h28

8 <https://bit.ly/35rd8GH> - acesso em 13/05/2022 às 21h28

9 <https://bit.ly/3cNoGlc> - acesso em 13/05/2022 às 21h30

10 <https://bit.ly/3vBZk6B> - acesso em 13/05/2022 às 21h32

11 <https://forbes.com.br/> - acesso em 13/05/2022 às 21h37

buscada, de tão difundido, tornou-se comercializável e, em certo sentido, algo desejável. Escolhemos os quatro exemplos acima mas, considerando o resultado de dezenas de milhões de entradas na busca no Google, muitos outros, certamente, poderiam ter sido escolhidos. A adequação ao espaço e a intenção de não cansar o leitor com inúmeros exemplos nos levam a limitar a exemplificação.

Aqui, chegamos a um impasse para o professor: se optar por seguir a NGB, gramáticas ou livros didáticos, sua apresentação dos fatos linguísticos não servirá para explicar um possível uso linguístico – e aqui, novamente, ficaremos com apenas um exemplo possível; se optar por prescindir das explicações mais oficiais, colocará o aluno numa posição em que, possivelmente, será prejudicado quando da necessidade de comprovação de aprendizagem num contexto formal, como o de um concurso público.

A resposta, naturalmente, não é simples nem imediata. Muitos outros autores já tentaram trazer alguma luz para a questão, como Antunes (2003; 2010; 2014), Camargo (2004), Fuza (2011) e Hawad (2012). Uma questão de longa trajetória de discussão, também já abordada por nós em Camara, Felipe e Evaristo (2022) e Evaristo (2018) e que, ainda hoje, continua a ser um objeto de pesquisa, estudo e reflexões.

Isso se dá porque, não raramente “o conhecimento teórico disponível a muitos professores, em geral, se limita a noções e regras gramaticais apenas, como se tudo o que é uma língua em funcionamento coubesse dentro do que é uma gramática” (ANTUNES, 2003, p. 40). Uma questão de longa trajetória de discussão, já abordada por nós em Silva-Alves e Coelho (2020), Evaristo, Coelho e Schlee (2018) e que, ainda hoje, continua a ser um objeto de pesquisa, estudo e reflexões.

Longe de buscarmos dar uma solução – que seria, de maneira invariável, simplista e reducionista – para a questão, optamos por propor algumas hipóteses possíveis a professores quando estiverem diante de um cenário como o descrito. O caminho pode passar, dentre outras ações, por:

- a) Indicar a existência e diferenciação entre uma gramática normativo-prescritiva e uma descritiva; a partir da diferença de visão gramatical, explicar aquilo que para uma é conhecido como “erro” e para outra é conhecido como “opção linguística do sistema”. Na sequência, estimular os alunos a observarem outros possíveis exemplos da mesma questão.
- b) Demonstrar, a partir da fonética e da fonologia, que uma possível explicação para a troca de “faria” por “fazia” pode ter por base uma aproximação acústica entre as duas palavras, motivada pela troca de apenas um fonema. A partir disso, buscar outros exemplos similares.
- c) Levar os alunos a reconhecer as possíveis influências da oralidade na escrita e como as duas se articulam e se influenciam mutuamente.

Os breves exemplos acima podem auxiliar o professor a dar soluções didáticas para a questão que apresentamos em (14), o que permitirá a ele ser um profissional que, “com base em princípios teóricos, científicos e consistentes, observa os fatos da língua, pensa, reflete, levanta problemas e hipóteses sobre eles e reinventa sua forma de abordá-los, de explicitá-los ou explicá-los (ANTUNES, 2003, p. 44).

Considerando o espaço de que dispomos para o desenvolvimento de nossa proposta, não será possível aprofundar outros tempos verbais ou modos; poderemos, apenas, indicar alguns outros caminhos “inconsistentes” que mereceriam maior atenção e que, aqui, serão apenas apontados.

Um desses casos possíveis é o da diferença entre as marcações de pretérito perfeito e imperfeito e como esses aspectos influenciam na percepção de uma ação verbal completa pontualmente ou que se desenvolve, não sendo pontual. Quais efeitos de sentido são possíveis com o uso intercalado de pretérito perfeito, imperfeito e presente do indicativo, por exemplo?

Como expressar com exatidão uma ação que acontece no “passado do passado”, como o verbo no pretérito mais-que-perfeito do indicativo? Se o pretérito imperfeito é uma ação inconclusa e o pretérito perfeito é uma ação conclusa, não seria lícito afirmar que, em dado momento, o perfeito agirá como esse “passado do passado” em relação ao imperfeito?

Outro aspecto a ser considerado diz respeito, nos casos imperativos, à dicotomia entre a norma culta e a norma coloquial em relação ao uso das formas verbais – o que impacta, ainda, na colocação pronominal, por exemplo. O conhecido poema *Dê-me um cigarro, diz a gramática*, é exemplo da questão a ser discutida. Há, ainda, na fala espontânea, o uso do imperativo e da colocação pronominal como Oswald de Andrade já discutia um século atrás? Sendo a resposta negativa, como conciliar a descrição e o ensino do modo imperativo com a normatividade gramatical?

Em relação à descrição, cabe ao professor/linguista a tarefa de mapear as ocorrências, estabelecer parâmetros de repetição e compreender fenômenos de uso da linguagem próprios, como os exemplos (14) e (15) a que fizemos referência antes.

No caso específico do ensino, é necessário conciliar as ocorrências documentadas na descrição com a capacidade expositiva de apresentação e de explicação da diferente percepção de tempo requerida em cada exemplo. Não que seja necessário ensinar aos alunos, por exemplo, sobre filosofia da linguagem e o aspecto ontológico do tempo; não é necessário. Basta, para tanto, que os exemplos sejam factíveis e pertinentes ao universo do conhecimento linguísticos dos alunos (ANTUNES, 2014).

Devemos levar em conta, sobretudo o emprego do verbo nas ocorrências particulares, considerando seu aspecto gramatical, discursivo, pragmático e textual. Recordemo-nos de que é necessário, tanto na descrição quanto no ensino, que a prioridade do trabalho linguístico seja com a compreensão – seja para observação, seja para ensino – do emprego verbal em questão. Não esqueçamos de que, antes de tudo, temos que privilegiar o sentido e a compreensão do que se faz com a linguagem; nesse sentido, o tempo e o modo do verbo eventualmente podem estar em desacordo com as regras gramaticais habituais.

4. A título de encerramento de nossa proposta

Vimos, pelos casos discutidos, três pontos aos quais queremos ainda dar destaque final: em primeiro lugar, que as características de tempo e modo do verbo podem se manifestar de maneira variada nas ocorrências discursivo-pragmáticas e textuais da língua, sendo todas elas produtivas e com recorrências mil; em segundo lugar, observamos que há numerosos pontos aos quais seria possível tecer alguma crítica, em maior ou menor grau; por fim, em terceiro lugar, vimos que, na prática, o potencial de usos dos verbos é muito mais extenso do que a pretensa divisão entre três modos e três tempos verbais, preconizada pela NGB e por outros livros didáticos e gramáticas. De maneira a ilustrar nossa proposta, apresentamos quase duas dezenas de exemplos de diferentes ocorrências de todos esses processos; o espaço, porém, nos impede de aprofundar ainda mais a discussão.

Os excertos analisados, naturalmente, cobrem parcela ínfima da multiplicidade de ocorrências possíveis para a nossa discussão. Buscamos, em nossa proposta, apresentar alguns deles, sempre em correlação direta com a descrição e o ensino da língua, elementos aos quais não podemos deixar de fazer consideração.

Referências

ANTUNES, Irandé. **Gramática contextualizada – limpando “o pó das ideias simples”**. São Paulo: Parábola, 2014.

ANTUNES, Irandé. **Análise de textos: fundamentos e práticas**. São Paulo: Parábola, 2010.

ANTUNES, Irandé. **Aula de português: encontro & interação**. São Paulo: Parábola, 2003.

AZEREDO, José Carlos Santos de. **Gramática Houaiss da Língua Portuguesa**. 4. ed. São Paulo: Publifolha, 2018.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BRASIL, Ministério da Educação. **Nomenclatura Gramatical Brasileira**. Rio de Janeiro: CADES, 2008.

CAMARA, T. M. N. L. ; FELIPE, MÁRCIA DA GAMA SILVA ; EVARISTO, Jefferson. Ensinar língua portuguesa: uma discussão sempre ultrapassada e sempre nova. In: **Descrição, Contato e Ensino de Língua Portuguesa**. Ied. Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em Letras - UERJ, 2022.

CAMARGO, Thaís N. de. Língua padrão e cidadania. In: HENRIQUES, Claudio C.; SIMÕES, Darcilia M. P. **Língua e Cidadania: novas perspectivas para o ensino**. Rio de Janeiro: Editora Europa, 2004.

CEREJA, William Roberto. **Português contemporâneo: diálogo, reflexão e uso – volume 2**. São Paulo: Saraiva, 2016.

CINTRA, Monique Carbone. **Considerações sobre o emprego do futuro do subjuntivo na produção escrita de aprendizes italianos de PLE**. 31/05/2016 168f. Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa. Universidade Estadual paulista, Araraquara.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 4. ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.

EVARISTO, Jefferson. **Língua Portuguesa, Educação e Cidadania: Proclamação da Interdependência**. HUMANIDADES & INOVAÇÃO, v. 5, p. 120-130, 2018.

EVARISTO, Jefferson; COELHO, Fábio A. C. ; SCHLEE, Magda Bahia . Formação de professores: da teoria à prática, o “início” e a “continuação”. In: Jefferson Evaristo do Nascimento Silva; Fábio André Cardoso Coelho, Magda Bahia Schlee. (Org.). **Formação de professores: da teoria à prática, o “início” e a “continuação”**. Ied. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2018.

FUZA, Angela F; et al. **Concepções de linguagem e o ensino da leitura em língua materna**. Linguagem & Ensino, Pelotas, v.14, n.2, p. 479-501, jul./dez, 2011.

GIOMI, Riccardo. **Para uma caracterização semântica do futuro sintético romântico: descrição e análise dos valores do futuro do indicativo em português e em italiano**. 2010 232f. Mestrado em Linguística. Universidade de Lisboa, Lisboa.

HAWAD, Helena Feres. **Ensinando gramática para o uso da língua materna**. Matraca, Rio de Janeiro, v.19 n.30, jan./jun, 2012.

HENRIQUES, Claudio Cezar. **Nomenclatura Gramatical Brasileira: 50 anos depois**. São Paulo: Parábola, 2009.

LIMA, Carlos Henrique da Rocha. **Gramática normativa da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.

SILVA-ALVES, Jefferson Evaristo do Nascimento; COELHO, Fábio A. C. . Sobre a arte de ensinar - o Eu, o aluno e o professor. In: **Ensino de Língua Portuguesa: Fundamentos e Aplicações**. 1ed. Rio de Janeiro: Editora Telha, 2020.

SILVA-ALVES, Jefferson Evaristo do Nascimento; FELIPE, Márcia Da Gama Silva; CAMARA, T. M. N. L.; MONTEIRO, Luiz A. C. (Orgs.). **Evanildo Bechara e os bastidores da NGB**. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2020.

SILVA-ALVES, Jefferson Evaristo do Nascimento; FELIPE, Márcia Da Gama Silva; MONTEIRO, Luiz A. C. ; RETONDAR, Heloana C. ; SANTOS, Marizeth F. dos. Um passeio pela tradição linguística na primeira pessoa do plural. In: **Evanildo Bechara e os bastidores da NGB**. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2020.

SILVA-ALVES, Jefferson Evaristo do Nascimento; FELIPE, Márcia Da Gama Silva; MONTEIRO, Luiz A. C.; RETONDAR, Heloana C.; SANTOS, Marizeth F. dos. Análise de matérias jornalísticas sobre a NGB. In: **Evanildo Bechara e os bastidores da NGB**. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2020.

TERRA, Ernani. **Gramática, literatura & redação para o ensino médio**. São Paulo: Scipione, 1997.

Língua e Identidade em *Memes*: uma Proposta Pedagógica da Variação Linguística

Language and Identity in *Memes*: a Pedagogical Proposal of Linguistic Variation

Alexandra Maria de Castro e Santos Araújo*
Lailton Ferreira Souza**

RESUMO:

Neste artigo, analisamos de que forma os *memes* da página “Pai do Pingu”, no *Facebook*, podem ser utilizados para o estudo da variação linguística nas aulas de Língua Portuguesa. Com uma linguagem tipicamente cearense, adaptada ao contexto dinâmico e versátil da *internet*, essa página virtual publica *memes* do estilo imagem fixa com legenda, alvo de reflexão da língua de acordo com a Pedagogia da Variação Linguística. Os resultados revelaram variações nos níveis (morfofonêmico; morfossintático; discursivo, semântico e lexical) do sistema da língua em que duas ocorrências foram pertinentes: o enfraquecimento de sons fricativos representado nos *memes* pela letra “r” (variação fonético-fonológica) e a não-marcação da concordância nominal de plural (variação morfológica e sintática). Essa conclusão, somada à proposta de intervenção pedagógica (desenvolvimento de atividades linguísticas, epilinguísticas e metalinguísticas envolvendo os *memes*), ratificam terem potencial para serem utilizados como ferramentas de reflexão sobre a língua, bem como suas variações.

PALAVRAS-CHAVE: *Meme*. Língua Portuguesa. Variação linguística.

Recebido em 4 de janeiro de 2022.

Aceito em 26 de abril de 2022.

DOI: <https://doi.org/10.18364/rc.2023n64.595>

*Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) Sobral/CE, alexfrançais2003@yahoo.com.br
<https://orcid.org/0000-0002-2244-5268>

**Escola Estadual de Educação Profissional Gerardo José Dias de Lioiola, lailtonferreiras@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-6028-4602>

ABSTRACT:

In this article, we analyze how memes from the “Pai do Pingu” page on Facebook can be used to study linguistic variation in Portuguese language classes. Using a typical language from Ceará adapted to the dynamic and diverse context of the Internet, memes in a fixed image style with captions are posted on this virtual page for linguistic reflection in the spirit of the pedagogy of linguistic variation. The results show variations at the different levels (morphophonemic; morphosyntactic; discursive, semantic and lexical) of the linguistic system, with two occurrences of importance: the weakening of fricatives represented by the letter “r” in the memes (phonetic-phonological variation) and the non-marking of the agreement with the plural noun (morphological and syntactic variation). This conclusion, combined with the proposal of a pedagogical intervention (development of linguistic, epilinguistic and metalinguistic activities involving memes), confirms that they have the potential to be used as tools for reflection on language and its variations.

KEYWORDS: Meme; Portuguese language; Linguistic variation.

Introdução

Dentre tantas mudanças provocadas pelos avanços tecnológicos, uma das mais perceptíveis se centra na própria comunicação. Hoje em dia, com o acesso mais democrático a dispositivos que têm acesso à *internet*, as pessoas podem interagir tanto de forma síncrona quanto assíncrona por meio de aplicativos de mensagens instantâneas, redes sociais, sítios eletrônicos, *e-mails*, dentre outras possibilidades. Nesses espaços virtuais circulam textos de conteúdos diversificados. Assim, o uso da língua no meio digital propiciou a atualização da comunicação como mais um recurso linguístico de interação.

A língua vai muito além de um conjunto de regras a serem seguidas ou como um sistema acabado, estável. Trata-se de um fenômeno dinâmico, manifestado em diversos domínios, diversas situações comunicativas e, com o acesso e uso da *internet*, isto não se deu de forma diferente, haja vista a realidade de envolvimento com a tecnologia de boa parte das pessoas.

O professor de Língua Portuguesa (doravante LP) deve conhecer esses novos espaços e olhar criticamente para as variadas formas de comunicação que se apresentam em meio digital, de modo a relacionar conhecimentos

teóricos aos práticos. Os *memes*, gêneros digitais com estruturas não muito padronizadas, são exemplos de recursos que podem ser estudados na sala de aula por serem muito populares e, sobretudo, acessíveis em meio virtual. Um dos fatores que os fazem ser vistos assim é a identificação dos usuários da *internet* com os textos apresentados neste suporte.

Os *memes* são gêneros textuais presentes no ambiente digital, que materializam a língua de uma dada comunidade. Neste sentido, a página do *Facebook* “Pai do Pingu”¹ expõe *memes* que trazem fatos linguísticos cearenses. Essas formas textuais têm como propósito enunciativo gerar humor por meio de situações cotidianas vividas no Ceará, representadas em imagens extraídas de uma animação de TV.

Dessa guisa, eis os nossos questionamentos: Qual a relação existente entre a língua e a identidade cearense nestas manifestações linguísticas por meio da *internet*? Que tipos de variações linguísticas podem ser identificadas? Como aproveitá-las de modo a desenvolver atividades de linguagem, em sala de aula, para que os alunos potencializem suas competências comunicativas, além de refletirem e analisarem a própria língua?

Assim, analisamos de que forma os *memes* do *Facebook* “Pai do Pingu” podem ser potenciais ferramentas de interação sociocultural para se utilizar no trabalho reflexivo acerca das peculiaridades do fenômeno linguístico nas aulas de LP. Em face disto, verificamos a relação existente entre a língua e a identidade, de modo a desenvolver tanto práticas discursivo-pedagógicas acerca do fenômeno da variação linguística no contexto da Educação Básica, quanto proporcionar a reflexão sobre o uso da língua, tendo em vista as situações de interação comunicativa.

Esta investigação é relevante para os profissionais que trabalham com a língua materna no sentido de chamar a atenção para um olhar crítico

1 O endereço da página citada está disponível em: <<https://www.facebook.com/Opaidopingu/>>. Acesso em 23/12/2020.

sobre as variadas formas de linguagens manifestadas no ambiente virtual que podem ser transpostas para suas metodologias.

1. Base teórica

Língua e linguagem, de acordo com as visões de Lyons (1987) e Saussure (2006), estão imbricadas, já que o primeiro, em seu texto, caracteriza o papel do cientista da linguagem que é lidar com as línguas naturais, identificando aspectos semelhantes entre elas, os quais não se apresentam em outros sistemas de comunicação a fim de aplicar o conceito de “língua” a cada uma delas; e o segundo entende a linguagem como pertencente a dois domínios distintos, o social (*langue*) e o individual (*parole*). Para o docente de Língua Portuguesa, conhecer os conceitos de língua e linguagem é primordial, pois a maneira com que ele entende essas noções implica diretamente na metodologia de suas aulas.

No início do século XX, o caráter científico da Linguística se estabeleceu a partir dos pressupostos teóricos desenvolvidos por Ferdinand de Saussure, em seu famoso livro póstumo “Curso de Linguística Geral”. Dessa forma, a língua passa a ser vista como objeto passível de descrição científica. No entanto, as reflexões acerca da língua e da linguagem já eram realizadas muito tempo antes. De acordo com Marcuschi (2008a, p.26), “a linguística teve início há mais de 2.500 anos, na Índia, com Panini”. Paralelamente às contribuições do indiano, estudos da linguagem eram feitos na Grécia Antiga, tendo influenciado a elaboração de gramáticas ao longo dos anos.

Um ponto relevante levantado sobre isso é de que a “ideia de arbitrariedade do signo e de seu caráter representacional vem de Platão e Aristóteles, que levantaram os pilares da semântica e da sintaxe” (MARCUSCHI, 2008a, p. 26). O autor destaca o século XIX, quando os neogramáticos e comparatistas procuravam por leis gerais subjacentes às línguas naturais. Todo o conhecimento acumulado anteriormente influenciou o pensamento do mestre genebrino. Dentre muitos aspectos teóricos,

Marcuschi (2008a, p.27) destaca que a língua: “(i) é uma instituição social e não um organismo natural; (ii) é uma totalidade organizada; (iii) é um sistema autônomo de significação; (iv) pode ser estudada em si e por si mesma; (v) é um sistema de signos arbitrários; (vi) é uma realidade com história”.

Ferdinand de Saussure deu à Linguística a qualidade de ciência, tendo sido um revolucionário científico, cujos efeitos de sua revolução influenciaram um grande número de estudiosos que o sucederam. Ele provocou uma ruptura com o enfoque que dominava as investigações em relação às línguas no século XIX, mais especificamente a Linguística Histórica. De acordo com Ilari (2004), a compreensão da linguagem, nesse momento histórico, estava sendo influenciada pelo darwinismo, isto é, pela língua ser vista como um organismo natural, a exemplo de uma planta ou de um animal, que nasce, cresce, desenvolve e morre, a teoria da evolução das espécies seria aplicada, de igual modo, à língua. Assim, as mudanças observáveis, ao longo do tempo, entre duas fases de uma mesma língua evidenciariam o seu caráter natural e, por conseguinte, a sua dependência às leis da natureza.

A mudança de atitude feita por Saussure em relação à compreensão dos fenômenos linguísticos é fundamentada pela noção de valor, que é compreendida a partir da propriedade opositiva dos elementos constituintes do sistema da língua - em termos saussurianos, chamados de signos linguísticos. O signo é composto por um significante (a percepção psíquica de seu som) e por um significado (o sentido psíquico e automático, ligado a uma unidade linguística). Em outras palavras, o valor não se manifesta a partir da materialidade desses signos, muito menos por meio da suposta relação natural entre o significante e o significado. O valor é dado a um determinado signo, quando este é posto em oposição a outros signos do mesmo sistema, levando em consideração relações sintagmáticas e paradigmáticas (ILARI, 2004).

Desse modo, a língua (*langue*), na visão de Saussure, é um sistema estruturado em que de um lado está a estrutura, de caráter social, compartilhada nos cérebros de indivíduos de uma mesma comunidade linguística, cuja língua é um fato social com regras convencionadas, isto é, acordadas tacitamente por

grupo social e, do outro, a fala (*parole*), que são as manifestações concretas do sistema em situações reais de comunicação e entendida como um evento individual que deixa transparecer a materialidade do objeto linguístico. Para o linguista, o foco da investigação deve ser apenas esse sistema virtual, no sentido de ser abstrato, bem como suas relações internas. Dessa forma, questões de ordem extralinguística são desconsideradas (COSTA, 2018).

Muitos teóricos foram influenciados pelos postulados saussurianos, a exemplo de Noam Chomsky, cujas concepções de linguagem foram desenvolvidas em dois conceitos: competência x desempenho, conforme Oliveira (2010). O primeiro diz respeito ao conhecimento que um indivíduo possui sobre as estruturas gramaticais internalizadas da língua. Já o segundo refere-se à capacidade de usar a língua em situações reais. Não desconsiderando as contribuições dos linguistas estruturalistas, os cientistas que se opuseram a eles, nesse período da história da Linguística, buscaram analisar os usos e os funcionamentos da língua em episódios concretos.

Nesse prisma, todos os elementos tais como: a História, a cultura, a sociedade, as ideologias, as identidades, os sujeitos, os variados contextos de produção e recepção de textos etc. relegados na concepção estruturalista de língua passaram a ser valorizados.

Desse modo, conforme Marcuschi (2008a), a Linguística, na segunda metade do século XX, se aliou a outras disciplinas para melhor compreender as relações extralinguísticas, logo, proporcionou o aparecimento de ramificações interdisciplinares, como a Linguística Textual; a Análise do Discurso; a Análise da Conversação; a Psicolinguística; a Etnografia da Comunicação; a Etnometodologia e a Sociolinguística.

No que tange à “virada pragmática”, Oliveira (2010) cita alguns autores relevantes que colaboraram para o entendimento da língua como uma atividade sociointerativa, considerando aspectos salientes no que se refere aos seus diversos usos e ao seu funcionamento: Dell Hymes – que cunhou o conceito de competência comunicativa, para que um falante use a língua, ele deve não só conhecer as regras linguísticas, mas também as

regras sociais de uso dela, de modo a adaptar-se às situações comunicativas; William Labov que fincou a sociolinguística – estuda a relação entre língua e a sociedade – no campo dos estudos linguísticos; John Austin e John Searle que colaboraram para a popularização da pragmática, mais especificamente a categorização dos atos de fala; Robert-Alain de Beaugrande e Wolfgang Dressler, que desenvolveram noções importantes de texto, caracterizando-o como uma atividade de interação sociocultural, dentre outros.

Portanto, no que diz respeito às aulas de LP, quando o docente prioriza a língua a ser ensinada como um sistema estável, uma estrutura cujo padrão não muda, o processo de ensino/aprendizagem permeia apenas a gramática prescritiva, dando ênfase à nomenclatura, às exposições sem sentido para o aluno. Por outro lado, quando a língua é considerada como uma atividade interativa, abrem-se muitas oportunidades para se trabalhar com a linguagem, pois se busca abranger os variados contextos e/ou situações comunicativas e o aluno passa a ser um sujeito ativo na compreensão e produção dos próprios textos. Desse modo, as metodologias de trabalho baseadas na língua devem priorizar a análise e reflexão do uso.

É inquestionável a conexão entre linguagem e sociedade. Sendo assim, alguns apontamentos sobre a Sociolinguística são necessários, haja vista esta área ter surgido, conforme Alckmin (2012), em um congresso intitulado *Sociolinguistics*, organizado por William Bright na Universidade da Califórnia em Los Angeles (UCLA), realizado em 1964, cujo propósito era reunir os estudiosos para entender a covariação sistemática das variações linguísticas e sociais, pois relacionaram os pressupostos linguísticos com o conhecimento produzido pelas ciências sociais, dando à Sociolinguística um caráter interdisciplinar, contudo “Labov (2008 [1972]) entende que a relação de covariação entre língua e sociedade [...] é encarada como metodologicamente indispensável, não como mero recurso interdisciplinar”, conforme Camacho (2016, p. 464).

Labov conclui, em 1964, sua investigação sobre a estratificação social do inglês em Nova Iorque e fixa um modelo descritivo e interpretativo da

língua inserida em um contexto social de comunidades urbanas, conhecido como Sociolinguística Variacionista ou Teoria da Variação (ALCKMIN, 2012). Conforme ponderam Coan e Freitag (2011), o objeto de análise da Teoria da Variação é a variação e mudança linguísticas observáveis no interior de um dado contexto social da comunidade de fala ou comunidade linguística, em que regras são vinculadas à natureza linguística (gramática da língua) e à ordem social (estratégias convencionais de comportamento linguístico, como, por exemplo, formas polidas).

Por conseguinte, Labov compreende o fenômeno linguístico como algo heterogêneo, variável, dinâmico de modo que se estabelece uma ruptura com as óticas saussuriana e chomskyana de língua. Busca descrever a heterogeneidade a partir do sistema, interpretando as variações sistemáticas, ou seja, modos alternativos de dizer a mesma coisa, o mesmo significado referencial (LABOV [1972] 2008, p. 78). Nas palavras de Coan e Freitag (2011, p. 176) em consonância à Labov (1978), dois enunciados que se referem ao mesmo estado de coisas com o mesmo valor de verdade constituem-se como variantes de uma mesma variável (regra variável). Um exemplo de regra variável no Português Brasileiro é: duas variantes “rei” e “velho” para a mesma significação “idoso, pessoa de idade avançada” (variável). É importante ressaltar que, linguisticamente, as duas variantes têm o mesmo valor, contudo, isso pode mudar se levar em consideração a questão social.

1.1 Os tipos de variação linguística

A variação é um fenômeno inerente a todas as línguas vivas do mundo. Assim sendo, é necessário categorizá-la no intuito de melhor compreendê-la. Comumente, na literatura sociolinguística, as variações podem ser classificadas como: *diacrônica*; *diatópica*; *diastrática*; *diafásica*, *diamésica*. A primeira diz respeito às variações observáveis entre dois estágios de uma dada língua no tempo e, por isso, também pode ser chamada de **variação**

histórica, a exemplo da alteração na palavra latina “semper” que se tornou “sempre”.

A **variação diatópica ou geográfica** “está relacionada às diferenças linguísticas distribuídas no espaço físico, observáveis entre falantes de origens geográficas distintas” (ALCKMIN, 2012, p. 36). Por exemplo, no plano fonético, as diferenças de sotaque para a palavra “dia”. Em algumas regiões do Brasil, essa palavra é pronunciada com o som africado vozeado /^dz/, enquanto em outras se pronuncia a oclusiva /^d/.

A **variação diastrática ou social** “relaciona-se a um conjunto de fatores que têm a ver com a identidade dos falantes e também com a organização sociocultural da comunidade de fala” (ALCKMIN, 2012, p. 37), cujos fatores extralingüísticos são: classe social; sexo; idade; situação ou contexto social. Notamos que, segundo a autora, a **variação diafásica** também se inclui nesse conjunto porque se refere aos variados estilos e registros que o falante utiliza em diferentes contextos sociais.

Essas variações externas ao sistema linguístico, de acordo com Bagno (2007), podem ser verificadas dentro de todos os níveis da língua: fonético-fonológico; morfológico; sintático; semântico; lexical e estilístico-pragmático. De acordo com Alckmin (2012, p. 33), “o objeto da Sociolinguística é o estudo da língua falada, observada, descrita e analisada em seu contexto social, isto é, em situações reais de uso”. Todavia, essa vertente também pode descrever e analisar a linguagem escrita, pois o fenômeno da variação se manifesta tanto na oralidade quanto na escrita, já que Marcuschi (2008b, p. 17) destaca “exposições formais e informais, variações estilísticas, sociais, dialetais e assim por diante” em textos orais e escritos.

Nesse sentido, Coan e Freitag (2011) citam outro tipo de variação: a **diamésica** – que são as variações distribuídas por gêneros textuais em que, por natureza, exigem o emprego de uma variedade específica da língua. Por exemplo, nos artigos científicos, é esperado que o escrevente utilize a variedade-padrão. Por outro lado, em uma conversa com pessoas mais íntimas, um dado falante pode, em decorrência de um contexto mais livre, utilizar

uma variedade que se distancia da tida como culta. Para melhor compreender como as variações linguísticas se distribuem na sociedade, Bortoni-Ricardo (2004) apresenta três *continua*: o *continuum* de urbanização; o *continuum* de oralidade/letramento; e o *continuum* de monitoração estilística.

No *continuum* de urbanização, a autora propõe a categorização das manifestações linguísticas de acordo com o tipo de comunidade em que o indivíduo está inserido, sendo à esquerda do *continuum*, classificadas como rurais (mais isoladas e/ou periféricas ao centro urbano). À direita do *continuum*, as comunidades urbanas (concentrados os poderes e/ou privilégios econômicos, políticos, sociais, culturais etc). Em posição intermediária, os indivíduos, classificados como rurbanos (influências tanto do polo rural quanto do urbano em suas manifestações linguísticas), ou seja, são pessoas que, em algum momento da história, viveram um êxodo rural ou urbano e é uma forma de comparar as mudanças linguísticas entre os falantes de cada extremo, de forma geográfica (2004, p. 51-61).

O segundo *continuum*, da oralidade para o letramento, trata das diferentes práticas sociais que permeiam as esferas da sociedade. Nas várias situações comunicativas, é exigido do indivíduo o apoio em algum gênero textual para que a interação atinja seus propósitos. Desse modo, à esquerda do *continuum* (atividades sociais prototípicas - o indivíduo utiliza o canal vocal-auditivo como meio de comunicação em conversas espontâneas do cotidiano). À direita do *continuum* (eventos comunicativos, um texto escrito em que o indivíduo se baseia, por exemplo, uma defesa de tese, a leitura de uma ata etc). No entanto, não existe uma fronteira bem definida entre um e outro *continuum* porque, em determinados eventos comunicativos, podem-se emergir tanto os gêneros orais quanto os escritos (2004, p. 61).

O terceiro e último *continuum* – monitoração estilística – está relacionado às situações comunicativas de monitoramento da fala e da escrita de um indivíduo, adaptando-se ao contexto em que a interação acontece, utilizando diferentes estilos ou registros (variação estilística). Alguns dos fatores que possibilitam tal comportamento frente à linguagem

são: o grau de intimidade entre os interlocutores, o grau de formalidade dos eventos enunciativos, os domínios discursivos etc. À esquerda do *continuum* (ocasiões de menos monitoramento no que diz respeito ao seu comportamento linguístico, por exemplo, conversas familiares). À direita desse *continuum* (estilos mais monitorados característicos de situações formais cuja circulação de conhecimentos técnicos é prevista) (2004, p. 62).

As linhas imaginárias detalhadas anteriormente servem como norte para o professor de Língua Portuguesa saber identificar as dificuldades do aluno, bem como poder direcioná-lo, enquanto agente social e tornar compreensível a diversidade linguística e cultural dos discentes. Assim sendo, o fenômeno da variação linguística se apresenta no Português Brasileiro de diferentes formas e o docente desse campo de estudos precisa se aprofundar nas peculiaridades do sistema linguístico, haja vista ser relevante partir do sistema para explicar a variação da língua e, posteriormente, relacionar com outras possibilidades de trabalho pedagógico que levem em consideração o papel ativo do discente, de modo a explicar a variação linguística a ser entendida como uma ferramenta de interação por meio da qual o aluno expressa sua realidade linguístico-social.

Face ao exposto, a Sociolinguística abrange, em suas investigações, os aspectos identitários do sujeito. Logo, língua e identidade estão imbricadas, ou seja, a partir da observação do falar ou do escrever de um indivíduo, podemos, em certa medida, identificá-lo (região de origem, crenças, gostos musicais, cultura, entre outros aspectos). Martins e Oliveira (2020, p. 124) ressaltam que a língua é, por excelência, um elemento identificador da sociedade, haja vista ser moldada por cada cultura para ser espelho dos seus falantes [...], assim como a identidade linguística pode ser vista como um portal pelo qual podemos chegar a um determinado território, cultura e ideologia.

Consonante a esse ponto de vista, um indivíduo, nascido e/ou residente no/do Estado do Ceará, ao agir linguisticamente, evidenciaria sua identidade enquanto cearense. No entanto, o falante cearense, como um ser social que é, a partir das relações que estabelece com o mundo pós-moderno - interações

essas facilitadas pelas tecnologias emergentes - está sendo constantemente atingido por inúmeros discursos e/ou textos que refletem essa transformação radical provocada pelo processo de globalização.

O mundo experimenta mudanças em várias instâncias sociais e, conseqüentemente, as pessoas estão se adaptando a esse movimento. Essas mudanças significativas, características do pós-modernismo, possibilitam que o indivíduo possua não uma, mas várias identidades condizentes com os seus propósitos circunstanciais. Como afirma (MARTINS; OLIVEIRA, 2020, p. 124): “[...] as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado”.

Nesse prisma, as identidades linguísticas características do cearense, evidenciadas por meio da língua (falada ou escrita), decorrentes das influências de instituições políticas, sociais, culturais etc., também refletem a intersecção cultural, representativa da contemporaneidade, que implica na mudança de suas maneiras de se expressar linguística e socialmente.

Assim, o professor de Língua Portuguesa deve estar atento a essas questões atuais, entendendo o discente como um ser heterogêneo, diverso, mutável e não unificado, estático, invariável. Dessa forma, o trabalho com a língua e, por conseguinte, com o fenômeno da variação, tem que considerar essa pluralidade no que tange às variedades linguísticas que se fazem presentes em uma dada comunidade e não enxergar a variação como algo caricatural, isolado, sem importância, mas como objeto de reflexão.

Em um mundo marcado por identidades, sejam elas fundamentadas em ideologias diversas, proliferadas pelas instâncias poderosas, sobrepondo-se ou não às outras, excluindo e rejeitando tudo aquilo que delas se distingue, há a necessidade de se valorizar a expressão da cultura e língua ante a essas forças discriminatórias e opressoras, no que apresentamos o nosso objeto de análise: *memes* extraídos da página do Facebook “Pai do Pingu”. Atualmente, essa página possui 261.330 seguidores e, tal como a página “Suricate

Seboso”², tem a mesma proposta³ de compartilhar situações do cotidiano do povo cearense, trazendo em suas publicações uma linguagem característica dos habitantes da “Terra da Luz”.

Descrever conceitos importantes da área da Linguística, de modo que o professor de LP conheça o sistema linguístico, bem como suas abordagens, a fim de colocar em prática atividades baseadas em análises sociolinguísticas é o que desejamos com este artigo.

1.2 Considerações sobre o gênero textual/digital

Uma das propriedades mais notáveis do fenômeno linguístico é a capacidade de transferir-se de um meio para outro. De acordo com Lyons (1987), o conceito de meio se contrasta com o conceito semiótico de canal, logo, são distintos. Tanto a língua falada quanto à língua escrita podem se processar em canais diversos, cujos limites são impostos pelas convenções sociais estabelecidas nas condições de funcionamento da atividade verbal, ou seja, os gêneros constituem modelos específicos de texto, diferentes entre si e controlados pelas próprias convenções, segundo Antunes (2009, p 211). Por exemplo, na televisão ou na *internet* é possível encontrar textos escritos de várias naturezas, como anúncios, notícias, artigo de opiniões etc.; bem como textos falados, tais como reportagens ao vivo, entrevistas, vídeos no *Youtube*, vídeos no *Facebook*, entre outros, cujas distinções estruturais e funcionais são perceptíveis nessas modalidades linguísticas (oral e escrita), a fim de satisfazer o elo comunicativo.

2 Disponível em: <<https://www.facebook.com/suricateseboso>>. Acesso 28/12/2021.

3 Para mais informações sobre a página do Facebook “Suricate Seboso” ver artigo PEREIRA, Maria Lidianie de Sousa; PEREIRA, Leydiane de Sousa. VARIAÇÃO LINGUÍSTICA EM MEMES DO SURICATE SEBOSO: BREVES CONSIDERAÇÕES PARA O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA. Web Revista SOCIODIALETO, [S.l.], v. 10, n. 30 SER.2, p. 277 - 305, jul. 2020. ISSN 2178-1486. Disponível em: <<http://sociodialeto.com.br/index.php/sociodialeto/article/view/245>>. Acesso 28/12/2021.

Nessa perspectiva, a língua se materializa em textos falados e/ou escritos e esses mesmos textos se estruturam em gêneros discursivos para atender os muitos objetivos de comunicação que, essencialmente, estão ligados aos variados domínios discursivos presentes na sociedade. Marcuschi (2008a, p, 155) define os gêneros textuais como entidades empíricas em situações comunicativas e se expressam em designações diversas, exemplos: *telefonema, sermão, carta comercial, carta pessoal, romance, [...] carta eletrônica, bate-papo por computador, aulas virtuais* e assim por diante.

Para Cavalcante (2012, p. 51), os gêneros são passíveis de sofrerem alterações em decorrência das práticas sociais e das imposições convencionadas pelo meio em que eles se propagam. Essas mudanças genéricas, ao longo do tempo e diante de práticas situadas, podem se apresentar em alguma dessas propriedades: estrutura, conteúdo, suporte, estilo etc. Sobre a definição de suporte, Marcuschi (2008a) o conceitua como “... um locus físico ou virtual com formato específico que serve de base ou ambiente de fixação do gênero materializado como texto” (2008a, p. 174).

Araújo (2010, p. 113) divide os gêneros em dois grupos: os primários e os secundários. Os gêneros primários são característicos das situações de comunicação espontâneas, a exemplo do “diálogo cotidiano” e da “carta”. Já os secundários relacionam-se às situações enunciativas, características de uma cultura mais “complexa” e “evoluída”, cujos enunciados se manifestam principalmente por meio da escrita, a exemplo do “romance” e do “discurso científico”. O exemplo da carta, no primeiro grupo, deixa transparecer que um gênero escrito pode se aproximar estruturalmente de um gênero da língua falada.

Marcuschi (2008a) trata da relação fala - escrita nos gêneros textuais, em que apresentam aspectos em comum os gêneros *carta pessoal, bilhete casual, telefone pessoal e conversação espontânea*, os quais podem ser revelados por meio de seleções morfossintáticas, na natureza do léxico, bem como no grau de atenção aos recursos linguísticos empregados durante o

processo de enunciação, de acordo com as características específicas de cada modalidade.

Com o advento da tecnologia, novas formas de comunicação surgiram e, conseqüentemente, novos gêneros, conhecidos em meio virtual como digitais, a exemplo do *e-mail* (endereço eletrônico), da aula virtual, do *weblog*, do bate-papo virtual e do *meme*, este último objeto de nossa investigação. Marcuschi (2010) trata da emergência desses gêneros em contexto digital, cujos enunciados são relativamente variados, tendo em vista a versatilidade dos ambientes virtuais, mas apresentando a maioria deles similitude de forma e/ou de função por se tratar da modalidade oral e escrita da linguagem.

Essa flexibilidade do meio virtual é mais evidente através do que é conhecido como hipertexto. Xavier (2010, p. 208) esclarece essa noção em: “Por **hipertexto, entendo uma forma híbrida, dinâmica e flexível de linguagem que dialoga com outras interfaces semióticas, adiciona e acondiciona à sua superfície formas outras de textualidade** [grifos do autor].” O gênero *meme*, assim como outros gêneros digitais, manifesta, em sua composição, essa hipertextualidade, pois mescla diferentes formas de linguagem, tais como: textos; imagens; sons etc. gerando, então, efeitos de sentido que se relacionam com os seus propósitos enunciativos, o que implica investigação sobre o uso.

1.3 O gênero textual *MEME*

Os *memes* são formas textuais bastante populares no ambiente virtual. As pessoas têm contato com esses enunciados por meio de suas redes sociais (*Twitter, Facebook, Instagram, WhatsApp* etc.). Dada a dinamicidade desse contexto tecnológico, os *memes* se comportam de maneira diferenciada comparando-se a outros gêneros digitais como, por exemplo, o *e-mail*. Esse diferencial se dá a partir de suas composições estruturais não muito padronizadas. Desse modo, a maneira mais fácil de classificar um *meme* é atentar-se ao seu propósito comunicativo. Por sua vez, Rocha (2020, p. 40)

destaca que esta estrutura apresenta potencial de gerar humor, proporcionar uma crítica, além do caráter replicativo, com elementos verbais e não verbais interligados.

De modo a relacionar a linguagem verbal com a não-verbal, os *memes* que compõem o *corpus* desta análise têm como propósito comunicativo gerar humor, pois trazem situações que apresentam os saberes linguísticos cotidianos, de forma lúdica, de uma comunidade linguística: a cearense. O termo “*meme*”, segundo Lima-Neto (2014, p. 111), foi elaborado pelo zoólogo Richard Dawkins, em analogia à teoria desenvolvida: *a do gene egoísta*, ligada estritamente à Teoria da Evolução das Espécies de Charles Darwin. Richard definiu “*meme*” como uma unidade de transmissão cultural, ou unidade de imitação. ‘*Mimeme*’ vem da raiz grega adequada, mas ele queria um termo próximo de ‘gene’ [...] e, alternativamente, a palavra ‘*meme*’ guarda relação com ‘memória’ ou com a palavra francesa *même*.

Lima-Neto (2014, p. 112) define os *memes* como ideias, unidades culturais de imitação que, se aceitas como relevantes para uma espécie, são repassados de cérebro para cérebro. Então, baseada na analogia proposta, os *memes* também têm as mesmas características dos genes: longevidade, fecundidade e fidelidade da cópia. A primeira diz respeito ao tempo que um dado *meme* permanece em uma cultura, sendo ele efêmero ou relativamente permanente. A segunda característica refere-se à capacidade do *meme* de gerar cópias. Já a terceira compreende a habilidade do *meme* em gerar cópias mais ou menos fidedignas com o original.

Depois de apresentar o referido termo, é relevante salientar que essas formas inovadoras de comunicação no meio virtual passaram a ser denominadas de *meme*, dado o seu caráter dinâmico no ambiente virtual. Rocha (2020, p. 59) apresenta uma classificação complexa e ainda bastante difusa, uma vez que se pode conciliar texto verbal, imagens, vídeos e sons, que passaram a se espalhar na *internet*. No entanto, o autor descreve-os em 5 (cinco) tipos: 1- *meme* imagem fixa com legenda; 2 - *meme gif* animado; 3- *meme print* (captura de tela); 4 - *meme* vídeo e 5 - *meme* frase.

Rocha (2020) descreve o *meme imagem fixa* como uma conexão estabelecida entre uma imagem ou ilustração e uma frase de efeito, de modo a atingir o propósito comunicativo. Já o *meme gif animado* apresenta um compilado de muitas imagens no formato GIF (Formato de Intercâmbio de Gráficos) que possibilitam o efeito de movimento. Segundo o mesmo autor (2020, p. 53), “... eles têm um efeito parecido com o *meme* de imagem e legenda, com o diferencial de conter o movimento, o que pode propor novos efeitos de sentido.” O tipo *meme print* refere-se à captura de tela de mensagens, a partir dos sites de relacionamentos variados, cujo conteúdo das mensagens tem a finalidade de atrair a atenção dos usuários a partir de suas manifestações/identificações com traços humorísticos, críticos, irônicos etc.

Sobre o *meme vídeo*, o autor descreve-o como vídeos virais com conteúdo cômico extraídos de mídias diversas como a televisão, o cinema, redes sociais, entre outras. E, por último, o *meme frase*, que são frases proferidas por alguém (pessoa pública ou não) extraídas de contextos originais (novelas, entrevistas, eventos públicos etc.) adequando-se a situações distintas com o intuito de gerar humor, tais como os bordões (2020, p. 51-58). Destacamos o objeto de nossa análise – o gênero *meme* – e suas características mais notáveis, originário do ambiente virtual e bastante popular entre os letrados digitais, dentro os quais os jovens. Em sendo a *internet* uma realidade dos discentes, o professor de LP deve aproveitar as possibilidades de análise textual decorrentes do uso variável da língua.

2. Procedimentos metodológicos

Selecionamos cinco *memes* da página do *Facebook* “Pai do Pingu” no sentido de propor atividades de reflexão linguística sobre a variação nas aulas de Língua Portuguesa. A nossa hipótese é a de que os *memes* dessa página são potenciais instrumentos para se trabalhar a variação linguística. Decidimos os critérios para a seleção dos *memes*: a) formas textuais não estarem adequadas à norma-padrão; b) número de vocábulos superior a 3, no que consideramos

serem significativos, tendo em vista não ser individualizado, logo, uma composição; e c) terem sido postados na referida página *Facebook* no ano de 2020, com o intuito de representar a linguagem mais atualizada dos cearenses para fins de observação e descrição.

O interesse em investigar esses *memes* surgiu a partir da observação da linguagem apresentada com desvio da norma-padrão, mas compreendida pelos seguidores (interlocutores), o que nos levou a pensar no objeto de estudo para as aulas de LP, já que o aluno é um comunicador, um sujeito ativo e consciente da língua que utiliza. A página do *Facebook* “Pai do Pingu” foi criada no dia 16 de fevereiro de 2016 e categorizada pela rede social como “Personagem Fictício”.

Nesse sentido, verificamos como se manifesta essa linguagem verbal dos *memes* que possibilita a operação de seu propósito comunicativo. Segundo, identificamos os tipos de variação linguística nos diferentes níveis (morfofonêmico, morfossintático, lexical e discursivo) da língua. Terceiro, separamos os vocábulos/expressões que poderiam evidenciar variação. Quarto, correlacionamos os tipos de variação linguística aos vocábulos/expressões e ao referencial teórico lido, o qual trata da Pedagogia da Variação Linguística. E por fim, elaboramos uma proposta pedagógica a partir dos *memes* da página do *Facebook*.

3. Análise: variação linguística nos *memes* do “Pai do pingu”

Além da linguagem característica do falante cearense, o autor dos referidos *memes* utiliza algumas imagens capturadas da série de TV de animação “Pingu”.⁴ Desse modo, em conformidade com os tipos de

4 Pingu é uma série de televisão de animação voltada para o público infantil suíça-britânica, feita utilizando uma técnica de animação chamada claymation, criada por Otmar Gutmann e produzida de 1990 a 2006 para a televisão britânica pelo The PygosGroup (anteriormente TricksfilmStudios e PinguFilmstudio). Centra-se em uma

variação apresentados por Alckmin (2012), os *memes* em questão podem ser categorizados como manifestações da variação diatópica, pois eles apresentam uma linguagem específica de uma região geograficamente situada. Quanto ao proposto por Rocha (2020), essas formas textuais podem se enquadrar no tipo *meme* imagem fixa com legenda. Então, a partir desse ponto, iniciamos a análise para verificar que tipos de variação linguística se encontram nos *memes*. Vale a ressalva de que nossa análise diz respeito à linguagem verbal, posto isto, vejamos a imagem 1:

Imagem 1: Meme do Pai do Pingu



Fonte: Disponível em: <<https://www.facebook.com/Opaidopingu>>. Acesso em 23/12/2020.

família de pinguins antropomórficos que vivem no Pólo Sul; o personagem principal é o filho da família e o personagem-título, Pingu. A série original teve no total 157 episódios e foi exibida de 7 de março de 1990 a 3 de março de 2006 na BBC Two. Pingu ganhou um prêmio BAFTA. [...] No Brasil foi exibido pelos canais de TV aberta: TV Brasil, TV Cultura e Nick Jr.. Atualmente é exibido no Gloobinho. Informações extraídas da plataforma Wikipedia. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Pingu>>. Acesso em: 05/01/2021.

No *meme* apresentado na imagem 1, notamos um só vocábulo “ói”, suprimido a partir da expressão “olha aí”, resultado de formas em competição, variando morfofonemicamente. No que tange à variação fonético-fonológica, percebemos a vocalização da lateral palatal [ʎ], representada na Língua Portuguesa pelo dígrafo ‘lh’ para a semivogal [j].

Encontramos, também, a palavra “piseiro”, variante da expressão “piseiro”, que, de acordo com o Dicionário Informal⁵, trata-se de um regionalismo para se referir à festa animada ou forró. Atualmente, esse termo também significa um subgênero musical do forró. A variação fonético-fonológica se dá pelo apagamento da semivogal [j] no ditongo decrescente [ej], cujo processo linguístico se refere à monotongação.

A forma “mimsina”, variante da expressão “me ensina”, registro de variação mórfica e sintática evidencia a tendência do falante ou escrevente em substituir o pronome clítico átono “me” pela forma tônica “mim”, esta, de acordo com a gramática prescritiva, deveria ocorrer apenas após uma preposição. Então, trata-se de uma variação no nível morfossintático, pois o pronome “mim” tem a função de objeto indireto, enquanto o pronome “me” tem a função de objeto direto.

No que se refere ao plano discursivo, destacamos as expressões “mah” e “rala”, que, correspondem a “macho” e “vai lá”, respectivamente. O vocábulo “macho” e sua variante são vocativos corriqueiros nos diálogos cotidianos do cearense. Na forma abreviada “mah”, o autor do *meme* utiliza um recurso comum no ambiente virtual para representar o acentoônico neste monossílabo – o uso da letra “h”, desprovida de som, mas com um uso bastante recorrente no ambiente virtual para representar a acentuação gráfica em uma vogal e/ou a supressão de uma sílaba como no caso de “cho” em /macho/, tal como ocorre em “eh”, variante da forma verbal “é”.

5 Disponível em: <<https://www.dicionarioinformal.com.br/significado/piseiro/24949/>>. Acesso em 05/01/2021.

O vocábulo “rala”, nesse contexto, significa “por favor”, no que para além do contexto semântico indicado, podemos analisar a forma “rala” em contexto mórfico, quando se deveria escrever “vá lá”, no que ocorre, também, o processo de rotacismo, isto é, a troca do “v” pelo “r”, além das supressões de acentos gráficos apenas presentes na escrita e ausentes na fala. Considerando a variação fonético-fonológica, notamos a ocorrência do fenômeno de enfraquecimento do som fricativo labiodental sonoro [v], tornando-se o som glotal [ɦ], frequente no falar cearense, conforme o trabalho de Rodrigues (2018); Roncarati e Uchoa (2014, p. 12), haja vista “o som enfraquecido que se ouve em lugar de /v/, /z/ e /ʒ/ pode ser geralmente transcrito como [ɦ], fazendo parte de uma família de sons que tem, na fala cearense, membros como [h],[χ], [ʁ], [x] e [ɣ] - o grafado por *rr* ou *r* inicial de palavra [...] na realização de fricativa surda ou sonora produzida na região do véu palatino (porta [ˈpoxtə]), da úvula (gordo [ˈgoʁdu]) e da glote (glotal – rádio [ˈɦadʒu]).”

No *meme* a seguir, representado na imagem 2, destacamos “num”, variante da contração do advérbio de negação “não”. No plano fonético-fonológico, identificamos o processo de monotongação, tendo em vista que o ditongo nasal [ãw] é desfeito tornando-se apenas a vogal nasal [ũ]. Verificamos, também, “ar simente”, em que percebemos dois tipos de variação, quais sejam: **no nível morfossintático**, evidencia-se a não marcação do morfema gramatical de número, que deveria ser representado, na norma padrão, pela letra “s” e, em seu lugar, há a consoante “r”. Esse tipo de variação é recorrente no falar do português brasileiro, assim como também a não realização de concordância nominal (flexão apenas do primeiro termo – “ar”), no que Camacho (2016, 467) apresenta algumas hipóteses para a ocorrência de tal fenômeno como (i) o baixo nível de escolarização e (ii) a situação estilística, pois há falantes mesmo com alta escolaridade não apliquem a regra de concordância nominal em todas as circunstâncias de uso.

Já no que tange ao outro tipo de variação, no **nível fonético-fonológico**, também é perceptível o fenômeno de enfraquecimento do som fricativo desvozeado [s], passando para [ɦ] na variante do artigo definido plural -

“ar”. No **nível lexical**, há a expressão “pe de pau” como sendo uma variante dos vocábulos “planta”, “árvore” etc. Por outro lado, no **nível discursivo**, identificamos “valeime”, sendo uma variante das construções “valha-me Deus” e/ou “Valei-me Deus”. Essas expressões de cunho religioso são muito corriqueiras na cultura cearense, tendo em vista a religiosidade e devoção aos santos e a Deus muito presente na região Nordeste.

Imagem 2: Meme do Pai do Pingu



Fonte: Disponível em: <<https://www.facebook.com/Opaidopingu>>. Acesso em: 23/12/2020.

A seguir, na imagem 3, notamos “bora”, variante do vocábulo “embora”, cuja expressão completa está acoplada em “vamos embora”. No entanto, em vez de designar a partida e/ou ida de alguém, denota uma ação com realização às pressas, de modo urgente, ou seja, temos um uso para determinada função comunicativa. Na forma “minino”, variante de “menino”, ocorre o processo de substituição da vogal “e” presente graficamente na norma-padrão, mas que se escuta a vogal “i”, cuja transcrição fonética se dá conforme o uso oral da língua.

Identificamos, também, as expressões “rei” e “ro” que correspondem, respectivamente, aos vocábulos “velho” e “vou”. Quanto à primeira forma – “rei”, percebemos a variação no **nível semântico**, pois tal forma não se

refere às noções de “idoso”, “antigo”; mas, na situação apresentada nesse *meme*, ela possui a semântica de “algo insignificante”, “nada demais” ou ainda “não te fará mal algum”. No **nível fonético-fonológico**, a forma “rei” sofreu primeiramente o processo de despalatização, passando do fonema palatal [ʎ] para a semivogal [j]; posteriormente, houve o enfraquecimento do som fricativo labiodental [v], resultando no surgimento do som glotal [ɦ]. Este último processo também ocorreu na forma “ro” e, além disso, houve a apócope, processo no qual a semivogal [w] foi suprimida no final do vocábulo “vou”. Do mesmo modo, ocorreu com o vocábulo “enguiá”, que significa vomitar ou regurgitar (variação lexical); pois o morfema gramatical de modo -r- também não foi marcado morfologicamente.

Imagem 3: Meme do Pai do Pingu



Fonte: Disponível em: <<https://www.facebook.com/Opaidopingui>>. Acesso em 23/12/2020

Destacamos, também, as expressões “mainha” (imagem 3) e “nam” (imagem 3 e 4). A primeira trata-se da variante do vocábulo “mãezinha”, cujo processo fonético observado é a síncope, pois os fonemas [j] e [z], encontrados no meio da palavra, foram suprimidos. “Mainha” é um regionalismo do

nordeste brasileiro, utilizado em contextos familiares, sobretudo na região Sul do Ceará que faz fronteira com os estados da Paraíba e Pernambuco. No contexto do *meme*, a forma “nam”, presente tanto na imagem três, quanto na imagem quatro (a seguir), é uma variante recorrente em contexto oral do advérbio de negação “não”. Foneticamente, ocorreu o processo conhecido como monotongação, passando do ditongo nasal [ãw] para vogal nasal [ã], vejamos:

Imagem 4: Meme do Pai do Pingu



Fonte: <<https://www.facebook.com/Opaidopingu>>. Acesso em 23/12/2020

Identificamos, ainda na imagem quatro, as palavras “nam” e “djabo”. Em relação à primeira delas, percebemos funcionar como um marcador discursivo e em sendo-o, o plano de análise é a composição discursiva textual, reiterando a noção de negação acoplada a várias outras ideias como de “reprovação”, de “indignação”, de “revolta”, assim como também a marcadores discursivos: “tá?”, “né?”, “tipo” etc. Já no que se refere ao segundo vocábulo “djabo”, identificamos que se trata de uma variante de “diabo” em um contexto no qual a fonética é transposta para a escrita, o que não é usual,

já que na representação da escrita, vemos a consoante /j/. Foneticamente, podemos descrevê-la como [ˈdʒabw].

Sobre as propriedades da linguagem, observamos a incidência da produtividade, conforme a descrição de Lyons (1987). Os sons africados do Português Brasileiro (PB), geralmente, se realizam em contextos fonológicos antes da vogal [i], como nas palavras “dia” e “tia”, a exemplo de “diabo”.

No *meme* representado na imagem 5, identificamos as seguintes expressões: “be isso”; “trata”; “vei”; “fi”; e “de cumê”. A primeira trata da variante da construção “Que diabo é isso?”, que por sua vez, foi alterada para a construção “diabo é isso?”. Tal enunciado também é muito comum no falar cearense e está relacionado à crença religiosa. Nesse contexto, é usada como variante de “O que é isso?” - quando não se tem conhecimento sobre algo ou alguma situação. Assim, essa variação se evidencia no plano do discurso em uma composição textualmente usual. Notamos a eliminação dos fonemas iniciais (aférese), bem como o apagamento da semivogal [w], ligando-se ao verbo flexionado “é”, resultando em “be isso”.

Imagem 5: Meme do Pai do Pingu



Fonte: Disponível em: <<https://www.facebook.com/Opaidopingu>>. Acesso em 23/12/2020.

Sobre o vocábulo “trata”, verificamos um processo de apócope, por meio da supressão do morfema gramatical -r. Já em “vei”, variante de “velho”, identificamos a despalatização do fonema [ʎ] escrito com a semivogal [j], além do apagamento da semivogal [w]. No vocábulo “fi”, variante fonética de “filho”, identificamos o mesmo processo de despalatização e apagamento da vogal [u], ambos os termos (velho e filho) têm escrito em seu interior o dígrafo (lh) ocorrendo os referidos processos de despalatização e apagamento.

A expressão “de cumê” é uma variação lexical de “refeição”, “comida”, “alimento” etc. Nela, ainda é possível identificar o processo de apócope, tendo em vista a eliminação do morfema gramatical – r, indicativo de infinitivo, conforme a gramática prescritiva, e no que podemos mensurar haver um processo de gramaticalização quando de verbo “comer” passa a ser expressão prepositiva “de cumê”, o que sinaliza, também, um contexto discursivo íntimo, cuja interação envolve os interlocutores (mãe e filho).

Portanto, a análise feita a partir dos *memes* extraídos do Facebook “Pai do Pingu” apresentam diversos tipos de variação linguística, dos quais destacamos os níveis fonético-fonológico, morfológico, morfossintático, semântico, lexical e discursivo, cuja predominância de variação está no fonético-fonológico. Concluimos que o fenômeno da variação linguística nos *memes* reflete a identidade linguística do cearense, no que destacamos o enfraquecimento de sons fricativos, representado nos *memes* pela letra “r” e a não marcação da concordância nominal.

Desse modo, a análise evidencia que os *memes* são potenciais instrumentos para reflexão da língua, sobretudo, em sala de aula, como um recurso linguístico para afastar o preconceito da língua e inserir o aluno em atividades de retextualização, cuja comunicação decorre dos meios digitais vividos por uma grande quantidade de jovens e como uma estratégia encontrada para desenvolver o ensino de LP em ambientes virtuais, fazendo com que os alunos encontrem sentido em estudar a língua de uso.

A discussão realizada até esse momento ratifica que a língua é uma entidade social, dinâmica, flexível, variável etc. A análise dos *memes*

do *Facebook* “Pai do Pingu” mostrou que gêneros escritos também são constituídos de fenômenos de variação linguística. Nesse caso específico, as formas textuais observadas se aproximam da oralidade, mais precisamente, de situações comunicativas mais espontâneas. No *continuum* proposto por Marcuschi (2008a), os *memes*, por serem muito dinâmicos, podem ser colocados no conjunto de textos escritos com características estruturais da língua falada.

De igual modo, nos *continua* propostos por Bortoni-Ricardo (2004), as manifestações linguísticas dos *memes* podem estar associadas ao *continuum* de oralidade/letramento, porque para produzir um *meme*, na *internet*, tem de saber utilizar as redes sociais, tem de ser letrado digitalmente. Assim sendo, na linha imaginária, os *memes* estariam dispostos em um ponto intermediário, nos quais podem ser utilizados para um trabalho reflexivo sobre a língua e sua variação. Deste modo, apresentamos, como sugestão, atividades com o objetivo de ampliar a competência comunicativa dos alunos nas aulas de LP assim como torná-las mais dinâmicas do ponto de vista linguístico. De acordo com Araujo e Silva (2020, p. 2), o objetivo da pedagogia da variação linguística é conduzir os alunos para uma compreensão de língua baseada na realidade heterogênea, intrínseca às línguas e condicionada por aspectos sociais, históricos e culturais.

Logo, o trabalho do docente com qualquer gênero textual, tanto escrito como falado, deve levar em consideração a heterogeneidade linguística e sua relação com a sociedade. As aulas de LP não podem ser centradas unicamente em aspectos formais da língua, mas sim em (con) textos vinculados à realidade linguística do aluno, além de proporcionar-lhe o contato de seu objeto de ensino (língua) com outras disciplinas e áreas, a exemplo da Sociologia, História, Filosofia, Antropologia etc. Nesse sentido e a respeito do tratamento da variação linguística no contexto das aulas de LP em Anos Finais do Ensino Fundamental, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018, 71), documento de referência para a elaboração dos currículos das escolas brasileiras, ratifica que os estudos metalinguísticos não devem

ser tomados como um fim em si mesmo, mas levando em consideração as práticas de reflexão pelos alunos, a fim de ampliarem a capacidade de uso da língua quanto à leitura e à produção.

Um ponto que não pode ser ignorado em atividades que envolvam a variação da língua é o preconceito linguístico o qual ainda é recorrente nos falantes de nosso país e está diretamente enraizado, também, no preconceito social. De acordo com Bagno (1999, p. 9), a confusão criada entre língua e gramática normativa se deu no curso da história, tendo surgido o preconceito linguístico, uma vez que receita de bolo, molde de vestido, mapa do mundo e a gramática não representam um bolo, um vestido, o mundo e a língua, respectivamente. O autor referenda a noção de língua como plural, heterogênea sob a égide de muitas facetas e que o professor de LP tem a responsabilidade social e pedagógica de conscientizar os alunos, a partir das teorias linguísticas, a adotar uma concepção de língua a partir da maneira como ele a enxerga, pois isso determinar como ele ensinará o PB, conforme Oliveira (2010, p. 32).

Segundo Santos *et al* (2012, p. 80), há duas possibilidades do professor de LP operacionalizar atividades de análise linguística: (i) classificatória e/ou explicativa em que se pode usar uma metalinguagem técnica; (ii) baseada na significação e nas funções dos recursos linguísticos e suas possibilidades de funcionamento textual-discursivo. Sobre a primeira possibilidade, as autoras explicam que a análise dos fatos linguísticos é baseada na indução quando da elaboração dos conceitos, ou seja, parte dos casos isolados para se chegar a regras mais gerais. A segunda possibilidade de análise contribui para o desenvolvimento da competência comunicativa em que se verificam questionamentos sobre os significados e as funções dos elementos linguísticos.

A partir da teoria, apresentamos a nossa proposta de trabalho com a variação linguística a partir dos *memes* do *Facebook* “Pai do Pingu”. As atividades devem ter como público-alvo alunos dos Anos Finais do Ensino Fundamental, preferencialmente, aqueles que estejam cursando 8º ou 9º Anos, mas isso não impede de haver outro público, por exemplo, os alunos

de Letras das universidades, que serão formadores. O objetivo da intervenção é desenvolver a competência sociolinguística dos alunos a partir do gênero *meme*, quanto instigá-los a não propagar o preconceito linguístico. Dividimos duas aulas em etapas, conforme os procedimentos a seguir.

Na primeira aula, o professor pode abordar o conceito de variação linguística, explicando que ela é inerente a todas as línguas vivas. Se desejar, pode apresentar vídeos que tratem do tema. Posteriormente, o docente listará os tipos de variação mais comuns (histórica, geográfica, social, estilística), ilustrando. Em seguida, apresentará uma quinta variação: a diamésica. Na sequência, o professor apresentará o gênero textual *meme*, destacando seus tipos e características a partir de exemplos extraídos da *internet*. É importante mostrar aos alunos os propósitos comunicativos do *meme*, cujos efeitos de sentido unem a linguagem verbal à não-verbal, vinculados ao suporte virtual em que a linguagem se mostra dinâmica.

Sendo primordial retomar a variação diamésica – que se apresenta em diferentes gêneros textuais, o professor apresentará os *memes* da página “Pai do Pingu”, bem como outros gêneros (cordéis, músicas, minicontos, notícias etc.), os quais podem ser recursos linguísticos para reflexão e análise da variação linguística. É importante solicitar a participação dos alunos para a leitura dos textos em voz alta. Nesse momento, o professor pode falar sobre a relação entre as modalidades falada e escrita, o valor social das variantes, o preconceito linguístico, a importância do uso da norma-padrão (exigência de acesso ao mercado de trabalho, à aprovação em exames de ordem, a provas de vestibulares etc, por exemplo). Na segunda aula, o docente deve apresentar as seguintes atividades referentes aos *memes* da página, a fim de refletir sobre os fatos linguísticos decorrentes do uso.

Questão 1

Responda as questões a partir da observação da imagem:



Fonte: Disponível em: <<https://www.facebook.com/Opaidopingu>>. Acesso em: 09/01/2021

a) Esse texto é um “*meme*”, gênero textual muito popular na *internet*. Nele é apresentada uma linguagem informal característica do povo cearense. Fique atento, pois em gêneros dessa natureza os sinais de pontuação não são aplicados. A partir da explicação feita pelo professor, que tipo de variação linguística o texto evidencia: histórica, geográfica, social ou de registro?

b) Identifique as palavras que indicam ação por parte da personagem. Se você fosse dar um nome a esse conjunto de palavras encontrado, qual seria?

c) No texto, quando a personagem expressa “fale comigo nao”, o que isso denota?

d) Que noção se tem ao utilizar a palavra “fale”?

e) A expressão “to tentano boceja” evidencia fato concluído ou em processo? Em que tempo: passado, presente ou futuro?

f) As duas palavras “ra” e “lá” atuam como variante da expressão “vai lá”. No texto, que sentido essas duas palavras denotam? Elas têm o mesmo significado do modo verbal da palavra “fale”? Escreva uma palavra ou expressão para substituir os vocábulos “ra” e “la” e “vai lá”, nesse contexto,

sem alterar o sentido empregado pelo autor do *meme*. Feita essa operação, classifique de acordo com a norma-padrão a expressão e/ou palavra escolhida por você.

g) O som da consoante que inicia a palavra “vai” sofreu variação. Qual som você escuta? Apresente outras palavras que, de acordo com a norma-padrão, são pronunciadas com o som de V, mas que, em seu convívio com família e amigos, são pronunciadas com o som de R. Em sua opinião, você acha inadequada a troca de V pelo R em situações comunicativas?

h) Observe o vocábulo “boceja”. Reescreva essa palavra de acordo com a norma-padrão. Compare as duas formas. Que elemento estava faltando? Em sua opinião, de acordo com a ortografia da Língua Portuguesa, essas duas formas são palavras com o mesmo significado? Classifique as duas palavras de acordo com a conjugação verbal (número, pessoa, tempo, modo).

i) Reescreva o texto presente no *meme*, fazendo as devidas adequações à variante padrão, utilizando, para isso, os sinais ortográficos.

Essa é uma questão que relaciona atividades linguísticas, epilinguísticas e metalinguísticas. Primeiro, porque solicita do aluno a observação atenta da imagem em forma de texto para que possa entendê-lo e interpretá-lo em contexto de uso. Segundo, para as atividades epilinguísticas (itens *g* e *i*), o aluno deverá refletir sobre o uso de determinadas formas em situações comunicativas diversas, bem como comparar expressões e/ou palavras, a fim de explorá-las em suas diferentes possibilidades. Terceiro e último, os itens (*a*, *b*, *c*, *d* e *e*) dizem respeito às atividades metalinguísticas, baseadas na análise da língua pela língua em que se pode categorizar e explicar os fenômenos linguísticos. Os enunciados que operam com atividades epilinguísticas e metalinguísticas, simultaneamente, são os (*f* e *h*).

Questão 2

Observe o meme a seguir e faça o que se pede:



Fonte: Disponível em: <<https://www.facebook.com/Opaidopingu>>. Acesso em: 09/01/2021

a) Qual o propósito comunicativo do gênero textual acima? Transcreva o texto conforme a variante padrão, de modo a realizar as adequações necessárias, inclusive os sinais de pontuação. Depois disso, analise o efeito de sentido. Justifique sua resposta.

b) Observe a palavra “dozoto”. Trata-se de uma variante da expressão “dos outros”. Compare-as. O que fez o autor do *meme* utilizar a letra Z em vez de S? Qual a função da letra S no final dos vocábulos “dos” e “outros”? Com base no seu conhecimento linguístico, a forma “dozoto” apresenta a mesma ideia da expressão “dos outros”? Por quê?

c) O *meme* acima emprega o discurso direto (diálogo). Esse aspecto também é comum em gêneros literários, nos quais é predominante o tipo narrativo, como os romances, contos, novelas etc. Nesse sentido, a partir da releitura do *meme* e da situação ali apresentada, produza um pequeno texto narrativo (que pode ser miniconto), contextualizando o que poderia ter

acontecido com as personagens antes da apresentação desse diálogo. Lembre-se: como se trata de um gênero narrativo, faça a adequação à norma-padrão. No entanto, é importante incluir a conversa das personagens sem fazer muitas alterações. Atente-se em colocar os sinais gráficos característicos do texto escrito que você produzirá (travessões, vírgulas, exclamações, interrogações etc.). Além disso, é necessário criar um desfecho para sua história.

Essa questão contempla, igualmente, atividades linguísticas, epilinguísticas e metalinguísticas, haja vista o aluno ter de ler, escrever e refletir sobre o texto no *meme*, baseando-se em seu conhecimento do uso da língua. Os itens (a e c) são destinados à atividade tanto linguística, quanto epilinguística e o item (b) a atividades epilinguísticas e metalinguísticas, pois, o aluno analisa, interpreta e reflete sobre os fatos da língua, sua forma, sua função, a partir da interação discursiva.

Questão 3

Dever de casa/Avaliação

Forme trios com seus colegas.

Procure na *internet* imagens de animações que vocês gostam de assistir ou faça um *print* de uma cena específica (cômica) de um vídeo.

Refleta sobre sua identidade linguística.

Procure por expressões que são marcantes em seu falar ou no falar de alguém do seu convívio e liste-as a fim de discutirmos em sala junto aos colegas.

Pesquise por algum aplicativo que realize edições, de modo a colocar as frases e/ou diálogos junto à imagem escolhida. Feito isso, seu *meme* está pronto!

Poste na rede social de sua predileção e espere pelas reações de seus amigos.

Escreva um texto curto ao professor contando como foi sua experiência com o conteúdo da variação linguística e com a produção do *meme*. É importante relatar as reações das pessoas em relação ao *meme* produzido.

As atividades linguísticas, metalinguísticas e epilinguísticas também são contempladas na questão 3 de modo que o aluno leia, analise, compare, reflita, interprete e (re)escreva o texto, de modo a ampliar sua competência de língua, bem como desenvolver conhecimento acerca da variação linguística e suas diversas possibilidades de trabalho. Ao produzir um gênero textual direcionado, no caso específico, *os memes*, o discente deverá levar em consideração os interlocutores vinculados às suas redes sociais. Logo, trata-se de uma atividade situada em um contexto social e digital. A produção final é útil para avaliar o que será assimilado durante toda a intervenção pedagógica, assim como comparar o conhecimento anterior ao adquirido durante as atividades de variação linguística.

Considerações finais

Buscamos, por meio desta investigação, identificar que os *memes*, gêneros textuais digitais, são potenciais ferramentas para se trabalhar com o fenômeno da variação linguística nas aulas de LP, na medida em que pudemos, primeiramente, abordar tanto os conceitos de língua (gem) e identidade, como a evolução dos estudos linguísticos, de modo a comparar algumas abordagens, como a estruturalista e a sociolinguística.

A primeira abordagem se refere ao fenômeno linguístico como um sistema pronto e acabado, estático, invariável e dissociado do sujeito. A segunda vertente compreende a língua como uma atividade interativa por meio da qual os indivíduos compartilham suas histórias, suas experiências, suas crenças e ideologias, todas elas situadas social e culturalmente, cuja língua se manifesta de modo sistemático e heterogêneo. De igual modo, tratamos dos tipos de variação linguística e do conceito de identidade em conformidade com os pressupostos sociolinguísticos.

Nessa mesma linha, trazemos à baila algumas percepções sobre gêneros textuais e digitais, dando destaque à observação e análise do nosso objeto de estudo 5 (cinco) *memes*, os quais serviram de mote para descrever e interpretar a variação linguística. Identificamos variações em níveis (morfofonêmico; morfossintático; discursivo; semântico e lexical) do sistema da língua, no que destacamos duas ocorrências: o enfraquecimento de sons fricativos representado nos *memes* pela letra R (variação fonético-fonológica e mórfica) e a não marcação da concordância nominal de plural (variação morfológica). A partir da análise, ratificamos que os *memes* da página do Facebook “Pai do Pingu” servem de recurso às aulas de LP no que diz respeito à reflexão linguística.

Essas formas textuais muito populares refletidas em ambiente virtual revelam a identidade do sujeito por meio do uso da língua e, por conseguinte, tende a identificar a comunidade linguística na qual ele se insere. Quando um indivíduo produz um *meme* e posta na *internet*, ele quer mostrar as suas preferências como a de seus interlocutores (seguidores), já que podem compartilhar a mesma expectativa do propósito comunicativo.

Nesse sentido, o objetivo comunicativo dos *memes* analisados nesta pesquisa só é alcançado quando o público-alvo são pessoas que compartilham das mesmas peculiaridades linguísticas e culturais do povo cearense e que estão familiarizadas com o espaço digital, por isso recomendamos o trabalho especialmente em escolas públicas e/ou particulares do Estado do Ceará, de forma que os alunos se identifiquem e se conscientizem acerca de sua identidade. No entanto, isso não impede que um professor de LP de qualquer região do Brasil utilize-os para fins de análise e reflexão linguísticas, sobretudo no que se refere ao preconceito linguístico entre as regiões.

A nossa pesquisa não foi capaz de se aprofundar mais sobre a identificação porque para isso seria necessário estabelecer um diálogo com os seguidores da página por meio de entrevistas ou questionários no sentido de compreender a adaptação à linguagem cearense no contexto dinâmico da *internet*. No entanto, percebemos que os *memes* evidenciam a relação entre

língua e identidade a partir dos fenômenos que destacamos e são comuns no falar cearense. Para aproveitarmos as variações linguísticas encontradas nas formas textuais analisadas, relacionamos com outras pedagogias cujas práticas de análise linguística são significativas, por exemplo, a de leitura e de produção de texto.

A respeito das atividades elaboradas, na última seção do trabalho, devido ao contexto pandêmico, não foi possível aplicá-las para concluirmos se, de fato, contribuiriam no desenvolvimento da competência comunicativa quanto da sociolinguística dos discentes, mas esperamos utilizá-las em aulas futuras. Contudo, é importante ressaltarmos que a produção da proposta pedagógica mostrou que a partir de um só *meme* daquela página, muitas possibilidades de trabalho reflexivo e produtivo podem surgir. Encerramos a nossa discussão com a assertiva de que o professor de LP deve estar sempre atento à realidade sociolinguística dos alunos, de modo a tratar a diversidade respeitosamente, com base na heterogeneidade da língua de cada indivíduo. Além disso, é necessário que o docente comece a tratar o seu objeto de ensino como uma oportunidade de desenvolver ciência e cidadania.

Referências

ANTUNES, Irandé. **Língua, texto e ensino**: outra escola possível. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

ALCKMIN, Tânia. **Sociolinguística (Parte 1)**. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, AnnaChristina. Introdução à linguística 1: domínios e fronteiras. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 23-50.

ARAÚJO, Júlio César Rosa de. **Transmutação de gêneros na web**: a emergência do chat. In: MARCUSCHI, Luiz Antônio; XAVIER, Antonio Carlos (orgs.). Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção de sentido. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

ARAÚJO, Silvana Silva de Farias; SILVA, Manoel Crispiano Alves da. A heterogeneidade linguística e social na sala de aula: reflexões para um ensino pautado na ciência. **Revista da ABRALIN**, [internet], v. 19, n. 2, p. 1-5, 27 jun. 2020. DOI: 10.25189/rabralin.v19i2.1429. Disponível In: <<https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1429> > Acesso em 30 dez. 2020.

BAGNO, Marcos. **Nada na língua é por acaso**: por uma pedagogia da variação linguística. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

BAGNO, Marcos. **Preconceito lingüístico**: o que é, como se faz? 15. ed. São Paulo: Loyola, 1999.

BORTONI-RICARDO, S. M. **Educação em língua materna**: a sociolingüística na sala de aula. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**: Educação é a base. Brasília: MEC/Secretária da Educação Básica, 2018. Disponível In: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf>. Acessado em 23/12/2020.

CAMACHO, Roberto Gomes. A relevância social da sociolinguística: o efeito de escolaridade na marcação de número. **Cadernos de Estudos Lingüísticos**, Campinas, SP, v. 58, n. 3, p. 461–479, 2016. DOI: 10.20396/cel.v58i3.8647219. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8647219>>. Acesso em: 30 dez. 2020.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães. **Os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2012.

COAN, Márluce; FREITAG, Raquel Mister Ko. Sociolinguística variacionista: pressupostos teórico-metodológicos e propostas de ensino. **Domínios de Lingu@gem**, [internet], v. 4, n. 2, p. 173-194, 27 fev. 2011. Disponível In: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/11618>>. Acesso em 12/12/2020.

COSTA, Marcos Antonio. **Estruturalismo**. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo (Org.). Manual de linguística. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2018. p. 113-126.

ILARI, Rodolfo. **O Estruturalismo lingüístico**: alguns caminhos. In: MUSSALIM, Fernanda.; Bentes, Anna Christina (orgs.). Introdução à Linguística: fundamentos epistemológicos. São Paulo: Cortez, 2004, p.53-92. v.3.

LABOV, William. **Padrões sociolinguísticos**. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta P. Scherre e Caroline R. Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008 [1972].

_____. Where does the Linguistic variable stop A response to Beatriz Lavandera. **Sociolinguistic Working Paper**, 44. Texas, 1978.

LIMA-NETO, Vicente de. **Um estudo da emergência de gêneros no facebook**. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de pós-graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014, 309p. Disponível In: < <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/12573> >. Acesso em 05 jan. de 2021.

LYONS, John. **Linguagem e Linguística**: uma introdução. Tradução de Marilda WinklerAverbug; Clarisse Sieckenius de Souza. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S.A., 1987.

MARCUSCHI, Luís Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2008a.

MARCUSCHI, Luís Antônio. **Da fala para a escrita**: atividades de retextualização. São Paulo: Cortez, 2008b.

MARCUSCHI, Luís Antônio. **Gêneros textuais emergentes no contexto da tecnologia digital**. In: MARCUSCHI, Luiz Antônio; XAVIER, Antonio Carlos (orgs.). Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção de sentido. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MARTINS, Suely de Sousa; OLIVEIRA, Luiz Henrique de. Linguagem e sociedade: um estudo sobre identidade(s) linguística(s), prestígio e preconceito linguístico. *Miguilim – Revista Eletrônica do Netlli*, Crato, v. 9, n. 2, p. 120-135, maio-ago. 2020. Disponível In: <<http://periodicos.urca.br/ojs/index.php/MigREN/article/view/2301>>. Acesso em 28 dez. 2020.

OLIVEIRA, Luciano Amaral. **Coisas que todo professor de português precisa saber: a teoria na prática**. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

ROCHA, Jonas Eduardo. **Uma proposta de descrição do gênero meme na perspectiva da semiótica social: caminhos para aplicação no ensino de leitura e escrita**. Dissertação (Mestrado em Letras) — Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 162p. 2020. Disponível In: <<http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/5080>>. Acesso em: 4 jan. 2021.

RODRIGUES, Ana Germana Pontes. **Variação e atitudes linguísticas na realização de fricativas no falar de Fortaleza**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Fortaleza, 2018.

RONCARATI, Cláudia Nívia; UCHOA, José Alber Campos. **Enfraquecimento das fricativas sonoras na fala do Ceará**. *Rev. de Letras*, Fortaleza, v. 33, n. 1, p. 9-50, jan./jun. 2014. Disponível In: <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/15945>>. Acesso em 4 jan. 2021.

SANTOS, Leonor Werneck; RICHE, Rosa Cuba; TEIXEIRA, Claudia Souza. **Análise e produção de textos**. São Paulo: Contexto, 2012.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de lingüística geral**. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

XAVIER, Antonio Carlos. **Leitura, texto e hipertexto**. In: MARCUSCHI, Luiz Antônio; XAVIER, Antonio Carlos (org.). **Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção de sentido**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

Cliticização do item *-mente* no português do século XVIII

Cliticization of the suffix *-mente* in the Eighteenth-Century portuguese

Aléxia Teles Duchowny*
Júlia Maria Couto da Costa*

RESUMO:

O item *-mente*, do lat. *mens, mentis* ‘espírito, alma’, participa da formação de advérbios na grande maioria das línguas românicas. No português setecentista escrito no Brasil, apresenta-se ligado graficamente ao substantivo anterior a ele sob três formas: com um espaço em branco, com um hífen ou sem espaço algum. Assim, testa-se a hipótese de que esse item estaria com sua cliticização finalizada já no século XVIII, utilizando-se como *corpus* estatutos e compromissos de irmandades e termos de devassa do estado de Minas Gerais, Brasil. Para tal, é preciso utilizar-se do arcabouço teórico-metodológico não apenas da cliticização, mas também da gramaticalização. Conclui-se que, no português do século XVIII, o *-mente* estava no fim de seu processo de cliticização, mas que esse processo ainda estava em curso, devido ao número pequeno, mas ainda existente, de advérbios em que há separação gráfica entre o item, analisado com um afixo, e o substantivo ao qual está relacionado.

PALAVRAS-CHAVE: item *-mente*; português do século XVIII; advérbios; cliticização; gramaticalização.

Recebido em 17 de fevereiro de 2022

Aceito em 30 de setembro de 2022.

DOI: <https://doi.org/10.18364/rc.2023n64.1046>

*Universidade Federal de Minas Gerais, alexiateles@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-4796-9762>

**Universidade Federal de Minas Gerais, juliamaria244@yahoo.com.br

<https://orcid.org/0000-0003-4745-0802>

ABSTRACT:

The element *-mente*, from Latin *mens, mentis* "spirit, soul," is involved in the formation of adverbs in the vast majority of Romance languages. In Brazilian Portuguese, written in the 18th century, the element is graphically connected to the preceding noun in three ways: with a space, with a hyphen, or without a space at all. We test the hypothesis that the cliticization of this item was already completed in the 18th century, using as corpus statutes and obligations of fraternities and "devassa terms" from the state of Minas Gerais, Brazil. For this purpose, it is necessary to use the theoretical and methodological framework not only of cliticization, but also of grammaticalization. It is concluded that the Portuguese *-mente* in the 18th century was at the end of its cliticization process. However, this process was still ongoing, as there were a small but still present number of adverbs where there was a graphic separation between the element and the noun it refers to.

KEY WORDS: element *-mente*; 18th century Portuguese; adverbs; cliticization; grammaticalization.

Introdução

As formações em *-mente* são próprias de quase todas línguas românicas, excetuando-se o romeno (MAURER, 1959). O elemento *mente*, no latim, se apresentava como um substantivo, qualificando-se em categoria mais lexical, passando a assumir, no português, a forma de clítico e, em seguida, de afixo, qualificando-se de forma mais gramatical. Para Graça Rio-Torto (2016, p. 391), em relação ao português europeu contemporâneo, "o adverbializador *-mente* tem origem no nome latino *meNs, meNtis*, e combina-se predominantemente com bases adjetivais". Alguns exemplos propostos pela autora: "alegremente, amplamente, capazmente, certamente, corretamente, diretamente, facilmente".

No caso dos advérbios em *-mente*, "o ablativo *mente*, sempre posposto a um adjetivo, ter-se-ia cliticizado, se incorporado encliticamente ao núcleo precedente, perdendo sua independência fônica e mórfica, criando em português um instrumento gramatical, um sufixo" (COHEN, 2010, p. 60). A união *do -mente* ao elemento anterior a ele aumenta o grau de coesão

do advérbio, e essa coesão se relaciona com o processo de *cliticização*, que consiste na transformação de uma palavra em um clítico. Por sua vez, os clíticos, de acordo com Vigário (1998, p. 577), são itens que “apresentam tanto comportamentos de palavras como comportamentos de afixos”, isto é, os clíticos podem assumir formas autônomas, como de palavras, ou formas que se unem a uma unidade diferente para a formação de uma outra unidade completa.

Portanto, este trabalho propõe a seguinte pergunta: qual a situação da cliticização dos advérbios em *-mente*, no português do século XVIII? Eles já teriam finalizado seu processo de cliticização? Para responder a isto, o objetivo principal do trabalho foi analisar o *-mente* no português do século XVIII, sob a perspectiva da cliticização, tendo como *corpus* as edições conservadoras dos seguintes documentos mineiros: *Estatuto de Nossa Senhora do Amparo* (SA - 1782 - Abreviação que será usada ao longo do texto e data do documento), *Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês* (SM - 1781), *Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento* (SS - 1785), *Estatuto da Ordem Terceira de São Francisco* (SF - 1778), *Termos de devassa* (TD - 1750) (DUCHOWNY; COELHO, 2013).

Os advérbios em *-mente* encontrados foram os seguintes, em ordem de aparição, sem apontamento das repetições e da variação ortográfica (o detalhamento do número de ocorrências será indicado no momento da descrição dos dados):

a) Estatuto de Nossa Senhora do Amparo (SA - 1782): *prontamente, perigozamente, gravemente, exatamente, sumamente, prontamente, privativamente, sómente, inteiramente, imediata-mente, originalmente, legalmente, fiel-mente*;

b) Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês (SM - 1781): *desente mente, nouamente, principal mente, primeiramente, anual-mente, fielmente, diariamente, geral mente, mayor/mente, exactamente, somente, inteiramente* (Total: 14 ocorrências);

c) Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento (SS - 1785): *exatamente, somente, inteiramente, fielmente, anualmente, finalmente,*

notavelmente, somente, prontamente, certamente, ocultamente, igualmente, facilmente (Total: 17 ocorrências);

d) Estatuto da Ordem Terceira de São Francisco (SF - 1778): *unanimamente, canonicamente, voluntariamente, respectivamente, legitimamente, indispençavelmente, prontamente, ásperamente, amigavelmente, justamente, severamente, novamente, imediatamente, espiritualmente, irremicivelmente, igualmente, secretamente, humildemente, escandalosamente, publicamente, particularmente, inteiramente, principalmente, facil-mente, especialmente, inviolavelmente, decentemente, somente, solemnemente, geralmente, prontamente, notoriamente, inteiramente, asperrimamente, desonestamente, ultimamente, bocalmente, expecialmente, individualmente, inteiramente, livremente, eficazmente, juntamente, indefectivelmente, finalmente, bastantemente, indispençavelmente, validamente, necessariamente, prudentemente, exccecivamente, culpavelmente, verdadeiramente, continuamente, separadamente, infalivelmente, directamente, prudente, só* (Total: 122 ocorrências);

e) Termos de devassa (TD - 1750): *paternal/mente, ordinariamente, pessoalmente* (Total: 11 ocorrências).

Alguns exemplos em seus contextos (destaques nossos):

a) enela apresentará as Contas do que segastar, e tera cuidado de aplicar ao Procurador para Cobrar o que se deve a hermandade, e assistirá a todos os actos dela para ter **prontamente** o que for necesario (SA; 2v-68)

b) selhe Remeterá culpa assignada pella Meza, e juntamente nomeação que se fez de novo Commissario, devendo antes de ser ouvido em Meza o dito Reverendo Commissario, o qual fôr cará exercendo o seu emprego, até a aprovação **donova mente** nomeado. (SF; 27r-1361)

c) e juntos todos, apontará o Provedor para seu cargo tres Irmãos dos mais abastados, e benemeritos; o que **igual-mente** praticarão os outros Officiaes. (SS; 16-474)

Logo, foram propostos os seguintes objetivos específicos em relação ao *-mente* setecentista:

a) compreender o processo de *cliticização*;

- b) verificar se o processo de *cliticização* já estava finalizado;
- c) aplicar a proposta de Cohen (2010) ao *corpus* (cf. Metodologia).

Com isto posto, será feita a apresentação dos estudos utilizados como arcabouço teórico-metodológico para o entendimento do processo de cliticização do *-mente*, sendo um deles o processo de gramaticalização. Assim, no Referencial teórico, serão apresentadas a relação entre a gramaticalização e os advérbios em *-mente*, para em seguida se discutir a cliticização. Em seguida, tem-se a metodologia empregada para a investigação para, depois, os dados serem descritos e analisados, chegando-se, finalmente, aos resultados.

1. Referencial teórico-metodológico

A seguir, serão relacionadas a proposta da gramaticalização e da cliticização em relação ao item *-mente*.

1.1 A gramaticalização e o item *-mente*

A gramaticalização pode ser considerada como a transformação de um item que percorre “um caminho do léxico para gramática” (ALMEIDA, CARVALHO E SILVA, 2008, p. 42), não acontecendo de forma rápida. Em outras palavras, para Traugott (2003, p. 626), os processos de gramaticalização “ocorrem essencialmente de maneira gradual e variável. Eles ocorrem por meio de pequenos passos ou mudanças paramétricas, e não por meio de saltos abruptos”¹.

Na língua portuguesa, os advérbios terminados em *-mente* sofreram um processo de gramaticalização, uma vez que houve uma mudança que resultou na definição dos itens terminados em *-mente* como advérbios, onde

1 No original: “Grammaticalization phenomena are essentially gradient and variable. They proceed by minimal steps, not abrupt leaps or parametric changes”.

-mente assume posição de afixo na construção, sendo mais gramatical. Antes, no latim vulgar e no português antigo, esses itens assumiam formas separadas, mais lexicais. Ou seja, “um item lexical, substantivo, migra para uma categoria gramatical, sufixo” (CAMPOS, 2011, p. 117). Para este autor, as locuções adjetivo + *mente* começaram a sofrer gramaticalização já no latim medieval (p. 111).

Almeida, Carvalho e Silva (2008, p. 42-43) afirmam que, até o momento mais recente, a gramaticalização desses itens possui três etapas, propondo uma escala:

1ª etapa (latim vulgar): emprego de um processo analítico, que consistia em tomar um adjetivo na forma feminina e juntar-lhe o substantivo *mens, tis*, significando *espírito, mente*, como, por exemplo, *bona mente factum*.

2ª etapa (português antigo): emprego de dois elementos separados, como, por exemplo, *cortês mente*.

3ª etapa (português atual): *-mente* parece ter se tornado um sufixo que pode ser acrescido a uma significativa parcela de adjetivos, formando advérbios.²

No primeiro momento, *-mente*, como forma substantiva, aparecia separadamente do adjetivo feminino no latim vulgar. Em seguida, no português antigo, a forma assumida foi um elemento (de classe variável) + *-mente* de forma separada. Por fim, no português atual, se comporta como advérbio. A partir destas considerações, serão vistos, a seguir, estudos acerca da *cliticização* do *-mente* segundo Cohen (2010) que complementam as análises do *-mente*.

2 Pode-se, inclusive, cogitar em uma 4ª etapa, a ser estudada em outro momento: no português contemporâneo da rede social *Twitter* (<https://twitter.com/TwitterBrasil>), por exemplo, encontram-se advérbios em *-mente* que podem ser acrescidos de outras classes gramaticais, como substantivos e advérbios. Alguns exemplos: *apenasmente, bolsonaramente, derrepentemente, emboramente, fofocamente, internetmente, tudamente*.

1.2 A cliticização

De acordo com P. Matthews (1997, p. 56), a *cliticização* pode ser definida como “um processo sintático ou uma mudança linguística em que uma palavra se torna um clítico”³. Por sua vez, clítico é “um elemento gramatical tratado como palavra independente na sintaxe mas que forma uma unidade fonológica com a palavra que o precede ou que vem em seguida a ele.” Para Silva (2011, p. 74), “o clítico tem proeminência acentual fraca, sendo dependente do acento primário da palavra adjacente e à qual se associa.” De tal forma, o clítico *-mente* se une a outro elemento, configurando um advérbio.

Assim, a cliticização ocorre de forma a transformar um elemento – no caso desta investigação, um adjetivo – que possui qualidades mais lexicais em um elemento que abandona essas características para assumir uma forma mais gramatical, tornando-se um sufixo, que em seguida está sujeito a se acoplar a outros elementos. Na medida em que este processo acontece, o grau de coesão aumenta em níveis distintos. Na escrita, quando separado do elemento (adjetivo + espaço em branco + *-mente*) apresenta baixo grau de coesão (por *nova mente*, exemplo); quando ligado por algum sinal gráfico (adjetivo + hífen/traço/barra + *-mente*) possui algum grau de coesão (*igualmente*, por exemplo); e, por último, quando ligado diretamente (adjetivo + *-mente*), com alto grau de coesão (*somente*, por exemplo). Isso ocorre devido ao fato de o *-mente* possuir inclinação para uma cliticização junto ao adjetivo que o precede (COHEN, 2010, p. 60-61).

A cliticização é um processo que envolve a perda da independência do item em questão, isto é, da sua autonomia, como assevera Nascimento (2009, p. 1913). O apontamento da autora é direcionado aos clíticos pronominais, mas pode ser considerado para os casos que serão analisados aqui. Além disto, a cliticização pode ocorrer de duas maneiras: da esquerda para a direita

3 No original: “Syntactic process or historical change by which a word becomes a *clitic.” Em seguida: “a grammatical element treated as an independent word in syntax but forming a phonological unit with the word that precedes or follows it.”

(como em: ‘a amo’) ou da direita para a esquerda (amo-a). De acordo com Gerlach (2002, p. 3), quando acontece da primeira maneira, é definido como *proclítico*, da segunda forma, é chamado de *enclítico*. No caso do *-mente*, a cliticização é unicamente da esquerda para a direita, pois o *-mente* sempre sucede o adjetivo ao qual se liga, como em *perigozamente* (AS; 5r-183), *diariamente* (M 17v-527), *infalivelmente* (SF 44v-2330), sendo, assim, definido como *enclítico*.

Segundo Nübling (apud GERLACH 2002, p. 3-4), os clíticos assumem duas formas: simples e especial, que são fases, nesta ordem, para um clítico se tornar, mais tarde, um afixo. Assim, seria inicialmente um clítico simples, que é aquele que conserva sua independência. Ele se transforma em um clítico especial quando perde essa completude e possui relação de dependência com seu hospedeiro e, por fim, seria um afixo. Assim, no processo de cliticização, antes de se tornar um clítico, o elemento em questão é apresentado como uma palavra independente e funcional que, logo, é reduzida em discurso. A partir do momento que essa redução se torna frequente, o elemento se transforma em um clítico simples para, em seguida, assumir o papel de clítico especial (apud GERLACH 2002, p. 28). O autor ainda argumenta que essa evolução afeta o item em níveis fonológico, morfológico, sintático, semântico e pragmático.

Assim, a gramaticalização é identificada como uma etapa do processo de cliticização: ela é responsável pela transformação de palavras em clíticos, os quais se tornaram afixos mais tarde, concluindo o desenvolvimento da cliticização, o que é apontado por Traugott (2003, p. 204): “A ideia é que os processos de gramaticalização criam clíticos e, em seguida, afixos que se ligam a radicais na ordem em que originalmente ocorreram como palavras independentes”⁴. Desta forma, os dois processos estão conectados e são indissociáveis. Por isto, o *corpus* de *-mente* foi analisado considerando ambos

4 No original: “The idea is that processes of grammaticalization create clitics and then affixes that attach to stems in the order in which they originally occurred as independent words”.

os processos, utilizando os procedimentos que serão vistos a seguir, na Metodologia.

Não se pode deixar de apontar, enfim, o alerta feito por Basílio (1998, p. 17) de que “a análise de formações em *-mente* como derivações sufixais é problemática.” No entanto, a própria autora acaba desqualificando a hipótese de produtividade flexional, absoluta ou relativa (p. 22), concluindo que a análise do *-mente* precisa levar em conta a realidade funcional.

2. Metodologia

Os procedimentos metodológicos utilizados para desenvolver a pesquisa partiram da análise do *corpus* selecionado. Primeiramente, foi feito um quadro de organização de todas as ocorrências para a identificação e definição dos elementos que seriam comparados e avaliados mais tarde. As identificações e definições foram quanto:

- a) às classes morfológicas e os gêneros dos itens que se acoplam ao *-mente*.
- b) à forma gráfica, na escrita, de ligação entre o *-mente* e o elemento anterior

A partir de (a) e (b), foi feita uma análise sintática detalhada de todas as ocorrências do *corpus* de acordo com Neves (2011). No entanto, com o andar da investigação, ela acabou sendo deixada de lado também, para se aplicar a proposta de Cohen (2010).

Cohen(2010), contrapõe o português setecentista como contemporâneo, utilizando-se de pistas gráficas para analisar a gênese do sufixo *-mente*, sob a perspectiva de reanálise de Harris e Campbell (1995)⁵. A gramaticalização também serve de base para a melhor compreensão da coesão entre o *-mente* e outros elementos da língua. A partir da análise das ocorrências, a maioria

5 HARRIS, T.; CAMPBELL, L. *Historical syntax in cross-linguistic perspective*. Nova York: CUP, 1995.

delas abreviadas, a autora propõe uma escala de coesão dos advérbios modais em *-mente* (p. 67), comprovando a vantagem do entrelaçamento das teorias de gramaticalização e reanálise, que é a de alcançar “o resultado do processo histórico que é a existência de um sufixo modal *-mente* na língua portuguesa” (p. 71). Apesar das diferenças entre este estudo e o da autora – nosso *corpus* é muito maior, sem abreviaturas nas palavras terminadas em *-mente* – a sua abordagem do problema usando das pistas gráficas foi a que melhor dava conta de alcançar nossos objetivos.

3. Descrição e análise de dados

Nesta seção, os procedimentos metodológicos serão aplicados afim de alcançar os objetivos específicos já citados na Introdução: compreender o processo de cliticização, verificar se o processo de cliticização já estava finalizado no século XVIII, testar a proposta de Cohen (2010).

3.1 Classe morfológica e gênero do elemento combinado ao *-mente*

Os itens lexicais que se unem ao *-mente* no português do século XVIII são sempre adjetivos:

Classe morfológica e gênero	Nº	%	Exemplos
Adjetivo uniforme	91	52	<i>igual, só, prudente</i>
Adjetivo feminino	84	48	<i>immediacta, valida, junta</i>
Total	175⁶	100	

Tabela 1: Classe morfológica e gênero do elemento combinado ao *-mente*

6 Foi encontrado no *corpus* o uso do item *só*, que assumiu as mesmas funções, podendo ser substituído pelo advérbio *somente*. Entretanto, ele não foi incluído nas análises deste trabalho, deixando margem para futuros estudos comparativos entre os elementos *só* e *somente*.

Como a tabela deixa claro, os usos de elementos adjetivais como base para combinação com *-mente* são absolutos. Assim, os casos coletados se dividem entre os adjetivos uniformes, que possuem uma única forma, não apresentando gênero (52%) e os adjetivos femininos, com 48% das ocorrências. Alguns casos de adjetivos femininos combinados ao *-mente* são (1) e (2), *pronta* e *severa*, respectivamente:

(1) He também da obrigação do Th esoureiro acu[d]ir **promptamente** á Igreja, quando tocar ao Senhor fora (SS; 8-218)

(2) Nenhum Irmam entrará emcazadeJogo, edemulher meretriz, nem ainda hirá aadvertimentos profannos, com o Habito daOrdem, equando ofassa, será castigado **sevêramente**, aoarbitrio daMeza. (SF; 8v-263)

Para Lopes (2010), a base dos advérbios em *-mente* ser constituída por adjetivos femininos se explica pelo fato de o nome *mente* ser originalmente feminino no latim, deixando resquícios que permitem a concordância do gênero do adjetivo. Rio-Torto (2016, p. 391) assevera que “A forma da base adjetival selecionada é a feminina, quando o adjetivo admite marcação formal de gênero”. No entanto, o português setecentista não apresentou esta característica em sua totalidade, pois a maior parte dos advérbios se combina com adjetivos uniformes. Mas continua sendo uma base adjetiva, estando parcialmente de acordo com os apontamentos das autoras para o português atual. Alguns casos com adjetivos uniformes são:

(3) Tra[sl]ado da approvaçãõ na parte Religiosa de dous Artigos deCompromisso cujo theor é **originalmente** Artigo Primeiro. (AS; 13r-538)

(4) o Reverendo Padre Commissario lhead’vertirá que deve sahir por então para fora, para sevotar **Livremente**, esetomarão os vottos naforma quepara amais Elei= **ção** sepratica. (SF; 26r-1284)

1.2 Forma de ligação entre o *-mente* e o elemento anterior

Conforme Cohen (2010, p. 59), a coesão entre constituintes é um dos aspectos em jogo na gramaticalização: ao se gramaticalizar, a estrutura se enrijece; no fenômeno em questão, diminuem as ocorrências do adjetivo separado por um espaço do *-mente*. Como se verá na tabela abaixo, mais de 90% das ocorrências apresentam o *-mente* ligado ao elemento anterior sem nenhum espaço entre eles. Assim, a autora utiliza-se de pistas gráficas para analisar o *-mente* do português do século XVIII, como é feito aqui. A coesão que une o *-mente* ao adjetivo anterior a ele é realizada pela cliticização.

Percebe-se que o *-mente* se apresenta graficamente de três formas em relação ao adjetivo que o antecede, de acordo com Cohen (2010):

a) não há ligação gráfica entre o *-mente* e o adjetivo, havendo um espaço em branco entre eles. Consequentemente, a coesão é baixa, não tendo havido cliticização. Total de nove ocorrências: *desente mente*, *annual mente* (2 ocs.), *diaria mente*, *desente mente*, *geral mente*, *nova mente*, *paternal mente*, *prudente* (adjetivo sem *-mente*, mas na seguinte estrutura: “adeclarar prudente, esecretamente aotalNoviço” (SF 10r-350));

b) há ligação gráfica com o uso de um hífen entre o *-mente* e o adjetivo, já sido iniciada a cliticização. O nível de coesão é alto. Total de sete ocorrências: *annual-mente*, *facil-mente*, *fiel-mente* (2 ocs.), *igual-mente*, *imediate-mente*, *inteira-mente*;

c) há ligação gráfica entre o *-mente* e o adjetivo, que compreendem uma única palavra, tendo sido finalizada a cliticização. O nível de coesão é muito alto. Exemplo: *especialmente* (SF 37r-1918), de um total de 162 ocorrências.

Assim, propõe-se a tabela abaixo:

Coesão	baixa	média	alta	Total
Cliticização	Início do processo	Em processo	Processo concluído	
Ligação com o item anterior	Espaço em branco	Ligado por hífen	Sem espaço algum	
N.	9	7	159	
%	5,1	4	90,9	100

Tabela 2: Escala de coesão dos advérbios em *-mente*

Acima, é possível observar a predominância de advérbios em *-mente* que se formam acoplados diretamente ao elemento anterior a eles, sendo 90,9% dos casos. Isto ilustra a presença marcante da gramaticalização já no século XVIII, uma vez que o advérbio ganha característica mais gramatical e o *-mente* já atua como sufixo. O restante dos casos, sendo 4% dos casos com separação do *-mente* do elemento anterior por hífen ou outro sinal e 5,1% dos casos tendo o elemento anterior separado por espaço em branco do *-mente*, é resquício do *-mente* como um elemento mais lexical ainda nesse século.

A seguir, exemplos de cada caso, respectivamente:

(5) pois asim como **àMeza** pertence oacetallos, **igualmente** lhedeve pertencer aexpulção dosdelinquentes. (SF; 27v-1369) - adjetivo e *-mente* ligados sem espaço

(6) Capítulo 2º **Annual-mente** na vespóra dafesta de Nossa Senhora das Mercês sefarão as Eleiçoens (SM; 11r-336) - adjetivo e *-mente* ligados por hífen

(7) Este he o Com primicio da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês dos homens Crioulos naturaes do Brazil, e **principal mente** doArrayal do Tejuco Comarca do Serrofrío (SM; 9v-298) - Espaço em branco entre o *-mente* e o adjetivo anterior a ele

Como a grande maioria (90,9%) dos advérbios em *-mente* apresentam alta coesão, podemos afirmar que o processo de cliticização no século XVIII já estava bastante desenvolvido, mas ainda não finalizado (9,1% dos casos).

Será preciso analisar os séculos anteriores e posteriores, em outro momento, para se entender melhor o processo, levando-se em conta este critério.

1.3 Aplicando Cohen (2010) aos dados do século XVIII

Cohen (2010, p. 69) indica que a terminação dos adjetivos anteriores ao *-mente* poderia apresentar um padrão e fazer parte do processo em andamento. Para ela, os adjetivos terminados em vogal já seriam cliticizados na época e a escrita refletiria a completude do processo. Já aqueles terminados em consoante lateral ou vibrante não estariam ainda cliticizados naquele momento. Em relação ao nosso *corpus*, foram encontrados os seguintes dados:

Grafema/ Ligação com o <i>-mente</i>	Com espaço	Com hífen	Sem espaço	Total	%	Exemplo(s)
<i>-a</i>	2	2	93 (96%)	97	55,4	<i>inteira-mente;</i> <i>voluntaria mente</i>
<i>-l</i>	5	5	51 (84%)	61	34,9	<i>fiel-mente;</i> <i>paternal mente</i>
<i>-e</i>	1	0	11 ⁷ (92%)	12	6,8	<i>desente mente</i>
<i>-r</i>	0	0	3 (100%)	3	1,7	<i>Particularmente</i> (todas as 3 ocs.)
<i>-s</i>	0	0	1 (100%)	1	0,6	<i>Eficasmente</i>
<i>-o</i>	0	0	1 (100%)	1	0,6	<i>somente</i>
Total	8	7	160	175	100	

Tabela 3: Grafema final dos adjetivos relacionados ao *-mente*

7 Não foi levada em conta a seguinte ocorrência de *prudente*, por não ser possível analisá-la com segurança: “erecomendamos aonosso Reverendo Padre Commissario, tome aseucargo adeclarar *prudente*, esecretamente aotalNoviço, arezoluçam daMeza” (SF 10r-350).

Os dados coletados demonstraram que as raízes consonantais *-r*, *-s* e a raiz vocálica *-o* possuem maior predisposição para a cliticização, comprovado pelo fato de que todos os seus casos são de advérbios em que o adjetivo e o item *-mente* já estão completamente cliticizados.

Os casos coletados em que a raiz vocálica é *-a* (55,4%) – adjetivos com essa terminação também apresentam a forma em *-o* do masculino, já que são biformes, indicando uma escolha feita pelo usuário da língua para a composição dos advérbios – exibiram uma tendência de 96% para a cliticização. As raízes com esta terminação contiveram dois casos em que o adjetivo estava separado por espaço do *-mente* e dois casos nos quais o adjetivo estava separado por hífen do item. Em seguida, temos os casos em que a terminação é *-e*, com propensão à cliticização em 92% dos casos. O caso que não estava cliticizado das ocorrências com essa terminação vocálica é de separação por espaço.

Por fim, há casos nos quais a terminação vocálica é uma consoante lateral, nas quais 83,6% das vezes o *-mente* se assume como sufixo. Essa foi a raiz que se apresentou nos adjetivos que menos se cliticizaram com o *-mente*, apresentando a maior partes dos casos de clíticos simples (cinco ocorrências) e de clíticos especiais (também cinco ocorrências).

4. Resultados

Diante das análises desenvolvidas, é possível refletir sobre os objetivos propostos. Foi observado um fator que explicita e confirma o processo de cliticização em ação: a estrutura que as formações em *-mente* apresentaram. Isto é, a maneira como o *-mente* se liga ao seu elemento anterior, que, juntos, formam o advérbio. No português contemporâneo, o *-mente* se liga de forma direta ao elemento que o antecede, “em que adjetivo + sufixo são coesos e cliticizados” (COHEN, 2010, p. 66). Nas ocorrências encontradas, o *-mente* apresenta todas as formas pelas quais o item passa durante o processo de cliticização. As etapas são: o início do processo, quando o item está separado

graficamente do adjetivo com o qual estabelece uma relação (sendo um clítico simples); o decorrer dele, quando o *-mente* se conecta ao elemento anterior através do hífen (clítico especial); e, por fim, o momento no qual se conecta diretamente, sem espaços ou grafemas, ao adjetivo (afixo).

Assim, a relação proposta por Cohen (2010, p. 67) acerca da coesão e sua relação com a forma à qual os advérbios se conectam indica que aqueles advérbios que apresentam o adjetivo e o *-mente* separados por um espaço não estariam cliticizados e, portanto, apresentariam menor coesão entre si. A coesão é tão baixa – em relação às ocorrências em que há ligação visual, física, isto é, sem espaço – que há um espaço embranco entre o adjetivo e o *-mente*. Entretanto, é possível perceber através das análises que esse tipo de formação apresenta, sim, coesão, mas em baixo nível. Quando adjetivo e *-mente* se separam por um espaço, apresentam a formação inicial do que será um advérbio posteriormente. É neste momento que o *-mente* inicia sua perda lexical e, conseqüentemente, adquire alguma coesão, mesmo que em baixo nível. Um fator que atesta isto é que mesmo separados os adjetivos são femininos ou neutros, ou seja, o adjetivo se combina em gênero com o *-mente*, o que é um indício de coesão. É o que acontece no exemplo (24):

(8) e assim **não haverá nesta Irmandade se não hum Irmão que haja de pedir diaria mente** por este Arrayal (SM; 17v-527)

De acordo com Bechara (2001, p. 293), “se o nome tem forma para masculino e feminino, junta-se o sufixo ao feminino”. No caso mostrado, o adjetivo pode ser encontrado em formas no feminino ou no masculino (*diária* e *diário*), mas o feminino foi o escolhido para combinação com o *-mente* --*diária mente*, não existindo estruturas do tipo **diário mente* ou **diário-mente --*, o que demonstra algum nível de coesão. Esses casos, de baixa coesão, totalizaram 5,1% (9 ocs., cf. tabela 2) do *corpus* investigado. Devido à pouca coesão, estes são identificados como clíticos simples.

No século XVIII, em todas as ocorrências, sem alguma exceção, não há nenhum tipo de constituinte entre o *-mente* e o adjetivo ao qual ele se une. No século XV, em português arcaico, no entanto, foram encontradas duas ocorrências em 98 (apenas 2% dos casos⁸) do *corpus* selecionado, o guia astrológico *De magia* (DUCHOWNY, 2014). Em ambos os casos, o constituinte é a preposição *en*, presente entre o verbo e o *-mente* e, em um deles, há, também, o pronome *estos* (destaques nossos):

- a) e outrosi **tuberon en mentes** os sabyos ena ordem sesena das eštrelas fisas que son en cada signo en deryto do zodiaco e acharon muytas eštrelas pequeninas amontoadas (p. 36)
- b) e **tuberon en estos mentes** os sabyos e falaron que as pranetas que e ran en suas casas segundo dito e que adebdan suas propedades melhores muy con grande força (p. 36)

Essas formas não chegaram ao século XVIII, o que mostra que, no século XV, a interpolação (VITRAL, 2006) – a quebra da união do verbo com o *-mente* por outros constituintes – demonstraria que o processo de cliticização ainda estaria em curso. Então, a ausência desse tipo de estrutura no século XVIII aponta que o processo estaria próximo ao fim.

Em seguida, foram vistas as ocorrências nas quais a coesão se apresenta em nível médio. Estes são os casos considerados clíticos especiais, pois já demonstram maior dependência em relação ao seu hospedeiro, o que acontece através da ligação por hífen, como no exemplo (25):

(9) ede nunca declinarem da Jurisdicção do Gram Mestrado da ordemdeChristo, acuja Jurisdicção eštam **imediate-mente** sugeitas todas as IgreijaseCapelas doDominio do Brazil (SA; 10v-444)

8 Baixa frequência que poderia explicar o fato de a construção não existir mais no português atual, pois a repetição frequente tem papel importante para algumas mudanças linguísticas: à medida que um termo é frequentemente utilizado, ele tende a se automatizar, passando a funcionar como uma única unidade de processamento (BYBEE, 2003).

Neste caso, o hífen estabelece uma ligação direta entre o adjetivo e o *-mente*. Ocorrências como esta foram menos frequentes no *corpus*, um total de 4% (Tab. 2). Por fim, os casos que apresentam um alto nível de coesão, nos quais o *-mente* se qualifica como um sufixo, foram maioria no século XVIII de acordo com os documentos vistos, sendo 90,9% dos casos (Tab. 2). O caso (26) ilustra isto:

(10) Assimquesouber oProcurador que algum Irmam está infermo **gravemente**, será o= brigado ahir logo vezitalo (SA; 5v-202)

Desse modo, no caso anterior, *-mente* é um sufixo, se juntando ao adjetivo *grave* para construção do advérbio *gravemente*. Diante dessas reflexões, é possível propor a seguinte escala de evolução do item *-mente*, com base no esquema de Hopper e Traugott (1993, p. 7: item lexical > palavra gramatical > clítico > afixo flexional):

Substantivo no caso ablativo (Latim) > Clítico simples > Clítico especial > Afixo

O afixo é a forma presente em maioria no século XVIII e em totalidade no português atual⁹.

Para identificar o momento histórico no qual o *-mente* se apresentava majoritariamente como um clítico simples, é necessário o estudo de ocorrências de séculos anteriores ao XVIII. Apesar disto, a escala pode ser sustentada pelo fato de que no português do século XVIII foi verificado a existência das três últimas etapas deste processo. Assim, no momento em questão, é vista a cliticização em ação.

9 Gondim (2015) faz uma proposta muito semelhante à nossa, mas sob o viés da lexicalização: *Latim clássico* as construções adjetivo + *mente dão os los passos em direção à lexicalização* > *latim vulgar* generalização dessas perífrases, com poucas ocs. da construção adjetivo + *mente* > *romance* os advérbios em *-mente* concluem o processo de cristalização. No latim, para a autora, ainda não houve fossilização/cristalização/idiomatização.

Com estes apontamentos, é possível estabelecer uma relação com a teoria de Nübling (apud GERLACH, 2002, p. 27) para melhor compreender o processo de cliticização do item *-mente*. O *-mente*, no latim, se comportava exclusivamente como um substantivo no caso ablativo, “se dizia, portanto, *sana mente*, ‘com mente sã’” (COHEN, 2010, p. 60). Logo, houve a redução lexical da forma antes completa, que se mostra como a redução da palavra em discurso, que é apontada por Nübling (apud GERLACH, 2002, p. 28) como uma das mudanças sofridas pelos clíticos. Este processo é identificado como o início da gramaticalização do item, de modo que esse é uma das etapas do desenvolvimento total de cliticização identificado ainda no português do século XVIII.

Entretanto, diferentemente dos elementos analisados por Nübling e Gerlach, o item *-mente* não sofre tanto com algumas reduções e mudanças nos diversos níveis linguísticos como outros clíticos. Os clíticos analisados por esses autores sofreram reduções fonéticas e mórficas, assim como outras. Um exemplo do português é *no-lo* que se transforma em *nos* (NÜBLING 1992 apud GERLACH 2002, p. 167). O *-mente* se mantém parcialmente em suas estruturas fonética e morfológica no português do século XVIII, pois não houve mudança na estrutura do próprio item, como uma redução, por exemplo. Os níveis fonético e morfológico se alteram parcialmente com o acréscimo do adjetivo para a formação do advérbio. Nas ocorrências do *corpus* analisado, isto se confirma através da conservação de sua estrutura e pelo fato de poder se relacionar com o adjetivo que o precede sem necessariamente estar acoplado a ele. É o que se pode observar com o adjetivo *prudente*, no exemplo a seguir, única ocorrência em todo o *corpus*:

(11) erecomendamos aonosso Reverendo Padre Commissario, tome
asecuro a declarar **prudente**, esecretamente aotalNoviço, arezoluçam
daMeza (SF 10r-350)

O adjetivo *prudente* se distancia fisicamente, no papel, com a interpolação de “esecretamente” do item mas assume a mesma função

adverbial do advérbio seguinte, que está diretamente conectado ao *-mente*. Segundo Neves (2011, p. 281), “Numa sequência de advérbios em *-mente*, pode-se dispersar esse sufixo nos primeiros advérbios e usá-lo só no último: (...) ainda precisa ascender humana e politicamente”. O que ocorre é que a sua cliticização se mostra de maneira diferente, não sendo possível aplicar completamente testes de elementos que sofreram esse processo de outras formas. Bechara ainda aponta que esses advérbios “ficam a meio caminho, fonológica e morfologicamente, da derivação e da composição” (2001, p. 293).

Além disso, para Cohen (2010, p. 69), são cliticizadas, primeiramente, as raízes vocálicas *-e*, em seguida as raízes *-o > -a*, nesta ordem e, por fim, as raízes terminadas em consoante lateral ou vibrante (*-l; -r*). No entanto, nas ocorrências do século XVIII, os resultados foram quase o oposto do que os encontrados pela autora. Para a autora, a ordem de predisposição para a cliticização no português do século XVIII seria: *-e > -o > -a > -l; -r*. Porém, de acordo com o *corpus* deste trabalho e as análises feitas (tab. 3), a ordem encontrada foi *-r; -s; -o > -a > -e > -l*. Em seguida, as raízes vocálicas em *-a*, depois em *-e* e, finalmente, as raízes consonantais em *-l*. Assim, é possível apontar que terminações consonantais *-r* e *-s* e, a raiz vocálica *-o* (neutro) foram as primeiras a se cliticizarem ao *-mente*, ao contrário do que indicaram os dados da autora.

Por fim, devido aos dados apresentados nas análises, é possível concluir que o *-mente* já se encontrava em processo final de cliticização no século XVIII, pois, na maioria das ocorrências (90,9%), se apresenta como afixo, estando acoplado absolutamente ao adjetivo de união. Não é possível afirmar que a cliticização esteja concluída devido ao fato de que ainda existem ocorrências de *-mente* enquanto clítico simples e especial, mesmo que em um número reduzido de casos (9,1%).

Considerações finais

Para se alcançar o objetivo principal proposto de compreender o item *-mente* no português do século XVIII, sob a perspectiva da cliticização, respondeu-se negativamente à pergunta propulsora “Qual a situação da cliticização dos advérbios em *-mente*, no português do século XVIII? Eles já teriam finalizado seu processo de cliticização?”. No português setecentista, ainda podemos encontrar estruturas em que a cliticização não é completa e finalizada, mesmo que em número baixo. Os objetivos específicos também foram alcançados, os quais repetimos aqui: a) compreender o processo de cliticização, b) verificar se o processo de cliticização já estava finalizado no século XVIII e c) testar a proposta de Cohen (2010). Apesar de muitos trabalhos sobre o item *-mente*, fica evidente a necessidade, ainda, de mais estudos, para que o entendimento da evolução do item se torne mais completo ainda.

Referências

ALMEIDA, V.; CARVALHO, M.; SILVA, J. Advérbio em *-mente*: processo morfológico concluído ou em andamento? **Revista de Letras**, v. 1, n. 2, ano 1, nov. 2008. p. 34-47. Disponível em: < <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RL/article/view/947>>. Acesso em: 19 set. 2020.

BASÍLIO, M. Morfológica e castilhamente: um estudo das construções X-mente no português do Brasil. **D.E.L.T.A.**, v. 14, n. 3, p. 15-25, 1998. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/delta/article/view/43389/28849>>. Acesso em: 31 jan. 2022.

BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.

BYBEE, J. Mechanisms of change in grammaticization: the role of frequency. In JOSEPH, B.; JANDA, R. D. (Eds.). **The handbook of historical linguistics**. Oxford: Blackwell, 2003.

CAMPOS, J. L. A origem latina dos advérbios em *-mente*: um processo de gramaticalização. **Guavira Letras**. v. 13, n. 1, p. 109-123, 2011. Disponível em: <<http://websensors.net.br/seer/index.php/guavira/article/view/189>>. Acesso em: 19 set. 2020.

CASTILHO, A. et al. O advérbio. In: CASTILHO, A. (Coord.). **Palavras de classe aberta**. São Paulo: Contexto, 2014. p. 267-309.

COHEN, M. A. A. de M. Reexame de um caso clássico à luz de novos dados: a gramaticalização e reanálise de *mente*. In: VITRAL, L.; COELHO, S. (Orgs.). **Estudos de processos de gramaticalização em português**. Campinas: Mercado de Letras, 2010. p. 57-74.

CUNHA, C.; CINTRA, L. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

DUCHOWNY, A. T. et alii. **De Magia** (*Ms. Laud Or. 282*, Bodleyan Library): edição e glossário. São Paulo: NEHiLP/FFLCH/USP, 2014. 447 p. Disponível em: <http://www.usp.br/nehilp/arquivosdonehilp/NEHiLP_5.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2022.

DUCHOWNY, A. T.; COELHO, S. M. **Edição semidiplomática e fac-similar de documentos adamantinos setecentistas**. 2 v. Belo Horizonte: Laped/Fale/UFMG, 2013.

FONTES, S. Ordenação dos advérbios em *-mente* na *Gazeta de Lisboa* (séculos 18 e 19). **Revista da Anpoll**, n. 39, p. 141-153, jul./ago. 2015. Disponível em: <<https://revistadaanpoll.emnuvens.com.br/revista/article/view/913>>. Acesso em: 4 out. 2020.

GERLACH, B. **Clitics between Syntax and Lexicon**. *Linguistik Aktuell/ Linguistics Today*, v. 51. Amsterdam: John Benjamins, 2002.

GONÇALVES, S.; LIMA-HERNANDES, M. C.; CASSEB-GALVÃO, V. **Introdução à gramaticalização**. São Paulo: Parábola, 2007.

GONDIM, E. M. O grau de composicionalidade dos advérbios em *-mente*. **Cadernos de pós-graduação em letras (Mackenzie)**. v. 15, n. 1, p. 175-187, 2015. Disponível em: < <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cpgl/article/view/9424>>. Acesso em: 31 jan. 2022.

HOLANDA, Aurelio Buarque de. **Dicionário iaulete**. São Paulo: Lexikon, s/d. Disponível em: <<https://www.aulete.com.br/>>. Acesso em: 26 abr. 2021.

HOPPER, P.; TRAUGOTT, E. C. **Grammaticalization**. Cambridge: CUP, 1993.

LOPES, C. R. dos S. A persistência e a decategorização nos processos de gramaticalização. In: VITRAL, L.; COELHO, S. M. (Orgs.). **Estudos de processos de gramaticalização em português**. Campinas: Mercado de Letras, 2010. p. 275-314.

MARTELOTTA, M. E. Ordenação dos advérbios qualitativos em *-mente* no português escrito no Brasil nos séculos XVIII e XIX. **Gragoatá**, Niterói, n. 21, p. 11-26, 2006. Disponível em: < <https://periodicos.uff.br/gragoata/article/view/33211>>. Acesso em: 5 out. 2020.

MARTELOTTA, M. E.; VICEK, N. Advérbios qualitativos em *-mente* em cartas de jornais do século XIX. **Linguística**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 5-21, junho de 2006. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/rl/article/viewFile/4379/3151>>. Acesso em: 20 jun. 2021.

MATTHEWS, P. **The concise Oxford dictionary of linguistics**. Oxford: OUP, 1997.

MAURER, T. **Gramática do latim vulgar**. Rio de Janeiro: Academia, 1959.

NASCIMENTO, I. B. do. “‘Cê’ nu tá se cliticizando?” Processos de cliticização e mudança linguística no PB. **Anais - VI Congresso Internacional da Abralín**. João Pessoa: Ideia, 2009. p. 1911-1919. Disponível em: <http://www.leffa.pro.br/tela4/Textos/Textos/Anais/ABRALIN_2009/PDF/Ivanete%20Bel%C3%A9m%20do%20Nascimento.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2022.

NEVES, M. H. de M. **Gramática de usos do português**. São Paulo: Editora da UNESP, 2011.

NÜBLING, D. Klitika im Deutschen. **Schriftsprache, Umgangssprache, alemannische Dialekte**. Tübingen: Gunter Narr, 1992 (apud GERLACH, B. Clitics between Syntax and Lexicon. **Linguistik Aktuell/Linguistics Today**, v. 51. Amsterdam: John Benjamins, 2002).

RIO-TORTO, G. Formação de advérbios em *-mente*. In: RIO-TORTO et al. **Gramática Derivacional do Português**. 2. ed. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016. p. 391-409. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/13485/3/Gram%c3%a1tica%20Derivacional.pdf>>. Acesso em: 5 out. 2020.

SILVA, T. C. **Dicionário de fonética e fonologia**. São Paulo: Contexto, 2011.

TRAUGOTT, E. Constructions in Grammaticalization. In: JOSEPH, B.; JANDA, R. (Orgs.). **The Handbook of Historical Linguistics**. Malden, MA: Blackwell, 2003. p. 624-647.

VIGÁRIO, M. Cliticização no português europeu: uma operação pós-lexical. Universidade do Minho, **Actas do XIV encontro nacional da APL**, v. 2, 1998, p. 577-598. Disponível em: <<https://apl.pt/wp-content/uploads/2017/12/1998-43.pdf>>. Acesso em: 30 nov. 2021.

VITRAL, L. A interpolação de SE e suas consequências para a teoria da cliticização. In VITRAL, L.; RAMOS, J. (Orgs.). **Gramaticalização: uma abordagem formal**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2006. p. 89-118.

Edição Modernizada dos *Dois Livros Manuscritos do Brejo do Campo Seco, Ba (XVIII-XIX): Desafios da Nova Filologia*

Modernized Edition of the Two Manuscript Books of *Brejo do Campo Seco, Ba (XVIII-XIX): Challenges of the New Philology*

Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda*

Zenaide de Oliveira Novais Carneiro**

Bruno Lopes de Almeida***

Taine do Rosário****

RESUMO

Livro do Gado e Livro de Razão (XVIII-XIX), do Brejo do Campo Seco, Bahia, fazem parte do banco de textos do Núcleo de Estudos de Língua Portuguesa (NELP) da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), desde 2012. Encontram-se, atualmente, em edição semidiplomática, segundo critérios de transcrição do Projeto para a História do Português Brasileiro (PHPB) (SANTOS, 2019; SILVA, 2021), e

Recebido em 21 de fevereiro de 2022.

Aceito em 8 de agosto de 2022.

DOI: <https://doi.org/10.18364/rc.2023n64.1075>

* Universidade Estadual de Feira de Santana, E-mail marianafagundes@uefs.br, ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4335-3458>

** Universidade Estadual de Feira de Santana, E-mail zoncarneiro@uefs.br, ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5990-4854>

*** Universidade Estadual de Feira de Santana, E-mail: tainerosario99@gmail.com, ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4551-5246>

**** Universidade Estadual de Feira de Santana, E-mail: brunouefs@outlook.com, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8860-7653>

em edição modernizada – com uso da ferramenta eDictor (PAIXÃO DE SOUSA; KEPLER; FARIA, 2009) –, disponíveis no Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão (CE-DOHS) (<http://www.uefs.br/cedohs/>). Nesta oportunidade, será apresentado o trabalho de edição modernizada dos livros manuscritos e os desafios que as especificidades desse material colocaram à ferramenta computacional utilizada, levando a seu aprimoramento. Trata-se de contribuições que o CE-DOHS oferece à Nova Filologia (CRANE *et al*, 2008), haja vista o objetivo do projeto de constituir *corpora* diacrônicos, sintaticamente anotados, para estudo da história do português brasileiro, com a possibilidade de busca automática de dados.

PALAVRAS-CHAVE: Português brasileiro. Corpus eletrônico. Edição modernizada. eDictor.

ABSTRACT

Livro do Gado and *Livro de Razão* (XVIII-XIX), from Brejo do Campo Seco, Bahia, are part of the bank Documentos of the Nucleus of Portuguese Language Studies (NELP) of the State University of Feira de Santana (UEFS), since 2012. They are currently in a semi-diplomatic edition, according to transcription criteria of the Project for the History of Brazilian Portuguese (PHPB) (SANTOS, 2019; SILVA, 2021), and in a modernized edition – with the use of the eDictor tool (PAIXÃO DE SOUSA; KEPLER; FARIA, 2009) –, available in the Electronic Corpus of Historical Documents of Sertão (CE-DOHS) (<http://www.uefs.br/cedohs/>). In this opportunity, the work of modernized edition of the manuscript books will be presented, and the challenges that the specificities of this material posed to the computational tool used, leading to its improvement. These are contributions that CE-DOHS offers to the New Philology (CRANE *et al*, 2008), given the project's goal of constituting diachronic corpora, syntactically annotated, for the study of the history of Brazilian Portuguese, with the possibility of automatic data search.

KEYWORDS: Brazilian Portuguese. Electronic corpus. Modernized edition. eDictor.

Introdução

Neste trabalho, apresentam-se contribuições que o projeto Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão (CE-DOHS) (FAPESB 5566/2010) – do Núcleo de Estudos de Língua Portuguesa (NELP) da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) – oferece à Nova Filologia (CRANE *et al*, 2008), por meio da edição modernizada dos dois livros

manuscritos do Brejo do Campo Seco, Bahia, do final do período colonial, a qual demandou o aprimoramento da ferramenta computacional eDICTOR (PAIXÃO DE SOUSA; KEPLER; FARIA, 2009), adotada pelo CE-DOHS.

O CE-DOHS, coordenado pelas professoras Zenaide Carneiro e Mariana Lacerda, disponibiliza, na rede mundial de computadores (<http://www.uefs.br/cedohs/>), com acesso livre e gratuito, extensa base documental para estudo do português do Brasil, organizada em dois conjuntos: conjunto 1 – composto por textos escritos entre 1823 e 2000, por indivíduos nascidos no Brasil, a partir de 1724, e por amostras de fala de brasileiros, gravadas na década de 90 do século XX, na Bahia; conjunto 2 – composto por manuscritos produzidos entre 1640 e 1822 por diferentes populações nascidas no Brasil, a partir de 1590. São, atualmente, mais de um milhão de palavras, em textos editados em linguagem XML, modernizados com uso do eDICTOR, a partir do texto-fonte, em edição semidiplomática (LACERDA; CARNEIRO; SANTIAGO, 2016; CARNEIRO; LACERDA (2019)).

Documentação de foro privado, o *Livro do Gado* e o *Livro de Razão* – os dois livros manuscritos do Brejo do Campo Seco (BA), séculos XVIII-XIX – constituem, segundo Santos Filho (2012, p. 110), uma valiosa porção do arquivo do sobrado do Brejo. Esses documentos raros, escritos por três gerações, fazem parte do segundo conjunto de textos do CE-DOHS, encontrando-se concluídas, neste momento, as edições semidiplomáticas (SANTOS, 2019; SILVA, 2021; LACERDA, SANTOS, 2022; CARNEIRO, SILVA, SOUZA, 2022) e parcialmente realizadas as edições modernizadas, estas aos cuidados de Bruno de Almeida e Taine do Rosário, no âmbito do Programa de Iniciação Científica da UEFS, conforme consta nos metadados do processamento dos materiais, no site do projeto.

Está organizado o artigo da seguinte forma: na primeira seção, apresenta-se, em síntese, o trabalho de constituição de *corpus* para estudo da história do português brasileiro, no âmbito do NELP-UEFS, a começar pelo banco Documentos Históricos do Sertão (DOHS) criado em 1998, que ganhou a versão eletrônica CE-DOHS, em 2012. Na seção 2, estão

apresentados o *Livro do Gado* e o *Livro de Razão*. A terceira seção traz o processo de edição modernizada dos livros, os desafios que se colocaram e as soluções encontradas. Uma síntese das contribuições que o CE-DOHS dá à Nova Filologia, por meio dessa edição, está na seção 4. A ela seguem as considerações finais e as referências bibliográficas consultadas.

1. Constituição de *corpus* de PB no NELP/UEFS

O Núcleo de Estudos de Língua Portuguesa (NELP) – do Departamento de Letras e Artes (DLA) da UEFS –, coordenado, desde 2017, pela professora Mariana Lacerda, foi criado pelas professoras Norma Almeida e Zenaide Carneiro, em 1998, a partir das pesquisas desenvolvidas no âmbito do projeto A Língua Portuguesa no Semiárido Baiano, por elas coordenado e fruto de estudos iniciados, na instituição, pela professora Ilza Ribeiro e pelo professor Dante Lucchesi, sobre a constituição de banco de dados para investigação da história do português brasileiro. Hoje, fazem parte do NELP diversos projetos de pesquisa, em parceria com outras universidades brasileiras e universidades estrangeiras (conferir site do NELP: <https://nelpuefs.wordpress.com/>).



Figura 1: Página inicial do site NELP/UEFS. Fonte: <<https://nelpuefs.wordpress.com/>>

Entre os projetos do NELP, está o Projeto Vozes do Sertão em Dados: história, povos e formação do português brasileiro (CNPq 02/2009), coordenado, na fase 1, pela professora Zenaide Carneiro, e, nas fases 2, 3, 4 e 5, também pela professora Mariana Lacerda. Com o projeto Vozes, o banco de dados do NELP, intitulado Documentos Históricos do Sertão (DOHS), foi ampliado a partir da prospecção documental e da edição semidiplomática de textos, realizadas tanto no âmbito da Pós-Graduação como no Programa de Iniciação Científica da UEFS, ao longo de mais de 10 anos. As edições semidiplomáticas são o texto-fonte para as edições modernizadas, desenvolvidas como produto do projeto CE-DOHS – já referido no início desde trabalho –, que tem por objetivo o desenvolvimento da versão eletrônica do banco DOHS, disponibilizando para pesquisadores interessados a versão semidiplomática e a versão modernizada de *corpora* diacrônicos do português brasileiro, os quais vêm sendo, tendo em vista a busca automática de dados, anotados sintaticamente, em parceria com o projeto Corpus Histórico do Português Tycho Brahe(UNICAMP), coordenado pela professora Charlotte Galves.



Figura 2: Página inicial do site CE-DOHS. Fonte: <<http://www.uefs.br/cedohs/>>

O CE-DOHS, criado em 2012, pioneiro no Nordeste brasileiro, possui um conjunto documental bastante significativo, com controle sócio-histórico, em colaboração com o Projeto Nacional para a História do Português Brasileiro (PHPB); destacam-se, no *corpus*, os documentos de natureza epistolar:

A maior parte dos documentos do DOHS, datados e localizados – que hoje se encontram também em versão digital no CE-DOHS – são cartas manuscritas, dos séculos XIX e XX (1084 cartas, 422 remetentes), editadas sobretudo por Carneiro (2005), que investiu na busca e na organização de acervos documentais que pudessem contribuir para o processo de reconstrução sócio-histórica do PB, em um trabalho de investigação grandioso, percorrendo diversos arquivos, e publicadas em 2011, na obra, com três volumes, organizada por Carneiro, Lacerda, Almeida, Santiago e Oliveira, intitulada *Cartas brasileiras: coletânea de fontes para o estudo do português*(LACERDA, CARNEIRO, SANTIAGO, 2016, p. 131).

O NELP, como se vê, dispõe de um banco de *corpora* escritos (e também orais) – os *corpora* orais são produto, em sua grande parte, do projeto A Língua Portuguesa no Semiárido Baiano (1993-2016), coordenado pelas professoras Norma Almeida e Zenaide Carneiro – que possibilita estudos diversos (considerando informações do autor/informante e do documento/ amostra de fala) sobre a história do português brasileiro, particularmente do português no semiárido baiano:

No que diz respeito à constituição de *corpora* diacrônicos, os projetos A Língua Portuguesa no Semiárido Baiano, Vozes do Sertão em dados e CE-DOHS, da UEFS, destacam-se no PHPB-Bahia, apresentando material criteriosamente transcrito e editado, somando mais de um milhão de palavras. É uma grande contribuição aos estudos do português brasileiro, em sua realidade plural e polarizada entre normas vernáculas e normas cultas (LUCCHESI, 2015); de forma mais específica, ao estudo do processo de formação da língua portuguesa no espaço do semiárido baiano (CARNEIRO, LACERDA, 2019, p. 216).

O PHPB-Bahia, sem dúvida, no atendimento às três agendas do projeto nacional – o campo histórico-filológico, o campo gramatical e o campo da história social linguística (LOBO, 2009, p. 306), conta com o trabalho profícuo da equipe de pesquisadores do NELP-UEFS:

Com mais de 20 anos de existência, o NELP-UEFS, em seus diferentes projetos, já produziu uma variedade de trabalhos e tem contribuído, com rigor científico e seriedade, com os estudos sobre a língua portuguesa, no âmbito da Linguística Histórica, tanto com *corpora* escritos como com *corpora* orais (SANTIAGO; LACERDA; CARNEIRO, 2019, p. 366)

Como observam Lacerda, Carneiro e Santiago (2016, p. 135),

A aproximação entre o campo filológico e o campo computacional – observada desde a década de 1990 – encontra-se atualmente em plena expansão. O trabalho em ambiente digital no campo da Filologia e da Linguística Histórica tem sido cada vez mais significativo, fazendo surgir, segundo Crane *et al.* (2008), uma nova Filologia, a *e-philology*, ou determinando, de acordo com Schreibanet *al.* (2004), o nascimento das Humanidades Digitais.

Na era das Humanidades Digitais, o projeto CE-DOHS desenvolve a Linguística de Corpus e a Linguística Computacional (SARDINHA, 2000), montando um banco, cujas etapas são: localização e seleção de documentos (com controle sócio-histórico); transcrição segundo normas filológicas conservadoras; edição digital (modernizada), em linguagem XML; preenchimento dos metadados do documento e de seu processamento.

A edição em linguagem XML – etapa importante na formação de bancos eletrônicos – é feita com uso do eDictor (PAIXÃO DE SOUSA; KEPLER; FARIA, 2009), que combina um editor de XML e um etiquetador morfossintático e permite a geração automática de versões correspondentes a edições diplomáticas, semidiplomáticas e modernizadas (em HTML), e de versões com anotação morfossintática (em texto simples e XML). Para Paixão de Souza, Kepler e Faria (2009), a edição em linguagem XML busca ser o mais neutra possível, em relação ao conteúdo textual codificado, atendendo a

necessidades linguísticas e filológicas. Todas as intervenções feitas no texto, com uso do eDictor, ficam visíveis ao leitor, o que possibilita seu controle e mapeamento, garantindo a recuperabilidade das formas originais.

Atualmente, o eDictor, para o processo de modernização dos textos (que diz respeito apenas a intervenções de natureza gráfica), apresenta onze tipos de etiquetas: junção, segmentação, sobrescrito, ilegível, rasurado, subscrito, tachado, pontuação, expansão, padronização e modernizado.

Na seção 3, está apresentado – tomando, como exemplo, o *Livro do Gado* e o *Livro de Razão* do Brejo do Campo Seco (BA) – o passo-a-passo da edição eletrônica, em linguagem XML, como é realizada no projeto CE-DOHS.

Antes, contudo, apresenta-se uma breve descrição dos livros manuscritos em questão (seção 2).

2. A porção mais valiosa do arquivo do Sobrado do Brejo: o *Livro do Gado* e o *Livro de Razão*

De acordo com Santos Filho (2012, p. 110),

São dois os livros manuscritos que se conservaram no arquivo do Sobrado do Brejo. Velhos memoriais de 200 anos, manuseados e enebados quotidianamente pelas mãos de três gerações, guardados depois pela quarta e pelas seguintes, metamorfosearam-se hoje em preciosas relíquias, preciosas testemunhas de remoto passado.

Essa documentação de foro privado – o *Livro do Gado* (57 folhas), de 1755-1832¹, e o *Livro de Razão* (195 folhas), de 1795-1838² –, de que Santos

1 Escreveram no *Livro do Gado* o português Miguel Lourenço de Almeida (primeiro senhor do Brejo), de 1755 a 1785, e os brasileiros Antônio Pinheiro Pinto (segundo senhor), de 1794-1822, e Inocêncio José Pinheiro ou Inocêncio Pinheiro Canguçu (terceiro senhor), de 1822 a 1832.

2 Escreveu no *Livro de Razão* principalmente Antônio Pinheiro Pinto, de 1795 a 1821; a segunda mão a escrever foi de Inocêncio Pinheiro Canguçu, que escreveu

Filho (1956) dá notícia ao leitor, apresentando *Uma comunidade rural do Brasil antigo*, encontra-se atualmente sob a guarda de Lycurgode Castro Santos Neto, na cidade de Campinas, São Paulo.

O projeto CE-DOHS teve acesso aos documentos em 2012 e a autorização para editá-los e disponibilizar as edições na rede mundial de computadores. Foram os livros fotografados por Jorge Viana, segundo o método Lapelinc (SANTOS E BRITO, 2014). Lacerda e Carneiro (2016, p. 152) apontam essa agenda de trabalho:

São apresentados, aqui, os critérios adotados de edição semidiplomática dos referidos documentos, bem como a metodologia de edição digital, usada no âmbito do projeto CE-DOHS – *Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão*, do qual os livros fazem parte. Essas edições servirão não apenas a pesquisadores interessados em aspectos linguísticos, da difusão da escrita, da leitura, das transmissões textuais, mas em aspectos históricos, políticos, econômico-sociais, entre outros. (...) Atualmente, já se encontram feitas a descrição extrínseca e descrição intrínseca do *Livro do Gado* e do *Livro de Razão*; ainda por concluir, a caracterização sócio-histórica da fazenda do Brejo do Campo Seco e a caracterização sociocultural dos escreventes, respondendo, de forma sistemática, às questões-problemas de Petrucci (2003). Em fase de execução, acha-se a edição semidiplomática dos livros. A etapa seguinte consiste na edição modernizada dos documentos, usando o eDictor.

Nos últimos 6 anos, foram feitas as edições semidiplomática (de acordo com normas de transcrição do PHPB, adaptadas) e modernizada dos livros manuscritos. As edições semidiplomáticas do *Livro do Gado* e do *Livro de Razão* foram feitas, respectivamente, por Santos (2019) e por Silva (2021), e as edições modernizadas, por Taine do Rosário – a edição do livro com

pouco, durante o período de 1822-1838. Segundo Santos Filhos (2021, p. 115), o último registro feito no *Livro de Razão*, quase duas décadas depois de Inocêncio Pinheiro Canguçu, é de Miguel Joaquim de Castro Mirante – genro de Canguçu –, “um indivíduo sorumbático e cismador”. Na terceira capa, escreveu, depois de revistar o livro: “Vistos e revistos q’ do ao fougo.”

anotações pastoris – e por Bruno Lopes, a edição do livro de contabilidade (esta se acha incompleta neste momento, pelas razões descritas em 3.2).

Documentação rara, esses livros escritos por três gerações, na fazenda de criação do Brejo do Campo Seco, da família Pinheiro Canguçu – povoado de Bom Jesus dos Meiras, Comarca de Rio de Contas (hoje Brumado), sertão baiano – têm inegável valor histórico, econômico, social e linguístico. Para Santos Filho (2012, p. 20), segundo o qual “como que armado de uma grossa lente de aumento, procurei focalizar, em ponto grande, um pequeno centro nordestino do Brasil antigo” (p. 19), o *Livro do Gado* e o *Livro de Razão* “são a porção mais valiosa do opulento arquivo do sobrado do Brejo”.

3. Edições modernizadas para o CE-DOHS: desafios e soluções

Nas seguintes subseções, serão descritos os desafios e soluções que se colocaram durante o processo de edição modernizada do *Livro do Gado* e do *Livro de Razão* do Brejo do Campo Seco. Também os desafios ainda sem solução efetiva, no que diz respeito à edição do *Livro de Razão*.

O *Livro do Gado*, como dito anteriormente, teve a sua edição filológica realizada por Santos (2019), como parte de sua dissertação de mestrado, defendida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL) da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). As normas de transcrição adotadas pela autora seguiram os critérios do PHPB, tendo sido necessárias adaptações, em razão de especificidades do livro, especificidades essas que, até então, não eram encontradas em outros documentos editados a partir das normas do projeto. Essas adaptações – que buscavam preservar as características do manuscrito, em uma edição voltada, especialmente, aos estudos linguísticos – colocaram desafios no processo de edição modernizada do *Livro do Gado* da família Pinheiro Canguçu.

Tendo em mãos os fólios em edição semidiplomática (texto-fonte), em formato docx, como é possível observar na figura 3, fez-se a mesclagem das

células da tabela e das notas de rodapé, passo necessário, considerando dois motivos principais: a incompatibilidade das tabelas com o eDicator (notou-se que, ao transferir o documento para o *software*, sem fazer essa retirada, ocorria um erro que acarretava a perda da estrutura do texto); a disponibilização dos documentos na plataforma CE-DOHS (as informações presentes nas notas de rodapé devem fazer parte dos comentários sobre o fôlio).

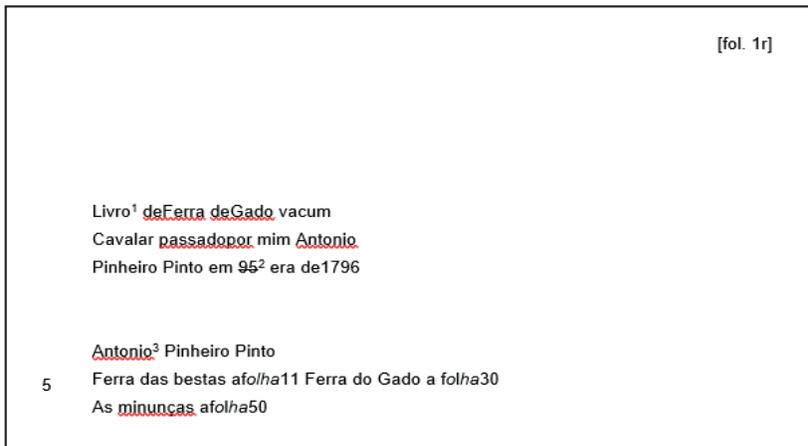


Figura 3: Edição semidiplomática do fôlio 1. Fonte: SANTOS (2019).

As modificações supracitadas, no âmbito filológico, não alteram o valor linguístico. Passou-se, sem dificuldades, para a próxima etapa do processo.

Transferiu-se o texto para a aba de transcrição do eDicator – conforme demonstrado na figura 4 –, onde é possível fazer a quebra de linhas, sentenças e parágrafos dos documentos, além de transformar as notas de rodapé em comentários, que figuram como uma espécie de cabeçalho descritivo do fôlio; a partir daí, já é possível gerar o XML do arquivo e começar a execução das intervenções necessárias, na modernização do documento.

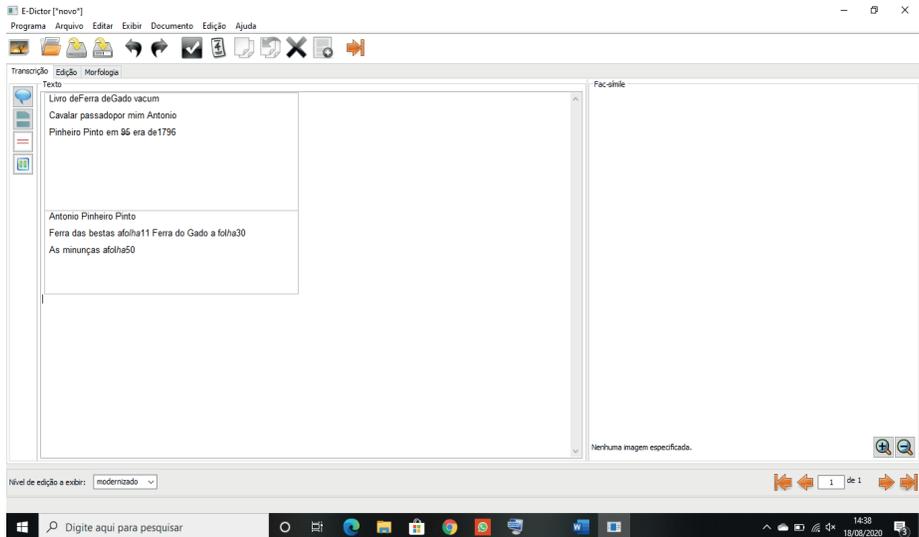


Figura 4: Aba de transcrição do eDictor. Fonte: Elaboração própria.

O eDictor apresenta a possibilidade de alteração das palavras, em vários níveis, ficando todas as intervenções disponíveis ao consulente, que pode acessar a versão (original ou modernizada) que melhor atender o seu interesse de pesquisa. Na figura 5, é possível perceber que algumas palavras estão em vermelho, indicação dada, pelo *software*, de que elas sofreram algum tipo de intervenção, em um ou mais níveis de edição, o que pode ser verificado no canto esquerdo superior da tela do programa, por meio da lista de edições.

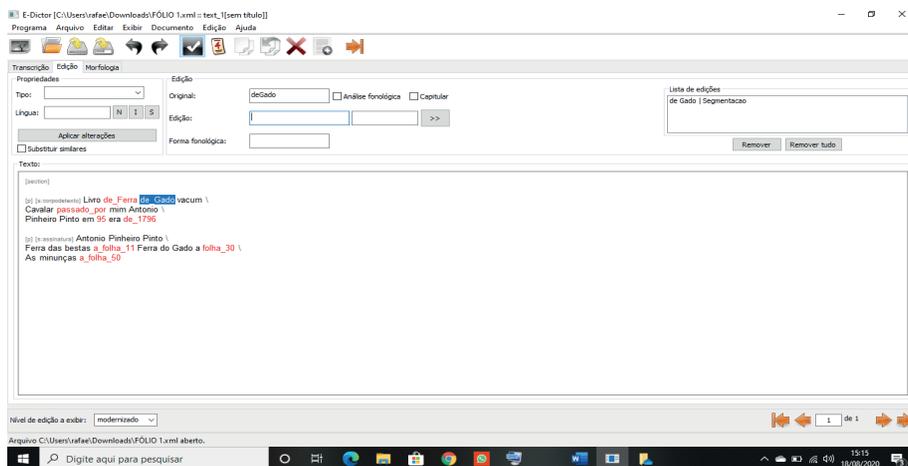


Figura 5 – Edição em XML do fôlio 1 do *Livro do Gado*. Fonte: Elaboração própria

Ainda observando a figura 5, e tomando como exemplo as palavras “do” e “gado”, pode-se conferir a lista de edições e verificar que o nível de edição presente é uma segmentação, o que implica dizer que as palavras foram grafadas juntas pelo escrevente e separadas na edição modernizada. Além dessas, há outras palavras com destaque em vermelho no fôlio em questão, que sofreram intervenções; para saber quais níveis foram aplicados, o consutente deve clicar na palavra, e sua respectiva lista de edição será disponibilizada.

O processo de etiquetagem, usando o eDictor, é de extrema importância, haja vista que se trata da preparação final do documento para a anotação morfossintática, que virá em seguida; as etiquetas, por essa razão, são pensadas para atender todas as especificidades dos documentos. Não havia, entretanto, no primeiro momento, etiquetas que contemplassem todas as especificidades do *Livro do Gado*.

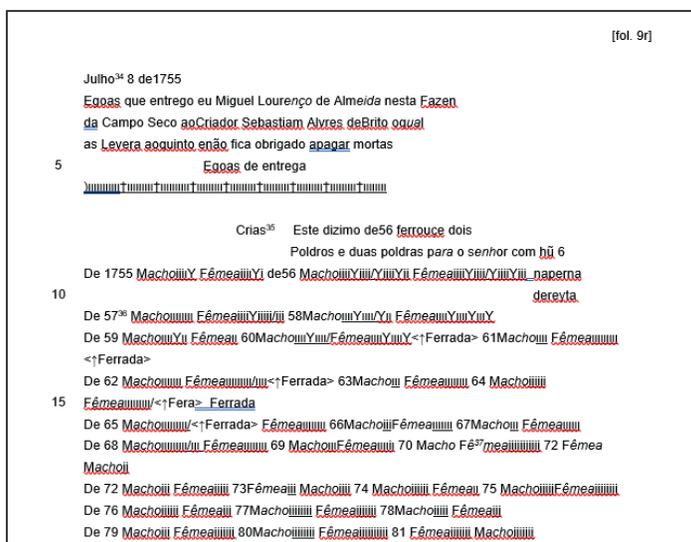


Figura 6: Edição semidiplomática do fôlio 9r do *Livro do Gado*. Fonte: SANTOS (2019)

Segundo Santos (2019), nesse fôlio, está descrita a entrega de éguas feita por Miguel Lourenço de Almeida ao criador Sebastião Alves de Brito. Analisando o documento, é possível perceber que há uma sequência de contagem e, em um determinado momento, o escrevente adiciona um símbolo; neste caso, optou-se pelo uso do “y” maiúsculo na edição semidiplomática para representar o símbolo utilizado originalmente. Essa e outras adaptações estão descritas nos critérios de edição apresentados por Santos (2019). Levando em consideração a natureza do documento, a autora afirma que “O Livro do Gado, por ser um documento de fazenda, que permeia os séculos XVIII e XIX, possui em suas linhas uma linguagem bem peculiar, cheia de símbolos. Por essa razão, surgiu a necessidade de realizar algumas adaptações para alcançar uma transcrição, a mais próxima possível, desse material” (SANTOS, 2019, p. 76).

A falta de uma etiqueta que representasse esse tipo de símbolo, recorrente no livro, foi uma das dificuldades encontradas no processo de

edição modernizada, tendo sido necessário solicitar a criação de um novo arquivo de configurações do *software* que apresentasse essa e outras adições.

Para além das dificuldades decorrentes do uso de símbolos, existiram também percalços que foram notados ainda no processo de edição semidiplomática. Na figura 7, a seguir, está apresentada a edição modernizada do fôlio 3r; nela, é possível observar algumas marcações, como [inint], que, de acordo com os critérios do PHPB, indica um trecho do documento que não apresenta rasuras, mas que não pode ser decifrado, em virtude de algum outro fator.

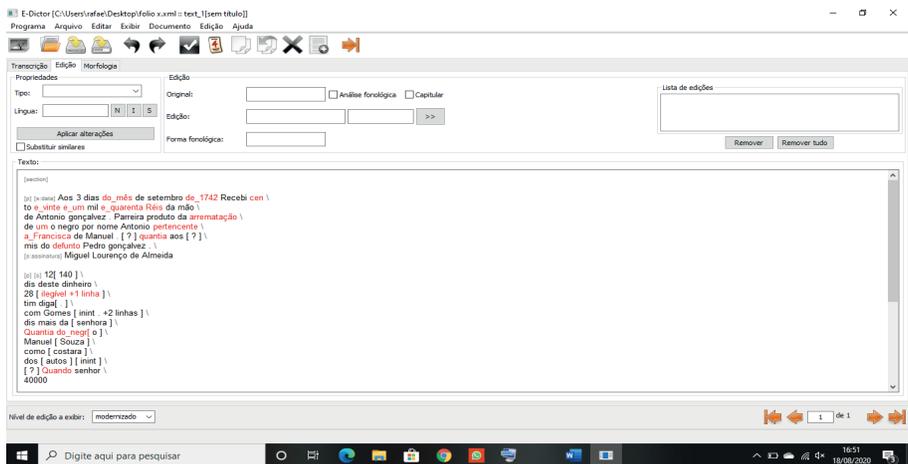


Figura 7: Edição em XML do fôlio 3r do *Livro do Gado*.

A edição modernizada do *Livro do Gado* foi um caminho de grandes desafios, resolvidos a partir do aperfeiçoamento da ferramenta eDICTOR.

Como já se disse, o texto-fonte de uma edição modernizada é a edição semidiplomática do documento. Com o *Livro de Razão* do Brejo do Campo Seco não seria diferente. A edição semidiplomática do *Livro de Razão*, que serviu ao trabalho de edição modernizada do material, aqui apresentada, foi realizada por Silva (2021), como parte de sua tese de

doutorado, defendida no Programa de Pós Graduação em Língua e Cultura (PPGLINC) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). A figura 8 traz a edição semidiplomática do fólio 17r:

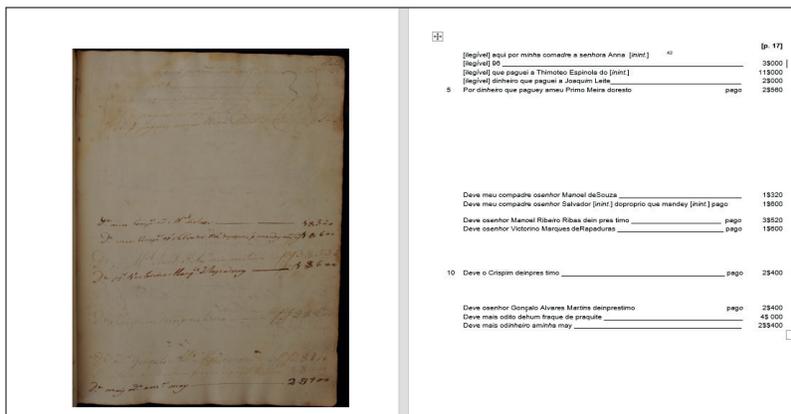


Figura 8: Edição semidiplomática do fólio 17r. Fonte: SILVA (2021)

Transcreveu-se o texto para a aba de transcrição do eDictor e apagaram-seas informações que dizem respeito apenas à edição semidiplomática, como os números referentes à contagem de linhas, as tabelas e outras particularidades do labor filológico tradicional.

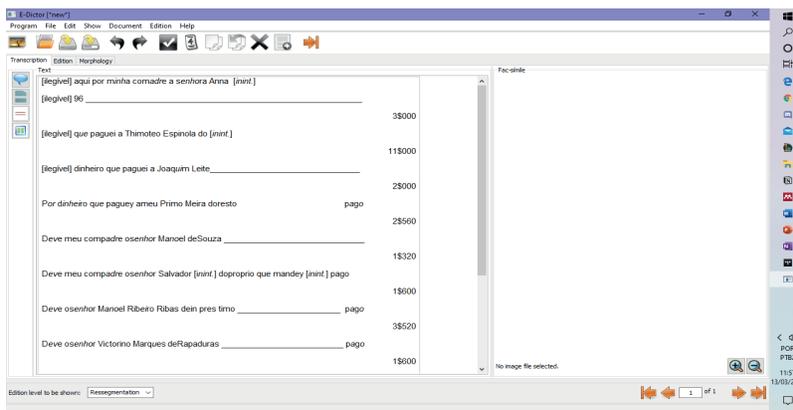


Figura 9: Aba de transcrição do eDictor.

Prosseguindo – com a contagem de linhas suprimida, as células mescladas e o texto devidamente transcrito –, gera-se a versão em XML, na qual a edição modernizada será efetivada. Ainda nesse processo inicial, já é possível observar peculiaridades do *Livro de Razão*. Ao contrário de procurações, atas e cartas (gêneros para os quais o eDICTOR foi, preliminarmente, pensado), o livro mais espesso da família Pinheiro Canguçu apresenta valores, extensas linhas, e suas sentenças, frequentemente, não obedecem à uma continuidade lógica ao leitor; como observado por Foisil (2009, p. 334), livros de razão não apresentam uma narrativa dentro de uma sucessão temporal continuada.

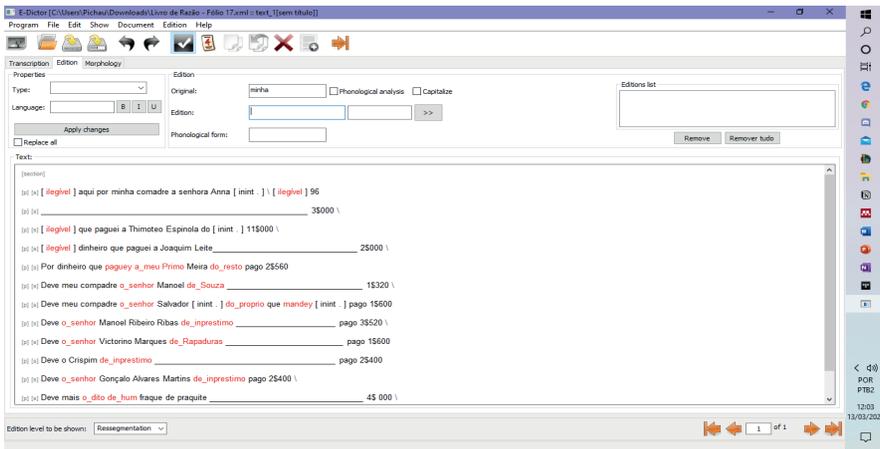


Figura 10: Edição em XML do fôlio 17r.

A cor vermelha, como já se disse, evidencia as palavras que sofreram modificações no processo de etiquetagem.

Com as etiquetas disponíveis no eDICTOR, foi possível realizar apenas a edição de 51 dos 195 fôlios do *Livro de Razão*. Como o *Livro do Gado*, de anotações pastoris, o livro de contabilidade do Brejo também apresenta muitos símbolos, laçadas, arabescos. Veja-se o fôlio 194r:

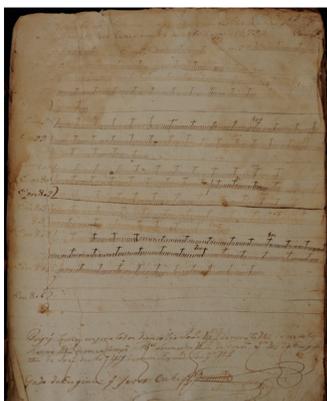


Figura 11 – Edição semidiplomática do fôlio 194r. Fonte: SILVA (2021)

No referido fôlio, o escrevente realiza o que parece ser a contagem escrita do “Asento de Bizerros” na fazenda do Campo Seco, naquela ocasião. Aqui, as mesmas dificuldades encontradas quando da edição modernizada do *Livro do Gado*: ausência de etiqueta para símbolos de contagem e para [inint]. Foi recorrente, em quase todo o documento, a aparição de símbolos e expressões não previstas pelo eDictor.

Do verso da capa ao fôlio 42, o documento obedece à uma estrutura indispensável ao funcionamento do eDictor: a presença de apenas uma sentença por linha, em formato de coluna única. A partir do fôlio 43r, no entanto, o livro passa a ser dividido, aleatoriamente, em duas ou até três colunas, fato que impediu a edição modernizada completa do *Livro de Razão*.

		[p.43]	
Deve [inint.] Lopes deSouza o seguinte		Deve o senhor Manoel Mathias	
	Por 10 varas depano deAlgodão --	2\$000	[inint.] que vem detras 38840
	[ilegível] couro diviado -----	\$460	do credito de Joaõ
	dofeito das calças deAlgodão ---	\$320	[inint.] + linha
5	Por dinheiro deinpres timo -----	\$640	deResto ---- 13400
	Por vara emeya depano deAlgodão	300	dehum credilo
	Por mey acoarta depolvora ----	320	demeu compadre
	Por meya vara depano ----	120	Manoel Lourenco ---- 30000
	[.] 1 couro deviado mateiro ----	480	deoutro credito
10	Por meya vara depano deAlgodão	400	[inint.] meu compadre 8000
	Por 1 xapeo de braga ----	2000	Soma 90240
	Por dinheiro que dey ao Lan din	800	69080
	Por dinheiro que aoMestre Jozé	800	21160
	Por dinheiro que dey aoPedro dos[inint]	1600	Eu devo odinheiro [?]
15	Soma ⁷⁹	9480	Manoel Mathias que vendeoutra Lau da ⁸⁰ restame odinheiro que pasou credito

Figura 12: Edição semidiplomática do fôlio 43r. Fonte: Elaboração própria

Observe-se que, na linha destacada na figura 12, as orações “Deve [inint.] Lopes de Souza o seguinte” e “Deve o senhor Manoel Mathias” não têm relação sintático-semântica; a continuidade sintático-semântica de cada uma aparece na linha subsequente, em suas respectivas colunas.

```
[p] [s] De ve [ inint . [s] ] Lopes deSouza o seguinte De ve o senhor Manoel Mathias \
Por 10 varas depano deAlgodão -- 2$000 [ inint . [s] ] que vem detras 38840 \
[ ilegível ] couro diviado ----- $160 do credito de Joaõ \
dofeito das calças deAlgodão --- $320 [ inint . [s] ] + linha \
Por dinheiro deinpres timo ----- $640 deResto ---- 13400 \
Por vara emeya depano deAlgodão 300 dehum credilo \
Por mey acoarta depolvora ---- 320 demeu compadre \
Por meya vara depano ---- 120 Manoel Lourenco ---- 30000 \
[ . [s] ] 1 couro deviado mateiro ---- 480 deoutro credito \
Por meya vara depano deAlgodão 400 [ inint . [s] ] meu compadre 8000 \
Por 1 xapeo de braga ---- 2000 Soma 90240 \
Por dinheiro que dey ao Lan din 800 69080 \
Por dinheiro que aoMestre Jozé 800 21160 \
Por dinheiro que dey aoPedro dos[ inint ] 1600 Eu devo odinheiro [ ? [s] ] \
Soma 9480 Manoel Mathias \
que vendeoutra \
Lau da \
restame odinheiro \
que pasou credito
```

Figura 13: Edição em XML do fôlio 43r. Fonte: Elaboração própria

Observando a figura 13, percebe-se que o eDictor não é capaz de reconhecer a divisão do texto em colunas, construindo uma coluna única eviolando um dos princípios da edição: o não comprometimento dos aspectossintáticos e semânticos. As frases que anteriormente pertenciam a colunas separadas e continuavam na linha seguinte agora estão fundidas na mesma sentença “Deve [inint.] Lopes deSouzaoseguinte Deve o senhor Manoel Mathias”. Confira-se destaque em azul, na figura 13. Apresentaram-se algumas soluções para essa incompatibilidade, mas, até o presente momento, nenhuma se mostrou realmente efetiva. A equipe de desenvolvimento do eDictor segue trabalhando, tendo em vista o aperfeiçoamento da ferramenta e a conclusão da edição modernizada do *Livro de Razão* do Brejo do Campo Seco.

4. Contribuições à Nova Filologia: uma síntese

Apontam-se aqui, objetivamente, as contribuições que o processo de edição modernizada do *Livro do Gado* e do *Livro de Razão*, no âmbito do projeto CE-DOHS, deram ao aperfeiçoamento do eDictor e à Nova Filologia:

- a) A elaboração de um novo arquivo de configurações, contendo as etiquetas necessárias para o desenvolvimento das edições citadas e que, no futuro, poderá ser utilizado para realizar trabalhos com outras documentações que apresentem características similares.
- b) A indicação da necessidade de uma reestruturação na ferramenta eDictor, para que seja possível a interpretação de documentos que se organizem de maneira diferente aos comumente editados (a exemplo das cartas, testamentos e atas).
- c) A colaboração com a Nova Filologia, por meio da ampliação do banco CE-DOHS.
- d) A inserção dos documentos do Acervo do Brejo do Campo Seco no campo das Humanidades Digitais, possibilitando o conhecimento, a difusão e a conservação das informações acerca do cotidiano do Sobrado do Brejo do Campo Seco, no final do período colonial.

Considerações finais

Lobo e Oliveira (2012, p. 3) afirmam que “reconstruir a história linguística do Brasil passa, também, por reconstruir a história da penetração da língua escrita no Brasil”. O projeto CE-DOHS tem, entre seus objetivos, colaborar com os estudos sobre a penetração e difusão da escrita no interior da Bahia, e os esforços dedicados à edição do *Livro do Gado* e do *Livro de Razão* do Brejo do Campo Seco trouxeram, até aqui, resultados importantes, conforme demonstrado, nesta síntese.

No domínio das Humanidades Digitais, a edição modernizada dos livros – focalizada neste artigo – trata-se de um trabalho muito importante na constituição do *corpus* eletrônico do NELP/UEFS. Essa edição, com uso do eDicator, apresentou desafios à Nova Filologia – dadas as especificidades da documentação –, para os quais se buscaram respostas, por meio do aperfeiçoamento da ferramenta.

O CE-DOHS – numa abordagem inter-relacionada entre língua, histórica e tecnologia – oferece um banco de dados sociolinguísticos, representativo do período colonial e do período imperial no Brasil; do período colonial são o *Livro do Gado* e o *Livro de Razão* aqui considerados, os primeiros documentos coloniais a fazer parte do banco do NELP. Uma rara e valiosa documentação do Brejo do Campo Seco, apresentada em diferentes versões de edição pela equipe da UEFS, que tem a grata satisfação de oportunizar à comunidade científica chegar mais perto de uma fazenda de criação dos sertões da Bahia e de sua riqueza arquivística, em 150 anos de história, dentro dos séculos XVIII e XIX.

Referências

ALVES, D. **As Humanidades Digitais como uma comunidade de práticas dentro do formalismo acadêmico:** dos exemplos internacionais ao caso português. Lisboa: Ler História, 2016.

CARNEIRO, Z. O. N.; LACERDA, M. F. O. (Org). **CE-DOHS - Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão (2012-2025)**. URL: <http://www.uefs.br/cedohs>. Acesso em 19 abr 2021.

CARNEIRO, Z. de O. N.; LACERDA, M. F. de O. **Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão: etapa 1 (1750-2000)**. *Revista Binacional Brasil-Argentina:Diálogo entre às Ciências*, v. 8, p. 205-221, 2019.

CARNEIRO, Z. O. N., SILVA, A. J.; SOUZA, E. H. P. (Org.). **Livro de razão (XVIII-XIX):** edições fac-similar e semidiplomática: volume 2. Feira de Santana : UEFS Editora, 2022. 380 p. Coleção: O Sertão por Escrito: edição filológica dos livros do arquivo do Sobrado do Brejo (Bahia). Coordenação geral: Zenaide de Oliveira Novais Carneiro, Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda.

CRANE, G. (et al.). **ePhilology: when the boooks talk to their readers**. BlackwellCampanionto Digital LiteraryStudies. Oxford: Blackwell, 2008.

FARIA, P.; GALVES, C. Criando “Bancos de Árvores”: O Sistema de Anotação e o Processo Automático. **Cadernos de Estudos Linguísticos**. Campinas: v. 58, n. 2 p. 299-315, maio/ago./2016. Disponível em 21 Feira de Santana, v. 19, n. 2, p. 8-2, 2018 <http://revistas.iel.unicamp.br/index.php/cel/article/view/5133>. Acesso em 25 mar. 2018.

FOISIL, M. A escritura do foro privado. In: ARIÈS, P.; CHARTIER, R. (Org.). **História da vida privada: Da Renascença ao Século das Luzes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. v. 3. p. 331-369.

GONÇALVES, M. F.; BANZA, A. P. (org.). **Patrimônio textual e humanidades digitais:da antiga à nova Filologia**. Évora: CIDEHUS, 2013.

LACERDA, M. F. O.; CARNEIRO, Z. O. N. Edição filológica e digital do Livro do Gado e do Livro de Razão do Arquivo do Sobrado do Brejo (Bahia setecentista e oitocentista). In: **Labor Histórico**, Rio de Janeiro, 2, 2016. p. 151-163.

LACERDA, M. F. O.; CARNEIRO, Z. O. N.; SANTIAGO. **Núcleo de Estudos de Língua Portuguesa**. URL: <https://nelpuefs.wordpress.com/>. Acesso em 19 abr 2021.

LACERDA, M. F. O.; SANTOS, E. B. (Org.). *Livro do gado (XVIII-XIX):* edições fac-similar e semidiplomática: volume 1. Feira de Santana: UEFS Editora, 2022. 118 p. Coleção: O Sertão por Escrito: edição filológica dos livros do arquivo do Sobrado do Brejo (Bahia). Coordenação geral: Zenaide de Oliveira Novais Carneiro, Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda.

LEAL, I; REZENDE, G. R. P; CARNEIRO, Z. O. N.; FARIA, P.; LACERDA, M. F. O. **A ferramenta de busca E-CORP aplicada ao Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão**. A COR DAS LETRAS (UEFS), v. 19, p. 8-21, 2019.

LOBO, T. C. F. Arquivos, acervos e a reconstrução histórica do português brasileiro. In: OLIVEIRA, K.; CUNHA E SOUZA, H. F.; SOLEDADE, J. (Org.). **Do português arcaico ao português brasileiro: outras histórias**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 305-327.

MATTOS E LOBO, T. C. F.; OLIVEIRA, K. **História da cultura escrita no Brasil: um programa de investigação/HISCULTE**, 2012. No prelo.

PAIXÃO DE SOUSA, M. C.; KEPLER, F. N.; FARIA, P. E-dictor: Novas perspectivas na codificação e edição de corpora de textos históricos. In: **Anais do VIII Encontro de Linguística de Corpus**, realizado na UERJ, 13 a 14 de novembro de 2009. Rio de Janeiro, 2009. p. 69-105.

SANTOS, E. B. **O Livro do Gado do brejo do campo seco (Bahia):** edição semidiplomática e descrição de índices grafo-fonéticos. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos), UEFS, 2019.

SANTOS, J. V.; BRITO, G. S. Fotografia técnica de documentos para formação de corpora digitais eletrônicos: o método desenvolvido no Lapelinc. **Letras & Letras**, v. 30, n. 2, p. 421-430, 18 dez. 2014.

SANTIAGO, H. S.; LACERDA, M. F. O.; CARNEIRO, Z. O. N. A Filologia e a História das Línguas: contribuições do Núcleo de Estudos de Língua Portuguesa da UEFS. **Macabéa - revista eletrônica**, v. 8, p. 352-371, 2019.

SANTOS FILHO, L. **Uma comunidade rural do Brasil antigo**: aspectos da vida patriarcal no Sertão da Bahia, nos séculos XVIII e XIX. Salvador: UEFS: Fundação Pedro Calmon, 2012.

SARDINHA, Tony Berber. **Linguística de corpus**: histórico e problemática. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, 2000. v. 16. n. 2. p. 323-367. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502000000200005>. Acesso em: 11 mar 2020.

SILVA, A. J. **O Sertão por Escrito no Livro de Razão**: um microcosmo sócio-histórico e linguístico da Bahia rural oitocentista. Tese (Doutorado em Língua e Cultura), UFBA, 2021.

O livro como autoridade linguística: o papel dos editores e preparadores da Companhia das Letras no emprego de variantes do português brasileiro

The book as linguistic authority: the role of editors and copyeditors at Companhia das Letras in the use of Brazilian Portuguese variants

Thiago Mio Salla*
Renato Augusto Ritto**

RESUMO:

O trabalho de edição de livros, em regra, privilegia o emprego de variantes de prestígio e a correção das informações transmitidas. Partindo da ideia de que revisores e preparadores, com vistas a aprimorar as obras nas quais trabalham, agem diretamente sobre o conteúdo gramatical e textual nelas contido, este artigo objetiva entender como os profissionais de texto da Companhia das Letras se pautam, eventualmente, pelas noções de sistema, norma e variante em sua prática, ainda que não tenham plena consciência da especificidade desses conceitos oriundos sobretudo do âmbito da sociolinguística. Para tanto, utilizando-se de um questionário respondido por desde a responsável pelo departamento de editoria de texto da empresa até *freelancers*, a proposta foi mapear e discutir os perfis, visões a respeito da língua e as escolhas feitas por editores e preparadores considerando-se possíveis empregos de variantes do português brasileiro.

Recebido em 28 de janeiro de 2022.

Aceito em 26 de abril de 2022.

DOI: <https://doi.org/10.18364/rc.2023n64.830>

*Orientador da pesquisa, Universidade de São Paulo, thiagosalla@usp.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5009-5157>

**Universidade de São Paulo, renato.ritto@alumni.usp.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8531-8031>

PALAVRAS-CHAVE: Editoração; Preparação de texto; Variação Linguística; Português brasileiro; Companhia das Letras.

ABSTRACT:

Book publishing, as a rule, has always privileged more prestigious linguistic variations and the correctness of the information transmitted. Based on the idea that proofreaders and copyeditors work directly on the grammatical and textual content of a book in order to improve it, the following study aims to understand how the employees of the publishing company Companhia das Letras are guided by their notions of the linguistic system, norm and linguistic variations of Brazilian Portuguese in their professional praxis, even if they are not fully aware of the specificity of these concepts in the scope of sociolinguistics. Therefore, a questionnaire was developed and later answered by the professionals of Companhia das Letras (from text editors to freelancers), aiming to map and discuss their choices among the possible linguistic variations of Brazilian Portuguese.

KEYWORDS: Book publishing; Copyediting; Linguistic Variation; Brazilian Portuguese; Companhia das Letras.

Introdução

O trabalho de edição de livros, em regra, sobretudo desde o Renascimento e o uso de tipos móveis, preocupou-se em empregar variantes de prestígio e em corrigir de modo sistematizado o conteúdo das informações transmitidas (GRAFTON, 2014, p. 121-137). A noção de texto impresso em livro, tendo em vista as particularidades relativas a seu suporte, transmissão e circulação (CHARTIER, 2007, p. 11), carrega o peso ainda maior da autoridade (GILMONT, 2002, p. 67-69), e até hoje a preocupação com a revisão é grande até no mais simples dos materiais veiculados a um grande público.

No âmbito do trabalho de edição, algumas divisões ocorrem, hoje, no mercado editorial para mais bem delimitar até que ponto se deve interferir em um original, sendo a *preparação de originais* um processo amplo, realizado com arquivo ainda no *software* de edição de texto, no qual se efetuam muitas intervenções, e a *revisão de prova*, feita com o livro já composto, costumeiramente em versão impressa, e marcada por intervenções em menor

escala. Partindo da ideia de que os revisores e preparadores, com vistas a aprimorar o texto no qual trabalham, agem diretamente sobre o conteúdo gramatical e textual de tal objeto, o presente artigo objetivou entender como os profissionais de texto da Companhia das Letras se pautam pelas noções de sistema, norma e variantes do português brasileiro em suas práxis profissional, ainda que não tenham plena consciência desses conceitos oriundos sobretudo do âmbito da sociolinguística.

Para isso, portanto, utilizou-se de um questionário a ser respondido pelos profissionais da casa editorial em questão. A proposta, a partir dos dados colhidos por meio de tal instrumento, longe da pretensão de responder categoricamente à pergunta levantada, resultou em uma discussão sobre a escolha dos preparadores entre as diversas variantes do português brasileiro.

1. Objetivos

Inicialmente, antes de a pesquisa efetivamente começar, estudos e reflexões foram realizados para que fosse possível pensar na melhor forma de conceber a investigação, uma vez que a prática de edição de texto envolve muitas etapas feitas por pessoas diferentes. Como seria possível mapear tal trabalho a partir de um livro, que já é um item cultural resultante de uma cadeia produtiva extensa?

Não se mostrava viável, tampouco, concluir tal investigação seguindo os passos de uma pesquisa sociolinguística clássica, verificando os processos de encaixamento, avaliação e implementação (MOLLICA, 2015, p. 10), porque não se trata de um estudo de caráter apenas (sócio)linguístico. Apesar de se apropriar dos conceitos labovianos para entender a possível documentação de variações nos textos das obras em processo de edição (LABOV, 2008), este artigo está baseado nas visões de língua dos agentes da edição de livros. Diante disso, pensou-se, então, que a melhor forma de entender como o texto chega a sua forma final seria entrevistando tais agentes, os profissionais que efetivamente trabalham nele, para que, enfim, chegue a tal estágio.

A eleição da Companhia das Letras como objeto de estudo acabou se revelando uma escolha feliz, pois essa casa apresenta um departamento específico destinado à edição de textos (algo, hoje, raro no mercado editorial brasileiro): nada menos do que a maior parte dos originais editados pela empresa passa pelo crivo dos profissionais desse departamento. Dessa maneira, os agentes que ativamente interferem no livro, em tal fase, são poucos e rastreáveis, o que favorece o acesso aos sujeitos de pesquisa a serem entrevistados, bem como permite avaliar e dimensionar de modo mais apurado as informações por eles fornecidas. Percebeu-se, também, que o processo de intervenção editorial a ser privilegiado pelo presente estudo deveria ser a preparação, e não a revisão, visto que aquela é uma etapa que promove muito mais intervenções no texto de uma obra e, além do mais, trata-se do trabalho principal do departamento pesquisado. Os processos editoriais serão particularizados ao longo do artigo.

Uma entrevista prévia foi feita com uma estagiária do departamento responsável pela preparação dos livros da Companhia das Letras, algo que auxiliou a desvendar o processo de trabalho da editora. Em seguida, elaborou-se, então, um questionário abrangente com base nos pressupostos teóricos relativos à edição de texto e nas informações coletadas por meio da conversa preliminar com a mencionada estagiária. Depois de breve discussão para se chegar à redação final do referido instrumento, as entrevistas com todos os profissionais do departamento responsável pela preparação de texto da Companhia das Letras foram realizadas e gravadas em uma tarde na própria empresa.

Chegou-se à conclusão de que os questionários, que serão explicados ao longo deste artigo, deveriam ser diferentes, de acordo com a atuação profissional de cada informante na empresa, pois se objetivava que as respostas refletissem a vivência e o trabalho específico deles. Ao todo, oito profissionais foram entrevistados nesta pesquisa: duas estagiárias, três editores de texto, a chefe e criadora do departamento de editoria de texto e duas preparadoras terceirizadas que prestam serviço à Companhia das Letras

há anos. Depois disso, todos os áudios foram transcritos, e os dados obtidos foram analisados à luz da sociolinguística variacionista e de uma recuperação teórica das particularidades dos diferentes processos editoriais observáveis ao longo do tempo. O objetivo era mapear o horizonte de possibilidades entendido pelos profissionais quanto ao próprio trabalho de intervenção, o que forneceria dados para que se analisasse a postura da editora diante de regras da gramática normativa.

2. Fundamentação teórica

2.1 A preparação de originais

Existe uma confusão de nomenclaturas dos diversos trabalhos com o texto no ramo editorial. É difícil especificar até onde vai cada ofício, porque todos eles objetivam promover intervenções nos textos e se diferenciam pelo momento em que ocorrem na cadeia do livro e pelo nível de intervenção a que se propõem, mas cada casa publicadora especifica seus parâmetros de acordo com o fluxo de trabalho que adota.

Existem manuais de editoração e estilo que tentam, de acordo com as visões dos próprios autores e suas experiências no mercado, compilar e delimitar os limites de cada etapa editorial. Alguns nomeiam o processo abordado neste artigo de “preparação”, outros de “revisão de originais”, mas todos entram em consenso de que existe um trabalho prévio no original, entregue pelo autor à editora, antes de sua composição, que hoje é feita por um profissional que usa *softwares* específicos, com destaque para o InDesign da empresa Adobe. É difícil estimar quando a editoração eletrônica começou a ser utilizada efetivamente nas editoras porque se desconhecem registros em trabalhos científicos ou mesmo em depoimentos de editores a respeito disso e devido ao fato de tal mudança ter se dado de modo gradativo. A possibilidade e facilidade de marcar as alterações efetuadas por meio do Microsoft Word,

por exemplo, tornaram cômodo o trabalho do preparador de originais, que se utiliza do mecanismo de “Revisão” presente nessa ferramenta.

Wlasek Filho (1966) mapeia o trabalho que, na presente pesquisa, considera-se do preparador, como sendo exclusivamente circunscrito ao compositor. Este, hoje, seria o que chamamos popularmente de “diagramador”, ou seja, o profissional que compõe a página do livro, dispondo o texto na formatação escolhida pela editora. Segundo ele, um livro deve ser enviado pelo autor, passar por um “marcador” e depois pelo “compositor”, para só então seguir para o “revisor tipográfico”. O trabalho do marcador seria, basicamente, o de arrumar a hierarquização de títulos e indicar o estilo que cada um deles teria, bem como indicar em quais partes se utilizaria itálico, negrito ou sublinhado, versaletes etc. O trabalho do compositor, portanto, também englobaria a normalização e revisão inicial do texto já com todos os estilos, considerando que ele é o responsável pelo trabalho final de pré-revisão.

Esses dois processos, portanto, precederiam o trabalho do que hoje se chama de preparação de texto, ou revisão de original, dependendo do autor. Wlasek Filho não registra a atuação de um corretor de originais antes da composição, talvez por, ainda nos anos 1960, não se tratar de um consenso a execução dessa atividade. Mas o autor também chega à conclusão de que o modelo por ele proposto não seria o melhor: “Certo, na prática, estamos ainda um pouco longe da satisfação de todos os requisitos de que estamos tratando, não só no que toca ao formato dos originais, como à sua redação definitiva” (WLASEK FILHO, 1966, p. 17).

Já Antonio Houaiss, em seu *Elementos de bibliologia*, ao tratar da “correção de originais”, como chama o processo em questão, diz que o profissional responsável por tal tarefa realiza a correção da “‘língua’ do autor na ortografia, pontuação, colocação, formas vocabulares, sintaxe, concordância, regência, que sei mais...” (HOUAISS, 1983, p. 67). O afamado dicionarista diz que não se refere a uma avaliação crítica da história, mas a “essa ‘correção’ compulsória, que decorre de pressupostos rígidos no que se

refere aos fatos de linguagem, quando não aos fatos estilísticos” (HOUAISS, 1983, p. 68).

Ainda sobre o trabalho com o original, Houaiss chama a atenção para uma citação de Theodore Low de Vinne sobre as particularidades (caráter interventivo) da atuação profissional do compositor/tipógrafo: “É crença hoje em dia, como o era nos tempos de Moxon, o primeiro escritor inglês sobre a técnica da impressão, que é dever do tipógrafo obviar às negligências do escritor” (DE VINNE *apud* HOUAISS, 1983, p. 68).

Ele completa a citação dizendo que esse conceito é mais moderado do que o nosso, que abarca o papel do corretor. Isso porque o tipógrafo deveria corrigir apenas os lapsos do autor, tendo o corretor/preparador, atualmente, uma liberdade um pouco maior no que diz respeito à promoção de alterações no texto.

Houaiss ainda cita outro autor, André Thérive, da *Encyclopédie française*, que exalta o trabalho imprescindível do corretor do original. Segundo Thérive, “desde o século XV os impressores eram forçosamente a um tempo artesãos e eruditos, como sucessores, de resto, dos empresários da cópia manuscrita, os quais foram, fatalmente também, latinistas, graduados universitários, clérigos” (*apud* HOUAISS, 1983, p. 68). Thérive também registra que o primeiro grande nome dos corretores foi P. Prielis, que corrigiu o *Psalterius benedictinus* impresso por Fust e Schöffer, concorrentes de Gutenberg. Isso demonstra que o trabalho de revisão textual sempre existiu, mas não era visto consensualmente entre os profissionais das editoras.

Ainda postulando sobre a edição de textos, Houaiss, no livro *Editoração hoje*, nomeia o processo prévio de correção do texto de um livro como “preparação de originais” e aproxima-se bastante da discussão levantada por este trabalho. A partir da análise de questões difíceis de serem delimitadas na padronização de um livro, analisando de forma aprofundada o uso das maiúsculas, o autor acaba colocando em questão o próprio registro gramatical proposto na escrita:

Não tenho coragem, por exemplo, de reescrever, hoje, com *e* final, a palavra *quasi*, se ela foi escrita por um senhor de 70 anos. Esses pequeninos exemplos do problema é que sugerem a dificuldade que o preparador de texto tem para, mecanicamente, seguir o vocabulário ortográfico da Academia Brasileira (HOUAISS, 1981, p. 58).

Mais à frente em seu texto, Houaiss vai analisar o motivo de se buscarem tantas padronizações e a ânsia pela normalização no ramo da editoração, rememorando os tempos antigos da história da edição de livros. Ao se referir ao período alexandrino (a partir do século III a.C.), momento de emergência da figura do editor, o autor relembra que foi uma preocupação dos antigos egípcios propor padronizações para a edição de textos, quando começaram a perceber que havia diferenças entre os apógrafos. Ao comentar os motivos para essa ambição, Houaiss postula que eles almejavam uma uniformidade na produção mais do que uma mecanização do trabalho, porque, sendo o trabalho naquela época manual, “os escribas, por mais regras que estabelecessem entre si e por mais que se apoiassem sob uma fonte idealmente melhor, sempre estavam sujeitos a variantes” (HOUAISS, 1981, p. 68).

O autor, então, passa a fazer apontamentos sobre a padronização da própria língua na edição de textos, chegando à conclusão de que “nenhuma unidade nacional ou linguística de cultura, por mais desenvolvida que seja, por maior que seja o grau de industrialização que tenha atingido sua arte editorial, apresenta um padrão uniforme de tratamento” (HOUAISS, 1981, p. 69). Ele define a língua, em seu texto, como “um sistema de comunicação que tem uma estrutura tal de valores interdependentes, que se impõe através da vida, no meio cultural, na culturalização” (*idem, ibidem*). Houaiss, ainda no âmbito da mesma discussão sobre a padronização idiomática, entende que nela existem dois planos, relativos à escrita e a oralidade, e que avultam alguns elementos e construções que não são aceitos no plano escrito, mas são admitidos no plano falado, e vice-versa. No entanto, no que o autor chama de “editoração da obra de arte”, considera que “o artista é o homem que quebra sempre as estruturas” (HOUAISS, 1981, p. 70), afirmando que não se faz necessário seguir fielmente

a todas as regras gramaticais se o estilo do texto escrito não depreende tal normalização. Segundo Houaiss, a língua se adequa ao original em que se está trabalhando, bem como todas as padronizações propostas a um texto levam em conta o conteúdo do que se está publicando, a quem ele é direcionado e o que ele realmente precisa para estar em sua melhor forma. Propõe, então, algumas perguntas a serem feitas diante de um original com o qual se vai trabalhar: “Assim, no extremo da mensagem lógica, podemos em princípio lidar com os textos no sentido de dar-lhes preparação normalizada. Quais são para isso os requisitos? O texto, antes de mais nada, pede uma uniformização visual? Que vem a ser isso?” (HOUAISS, 1981, p. 71).

Depois desse primeiro olhar dirigido ao livro, sugerindo até um folhear do original, Houaiss propõe novas questões a serem feitas para que se dimensione o trabalho com aquele original em específico: “Quais são as fases que visualmente se deve seguir? [...] Existe uma organicidade proposta pelo autor? Os originais exigem isso em quê? Em partes, em capítulos, em versículos? Qual foi a forma orgânica desses originais? [...] Se a forma de divisão orgânica foi de um tipo, o tipo foi observado de início ao fim?” (*idem, ibidem*). A conclusão a que se chega a partir de tais postulações de Houaiss é que se deve partir sempre do original para a aplicação ou não de padronizações e regras, considerando-se sempre aquilo que se está editando. O livro, na visão do dicionarista, propõe sua própria organização e seu próprio estilo.

Araújo, em *A construção do livro*, respeitado manual contemporâneo aos *Elementos de bibliologia* de Houaiss, também nomeia o processo de trabalho de um editor com o original como “preparação de originais”. Ele ressalta a atuação do “editor-de-texto”, que, ao receber um original, deve submetê-lo ao “trabalho prévio de normalização literária, isto é, submetê-lo a uma revisão de tal ordem que empreste ao conjunto uma espécie de coerência integral” (ARAÚJO, 1986, p. 59). Araújo ainda completa que “não se espera, de modo algum, que o preparador de originais seja um gramático ou um filólogo, mas é imprescindível que tenha o conhecimento necessário [...] para optar ou decidir em casos duvidosos” (*idem, ibidem*). Essa definição se revela

ampla e abrangente, menos específica do que a de outros manuais da época. Em resumo, não delimita exatamente o grau de atuação do preparador ou o seu campo de atuação.

Em outro momento, ao falar especificamente sobre a técnica de revisão, Araújo também atribui responsabilidade do cuidado com o texto ao compositor, o que reforça o peso da preparação sobre ele quando, antes da editoração eletrônica, o trabalho editorial ainda dependia deste profissional. Falando sobre a normalização de línguas estrangeiras, Araújo postula que a fiscalização das normas compete “ao compositor e sobretudo ao revisor – mas em última análise ao próprio supervisor editorial” (ARAÚJO, 1986, p. 394).

Ildete Oliveira Pinto, já em 1993, publica a obra *O livro: manual de preparação e revisão* pela editora Ática. Preparador de textos experiente, o autor explica que “as atividades relativas à adequação do texto que dizem respeito à organização, normalização e revisão dos originais são chamadas de preparação” e que “a revisão de originais ocorre antes da composição” (PINTO, 1993, p. 10). Ele ainda elege o termo “preparador de texto” para se referir aos revisores de originais, demarcando que tais profissionais realmente se espalharam e se estabeleceram na área.

Henry Saatkamp, em 1967, publicou o livro *Como elaborar originais de livros* com algumas regras a pedido da editora Sulina, uma cliente da gráfica em que então trabalhava, para auxiliar a edição de futuros autores. Entretanto, a rápida modernização do processo editorial exigiu uma modificação de seu manual, e em 1996, Saatkamp lançou o remodelado *O livro: preparação e revisão de originais*. Sobre o trabalho efetivo de preparação de texto, o autor não descreve exatamente o que compete a quem exerce tal função ou delimita o significado do trabalho. Ele apenas, em certo momento do livro, pincela que “as boas editoras submetem os originais que recebem a uma leitura prévia, realizada por pessoa habilitada. Esse especialista fará a correção dos enganos mais evidentes – erros de concordância, de digitação, de pontuação, texto truncado” (SAATKAMP, 1996, p. 67). O autor acredita que o trabalho

de preparação do original é do editor do livro, referindo-se sempre a esse profissional enquanto disserta sobre as etapas do trabalho.

As normas da ABNT para revisão de original e revisão de provas são datadas de setembro de 2002, mas o projeto é de 2001. Segundo a NBR 6025, a etapa tratada como revisão de originais enquadra-se como “normalização ortográfica, gramatical, literária e de padrões institucionais, aplicando-se as técnicas editoriais e marcações para uniformizar o texto como um todo” (ABNT, 2002, p. 1), e tal processo ainda pode ser nomeado de “copidesque”. O restante das regras se mostra puramente técnico, e as intervenções textuais não chegam a ser mencionadas ou abordadas. A concepção de revisão de originais da ABNT se revela bastante similar às definições da práxis de preparação feita por outros autores.

Já para Martins Filho (2016), na tarefa de revisão de originais ganha mais corpo e amplitude “a normalização, a revisão ortográfica, a revisão de estilo (da escrita), a revisão técnica e a marcação do texto para sua futura composição/diagramação, momento no qual se indicam diferentes características gráficas” (MARTINS FILHO, 2016, p. 151). Aqui, tal autor atribui ao preparador todo o processo prévio de edição do original e documenta a forma como esse trabalho se dá atualmente nas editoras. Em linhas gerais, trata-se de um conjunto de atividades basilares para que o livro seja bem-feito e não apresente problemas em suas fases subsequentes, sobretudo porque, assim como indicado, o preparador se coloca como responsável tanto pelo texto quanto pelas marcações relativas à composição. O trabalho em questão, portanto, fica demarcado e ganha grande importância na edição de um original.

2.2 As delimitações de termos e funções na editora pesquisada

Depois de recuperadas algumas definições do fazer editorial aqui privilegiado segundo diversos autores, faz-se necessário nomear e demarcar o

significado de alguns processos, bem como explicitar o que eles compreendem no âmbito do presente trabalho. Como ele se debruça sobre a Companhia das Letras, o vocabulário específico corrente na empresa relativo à edição de textos foi documentado a partir do depoimento dos diferentes entrevistados, para que se tornasse possível entender o que cada etapa contemplava. As definições das diferentes formas textuais, funções e trabalhos correntes na editora, os quais também serão adotados neste artigo por facilidade e objetividade, encontram-se expostas com as devidas explicações e significados abaixo:

- **original:** arquivo eletrônico (ou, raramente, impresso) com todo o conteúdo textual de um livro, que parte do autor. Trata-se do documento que será tomado como base para toda a feitura do livro.
- **tradução:** essa etapa só é válida para o caso de livros em língua estrangeira. Nela, o texto do livro é passado para o português num processo minucioso realizado por um profissional denominado tradutor.
- **formatação:** precede o efetivo tratamento do texto e é realizada na própria empresa por estagiários do departamento, que verificam o arquivo do original antes de enviá-lo ao profissional que irá prepará-lo. Trata-se de um trabalho um tanto quanto mecânico, que não compreende mudanças no texto e na estrutura do original, abarcando apenas a formatação básica do documento e o acréscimo de indicações para a posterior composição do livro, além da conferência de qual é a versão correta do arquivo do livro a ser utilizada para edição.
- **padronização:** etapa realizada pelo preparador, que aplica as normas de padronização e estilo do *Manual de redação e estilo da Companhia das Letras* no original, devendo uniformizar as unidades de medidas, grafias de nomes, numerais, negritos, itálicos, versaletes etc.

- **preparação:** a chamada “revisão de originais” ou “copidesque” compreende o processo sobre o qual esta pesquisa se debruça. É desempenhado pelo preparador, que, além de proceder à padronização, irá fazer alterações profundas e estruturais no texto, para além de correções gramaticais, chamadas ortotipográficas por Yamazaki (2009). Além disso, nesse estágio também se deve cotejar os parágrafos do original com a tradução, no caso de livros estrangeiros, para que se tenha certeza de que nada foi perdido ou esquecido pelo tradutor. Trata-se, sem dúvida, da etapa mais trabalhosa em termos de edição de texto, e a que demanda mais atenção, além de ser aquela na qual mais se intervém no original. Depois dela, entende-se que o texto do livro está pronto e não sofrerá grandes mudanças.
- **fechamento de preparação:** processo no qual o editor responsável pelo livro lê todas as alterações propostas pelo preparador na preparação e as valida ou as rejeita a partir das ferramentas do *software* de edição de texto empregado. Nesse processo, o editor também pode fazer novas alterações no original, objetivando a fluidez da leitura e a obtenção da melhor forma possível para o texto final do livro. Essa etapa é feita inteiramente dentro da empresa, e todos os profissionais que a executam foram entrevistados nesta pesquisa.
- **diagramação:** processo também comumente chamado de “paginação” ou “composição”, a diagramação é a etapa na qual um designer, utilizando-se de *softwares* específicos, distribui o texto do livro nas páginas do projeto gráfico previamente aprovado pela editora. Ele deve estar atento às quebras de palavras, à inserção de elementos necessários para a complementação do texto (como figuras, gráficos etc.) e a toda a hierarquização de títulos de um livro para que nada se perca e o texto esteja em sua melhor forma, além de ter a certeza de que a disposição do texto nas páginas esteja harmoniosa e estilisticamente agradável.

- **primeira revisão:** depois que o texto é diagramado, faz-se necessário que um profissional o leia atentando-se a todos os possíveis e corriqueiros erros de diagramação (como junção de parágrafos, alterações na hierarquização dos títulos e subtítulos, problemas nas quebras de palavras etc.) e deslizes comuns e superficiais de texto que não foram limados na preparação (como inversão de letras, vírgulas mal colocadas, lapsos de acentuação etc.).
- **segunda revisão:** deve conferir se todas as emendas da primeira revisão foram, de fato, aplicadas ao texto e se essas correções geraram qualquer problema ao livro, como perda de algum parágrafo. Além disso, pressupõe, uma vez mais, a leitura de todo o texto do livro, atentando-se aos mesmos problemas que uma primeira revisão deveria atentar-se.
- **terceira revisão:** processo apenas de conferência das emendas aplicadas na segunda revisão. Não deve interferir no texto, restringindo-se apenas à aplicação das emendas da segunda revisão que porventura não tenham sido feitas. O texto do livro não é lido.

2.3 O Manual de Redação e Estilo da Companhia das Letras

A Companhia das Letras, como é comum à maior parte das editoras comerciais, também conta com um manual de redação e estilo, que delimita algumas balizas e padronizações para orientar todos os que, contratados pela empresa (funcionários e *freelancers*), trabalham com o texto. Para esta pesquisa, pensou-se que, antes de tudo, os preparadores e revisores tomam como base para suas intervenções justamente tal ferramenta de trabalho. Portanto, faz-se importante analisá-la com o objetivo de entender se ela contempla outros registros de língua, ou seja, variantes que não a norma padrão prevista pela gramática normativa.

A edição atual do *Manual de redação e estilo da Companhia das Letras* data de 2012, e, já em sua introdução, apresenta-se como material de consulta e referência para aqueles que o utilizam. Paralelamente, não se portaria como um manual estanque que almeja dirimir toda e qualquer dúvida existente na edição de um escrito a ser publicado pela editora (isso, além de pretensioso, seria impossível), mas se propõe a trazer sugestões que levem o profissional a intervir da melhor maneira no texto de um livro em processo de preparação e de revisão de provas.

No primeiro capítulo, o manual se centra em orientações gerais aos profissionais de texto envolvidos no processo de edição. Nele, listam-se os materiais de consulta fundamentais e basilares para o trabalho com um original da editora, bem como fontes e orientações de pesquisa. As gramáticas sugeridas neste item são três: a *Gramática metódica da língua portuguesa*, de Napoleão Mendes de Almeida; a *Nova gramática do português contemporâneo*, de Celso Cunha e Lindley Cintra; e a *Moderna gramática portuguesa*, de Evanildo Bechara. De início, percebe-se que são obras de consulta bastante diferentes e publicadas, inicialmente, com um intervalo grande de tempo entre si, além de contemplarem registros de variantes linguísticas distintas, por mais que nelas prevaleça a norma padrão. Isso resultará em respostas diferentes para as mesmas dúvidas quando consultadas na trinca de gramáticas indicadas, pois o consulente se deparará com visões diversas do idioma. A obra de Napoleão Mendes de Almeida, por exemplo, prova-se muito mais rígida e intolerante, na prática, do que a de Evanildo Bechara, que contempla mais variantes e demonstra uma fluidez maior na apresentação dos fenômenos linguísticos. Para os propósitos do presente trabalho, impõe-se uma breve visão geral de cada uma dessas gramáticas.

A *Gramática metódica da língua portuguesa*, primeira obra considerada basilar pelo *Manual de redação e estilo da Companhia das Letras*, teve 46 edições até hoje, constituindo-se em uma das obras do gênero mais longevas em nosso mercado editorial. Publicada pela primeira vez em 1943, apresenta-se como um compêndio que toma como base noções

puristas, conservadoras e supostamente nacionalistas da língua portuguesa, procurando amparar-se em juízos opostos aos preconizados por estudos científicos do idioma feitos pela linguística. Na abertura de seu *Dicionário de questões vernáculas*, Napoleão atesta a sua visão de língua ao postular que não tolera “composições fúteis, de tendência transformista, niilista”, que despreza “páginas inteiras de seções ou de suplementos de arte de jornais que nos forcem a engolir o desprezo à tradição, a alimentar a contestação, a insuflar a negação dos legítimos e tradicionais representantes das nossas letras” (ALMEIDA, 1981, p. 5). Mais especificamente em sua *Gramática metódica da língua portuguesa*, Napoleão considera que “a língua é a mais viva expressão da nacionalidade”, atestando que, se o ensino levar em conta o que ele chama de “língua brasileira”, cairemos num “refúgio nefasto e confissão nojenta de ignorância do idioma pátrio, recurso vergonhoso de homens de cultura falsa e de falso patriotismo” (ALMEIDA, 1999, p. 7).

Considerando, assim, a gramática enquanto um repositório de normas e exemplos validados pela tradição, uma espécie de “diamante despojado dos cascalhos e impurezas” (ALMEIDA, 1999, p. 7) responsável por salvaguardar o vernáculo, Napoleão repele aquilo que preconiza a linguística moderna. Entre outros aspectos, ele renega a possibilidade da produção de enunciados facultados pelo sistema da língua que, por desfrutarem de menor prestígio ou por ainda se tratar de mudanças linguísticas em curso, não se encontram compendiados pela gramática tradicional. Entender o português pela perspectiva normativista do ufanismo patriótico e vê-lo como um conjunto de leis tradicionais que deve ser mantido revela-se improdutivo, uma vez que as línguas sofrem influências umas das outras por estarem em constante contato, e as regras gramaticais institucionalizadas são colocadas em xeque diversas vezes em cada ato individual de utilização do idioma. Essa visão de gramática como um conjunto de princípios inexoráveis coloca a língua como uma organização metafórica perfeita, estanque e inatingível, a qual os falantes devem dominar e respeitar a todo custo. Em linhas gerais, tal perspectiva rejeita que, em sentido lato, eles não precisam aprendê-la, uma

vez que já a adquiriram e a utilizam em seu cotidiano, conhecendo-a muito bem, produzindo atos de fala com estruturas linguísticas complexas.

Mesmo Evanildo Bechara, que tem uma visão mais científica da língua e não fecha os olhos aos avanços proporcionados pela linguística, demonstra certo apego à tradição gramática da exemplaridade. Sua posição conflituosa, situada entre a realização de estudos baseados em Coseriu e a tradicional mobilização de exemplos extraídos do cânone da literatura para fundamentar a língua, encontra-se analisada por vários autores. Segundo Neves (2018, p. 36), o que Bechara chama, em sua gramática, de “exemplaridade” é mais baseado em uma visão de tradição da descrição gramatical do português, “como um fiel cultor da língua”, do que como um guardião de “um padrão de língua que nos caiba imperiosamente ‘preservar’”, argumentando que existe uma diferença entre tais visões. De fato, Bechara possui um subcapítulo em sua gramática, “O exemplar e o correto”, em que conceitua tal diferença:

Há de se distinguir cuidadosamente o *exemplar* do *correto*, porque pertencem a planos conceituais diferentes. Quando se fala do exemplar, fala-se de uma forma eleita entre as várias formas de falar que constituem a língua histórica, razão por que o eleito não é nem correto nem incorreto (BECHARA, 2009, p. 51, grifos do original).

Nesse sentido, ele dissocia o juízo de valor da tradição exemplar, validando, assim, variantes do português. Ao mesmo tempo, na mesma gramática e apenas um subcapítulo à frente, diferencia a gramática descritiva da gramática normativa, afirmando que esta última teria natureza pedagógica, ao passo que a primeira apresentaria natureza científica. Entretanto, como afirmado por Almeida (2017, p. 786), Bechara, ao se utilizar da referida exemplaridade, “por um lado, reafirma uma análise lógica da língua, sendo o português dividido entre ‘bom’ e ‘mau’; por outro, o gramático é tomado pelas discussões da linguística, requerida para conferir cientificidade ao seu dizer”. Todavia, Bechara já afirmara, anteriormente, que “as teorias da sociolinguística jamais deveriam ter deixado as fronteiras da academia. Nas escolas, elas só reduzem as chances de os estudantes aprenderem o

bom português” (BECHARA *apud* ALMEIDA, 2017, p. 784), ou seja, ele já havia manifestado juízo negativo ao alargamento dos estudos em torno da variação, embora tenha procurado se eximir disso em sua *Moderna gramática portuguesa*.

Celso Cunha e Lindley Cintra, no entanto, autores da *Nova gramática do português contemporâneo*, demonstram e explicam as suas visões de gramática ao mesmo tempo que delimitam o lugar de onde falam nos capítulos iniciais do referido manual. Na seção “Conceitos gerais”, na subdivisão “Língua e sociedade: variação e conservação linguística”, os autores exploram justamente os conceitos oriundos da sociolinguística. Explicam, de maneira geral, as premissas de tal campo de estudo descritivo e se posicionam sobre ele, assumindo um papel de pesquisadores e cientistas da língua.

Entre as atitudes extremadas – dos que advogam o rompimento radical com as tradições clássicas da língua e dos que aspiram a sujeitar-se a velhas normas gramaticais –, há sempre lugar para uma posição moderada, termo médio que represente o aproveitamento harmônico da energia dessas forças contrárias e que, a nosso ver, melhor consubstancia os ideais de uma sã e eficaz política educacional e cultural dos países da língua portuguesa (CUNHA; CINTRA, 2001, p. 7).

Ao mesmo tempo em que contabilizam uma notória força disruptiva de quebra total do que chamam de “tradições clássicas da língua”, os autores parecem compreender e levar em conta a sociolinguística em seu fazer gramatical. Tais evidências ficam ainda mais claras quando, falando sobre a concepção de “erro”, atestam que “sem investigações pacientes, sem métodos descritivos aperfeiçoados nunca alcançaremos determinar o que, no domínio da nossa língua ou de uma área dela, é de emprego obrigatório, o que é facultativo, o que é tolerável, o que é grosseiro, o que é inadmissível” (CUNHA; CINTRA, 2001, p. 8). Portanto, propõem-se a contabilizar e a descrever as variações linguísticas em sua gramática, sem, entretanto, deixar de contemplar todas as variantes mais importantes, incluindo a norma padrão.

Para entender como cada gramático apresentado no *Manual de redação e estilo da Companhia das Letras* se posiciona quanto a essas questões de forma prática, buscou-se então, na teoria de tais autores, um mesmo elemento de análise. Investigou-se, portanto, em chave metonímica, uma questão que apresenta notória variação no português brasileiro: a colocação pronominal, referida, como se verá, no questionário feito aos sujeitos desta pesquisa.

Sobre a colocação pronominal, Napoleão Mendes de Almeida, em sua *Gramática metódica da língua portuguesa*, discorre exaustivamente a respeito de um elemento determinante em tal processo: a eufonia, conceito esse definido como sendo “a harmonia, a agradabilidade do som, ou, ainda, a facilidade, a suavidade na pronúncia” (ALMEIDA, 1999, p. 491). Paralelamente, explicita também diversas regras de atração relativas aos pronomes. Por outro lado, Almeida nada explica da pronúncia e do possível registro de um pronome oblíquo átono a iniciar um período. Ele ignora esse fato linguístico completamente em seus estudos sobre colocação pronominal, não documentando nem dando qualquer possibilidade para tal registro. É enfático ao afirmar: “Uma vez que, para efeito de prosódia, o pronome oblíquo deve apoiar-se no acento do verbo, *não se pode iniciar um período com pronome oblíquo*: ‘Disseram-me isso ontem’ e não: ‘Me disseram isso ontem’” (ALMEIDA, 1999, p. 492).

Já Bechara (2009), considerando registros de língua mais atuais, postula que “durante muito tempo viu-se o problema [da colocação pronominal] apenas pelo aspecto sintático, criando-se a falsa teoria da ‘atração vocabular’”, chegando a dizer até que “a Gramática, alicerçada na tradição literária, ainda não se dispôs a fazer concessões a algumas tendências do falar de brasileiros cultos” (BECHARA, 2009, p. 587). Entretanto, mesmo com essa consideração, o gramático é enfático em dizer que “não se inicia período por pronome átono” (BECHARA, 2009, p. 588). A bem da verdade, ao final do capítulo, quase separado de construções postuladas como “exemplares”, Bechara aborda a variação da colocação pronominal átona no Brasil. No entanto, vale-se apenas de uma única frase (disposta assim como uma nota

de rodapé) para documentar a variação em questão: “Pelas mesmas razões variadíssimas é que no Brasil, na linguagem coloquial, o pronome átono pode assumir a posição inicial de período” (BECHARA, 2009, p. 591).

Celso Cunha e Lindley Cintra, por sua vez, tratam de tal variação de forma mais extensa e abrangente, apresentando exemplos e documentando um uso bastante produtivo do português brasileiro. Logo no início da seção dedicada à colocação dos pronomes átonos, quando abordam a ênclise em início de período, os autores observam que:

Há, porém, casos em que, na língua culta, se evita ou se pode evitar essa colocação, sendo, por vezes, conflitantes, no particular, a norma portuguesa e a brasileira. Procuramos, assim, distinguir os casos de próclise que representam a norma geral do idioma dos que são optativos e, ambos, daqueles em que se observa uma divergência de normas entre as variantes europeia e americana da língua (CUNHA; CINTRA, 2001, p. 309).

Depois, ao fim de tal documentação, como Bechara, os autores criam uma repartição no texto chamada de “A colocação dos pronomes átonos no Brasil”, na qual postulam que “podem-se considerar como características do português do Brasil e, também, do português falado nas Repúblicas africanas a possibilidade de se iniciarem frases com tais pronomes, especialmente com a forma *me*” (*idem*, p. 317). Como exemplos, os autores utilizam as frases “Me desculpe se falei demais”, atribuída a Érico Veríssimo, e “Me arrepio todo...”, de Luandino Vieira. Mais permissiva, a gramática de tais autores não só apresenta a variação quando vai tratar da colocação no âmbito generalista, mas a explica e atribui exemplos para que se mostre sua produtividade no português brasileiro.

O *Manual de redação e estilo da Companhia das Letras*, ao tratar dos processos editoriais, delimita que os profissionais que entram na cadeia de produção do livro devem respeitar as escolhas textuais feitas em etapas anteriores do fluxo de trabalho:

Cabe lembrar que é importante respeitar as soluções adotadas em etapas anteriores do trabalho. Preparadores devem respeitar opções do tradutor, revisores devem respeitar escolhas do preparador, e assim sucessivamente. Nos casos em que há duas possibilidades gramaticalmente aceitas, deve-se respeitar a decisão já tomada, a fim de evitar retrabalho (VIANA, 2012, p. 16).

Isso confirma que as decisões tomadas pelos preparadores quanto ao estilo da linguagem e às escolhas gramaticais (sobretudo no caso de originais não traduzidos) devem ser respeitadas e não alteradas durante a revisão de provas. A presente pesquisa, portanto, mostra-se válida mesmo com dados que abrangem apenas a etapa de preparação, já que as decisões dos preparadores devem ser mantidas, considerando-se as diretrizes que pautam o fazer editorial da empresa em questão. As escolhas desses profissionais, de acordo com tal pressuposto, determinam todas as etapas seguintes, pois é na preparação que o trabalho com o texto se dá de maneira aprofundada, independentemente de o livro ser nacional ou estrangeiro.

Logo depois da exposição inicial de diretrizes que nortearão todos os profissionais dedicados à edição do livro, o manual dá orientações gerais a tradutores, sem definir o escopo do trabalho. Trata-se de balizas do que traduzir em um original e das padronizações a serem empregadas em tal processo, sem grandes especificidades ou peculiaridades.

No terceiro capítulo, o manual se debruça sobre o trabalho do preparador. Há aí uma especificação maior da atividade desempenhada por esse profissional, com uma delimitação mais detida do que ele deve fazer e das etapas nas quais se divide sua atuação.

A tarefa do preparador se divide em três etapas, que devem ser executadas na seguinte ordem: batida de parágrafos; limpeza e padronização do arquivo; leitura do texto
(VIANA, 2012, p. 22).

Quando comparadas às visões a respeito da “revisão de originais” já levantadas e examinadas no transcurso desta pesquisa, entende-se que a

editora considera a preparação como mais do que apenas a leitura atenta do texto, aproximando-se das balizas expostas por Martins Filho (2016). Fica determinado, portanto, que o primeiro passo do trabalho realizado pelo preparador deve ser uma “batida de parágrafos”, que consiste em checar os parágrafos do original e conferir se todo o material original foi traduzido e se não houve nenhum “salto”, isto é, se não faltou verter para o português nenhum trecho¹. Num segundo momento, cabe a tal profissional fazer a limpeza e normalização do arquivo. Entretanto, entende-se que, atualmente, essa tarefa já não seria mais efetuada pelo preparador, pois segundo os relatos obtidos pela presente investigação, quem o realizaria seriam as estagiárias do setor, responsáveis por aplicar as padronizações da editora no arquivo antes de enviá-lo ao preparador. A terceira etapa compreende justamente a leitura do texto, atividade que engloba a maior parte do labor efetivo do preparador com o original. Especifica-se, em seguida, cada etapa referida e acrescentam-se orientações para limpeza e padronização do arquivo, que são apenas convenções de estilo, algo comum nos manuais de redação de diferentes casas editoriais.

As orientações da Companhia das Letras para a leitura do original a ser feita pelo preparador começam, então, a ser abordadas. Nesse ponto, o manual elenca algumas “particularidades do texto”, que abarcam as preferências da editora quanto a opções lexicais e repetições. Certas escolhas mais eminentemente gramaticais também ganham espaço, como a que se encontra no item 3.3.24: “em geral, prefira a próclise à ênclise” (VIANA, 2012, p. 34). Conforme já fora aqui documentado, essa orientação entra em conflito direto com a visão de duas gramáticas tidas como basilares pelo *Manual de redação e estilo da Companhia das Letras*: tanto a *Gramática metódica da língua portuguesa*, de Napoleão Mendes de Almeida, quanto a

1 Em reedições de obras nacionais, também se faz a batida de parágrafos entre esta e a edição anterior do livro com o qual se está trabalhando, para que se tenha certeza de que nada se perdeu de uma edição para a outra.

Moderna gramática portuguesa, de Evanildo Bechara. A empresa, portanto, orienta, em certa medida, o revisor de originais a ir na contramão de dois dos gramáticos indicados como referência.

A orientação de número 3.3.27 também aborda uma questão de caráter gramatical: ela postula que o verbo “visar”, quando utilizado com o sentido de “ter por fim”, pode ser transitivo direto ou indireto, e a opção do autor ou do tradutor deve prevalecer. No entanto, se as duas formas aparecerem ao longo do texto, adota-se aquela empregada de modo mais recorrente para que seja padronizada na obra como um todo. No geral, tem-se ainda nesse tópico prescrições sobre a troca desnecessária de palavras (como “através” por “por meio de”, um preciosismo contraproducente e recorrente no ramo) e sobre o uso de alguns vocábulos que poderiam ser resquícios de tradução (como o uso exagerado de “ocorrer” no lugar de “acontecer” em traduções do espanhol) ou usos comuns da língua que não têm amparo em obras de referência (como empregar o verbo “retornar” para ligações telefônicas, quando, em seu lugar, deve-se utilizar “responder”).

Abordam-se, então, no quarto capítulo do manual, as orientações para a revisão de provas, isto é, o trabalho de correção feito com livro já paginado. De início, delimita-se a existência de duas tarefas a serem desempenhadas pelo revisor (a revisão de primeira prova e a revisão de segunda prova), bem como se especificam as diferenças entre uma e outra. Também são explicitados todos os arquivos que o profissional em questão deve receber para desempenhar suas funções, os quais consistem em: o livro original (em caso de tradução ou de reedição de uma obra de outra editora); um “print”, que é o arquivo anterior à diagramação impresso; a primeira prova, no caso da primeira revisão; e a primeira e a segunda provas, no caso da segunda revisão. Em seguida, são dadas algumas orientações sobre as cores de caneta a serem utilizadas nas marcações e o que cada uma delas representa na comunicação interna da editora. O manual passa a esmiuçar, então, cada etapa do trabalho da revisão de provas, quais sejam: “batida de parágrafos; conferência da prova; leitura do texto” (VIANA, 2012, p. 37).

A batida de parágrafos efetuada na etapa de preparação do original se mostra diferente daquela realizada na primeira revisão: enquanto lá tal atividade deve se dar com o original, aqui, passa a ser feita com os parágrafos do “print” impresso. Já na etapa de conferência, elencam-se uma série de padronizações a serem verificadas pelo revisor, desde a diagramação da falsa folha de rosto até a disposição do colofon. Por fim, efetua-se, propriamente, a leitura do texto em ambas as revisões, tanto na primeira, quanto na segunda prova.

Mais especificamente sobre a leitura das provas, o manual pontua que o revisor deve apenas intervir, de fato, em erros, e não em opções de estilo:

Não se esqueça de que o texto foi lido pelo editorial e passou por preparação; portanto, geralmente, não é preciso intervir. Respeite as opções feitas e evite “trocar seis por meia dúzia”. Em livros de ficção, como há mais liberdade quanto ao uso do idioma, não há necessidade de rigor. A percepção do objetivo do autor e a coerência são preocupações mais relevantes. [...] Respeite a pontuação, as regências, a posição dos pronomes, o uso de “este/esse”, “dentre/entre”, “do/de o” etc. Procure nesses casos ficar mais atento às gralhas e aos eventuais problemas de padronização (VIANA, 2012, p. 48).

As orientações, portanto, enfatizam que, mesmo no caso de “questões difíceis de gramática” (categorização empregada no questionário-base desta pesquisa; tal documento será discutido mais à frente), as escolhas feitas pelo tradutor e pelo preparador devem ser mantidas, embora possam estar, do ponto de vista da gramática normativa, erradas. Por exemplo, o manual voltará a reforçar, algumas páginas depois, que “em diálogos, não é preciso corrigir construções como ‘antes do porteiro chegar’ para ‘antes de o porteiro chegar’ (VIANA, 2012, p. 55). Ora, quer se considere a língua como código ou fato social, observam-se diferenças de uso entre “do” e “de o”, e uma opção não se revela necessariamente substituível pela outra. Assim, verifica-se que o posicionamento da Companhia das Letras diante desse ponto específico resume-se à aprovação de uma variante menos prestigiosa, sobretudo em

ocorrências de discurso direto. Por mais que se trate de uma questão de ordem sintática e, a princípio, menos perceptível.

Em seguida, compendiam-se mais uma série de padronizações, a fim de que o revisor as siga. Avultam indicações sobre a hifenização de palavras, abreviação de títulos, regência verbal e nominal, uso de verbos repetidos em diálogos etc. O local indicado para a consulta da grafia dos vocábulos é o dicionário Houaiss, e não Volp. Os próximos capítulos da obra tratam de orientações sistemáticas para a edição de livros que não fazem parte do tema pesquisado.

2.4 A variação linguística

O trabalho com o texto de um livro pode ser comumente entendido tanto como mera aplicação de regras estabelecidas pela gramática normativa (forma) quanto como a edição do enredo ou do percurso argumentativo de uma obra em si, mediante a adição ou corte de cenas, personagens, estruturas (conteúdo). Entretanto, conforme exposto antes, as tarefas de preparação de originais e de revisão de provas vão além. Conforme postulado por Yamazaki (2009), “ainda que pense fazer as intervenções com base em avaliações apenas subjetivas, o profissional lança mão de sua experiência para trocar uma palavra de lugar, substituir uma expressão, enfim, fazer quaisquer emendas no texto. E essa experiência camufla o uso de estratégias cognitivas e metacognitivas de leitura – em geral inconscientemente” (YAMAZAKI, 2009, p. 73-74). Nas intervenções em um livro, pode-se lançar mão de inúmeros registros de fala. Todavia, usos menos frequentes se mostram capazes de engessar e mesmo dificultar o acesso de certo público a um texto. Como afirmado por Bocchini, os editores não interviriam em textos partindo de pressupostos mágicos, mas ouviriam “as observações de seus leitores, que, dessa forma, estariam determinando ativamente como queriam ler” (BOCCHINI, 1994 *apud* YAMAZAKI, 2009, p. 74). E se o parâmetro são os leitores, convém entendê-los como parte do quadro gerativo de qualquer escrito (ECO, 2011, p. 39) e, de

modo mais concreto, quem são tais indivíduos, que posição social ocupam, quantos anos têm, qual profissão exercem etc. (HORELLOU-LAFARGE; SEGRÉ, 2010). Pensando que eles fazem parte de uma sociedade ampla, que registra diversos usos idiomáticos, faz-se necessário pensar que a língua, enquanto organismo vivo, encontra-se em constante mudança.

A língua em uso atualmente no Brasil não é mais a mesma que se fala em Portugal, embora ambas recebam o mesmo nome. Analisando, como exemplificado por Viotti (2018, p. 139), o idioma vigente hoje em Roma e o que se impunha em tal cidade na época de Cícero, percebe-se que as mudanças entre um e outro se revelam tão grandes que estamos diante de duas línguas diferentes: latim e italiano. Isso acontece porque existem diversos mecanismos linguísticos, sejam eles fonéticos, sintáticos, morfológicos, lexicais, para dizer e expressar conceitos e ideias equivalentes. Quando uma dessas possibilidades de realização sistêmica acaba por ser privilegiada pelos falantes em detrimento de outra até então prevalente, a língua muda.

Aliando fatores sociais e linguísticos, a sociolinguística variacionista explica tais fenômenos centrando-se nos diferentes usos do idioma por parte dos falantes de uma dada comunidade. De acordo com tal perspectiva, as diversas formas possíveis de se utilizar a língua são chamadas de “variantes”, ou “variáveis”. Elas não são aleatórias, não são produzidas ao bel-prazer dos indivíduos, mas “influenciadas por grupos de fatores (ou variáveis independentes) de natureza social ou estrutural” (MOLLICA, 2015, p. 11). Elas podem ser estáveis, quando “não existe predominância de uma variante sobre outra, havendo equilíbrio relativo que tende a se manter por algum tempo” (VIOTTI, 2018, p. 146), e instáveis, “quando o processo pende para uma das variantes, em detrimento das demais” (VIOTTI, 2018, p. 146). A mudança linguística, portanto, reside na variação instável, e, enquanto ela está em processo em uma língua, pode ser considerada um “fenômeno variável ou em mudança” (MOLLICA, 2015, p. 11).

Embora seja possível provar, ancorando-se em conceitos sólidos, que as línguas mudam, observa-se que as reações negativas à mudança linguística

são mais verificadas em variações em tempo real (VIOTTI, 2018, p. 137). Isso ocorre, em grande parte, porque ainda existem “práticas pedagógicas assentadas em diretrizes maniqueístas do tipo certo/errado, tomando-se como referência o padrão culto” (MOLLICA, 2015, p. 13). A estigmatização de determinados registros produz o que se chama de preconceito linguístico, isto é, quando o emprego de uma variante, considerada como portadora de menor prestígio, resulta em desqualificação e ostracismo do falante que dela se vale.

Nenhum indivíduo adquire a língua a partir de uma gramática, por mais que, ironicamente, todos falem a língua documentada pelo manual, pois, na verdade, ela é assimilada a partir da convivência entre os membros de determinada comunidade linguística. Sobre isso, Mollica comenta que, inicialmente, os falantes adquirem variantes informais e depois, num processo “sistemático e paulatino, podem vir a apropriar-se de estilos e gêneros mais formais, aproximando-se das variedades cultas e da tradição literária” (MOLLICA, 2015, p. 13). Assim, uma das grandes contribuições da sociolinguística reside no fato de justamente relativizar a noção de “erro”, quer ao procurar compreender, em sentido amplo, as particularidades de cada variante, quer, de modo específico, ao descrever o padrão que a escola procura “banir como expressão linguística natural e legítima” (MOLLICA, 2015, p. 13).

As variantes podem ser produzidas por fatores internos e externos à língua. Os primeiros levam em conta processos relativos à natureza do idioma em questão, sejam eles morfossintáticos, semânticos, discursivos etc. Já os segundos abarcam um conjunto de variáveis relativas ao indivíduo (como, por exemplo, etnia e gênero), “propriamente sociais (como escolarização, nível de renda, profissão e classe social) e os contextuais (como grau de formalidade e tensão discursiva)” (MOLLICA, 2015, p. 11).

Esta pesquisa não objetiva provar, assim como prevê uma pesquisa quantitativa sociolinguística clássica, as ocorrências de determinadas variantes em um recorte do catálogo da Companhia das Letras. Embora pareça tentadora, tal investigação exigiria muito mais tempo e um acesso

maior à empresa, além de um estudo mais aprofundado das variantes internas e externas envolvidas, limitações que não são possíveis de serem vencidas no estágio atual da presente investigação. O que se objetiva aqui, entretanto, é demonstrar, a partir das respostas dos entrevistados e da análise do manual de redação e estilo da empresa, que, no contexto editorial em questão, fenômenos linguísticos variáveis também são parte do registro escrito em sua forma mais prestigiada, ou seja, quando publicados em um livro.

3. Metodologia

Para entender tais fenômenos variáveis, portanto, elaborou-se um questionário-base com oito perguntas para nortear as entrevistas com os profissionais de texto da Companhia das Letras. Logo em seguida, confeccionou-se um novo questionário, derivado do primeiro, para a realização da entrevista com a chefe do departamento. Além dos pontos já levantados pelo questionário-base, seis novas perguntas foram adicionadas. Quando se realizou a conversa com as preparadoras externas, produziu-se um novo rol de questões derivado dos dois primeiros, com apenas duas perguntas adicionadas.

3.1 O questionário-base para os funcionários do departamento de editoria de texto

- 1) Que trabalho você desenvolve no seu setor?
- 2) Qual a sua formação e como começou a trabalhar com o texto dos livros da Companhia das Letras?
- 3) Você já trabalhou como editor de texto *freelancer* para outras empresas? Teve experiências diferentes ou concepções de trabalho diferentes?
- 4) O que define o grau de intervenção na preparação de um livro?
- 5) Quais são os critérios para aceitar ou rejeitar uma alteração de um preparador num livro?

6) Existe diálogo entre o editor de texto, o preparador, o tradutor e o autor quanto a questões concernentes ao texto do livro?

7) Você segue o manual de redação e estilo da Companhia das Letras à risca?

8) Quais são as orientações para lidar com questões difíceis de gramática e até mesmo com mudanças linguísticas no texto? Por exemplo, questões referentes à colocação pronominal (preferência pela próclise mesmo em casos em que a gramática normativa prescreve o uso de ênclise), à vírgula estilística ou até mesmo à grafia de algumas palavras.

Como se pode perceber, o questionário proposto engloba, inicialmente, uma pergunta básica que visa a entender as atribuições do entrevistado na Companhia das Letras. Isso se torna importante para que se consiga mapear o nível de envolvimento de tais informantes com os livros da editora pesquisada, para se ter a certeza de que as opiniões emitidas são válidas para os propósitos previstos por esta pesquisa; e para que se consiga entender brevemente o processo editorial da empresa em questão.

A segunda pergunta do questionário engloba a formação do entrevistado e como ele chegou ao exercício daquela função, buscando compreender de qual contexto do trabalho com originais ele provém e quais suas visões a respeito da língua o levaram até ali. Tal questão se revela importante, por exemplo, para dimensionar se, na formação do sujeito de pesquisa, ele teve algum tipo de contato com estudos da área de linguística e se houve reflexões sobre o trabalho com o texto em sua trajetória. A terceira pergunta almeja objetivo análogo, inquirindo se o entrevistado já teria trabalhado em outras empresas do mesmo segmento, seja como *freelancer*, seja formalmente, e se foi confrontado com outras perspectivas e orientações sobre o trabalho com o texto. Ao fim desse mesmo questionamento, existe uma proposta de reflexão a respeito das diferentes percepções relativas ao uso do idioma no trabalho que precisa desenvolver atualmente na empresa em questão.

A quarta pergunta procura compreender quais orientações o sujeito de pesquisa passa para um preparador ao contratar os seus serviços, a fim

de averiguar o nível de intervenção que aquele considera apropriado em um original. Aqui se busca entender, no início do processo editorial, qual o pensamento do funcionário da editora sobre o trabalho a ser desenvolvido em torno de uma obra. Em seguida, a quinta questão busca investigar, por um lado, as intervenções consideradas “aceitáveis” pelo entrevistado e, por outro, aquelas que ele recusa, pois seriam mostras de que o contratado teria ido longe demais no processo de preparação; e a sexta volta-se à compreensão das interferências que outros prestadores de serviço podem efetuar até o fechamento de um original.

Em linhas gerais, esses três últimos questionamentos têm basicamente o mesmo objetivo: delimitar qual seria a percepção do funcionário da Companhia das Letras sobre o olhar do outro, no caso o prestador de serviço, quanto ao texto preparado. Tudo isso por que é o editor da casa quem avalia e valida as marcações assinaladas por um preparador, consolidando assim a versão final do texto de um livro. Mapear, portanto, os elementos dessa apreciação revelou-se importante justamente para se dimensionar as tomadas de decisão derradeiras antes de o original preparado seguir para ser paginado.

A sétima pergunta, por sua vez, busca entender como os profissionais da Companhia das Letras que lidam com o texto se apropriam do manual da editora para o seu trabalho e se eles o tomam como base em todas as suas decisões. A oitava e última interrogação, por fim, visa a suputar especificamente o proceder do entrevistado com “questões difíceis de gramática”. Como explicado na própria pergunta, os pontos controversos se referem à colocação pronominal (que vem passando por um processo de mudança linguística no português brasileiro), à vírgula estilística (que por diversas vezes não obedece a regras prescritivas da gramática normativa) e à grafia de algumas palavras (que não são consenso e, por vezes, possuem o que se chama de dupla grafia, por exemplo assobiar/assoviar, catorze/quatorze). De maneira geral, essa trinca de elementos problemáticos abarca, em regra, usos da língua vetados pela gramática normativa, mas muito produtivos na língua corrente entre falantes cultos.

3.2 A evolução do questionário-base para a chefe do departamento de editoria de texto

É importante sinalizar que a chefe do departamento de editoria de texto respondeu a todas as perguntas do questionário-base apresentado no item anterior, o que permitiu compreender sua percepção a respeito de temas já abordados por seus subalternos entrevistados para a presente pesquisa. Todavia, na conversa com ela, com vistas a se entender melhor o funcionamento da empresa, foram acrescentadas mais algumas perguntas específicas ao instrumento de pesquisa utilizado inicialmente:

1) Como funciona o processo de publicação de um livro da Companhia das Letras e quais são as etapas envolvidas?

2) A lista de colaboradores externos do seu departamento é fixa? Existe um registro de quantos preparadores a Companhia tem?

3) Como funcionava o processo de preparação de texto antes do seu departamento ser criado? Como funciona agora?

4) Por quem é feita a escolha do colaborador que irá trabalhar com determinado livro? Quais são os critérios para essa escolha?

5) Por quem é feito o aceite ou a rejeição das alterações propostas pelo preparador? Existem critérios para selecionar quem cuidará de cada livro?

6) Existe algum tipo de teste para selecionar o preparador que irá trabalhar com a empresa? Quais são os critérios? Qual a formação preferida?

O novo questionário se inicia com uma pergunta abrangente, que objetiva entender o processo editorial completo da Companhia das Letras. O segundo ponto levantado procura compreender se a lista de colaboradores externos da empresa era fixa, pois a não observância de tal pressuposto poderia repercutir negativamente nos dados obtidos. De modo mais concreto, se a editora tivesse alta rotatividade de preparadores, a pesquisa com esses prestadores de serviço poderia não se mostrar válida, já que a participação deles nos livros da casa em questão não se mostraria significativa.

Propôs-se a terceira pergunta porque se entendeu que o departamento de editoria de texto, em seu formato atual, é ainda neófito na editora, e, sobretudo, porque a entrevistada idealizou o trabalho por ele desenvolvido. Dessa maneira, buscou-se documentar e investigar os ajustes pelos quais o processo editorial da empresa passou desde as mudanças da estrutura de trabalho recentemente implementadas e quais foram os motivos para tais alterações.

A quarta pergunta inquirir quem seleciona os preparadores que irão trabalhar com os livros, objetivando entender se a escolha obedece a algum critério específico e se isso influenciaria de alguma maneira a visão do trabalho com o texto da editora. Partia-se da hipótese de que poderia haver uma predileção por algum preparador de acordo com o público para o qual o livro é voltado, por exemplo.

O quinto questionamento proposto serve apenas como verificação, para se ter certeza de que o texto de quase todos os livros passa pelo crivo dos funcionários da empresa pertencentes ao departamento de editoria de texto. Em tal interrogação, também está embutida uma pergunta que visa a entender se existem funcionários específicos para fechar a preparação de determinado selo da editora, por exemplo. Por fim, questionou-se a entrevistada a respeito dos critérios utilizados para a seleção dos preparadores dos livros da Companhia das Letras e se essas balizas se orientam por algum tipo específico de formação, que direcionaria o cuidado editorial de alguma maneira.

3.3 O questionário para as preparadoras

A realidade de trabalho das preparadoras externas se revela diferente daquela vivida pelos demais entrevistados, já que elas não estão diretamente ligadas à empresa, sendo prestadoras de serviço *freelancers*, embora atuem tanto quanto os anteriores no texto dos livros. Apesar disso, apenas duas perguntas foram adicionadas ao questionário-base:

1) Você se lembra dos livros que preparou para a Companhia das Letras? Você pode citar algum exemplo memorável?

2) Como é o seu fluxo de trabalho quando recebe um original para preparar?

Uma das questões adicionadas busca documentar se existiu algum livro memorável na carreira das preparadoras em questão, objetivando a apresentação de algum exemplo prático do que esta investigação se propõe a analisar. A segunda busca entender como é o fluxo de trabalho desenvolvido por elas em seu cotidiano.

4. Resultados

As oito entrevistas realizadas para esta pesquisa foram feitas individualmente. Do total, sete se deram presencialmente e uma de forma remota, por meio de uma chamada telefônica. Em todas as ocasiões, o entrevistador procurou, da melhor maneira possível, manter-se neutro quanto às perguntas e explicá-las apenas quando solicitado ou quando a resposta obtida não condizia com o escopo do que se havia perguntado. Comentários durante as respostas também foram evitados, a fim de que se evitassem interrupções, intervenções indesejadas e o direcionamento das informações transmitidas, embora tenham sido feitas, de modo pontual, perguntas para que o entrevistado elucidasse pontos específicos de sua fala.

Seis das entrevistas foram realizadas na própria Companhia das Letras, durante o expediente, e para tanto se esclareceu que os dados da pesquisa eram confidenciais e não seriam compartilhados nominalmente. Um termo de consentimento livre e esclarecido foi assinado por todos os sujeitos de pesquisa, de modo a assegurar-lhes que os dados seriam confidenciais e que eles aceitavam participar da pesquisa de forma voluntária.

A primeira pergunta efetuada aos entrevistados documentou que todos eles, de fato, estavam envolvidos no trabalho com o texto na empresa em questão. Apenas as estagiárias registraram outras atribuições de trabalho

administrativo. No entanto, todos os outros profissionais pesquisados, tanto as terceirizadas quanto os celetistas, atestaram ser responsáveis pelo texto dos livros da editora. Sobre isso, um dos entrevistados que trabalha internamente na editora e fecha a preparação chegou a ressaltar que profissionais como ele estão “na hierarquia de quem dá a última palavra nisso” (Sujeito de pesquisa 3).

Na segunda pergunta, obteve-se como resposta que todos os entrevistados possuem curso superior, concluído ou em processo, sendo que 50% deles cursam ou são formados em Letras na Universidade de São Paulo, 37,5% são formados em Jornalismo em faculdades variadas e 12,5% cursam Editoração. Dessa maneira, ao menos 50% deles estudou linguística de forma básica no curso superior, considerando que a disciplina é obrigatória no curso de Letras da Universidade de São Paulo. Todos, também, já haviam tido contato prévio com o trabalho com o texto no âmbito do mercado editorial antes de começarem a trabalhar efetivamente para a Companhia das Letras, conforme documentado pelas respostas à terceira pergunta.

Quanto à reflexão proposta pela terceira pergunta sobre as eventuais diferenças entre as visões da Companhia das Letras e de outras editoras a respeito do trabalho com o texto, os entrevistados identificaram que cada empresa trabalha de uma maneira diferente. Alguns deles também atestam que a Companhia das Letras se preocupa mais com a qualidade textual dos seus livros, exigindo mais dos prestadores de serviço e mostrando-se mais cuidadosa com a análise das intervenções realizadas por tais profissionais. De fato, entende-se que cada editora se orienta por um manual de redação e estilo diferente e que cada uma delas preza por um tipo de padronização (algo também passível de ser percebido pelas respostas dadas à pergunta três), mas os *feedbacks* obtidos se revelaram importantes ainda mais por deixarem claro que os entrevistados entendem o trabalho com o texto feito pela editora em questão como bastante específico e maleável.

Sim, eu já trabalhei pra muitas editoras, porque como eu trabalhava [para um escritório editorial] que prestava serviço pra várias, eu já tive contato com muitas. Desde as que têm qualidade até as que não têm. Trabalhei

bastante com livros didáticos também, mas da experiência que eu tenho, a Companhia é uma das melhores, que tem o maior cuidado com o texto. Tanto que eu não conheço nenhuma editora que tenha esse departamento que a gente tem aqui de editoria de texto. (Sujeito de pesquisa 2)

A principal diferença que eu escuto das pessoas no mercado editorial é essa: aqui parece que as coisas são mais organizadas nesse aspecto de texto. (Sujeito de pesquisa 4)

Aqui a gente tem um foco muito grande no texto e em adequar esse texto pra que ele seja legível pro leitor-alvo, então depende aí de acordo com os nossos selos. Mas a gente tem um cuidado muito bonito com o texto, de não ficar muito nesse preciosismo de usar grandes palavras bonitas e eloquentes e blá blá blá, mas sim deixar isso bem legível e bem palpável. É bem diferente de onde eu trabalhava [...] (Sujeito de pesquisa 5)

Trabalhei, comecei com preparação paralelamente à Companhia, por exemplo pra [outra editora]. Na época, hoje eu perdi contato com o que ela publica, eram livros de autoajuda e eram horríveis, horríveis. Eram ruins mesmo, o texto vinha muito cru. [...] Eram muito ruins, então na Companhia não é assim. Você sente a diferença de qualidade, e isso afeta teu trabalho, e sim, a qualidade. (Sujeito de pesquisa 7)

Eu trabalhei, trabalho ainda também, é completamente diferente sempre, cada editora quer uma coisa. E aí que você entende um pouco que não tem muito uma coisa de certo e errado, sabe? Porque no começo talvez você pense que é assim que se faz e aí você vê que não é, que cada editora faz de um jeito. [...] A Companhia exige mais na preparação, eles esperam que você mexa mais porque acho que a revisão eles esperam que mexa menos. Acho que basicamente é isso, em comparação com essas outras editoras. (Sujeito de pesquisa 8)

A quarta pergunta do questionário, sobre quais seriam os níveis de intervenção possíveis no texto de um livro da Companhia das Letras, teve como resposta que cada obra da editora apresenta suas peculiaridades. Logo, cada uma delas terá orientações específicas. Todos os entrevistados ressaltam que é muito importante conhecer o livro com que se vai trabalhar, bem como o selo no qual ele se enquadra (que acaba delimitando o público-alvo da obra, também), fatores considerados imprescindíveis. Por exemplo, o selo

Paralela, que compreende publicações de apelo mais comercial (com foco em entretenimento e no grande público), não vai ter o mesmo tratamento editorial que o selo Penguin Companhia, que compreende as publicações de clássicos nacionais e estrangeiros, justamente por conta da diferença da proposta e do possível recorte de destinatários. Isso atesta aquilo que Yamazaki preconiza em seu estudo, de que “é importante que o profissional tenha algum conhecimento sobre a realidade linguística dos possíveis leitores do texto, para analisar se o texto está adequado às competências, condições e situações de leitura” (YAMAZAKI, 2009, p. 132), e as respostas à quarta pergunta atestam o acerto de tal diretriz:

Depende do autor, depende do tradutor. (Sujeito de pesquisa 2)

Acho que o que mais acontece, na verdade, é a natureza do livro em si. (Sujeito de pesquisa 3)

Acho que depende do livro. Se é mais comercial, se é autor nacional, em geral a gente tem uns colaboradores mais fixos, e mesmo assim às vezes dá uns problemas. (Sujeito de pesquisa 4)

Então, assim, pra resumir é: uma conversa com o editor que te passa o trabalho e o que o livro demanda. (Sujeito de pesquisa 7)

Na Companhia, acho que fica claro que livros como Penguin vão ter menos intervenção, porque é um trabalho mais, vamos dizer... bom, o tradutor, ele é autor, né? (Sujeito de pesquisa 8)

Quando contrastados com a quinta pergunta, sobre quais fatores costumam levar em conta para aceitar ou rejeitar as intervenções dos prestadores de serviço, as respostas dos editores enfatizam, novamente, que eles se orientam pela especificidade do original em processo de preparação. O Sujeito de pesquisa 1 ressalta que, ao tratar de sua experiência de trabalho com uma obra específica, observou, “primeiro, se [as suas decisões] condiziam com a linguagem do livro; segundo, se estavam corretas, porque neste caso em específico a tradução acabou sendo muito literal em alguns pontos e a preparação não pegou essa parte” (Sujeito de pesquisa 1). O Sujeito de pesquisa 3, além de afirmar que sua atuação se dá de modo diferente no

caso de traduções e da edição de títulos nacionais, atesta que cada livro é diferente do outro, e que, em trabalhos de tradução, procura deixar a obra cada vez mais próxima do original. O Sujeito de pesquisa 4, por sua vez, também identifica que os critérios para se aceitarem ou rejeitarem alterações podem ser bastante subjetivos, de acordo com o que parece ou não aceitável no momento; entretanto, mesmo assim, considera que tudo “tem que fazer sentido dentro do livro” (Sujeito de pesquisa 4).

Em pergunta semelhante feita às preparadoras, objetivou-se entender quando elas consideravam aceitável fazer ou não uma intervenção num determinado texto. O Sujeito de pesquisa 8 atesta que leva muito em conta o selo no qual se encontra a obra com que está trabalhando quando se depara com uma dúvida a respeito de fazer ou não uma correção. Ele afirma ainda que os critérios muitas vezes são subjetivos. O Sujeito de pesquisa 7 também destaca que leva em conta as particularidades da obra, assim como os outros, e que se pauta pelo *briefing* passado pela editora.

Quanto à sexta pergunta, fica bastante claro, pelas respostas, que não existe um diálogo institucional na Companhia das Letras entre o editor, o preparador e o tradutor/escritor sobre questões concernentes ao texto do livro. Algumas editoras possibilitam que existam relatórios de dúvidas nas diversas etapas do livro, mas segundo o documentado aqui, tal expediente não se trata de uma realidade na empresa em questão. Entretanto, todos os entrevistados afirmam que, sim, existe um diálogo aberto entre as três partes, embora não formalizado. O contato se dá, sobretudo, por meio de comentários fixados no texto durante a preparação, dúvidas específicas enviadas por e-mail e até mesmo, em casos raros, reuniões formais para se alinhar o trabalho. As respostas às perguntas 4, 5 e 6 se mostraram importantes justamente para identificar se há, de fato, o respeito, por parte do profissional que entra no fluxo de produção, às soluções adotadas por outros agentes nas etapas anteriores da lida com o texto, diretriz preconizada no *Manual de redação e estilo da Companhia das Letras*. Constatou-se que tal orientação é mesmo respeitada, o que reforça a proeminência da preparação em tal processo, uma vez que se

trata do primeiro estágio de trabalho com o original (sobretudo os nacionais), e as decisões aí tomadas devem ser respeitadas nas fases subsequentes.

Perguntados se se orientam pelo *Manual de redação e estilo da Companhia das Letras*, 75% dos entrevistados disseram não o seguir à risca, contra 25% que disseram que sim, seguem-no à risca. Os integrantes do primeiro grupo, entretanto, não se mostraram contrários ao uso do manual, mas especificaram que existem algumas regras que não valem para todos os livros. De todo modo, procuram se pautar por ele o máximo possível. Tal dado já era esperado, pois o manual da empresa, já em sua introdução, deixa claro que a obra não se propõe a responder a todos os problemas e questões específicas de cada livro publicado pela editora. Não se trataria, portanto, de um guia estanque, mas de uma referência para os profissionais a quem ele se destina.

Como resposta à oitava pergunta desta pesquisa, sobre como lidam com questões difíceis de caráter gramatical e casos em que a gramática normativa prescreve um uso que já não é mais tão comum na língua corrente, os sujeitos de pesquisa demonstraram percepções diversas a respeito da gramática normativa, do conceito de norma padrão e do trabalho com o texto:

Depende muito do tipo de livro. Quando é ficção, a gente é muito relativo quanto a regras, realmente muito relativo. [...] Você vai ver que tem coisas que são meio surpreendentes, porque a gente, por exemplo, pode separar o sujeito do verbo com vírgula. [...] Em alguns livros de ficção, a linguagem permite totalmente separar o sujeito do verbo com vírgula. Então, assim, a regra diz que não, mas pelo ritmo do livro, pelo estilo do livro, se cabe, cabe. A gente não fica tão quadrado na regra de que não vai fazer X ou Y. (Sujeito de pesquisa 1)

Olha, a gente não costuma ser muito quadrado com a gramática, não. Principalmente nessas questões de vírgula, mais de estilística, a colocação pronominal também na maioria das vezes a gente usa a próclise. (Sujeito de pesquisa 2)

Eu tento me guiar mais ou menos pelo que predomina no livro, digamos assim. Sabendo que o livro é de um escritor jovem, com muitos diálogos etc., eu vou ter que priorizar essa coloquialidade, como a coloquialidade

que ele prefere, não a que eu prefiro. Então nesse caso, se tem uma regência “errada”, considerada errada, mas tá na boca de um personagem, é um dos casos clássicos, né? [...] Eu não consigo seguir muito a gramática nesses casos, eu prefiro ir pelo que o próprio autor já estabeleceu, pelo que o próprio tradutor já estabeleceu. (Sujeito de pesquisa 3)

Depende do livro, sempre, mas acho que, ah, eu opto pela clareza, pela estética, assim. Quando é uma coisa muito controversa, também, a gente faz a pergunta em voz alta e volta. (Sujeito de pesquisa 4)

Eu acho que eu vejo o selo, primeiro, que a gente já identifica o leitor. Então, por exemplo, se é um livro da Paralela, que é voltado para um leitor jovem, aí a gente vai pra oralidade mesmo. Então, tipo, começar frase com pronome? Suave. (Sujeito de pesquisa 5)

O que a gente tenta fazer pra evitar que cada decisão dessas seja uma decisão de cunho pessoal é que procuramos entender: isso existe na língua? [...] E também depende do livro, sabe? O livro é do Giovani Martins e ele está reproduzindo uma fala de uma comunidade, não dá pra você ficar normalizando porque a fala dessa comunidade é assim. [...] Na verdade, as nossas sugestões são para que o livro encontre melhor o estilo do autor do que o nosso, entendeu? (Sujeito de pesquisa 6)

Não tem regra, em geral; eu estou aberta pro que o livro me fala, o que ele pede de mim. [...] eu não saio nem preocupada com gramática. Eu sei tudo. Se eu vou aplicar, se ela vai me ajudar naquele momento, eu aplico. Mas só porque é o certo? O “assistir ao” é uma coisa que daqui a pouco também vai cair. Você não vê mais. [...] Então é assim, o que dita é o livro, é a obra, o tipo de personagem, também não dá pra aplicar a regra na obra toda. [...] Então é isso. A gramática é pra ajudar, nunca pra tolher a gente, né? Não sofro nem um pouco. E sinto que é por aí mesmo pra Companhia também. (Sujeito de pesquisa 7)

Eu acho que tem que ter uma coerência interna, né? [...] Desde que você use a mesma grafia no livro inteiro, tudo bem. Assim, se tem duas formas ou alguma coisa assim. E acho que isso vai variar de livro pra livro. Não necessariamente eu escolho como que é e eu sempre escrevo desse jeito. Se dentro do livro a pessoa já fez tudo daquele jeito, eu não vou ficar mudando. (Sujeito de pesquisa 8)

Todas as respostas evidenciam que a gramática normativa não se impõe como a baliza principal para as intervenções no texto de um livro.

Diversos outros fatores são levados em conta, como coerência interna, público-alvo (que acaba sendo também a referência indireta dos entrevistados quando comentam sobre “o selo”), clareza, estética e oralidade. As falas também evidenciam uma preocupação muito grande com a forma como a escrita “soa” para os leitores e como aquilo será entendido por eles. Por mais que essa particularidade seja mais pronunciada nos selos comerciais, uma das preparadoras entrevistadas não trabalha apenas com livros comerciais, o que demonstra que essa preocupação em aproximar o registro escrito do fenômeno da oralidade existe, de certa maneira, para todos os públicos.

A fala do sujeito de pesquisa 5, ao comentar seu trabalho diário com o texto, registra duas percepções importantíssimas para esta pesquisa: quando intervém em um original, ele deve considerar, fundamentalmente, o selo no qual o livro será incluído, e, assim, se a obra se destina ao público jovem, convém que as mudanças propostas dialoguem com o registro oral literariamente elaborado pelo autor em obras assim. Isso corrobora tanto o dito por Yamazaki (2009, p. 132), quanto atesta que as intervenções em um texto levam em conta a oralidade, evidenciando a possibilidade de documentação de variações linguísticas mesmo na língua escrita, espaço privilegiado para as normas culta e padrão. De modo mais específico, evidencia-se, também, que a língua escrita, mesmo em uma das mais importantes casas editoriais do país, tem afinidades com a língua falada.

Na sexta pergunta, sobre os critérios que o entrevistado leva em conta para fazer intervenções em um texto, o sujeito de pesquisa 5 comenta:

Olha, às vezes é a sonoridade do texto, sei lá, se repete muito uma palavra ou uma sonoridade, tem muito S, e quando você lê, sibila. Aí a gente vai lá e muda alguma coisa. Ou quando a palavra se repete, e não é uma palavra, assim... às vezes quando a repetição é chave a gente deixa, não sei citar exemplo agora, mas tem repetições que tudo bem, é aquilo e não tem por que ficar mudando e achando sinônimo. Mas por exemplo, os editores usam muito “sua”, então “sua história”, “seu”, “s”, “s”, então a gente muda isso. É a repetição, sonoridade, como isso soa na oralidade, a gente tem bastante isso de ler em voz alta e comparar as diferentes formas. (Sujeito de pesquisa 5)

O sujeito de pesquisa 8 também comenta algo bastante similar ao se referir a como lida com as questões difíceis de gramática, evidenciando mais uma vez a forte presença da oralidade em seu trabalho:

Em geral eu procuro deixar tudo da maneira mais natural possível no texto.

Entrevistador: O que você quer dizer com “natural”, falado?

Então, eu não vou dizer “falado” porque a gente nunca escreve como é falado, né? Mas sim. [“Natural” no sentido de] como a gente usa de verdade, assim. Então quase sempre é próclise, né? No caso da colocação pronominal. (Sujeito de pesquisa 8)

Mesmo se fazendo patente uma diferenciação do estilo da linguagem em cada selo, essa fala evidencia que, em casos como a colocação pronominal (englobada nas questões difíceis de gramática), as prescrições normativas de uso de ênclise posposta à vírgula não são necessariamente seguidas.

Fica claro, pelas entrevistas com as preparadoras, que, embora haja preocupação em verificar se todo o trabalho de padronização foi feito a contento, a formatação do arquivo Word não se impõe como uma exigência. Considera-se que tal ação fora efetuada previamente na editora a fim de deixar os preparadores livres para intervirem de modo ativo no texto sem se preocupar com minúcias relativas à aplicação de padrões. Isso ocorre na chamada etapa de “para prep.”, conforme observado pelos sujeitos de pesquisa 6 e 7:

Mas pra mim o principal é isso, que o preparador não precisa perder tempo com minúcia do tipo, sei lá, ficar organizando os pesos dos intertítulos, por exemplo; ficar arrumando nota... assim, o texto da nota eu quero que ele arrume, mas se tá sobrescrito, entendeu? É um negócio que às vezes é um trabalho braçal que pode ser feito antes. Ele vai partir de um original mais limpo, então acho que ele consegue ver outras coisas, sabe? Que pra mim são mais importantes que ele veja. Eu acho que melhorou muito o fluxo. Foi uma mudança que parece boba assim, mas que melhorou demais. (Sujeito de pesquisa 6)

Convenção, padronização? Eu acho tão mais importante outras coisas no texto do jeito que eu faço o meu trabalho... e ele me puxa tanto pra outro lado, da forma, do conteúdo, que essa parte o revisor pega. (Sujeito de pesquisa 7)

Isso evidencia que a Companhia das Letras, na etapa da preparação, preza ainda mais por um trabalho ativo e abrangente com o texto, pois escala, de antemão, um estagiário para formatar o arquivo e deixá-lo pronto para que o preparador não precise se preocupar com a aplicação dos padrões previstos pela editora. Dessa maneira, almeja-se que o tempo estabelecido para o preparador seja gasto com uma leitura minuciosa e criteriosa do texto, tendo em vista a promoção de mudanças significativas concernentes à textualidade (e não com a normalização dos usos de realces gráficos, abreviaturas, siglas, referências bibliográficas, notas de rodapé, topônimos, antropônimos etc.).

Conclusão

Várias inferências podem ser obtidas ao término do percurso argumentativo aqui desenvolvido. Inicialmente, entende-se que a correção gramatical se faz necessária no processo de edição de livros, tendo em vista seu caráter censório: cabe ao preparador/revisor verificar se a redação do original condiz, de fato, com a variante partilhada pelos leitores a quem a obra se destina. Nesse processo, entretanto, no caso da Companhia das Letras, observa-se que a forma como tais profissionais veem seu próprio fazer tem mudado: em geral, levando em conta as particularidades dos livros com os quais trabalham, passaram a validar variantes menos prestigiadas, diminuindo o peso da inflexível e punitiva norma padrão. A maioria dos preparadores e editores aqui entrevistados se mostraram conhecedores de questões concernentes a mudanças linguísticas em curso e atestam, em seu labor diário, que estão por dentro de discussões sobre a língua (mesmo sem a consciência e a profundidade de um acadêmico), refletindo sobre os pontos levantados no transcurso do presente texto.

Chega-se também à conclusão de que o manual da Companhia das Letras se mostra bastante amplo, mas, ainda assim, não contempla, de fato, todas as possibilidades de intervenção na edição de um livro feito pela empresa. Cada obra deve ser trabalhada à sua maneira, considerando-se suas particularidades, padronizações e estilos, com vistas a se polir o texto e fazê-lo atingir seu objetivo inicialmente programado. Como dito pelo Sujeito de Pesquisa 6, “o que a gente quer que seja nosso padrão é um padrão de qualidade, e não um padrão de que as coisas sejam padronizadas. Que cada livro esteja na sua melhor forma, um não necessariamente tem que estar igual ao outro nas decisões”.

Longe de querer atestar de forma categórica se existe um processo de mudança linguística em curso, documentado por meio do *corpus* limitado deste trabalho, algumas evidências rudimentares, no entanto, sugerem que tal conjectura valeria, em específico, para a colocação pronominal no português brasileiro escrito presente nos livros da Companhia das Letras (prevalência de próclise). Para além disso, os dados aqui recolhidos e analisados abrem a possibilidade de se efetuar num futuro próximo uma pesquisa mais abrangente, que tome como objeto os resultados da preparação de um conjunto de livros do catálogo da editora, e não apenas o processo de preparação em si e os agentes responsáveis por ele.

Por fim, percebeu-se como dificuldade a ser superada que se dispõe de exígua bibliografia sobre o tema pesquisado, o que revela a carência de estudos sobre a práxis textual no âmbito da editoração. De fato, essa área não se constitui como campo de estudo prolífico no Brasil, “e a pesquisa sobre edição de texto tem sido realizada em áreas diversas, com perspectivas, enfoques e experiências distintos” (YAMAZAKI, 2009, p. 67). Conclui-se, portanto, que o ramo da edição de textos precisa de maior atenção por parte da academia, para que, cada vez mais, seja documentada e analisada a forma como preparadores e revisores atuam nesse setor fundamental para a produção de bens culturais.

Referências

ALMEIDA, Agnaldo. A posição-sujeito gramático ocupada por Evanildo Bechara na mídia: tradição e/ou modernidade? **Revista de Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte, v. 25, n. 2, p. 765-790, 2017.

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. **Dicionário de questões vernáculas**. São Paulo: Caminho Suave, 1981.

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. **Gramática metódica da língua portuguesa**. São Paulo: Editora Saraiva, 1999.

ARAÚJO, Emanuel. **A construção do livro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). *NBR 6025: Informação e documentação: Revisão de originais e provas*. Rio de Janeiro, 2002.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Editora Lucerna, 2009.

CHARTIER, Roger. **Inscrever e apagar: cultura escrita e literatura, séculos XI-XVIII**. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

ECO, Umberto. **Lector in Fabula: a cooperação interpretativa nos textos narrativos**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

GILMONT, Jean-François. “Reformas protestantes e leitura”. In: CAVALLLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger. **História da leitura no mundo ocidental**. São Paulo: Ática, vol. 2, 2002.

GRAFTON, Anthony. **La cultura de la corrección de textos en el Renacimiento europeo**. Buenos Aires: Ampersand, 2014.

HORELLOU-LAFARGE, Chantal; SEGRÉ, Monique. **Sociologia da leitura**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2010.

HOUAISS, Antônio. **Elementos de bibliologia**. São Paulo: Hucitec; Instituto Nacional do Livro; Fundação Nacional Pró-Memória, 1983.

HOUAISS, Antônio. Preparação de originais. In: MAGALHÃES, Aluísio; HOUAISS, Antônio; SILVA, Benedicto et al. **Editoração hoje**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1981, p. 49-73.

LABOV, William. **Padrões sociolinguísticos**. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARTINS FILHO, Plínio. **Manual de editoração e estilo**. São Paulo: Edusp; Campinas: Editora Unicamp; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

MOLLICA, Maria Cecília. Fundamentação teórica: conceituação e delimitação. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza. **Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação**. São Paulo: Contexto, 2015, p. 9-14.

NEVES, Maria Helena de Moura. O que se há de entender por gramática: a voz de Bechara e seu tributo a outras vozes. **Confluência**, Rio de Janeiro, n. 55, 2018, p. 17-40.

PINTO, Ildete Oliveira. **O livro: manual de preparação e revisão**. São Paulo: Ática, 1993.

SAATKAMP, Henry. **O livro: preparação e revisão de originais**. Porto Alegre: Editora AGE, 1996.

SENADO FEDERAL. **Acordo ortográfico da língua portuguesa: atos internacionais e normas correlatas**. 2. ed. Brasília: Coordenação de Edições Técnicas, 2014.

VIANA, Huendel (Org.). **Manual de redação e estilo da Companhia das Letras**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

VIOTTI, Evani. Mudança linguística. In: FIORIN, José Luiz (Org.). **Linguística? Que é isso?** São Paulo: Contexto, 2018, p. 137-179.

WLASEK FILHO, Francisco. **Técnica de preparação de originais e revisão de provas tipográficas**. Rio de Janeiro: Livraria Agir, 1966.

YAMAZAKI, Cristina. **Edição de texto na produção editorial de livros: distinções e definições**. 2009. 231 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 2009.

“O que é Ser Jovem até o Fim”: uma análise discursiva

“What it means to be young to the end”: a discursive analysis

Silvane Aparecida de Freitas*
Hellen Ferreira da Silva Alves dos Santos**

RESUMO

Tivemos como objetivo, neste artigo, analisar uma reportagem da Revista *Veja*, que investiga a questão da velhice. Para isso, utilizamo-nos dos pressupostos teóricos da Análise do Discurso de orientação francesa (AD), com o fito de analisar os possíveis sentidos presentes nos discursos que a imprensa veicula sobre a velhice na sociedade contemporânea. Assim, pudemos verificar que há uma representação de que só é velho quem quer. Na reportagem analisada, ao mesmo tempo em que se procura promover o idoso ideal, que se dispõe a ter uma vida ativa, acaba, também, por divulgar um sujeito marginalizado, inativo, ocioso, sem vez e voz.

Palavras-chave: Discurso; Idoso; Jovem; Mídia; Ideologia.

ABSTRACT

Our goal in this paper is to analyze a report in *Veja* magazine that deals with the topic of old age. To do this, we use the theoretical assumptions of discourse analysis

Recebido em 16 de junho de 2022.

Aceito em 11 de novembro de 2022.

DOI: <https://doi.org/10.18364/rc.2023n64.1317>

*Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Silvaneafreitas@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-0619-1499>

**Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, j_xmem@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-1845-302X>

of French orientation (AD), with the aim of analyzing the possible meanings of the discourse that the media conveys about aging in contemporary society. Thus, we found that there is a representation that old is simply everyone. Analyzed in the report, while promoting the ideal elderly who are willing to have an active life; also ends up being a marginalized topic, idle, idle, time and voice to reveal.

Keywords: Discourse; Elderly; Young; Media; Ideology.

“Todos desejam chegar à velhice; e quando chegam a ela, acusam-na”.
(CÍCERO - 106-43 a.C.).

Introdução

Essa temática fez parte de um Projeto de Pesquisa maior com apoio do CNPq, “Imagens dos idosos em discursos midiáticos”, o qual teve como objetivo analisar o discurso veiculado na mídia sobre a pessoa idosa, com o fito de compreender que representações fazem do idoso, que imagens têm sido veiculadas sobre a velhice na sociedade contemporânea.

Nessa perspectiva, neste artigo, analisamos uma reportagem da Revista *Veja*, edição 2221, ano 44, nº 24, cujo título “*O que é ser jovem até o fim*” explora a questão do idoso. Para isso, utilizamo-nos dos pressupostos teóricos da Análise do Discurso de orientação francesa (AD), com o fito de problematizar como é veiculada a ideia do envelhecimento, analisar os possíveis sentidos presentes nos discursos que a imprensa veicula sobre a velhice na sociedade contemporânea.

1. Abordagem discursiva e a ideologia nos textos midiáticos

As mídias, na visão de Gregolin (2003) desempenham um papel de mediadoras entre os leitores e a realidade, ou melhor dizendo, elas permitem ao leitor produzir formas simbólicas de representação de si com a realidade,

pois não dá para as mídias reproduzirem a realidade, mas sim construírem imagens simbólicas (efeitos de sentido) no imaginário social.

Além disso, a mídia, na era da informação ininterrupta e em tempo real, utiliza de estratégias disciplinares e vigilâncias sofisticadas que exigem reordenamentos discursivos, que a própria resistência passa a ser uma mercadoria a ser negociada, (re)produzida e transformada em discurso, de modo que neutraliza a subversão, destrói os contra-discursos (GREGOLIN, 2003, p.108).

Segundo Charaudeau (2006, p.19), “as mídias não transmitem o que ocorre na realidade social, elas impõem o que constroem do espaço público”, pois “no discurso informativo, o *status* da verdade é da ordem do que já foi: algo que aconteceu no mundo, é esse novo conhecimento proposto no instante de sua transmissão-consumação que vai dar credibilidade aos fatos transmitidos” (CHARAUDEAU, 2009, p. 61).

Em outras palavras, a mídia é responsável por reconstruir os fatos de acordo com seus próprios critérios, porque ela não tem espaço para inserir tudo o que acontece ao seu redor. Assim, cabe a ela selecionar os fatos e dar o devido tratamento ao conteúdo que será publicado (no caso da mídia escrita) ou que irá ao ar (no caso da mídia televisiva/radialista).

Nessa perspectiva, o discurso jornalístico/discurso informativo tem por finalidade despertar o interesse das pessoas, sensibilizando-as afetivamente, ou seja, tentando apresentar os fatos de forma objetiva. A mídia usa o seu “saber” como “verdade absoluta” para informar o público, que só terá acesso à informação por meio desta. Ela se utiliza de sua fonte de poder, ao tentar firmar o seu compromisso de retratar a realidade e levá-la ao conhecimento do público, tal como assevera Charaudeau (2006, p.63):

O discurso informativo não tem uma relação estreita somente com o imaginário do saber, mas igualmente com o imaginário do poder, quanto mais não seja, pela autoridade que o saber lhe confere. Informar é possuir um saber que o outro ignora (“saber”), ter a aptidão que permite transmiti-lo a esse outro (“poder dizer”), ser legitimado nessa atividade

de transmissão (“poder de dizer”). Além disso, basta que se saiba que alguém ou uma instância qualquer tenha a posse de um saber para que se crie um dever de saber que nos torna dependentes dessa fonte de informação. Toda instância de informação, quer queira, quer não, exerce um poder de fato sobre o outro. Considerando a escala coletiva das mídias, isso nos leva a dizer que as mídias constituem uma instância que detém uma parte do poder social.

Se a mídia exerce poder, esse poder se dá por meio do discurso, que é, segundo Foucault “ao mesmo tempo soberano e prisioneiro. Aquilo ao qual o homem cede, que o conduz em sua superfície translúcida, que age e pensa por ele, que dita os enunciados necessários e autoriza os enunciados possíveis” (FOUCAULT, 1996, p.13).

A ideologia é uma tomada de posição social do sujeito, num determinado contexto sócio-histórico. Assim sendo, o discurso não é uma simples transmissão de mensagem, ou de informação de um sujeito a outrem, não há neutralidade de informação, pois o sujeito é historicamente constituído na e pela linguagem, portanto, podemos afirmar que “[...] o discurso é o lugar em que se pode observar a relação entre língua e ideologia, compreendendo-se como a língua produz sentidos por/para os sujeitos”. (ORLANDI, 2009, p.17).

Como todo discurso é carregado de ideologias, assim o texto midiático não deixará de ser, é apenas mais um gênero discursivo dentre outros. De acordo com Bakhtin (1992), o texto é o conjunto interpretações da realidade social, retrata e refrata a realidade social. Nesse sentido, temos um sujeito heterogêneo, atravessado pela ideologia e pelo inconsciente. Isso acarreta um sujeito descentrado que não é fonte dos processos discursivos. Tudo que dizemos é um “já-dito”, mas nem tudo que se pensa pode ser dito, pois o discurso é controlado socialmente, não podemos dizer tudo o que queremos em qualquer lugar. Nosso discurso é sempre é perpassado por diversos outros, pois

[...] todo discurso se mostra constitutivamente atravessado pelos ‘outros discursos’ e pelo ‘discurso Outro’. O *outro* não é um objeto (exterior,

do qual se fala), mas uma *condição* (constitutiva, *para* que se fale) do discurso de um sujeito falante que não é fonte-primeira desse discurso. (AUTHIER-REVUZ, 2004, p.69).

Entendemos que a linguagem é sempre marcada por sua incompletude, o sujeito se constitui na e pela linguagem, nem sujeitos, nem sentidos são completos ou definitivos, eles se constituem histórica e socialmente pela memória discursiva. Assim, o discurso remete aos aspectos exteriores à língua, aos “aspectos sócio-históricos impregnados nas palavras quando elas são pronunciadas” (FREITAS, 2010, p. 152), pois na perspectiva discursiva, não podemos analisar as marcas linguísticas por si só, é preciso relacionar com o extralinguístico, ou seja, com o sócio-histórico-ideológico, já que seu modo de existência está diretamente relacionado às propriedades do discurso, que é o objeto de análise.

Para Foucault (2008), os enunciados existem isoladamente, não existe “enunciado em geral, enunciado livre, neutro ou independente; mas, sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando um papel no meio dos outros, apoiando-se neles e se distinguindo deles” (p.124), ele se integra sempre em um jogo enunciativo.

Para Bakhtin (1992), o discurso se constitui pelo fenômeno social da interação verbal, o outro constitui o discurso do eu. Assim,

[...] a palavra será sempre o indicador mais sensível de todas as transformações sociais, mesmo daquelas que despontam que ainda não tomaram forma, que ainda não abriram caminho para sistemas ideológicos estruturados e bem formados [...] A palavra é capaz de registrar as fases transitórias mais íntimas, mais efêmeras das mudanças sociais (1992, p. 41).

Nesse sentido, podemos afirmar que a palavra nos constitui como sujeito, que são as nossas identificações, isso porque “ao produzir o seu discurso, o sujeito se posiciona social e historicamente, assume uma formação ideológica que direciona seu discurso para que não ocorram conflitos e contradições a outro interlocutor” (FREITAS 2010, p. 155).

Os efeitos de sentido que circulam nos discursos produzidos em uma sociedade, produzem ideias e valores que são cristalizados na consciência social, conforme as representações de uma certa época. Bakhtin (2003) argumenta que o sujeito, ao produzir seu discurso, se apossa e se posiciona ante outros discursos ou gêneros socialmente estabelecidos, cujas relações entre eles são permeadas pelo diálogo. Para esse autor, todo discurso está impregnado de vozes outras, já que o discurso é produzido num dado momento social, situado na história e num espaço demarcado. Essas vozes são trazidas pelo sujeito produtor, resgatados pela ideologia que “afeta” a imagem/representação que o sujeito falante faz de si durante a enunciação.

Portanto, dependendo do lugar social que o sujeito ocupa, da época, da imagem que ele faz de seu interlocutor, será a interação estabelecida entre ambos, o jogo de imagem que se estabelece no momento da interação verbal é fundamental na produção de sentidos. Essas imagens também incluem o referente (o “contexto”, a “situação” na qual aparece o discurso), uma vez que se trata de um “objeto imaginário” e não da realidade física (CARDOSO, 1999).

Considera-se que a noção de representação é como uma operação por meio da qual “o sujeito se apropria do objeto, de algo que lhe é heterogêneo e, convertendo-o em ideia, torna-o homogêneo à consciência”. Do Ser (ímanente) do filósofo grego, passa-se para a consciência, a certeza primeira, fonte das demais. Essa noção recusa a ideia de contradição, de efeitos de sentidos.

No entanto, para Brandão (2004), o sujeito é não é uno, é descentrado, pois ao interagir com os discursos veiculados socialmente, ele perde sua centralidade, o discurso passa a ser de vários outros que o constitui. Assim, podemos afirmar que o sujeito se constitui na e pela linguagem/discurso e também deixa nela as marcas do processo sócio-histórico-ideológico:

O discurso é ponto de articulação dos processos ideológicos e dos fenômenos linguísticos. E a linguagem como interação é um modo de produção social, que não é neutra nem natural, sendo o local privilegiado da manifestação da ideologia, isto é, das formações ideológicas que estão diretamente ligadas aos sujeitos (GUERRA, 2008, p.56).

No entanto, não podemos nos esquecer de que o sujeito tem a ilusão de completude, de origem do saber, de unicidade, é por meio dessa ilusão que o sujeito continua produzindo o seu discurso como fonte de verdade. Para analisar o discurso, precisa-se interrogar a realidade apresentada, desconstruir a ideia pré-estabelecida do que seja verdade, refletir sobre os discursos verdadeiros disseminados pela mídia.

Temos buscado lançar um olhar amplo e detalhado para os textos midiáticos, uma vez que a “articulação entre os estudos da mídia e os de análise do discurso enriquece dois campos que são absolutamente complementares, pois ambos têm como objeto as produções sociais de sentidos” (GREGOLIN, 2007, p.13). Além do mais, sabemos que a mídia tenta divulgar um discurso considerado verdadeiro que influencia de forma direta no imaginário social dos leitores sobre o conceito do envelhecimento.

Por compreendermos que é importante desconstruir as representações simbólicas do que é transmitido pela mídia sobre o idoso, propusemo-nos, neste artigo, a uma análise das representações que a mídia veicula sobre o idoso via textos midiáticos/informativos, os textos considerados objetivos, que divulgam verdades absolutas. Circulados para não serem questionados, mas para serem seguidos, e, assim, muito influenciam na forma de pensar da sociedade, transformando a maioria em seres homogêneos, que tivessem uma única forma de pensar.

Entretanto, assim como Brandão (1998), entendemos a interpretação como produção de sentidos, ou seja, busca-se um dos sentidos possíveis da leitura de um texto, bem como reconstruir seus processos históricos discursivos de formação a partir de um lugar determinado, isto é, de uma dada perspectiva teórica, sobre um objeto do conhecimento: o discurso sobre a velhice.

2. Algumas considerações sobre velhice e mídia

O curso da vida ganha novas significações na contemporaneidade, nesse ínterim, a velhice é (re)significada, principalmente com o advento da

“terceira idade”, que promove mudanças significativas na maneira de se viver a velhice. O movimento da terceira idade visou, sobretudo, a combater os estereótipos de decadência, inatividade, que durante muito tempo foram imputados aos mais velhos, proporcionando a eles a chance de uma vida melhor mesmo depois dos 60 anos, como fica evidente no slogan “a vida começa aos 60”, muito utilizada na ilustração desse novo modo de ser/estar no mundo para os mais velhos. A terceira idade, na perspectiva de alguns autores como Debert (1999), Motta (2012), Sibilia (2012), Barros (2011), figura-se como um paradoxo, visto que, ao mesmo tempo em que proporciona formas inovadoras de se viver a velhice, nega-a, pois “é preciso envelhecer sem se comportar como velho” (DEBERT, 1999, p. 121), isso porque as bases ideológicas da terceira idade assentam-se na ideia de atividade e de responsabilidade pessoal.

Assim, todos aqueles que por um motivo ou outro não aderem a este novo estilo de envelhecer, são esquecidos, e/ou culpabilizados. Para Debert (1999), esse processo de redefinição dos símbolos da velhice se coaduna com as políticas neoliberais, que valorizam sentimentos como liberdade, independência e capacidade de agir por responsabilidade própria, ou seja, políticas pautadas na individuação dos sujeitos – o indivíduo, na perspectiva neoliberal, é concebido como autônomo e responsável por suas ações, nesse caso, por seu envelhecimento.

Essa nova visão da velhice, na perspectiva de Debert (1999), tem instado muitos indivíduos a suporem que boa aparência é igual a bem-estar, que viverão mais, aqueles que conservarem seus corpos com dietas, exercícios e outros cuidados. A autora, ainda, acrescenta que disciplina e hedonismo tem se traduzido na essência da velhice.

Segundo Pinheiro (2005), “as primeiras abordagens científicas sobre a velhice começam a surgir no século XVI, cientistas como Bacon e Descartes já se preocupavam em analisar aspectos referentes ao envelhecimento”. De lá para cá, surgiram diversas formas de representações sobre o tema, permitindo que diversos estereótipos sobre o idoso fossem criados no imaginário social.

No texto “O que é velhice”, Mascaro (2004, p.45) defende o princípio de que

[...] o processo de envelhecimento é a fase da velhice que faz parte de nossas experiências de ser vivo [...] os idosos são “personagens” reais e também fictícios em nossa vida pessoal, afetiva e intelectual, pois cada um deles veicula uma imagem pessoal e particular do que seja envelhecer.

Para essa autora, “o processo de envelhecimento humano precisa ser considerado num contexto amplo, no qual circunstâncias de natureza biológica, psicológica, social, econômica, histórica, ambiental e cultural estão relacionadas entre si”. (2004, p. 50). Em algumas pesquisas sobre o processo de envelhecimento e as fases da velhice, podemos deparar com muitas circunstâncias que nos tecerão informações relevantes acerca desse assunto e da forma que construímos as imagens dessas figuras, sendo elas reais ou não.

Novaes (1997, p. 91) argumenta que “[...] atualmente, a mídia brasileira [...] desencadeou verdadeira campanha a favor da população idosa, chamando atenção para suas dificuldades e problemas sociais, econômicos e psicológicos, além de suas potencialidades e necessidades”. No entanto, temos de nos atentar às representações veiculadas, refletir sobre os efeitos de sentidos que perpassam essas mensagens.

Diante da diversidade de imagens veiculadas sobre a velhice, pode-se perceber que existem diversas maneiras de vivenciar o envelhecimento. Assim, poderemos melhor compreender os valores que propagam, entender como a mídia refrata e reflete o idoso de nossa sociedade e até que ponto essas ideias contribuem para a cristalização de muitos estereótipos a seu respeito.

De acordo com Orlandi (1999), o discurso é visto como constituidor dos sujeitos e da realidade. Ou seja, ele expressa um conjunto de vozes integrantes da realidade social e histórica. Mas a que realidade nos referimos? As possíveis realidades? Verdades? Ou representações simbólicas? Muitas informações emitidas por textos midiáticos contribuem para essa realidade. Vejamos o que diz Silveira em sua tese:

A mídia possui um papel central na legitimação de discursos, ao veicular representações de idosos exercendo a função de ponto de referência, ou seja, a constituição de um imaginário a respeito da velhice é resultante de uma atribuição de sentidos feita às suas imagens veiculadas socialmente. Assim, podemos afirmar que não há construção de sentidos alheia ao discurso. O discurso midiático funciona retirando partes da história, encenando-as e introduzindo-as ao discurso pré-construído, estabelecendo uma coerência e instituindo uma realidade a respeito da velhice a partir desta construção, tornando-se, assim, um discurso fundador do espaço social e construtor de imagem(ns) da velhice. (2010, p. 62-63).

A velhice é vista/transmitida pela mídia de forma negativa, muitas vezes, mascarando questões sobre ser “velho”, ter idade avançada, ou ser “idoso”. Sobre isso Bueno & Oliveira Filha ressaltam:

Por que a fase da velhice é vista como algo tão ruim? A resposta é evidente: a sociedade, a mídia principalmente, enfatiza a cada dia que envelhecer não é uma coisa boa. O fato de ter mais idade e ser idoso é reforçado pelos meios de comunicação como uma coisa que já não serve ou não é capaz. Esta, possivelmente, é a resposta para que tantas pessoas façam o que for preciso para não se tornar idoso e principalmente ter a aparência de “velho”. (2013, p.14).

A velhice é apresentada à sociedade por meio de estereótipos que mascaram a realidade. Em alguns momentos os idosos são descritos como bondosos, de calor humano, cheios de sabedoria, mas em outros discursos são representados como incompetentes, inativos, parecendo ser sempre uma sub-representação do mesmo sujeito, provocando, por vezes, a autodepreciação do idoso. Como ressalta os dizeres a seguir:

As imagens do idoso na mídia são, assim, ativas na criação de novas hierarquias sociais, na medida em que a velhice e o envelhecimento passam a ser uma espécie de doença auto-infligida [...]. Essas novas imagens da velhice, numa realidade inescapável a que estamos todos condenados,[...] que permitem uma escolha verdadeiramente livre é, numa sociedade altamente hierarquizada como a brasileira, uma receita

para uma vida sem dignidade, repleta de humilhação e autodepreciação (DEBERT, 2002, s/n).

A mídia constrói diversas representações sobre o idoso, muitas delas presentes nos discursos ditos informativos, nos não ditos que nos remetem aos já ditos, construções históricas/sociais/culturais de um tempo/momento/ espaço. Essas representações estão em movimento constante, que relacionam sujeitos, ora individuais/ora coletivos, construindo as chamadas vozes sociais, no dizer bakhtiniano. Assim, essas informações são disseminadas/propagadas à sociedade, utilizando-se de diversos veículos, entre eles o discurso midiático, que tem contribuído para a veiculação de ecos das vozes sociais, sobretudo, daqueles que são considerados verdadeiros, como os informativos.

3. A velhice no discurso da Revista *Veja*

Dentre as revista de grande alcance nacional, a *Veja* foi uma das selecionadas como nosso **objeto** de estudo para esta análise, devido ao fato de ela se configurar como uma das revistas de grande influência no cenário brasileiro, está dentre as revistas mais vendidas em nosso país, determinando, assim, os valores e crenças de grande parcela da população brasileira (SCALZO, 2003).

Antes de partirmos para as análises, buscamos a definição de enunciado que adotaremos nesta pesquisa. Segundo Foucault (2008), o enunciado se distingue de frase, proposição, ato de fala, porque está no plano do discurso, não está submetido a uma estrutura linguística canônica, não se trata do ato material; trata-se da operação efetuada, de se levar em conta o processo de enunciação, ou seja, as condições de produção do discurso.

Traremos, para nossa análise, pequenos **recortes** “[...] seleção de fragmentos/partes que o analista seleciona do *corpus*, que deverá recortar desse material amplo” (FERNANDES, 2008, p. 65), com o fito de analisar as unidades selecionadas levando em conta não só o linguístico, mas também o

extralinguístico para melhor compreensão do discurso, dos ditos e não ditos presentes na reportagem sob análise.

Para este artigo, foi escolhida a reportagem da Revista *Veja*, edição 2121, cujo título é formado pelo seguinte **enunciado**: “*O que é ser jovem até o fim*” de Betty Milan, conforme figura 1, Anexo I.

Na reportagem, a autora relata a experiência que vivenciou com um amigo de infância. Logo a princípio, a colunista inicia o artigo com uma pergunta bem pertinente, tendo que se remeter ao dicionário de língua portuguesa na tentativa de respondê-la: “O que significa envelhecer?” Ela mesma responde: “[...] No primeiro sentido do dicionário, envelhecer é tornar-se velho. [...] No segundo sentido, envelhecer é tomar aspecto de velho” (MILAN, 2011, p.137).

Ambos os conceitos atribuídos ao ato de envelhecer: “tornar-se velho” e “tomar aspecto de velho”, remetem-nos a algo descartável, sem valor, pois numa sociedade capitalista como a nossa, tudo que é velho é substituído, descartado. É exatamente assim que os idosos são considerados. Numa contraleitura do título, já é dito que eles “não são jovens até o fim”, não são considerados seres humanos significativos e de relevância em nossa sociedade.

Na verdade, podemos observar que a autora da reportagem utiliza uma citação indireta para falar do idoso, ela mesma faz pequenos recortes e anexos (utilização do dicionário) para a compreensão do conceito “Velhice”. A autora utiliza-se da presença de diferentes **vozes integrantes**/presentes na voz do sujeito, ou seja, muitas vozes sociais ecoam nesse dizer, pois o nosso dizer é sempre dialógico.

Para não se comprometer, ela busca o discurso de *outrem*, a voz do outro ressoa em sua voz, é uma voz de autoridade que define o que é velhice, o autor de um dicionário. Com isso, podemos observar a presença de um discurso **informativo**/indutivo, verdadeiro, na tentativa de persuadir o leitor. O discurso veicula a imagem do envelhecimento como um processo degradante para aquele que não consegue “ser jovem até o fim”. Se a colunista recorre ao dicionário, conclui-se que, por meio de um argumento de

autoridade, ela quer levar o leitor a acreditar nesse discurso como verdadeiro. Nos dizeres de Gregolin (2007, p. 24), “[...] a verdade [...] o que é senão uma construção discursivamente moldada [...]”. Então todo discurso é moldado de acordo com vários fatores, um deles é a sociedade, historicamente construída e reconstruída de tempos em tempos.

A busca pela definição precisa dessa fase da vida do ser humano traz angústias para muitos. Na reportagem, a autora demonstra estar insatisfeita devido a outros sentidos possíveis do termo “envelhecer”, e por isso ressalta: “[...] não encontro uma resposta satisfatória. No caso dos seres humanos, não se pode dizer que envelhecer é perder o viço, o homem não é um fruto. Tampouco se pode dizer que é estar em desuso. O homem não é um objeto” (MILAN, 2011, p.137).

Nesse recorte, não podemos afirmar que o sujeito discursivo encontre uma resposta satisfatória/plena para seu questionamento, ele apenas problematiza a questão do que é ser idoso. Ele se diz insatisfeito, mas traz à tona um conceito dicionarizado, cristalizado em nosso imaginário para que todos o rememorem, e assim ele dá vida a esse conceito. O conceito dicionarizado é discurso autorizado, é ele que prevalece no imaginário das pessoas. Na mente da maioria da sociedade esse discurso já está cristalizado.

Fernandes (2008) ressalta que juntamente com a noção do discurso encontra-se a noção de sentido compreendido como um efeito de sentidos entre sujeitos em interlocução (sujeitos se manifestando por meio do uso da linguagem). Como todo discurso é tenso e contraditório, a autora deixa entrever as vozes contraditórias que há dentro de si. Ela mesma, querendo demonstrar-se indignada, insatisfeita com a definição, revifca o ato de envelhecer como “tornar-se velho”, da mesma forma que atribuímos o envelhecimento a um objeto.

O sujeito do discurso não tem noção de que o sentido compreendido foge ao dito, visto que cada indivíduo pode compreender o discurso de forma distinta, “[...] o sujeito tem a ilusão de ser o centro de seu dizer, pensa exercer o controle dos sentidos do que fala, mas desconhece que a exterioridade está

no interior do sujeito, em seu discurso está o ‘outro’, compreendido como exterioridade social”. (FERNANDES, 2008, p. 30).

Ao enunciar, vamos nos expressar num determinado gênero discursivo, mas meu enunciado, meu discurso, meu texto, será sempre uma resposta aos que vieram antes, suscitando respostas futuras. Assim, ao procedermos à leitura dessa reportagem, logo em suas primeiras linhas, deparamo-nos com o aspecto formal, é um texto informativo, do gênero reportagem e como qualquer texto desse gênero discursivo e de outros vende uma ideia, um ponto de vista.

No entanto, para interpretá-lo, precisamos levar em conta o “sujeito falando, que se refere a um sujeito inserido em uma conjuntura sócio-histórica-ideológica, cuja voz é construída de um conjunto de vozes sociais” (FERNANDES, 2008, p. 25-26). O sujeito falando expõe sua voz, mas na verdade é um pensamento construído por toda sociedade; nesse caso, o não dito nos remete à ideia das diversas vozes presentes nesse discurso, os diversos outros que o constitui.

Observemos isso no recorte: “[...] O Francisco acreditou que, a partir dos 60 anos, já não podia iniciar nada e, [...] morreu precocemente por não ter sido capaz de entender que, depois de deixar de ser natural, a juventude é uma conquista” (MILAN, 2011. p. 137). Nesse fragmento, fala-se de um sujeito chamado Francisco. Foi preciso que outro sujeito falasse dele e por ele.

O sujeito discursivo do artigo transmite as informações, vistas de forma externa; a autora fala em nome de Francisco por meio do discurso indireto, portanto, não é a voz de Francisco que temos nesse discurso, mas outras vozes sociais existentes, pois muitas pessoas também pensam dessa forma e também agem assim; não seria, portanto, apenas o “Francisco” que não valoriza ou compreende os processos de envelhecimento saudável. Muitos outros sujeitos estão envolvidos nesse discurso, muitos outros “Franciscos” não conseguem ser “jovens até o fim”. Ou seja, o discurso se construiu a partir da formação de um discurso que resulta da combinação de diferentes Outros. Com isso, a autora dessa reportagem pode também induzir/ inculcar

muitos a pensarem como ela, ou como o personagem criado, denominado Francisco.

A forma com que esse discurso é construído tenta nos mostrar a indignação da autora para com o idoso que se entrega ao ócio ou solidão da velhice; observamos isso pelos aspectos **não verbais**, tais como a figura 1, em que temos um idoso trabalhando com instrumentos, temos a cabeça de um homem aberta, o que nos remete à ideia de um idoso com muita disposição e em processo de ativa construção neural; é como se se quisesse mostrar ao mundo que o idoso pode (re)construir algo e “ser jovem até o fim”.

A própria psicanalista faz análise da figura, relacionando-a à foto de Jacques Lacan; ela observa a imagem e remete-nos aos cabelos brancos, característica da pessoa idosa “[...] observo os seus cabelos brancos, só que ele não se mostra envelhecido pelas suas cãs. A intensidade do seu olhar evidencia a juventude do homem” (MILAN, 2011, p.137). Para ela, Lacan acreditava que o trabalho poderia renovar e revigorar o homem, dando-lhe dignidade, pois ele sempre recomeçava, era um exemplo, disse a psicanalista. No entanto, ela demonstra, por meio desse artigo que, muitas vezes, ideias novas demandam grande esforço e, por esse motivo, muitas pessoas idosas se limitam aos hábitos rotineiros, à ociosidade da velhice, como foi o caso de Francisco que não trabalha e “não é jovem até o fim”. Isso nada mais é que um mascaramento da realidade social do idoso.

Diferente do primeiro sujeito, o Francisco; este último sujeito, o “Lacan” descrito pela autora, é um idoso ativo e vivo, exemplo a ser seguido. Sem perceber, a autora faz uma comparação, e logo se esquece de que cada indivíduo é único, cada um tem sua história, história que a sociedade lhe proporcionou, na maioria das vezes, sem condições de sobrevivência digna, trabalho, plano de saúde, tudo que levaria qualquer ser humano a ter um envelhecimento mais digno.

Nesse fragmento/trecho, a autora da reportagem cita:

[...] Francisco acreditou que, a partir dos 60 anos, já não podia iniciar nada e, por esse motivo, não parou de se repetir. Não quis, inclusive,

abrir mão de nenhum hábito da juventude. Continuava a comer, beber e fumar como aos 18. Lamentava o tempo que passava, porém não aceitava o fato traduzido nas mudanças do corpo e, assim, recusava-se a encontrar soluções para a sua própria vida. [...] Morreu precocemente por não ter sido capaz de deixar de ser natural, a juventude é uma conquista. (MILAN, 2011, p. 137).

Analisando esse fragmento, notamos que há uma indução do modo de ser e agir do idoso, que leva muitos a produzirem representações estereotipadas: “[...] As representações, ao construírem uma organização do real por meio de imagens mentais transpostas em discurso. [...] fabricam um discurso de

justificativa dessas trocas, produzindo um sistema de valores que se erige em norma de referência [...]”. (CHAURAUDEAU, 2006, p. 63).

Pudemos observar que muitos valores e conceitos são veiculados por essa reportagem; o sujeito discursivo transmite algumas mazelas que estão presentes no cotidiano na vida dos idosos. Ressalta muitas das atitudes negativas de Francisco como se fosse de todos, persuadindo, assim, para que muitos ajam da mesma forma “Continuava a comer, beber e fumar como aos 18”. Se é para “ser jovem até o fim”, não se pode comer como um jovem? É para ser jovem só de mente, mas a colunista não expressa isso em sua reportagem.

Temos que Francisco “[...] Lamentava o tempo que passava, porém não aceitava o fato traduzido nas mudanças do corpo e, assim, recusava-se a encontrar soluções para a sua própria vida.” É ressaltado muitos dos desafios a que os idosos estão sujeitos, como as mudanças no corpo e outras, mas depois faz questão de afirmar que “a juventude é uma conquista”, como se com esforço, Francisco conseguiria o mérito de ser jovem. Portanto, ela se posiciona; para essa reportagem, só é velho quem quiser, só é velho quem não conseguiu conquistar a juventude, pois quem tem coragem e determinação tem o mérito de ser como Lacan e não como Francisco, quem é pró-ativo será “jovem até o fim”.

Algumas considerações

Com base na análise dessa reportagem, que é apenas uma leitura dentre várias outras, pudemos compreender que os discursos voltados para a questão dos idosos veiculados pela mídia, muitas vezes, criam representações sobre a velhice que nem sempre conferem com a realidade; há um mascaramento da realidade, como se fosse fácil não sucumbir mediante os problemas que a vida proporciona ao idoso. Há uma representação de que só é velho quem quer. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que procura promover o idoso ideal, aquele que se dispõe a ter uma vida ativa, acaba, também, por divulgar um sujeito marginalizado, inativo, ocioso, sem vez e voz, já que todo discurso é tenso e conflituoso.

O artigo analisado veicula um imaginário negativo sobre a velhice; é a juventude que é ressaltada: “a juventude é uma conquista”. Gregolin (2007, p. 19) ressalta que “[...] na sociedade contemporânea, a mídia realiza a imensa tarefa de fazer circular as representações [...]”. Para a referida autora: “[...] o trabalho discursivo de produção de identidades desenvolvido pela mídia cumpre funções sociais básicas tradicionalmente desempenhadas pelos *mitos* – a reprodução de imagens culturais, a generalização e a integração social dos indivíduos” (GREGOLIN, 2007, p.17).

A imagem do idoso que é transmitida na reportagem sob análise gera efeitos de sentidos “verdadeiros”. Por esse motivo, é necessário um olhar mais amplo, refletir sobre os não ditos dos enunciados, compreender as condições de produção dos discursos, levar em consideração as diversas vozes sociais contidas num discurso, pois os discursos veiculados pela mídia devem ser questionados, ressignificados, podendo ser desconstruídos e reconstruídos de acordo com cada leitor, em cada momento/tempo/ espaço. Nesse sentido, entendemos que é importante relativizar algumas certezas e abalarmos/refletimos ou (des)construirmos muitas verdades.

A mídia possui, de fato, um papel fundamental na interação dos indivíduos na sociedade, é um veículo/propagador de informações, responsável

por propagar as mais variadas notícias; no entanto, precisamos estar atentos à legitimação do que está sendo transmitido por ela. Observamos as vozes sociais presentes nesse contexto para não nos tornarmos submissos aos já ditos e ficarmos atentos aos silêncios que podem conter muitas significações.

Referências

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Palavras incertas**: as não coincidências do dizer. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2004.

BAKHTIN, Michel. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: HUCITEC, 1992.

BAKHTIN, Michel. **Estética da Criação Verbal**. Trad. Aurora Fornoni Bernadini et al. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BARROS, Mirian Moraes Lins de. A velhice na pesquisa socioantropológica brasileira. In: GOLDENBERG, Mirian (org.). **Corpo, envelhecimento e felicidade**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2011, pp. 45-64.

BERQUO, Elza. Considerações sobre o envelhecimento da população no Brasil. In. NERI, Ana; DEBERT, Guita (Org.). **Velhice e Sociedade**. Campinas: Papyrus, 1999.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Subjetividade, argumentação, polifonia**. A propaganda da Petrobrás. 1ª ed. São Paulo: Fundação editora da UNESP, 1998.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. 2ª ed. Campinas, São Paulo: editora da Unicamp, 2004.

BUENO, Micheli S.; OLIVEIRA FILHA, Elza A. **Revista Veja e a terceira idade**. Univers. Positivo:Curitiba, PR. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-1027-1.pdf>. Acesso em: 26 de julho de 2013.

CARDOSO, Sílvia Helena Barbi. **Discurso e ensino**. Belo Horizonte; Autêntica, 1999.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. Trad: Angela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2006.

DEBERT, Guita Grin. **A reinvenção da velhice**: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 1999, 2002.

DICIONÁRIOWEB. Termo-**Velha**. Disponível em: <http://www.dicionarioweb.com.br/velha/> Acessado em 29 de julho de 2013.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do Discurso**: reflexões introdutórias. São Paulo: Editora Claraluz. 2. ed., rev. Atual., 2008.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1996.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FREITAS, Silvane Aparecida de. **Imagens de idosos em discursos midiáticos**. Projeto de Pesquisa. Dourados. UEMS/CNPQ. 2011.

FREITAS, Silvane Aparecida de. As representações da família apresentadas nas Propagandas da Qualy. Rio de Janeiro: **Confluência**, 2010. Disponível em: <http://lp.bibliopolis.info/confluencia/pdf/748.pdf>. Acesso em: em 06 de setembro de 2014.

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. **Discurso e mídia**: a cultura do espetáculo. São Carlos: Claraluz, 2003.

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. Análise do discurso e mídia: a (re) produção de identidades. **Comunicação, Mídia e Consumo**. São Paulo. v. 4, n. 11, p. 11-25, 2007. Disponível em: <<http://revistacmc.espm.br/index.php/revistacmc/issue/view/11/showToc>>. Acesso em: 14 abr. 2012.

GUERRA, Vânia Maria Lescano. Literatura e leitura: a história da mudança é uma história ainda a construir. In: Antonio Rodrigues Belon & Sheila Dias Maciel (Org.). **Em diálogo: estudos literários e linguísticos**. 1ª.ed. Campo Grande (MS): Editora da UFMS, 2004, v. 1. P. 93-108.

GUERRA, Vânia Maria Lescano. **Práticas discursivas: crenças estratégias e estilos**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2008.

MASCARO, Sonia de Amorim. **O que é velhice**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MILAN, Betty. O que é ser jovem até o fim. **Revista Veja**, São Paulo. edição 2221, ano 44, nº 24, p. 13, 15 de Junho de 2011.

MOTTA, Alda Brito da. A juvenilização atual das idades. In: **Caderno Espaço Feminino**. V. 25, n. 2, Uberlândia-MG: julho/dezembro, 2012. <http://www.seer.ufu.br/index.php/neguem/article/viewFile/21802/11963>

NOVAES, Maria. **Psicologia da Terceira Idade: Conquistas possíveis e Rupturas Necessárias**. 2. ed. Rio de Janeiro: NAU, 1997.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise do Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 1999.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. 5 ed. Campinas: Pontes, 2009.

PINHEIRO JUNIOR, Gilberto. Sobre alguns conceitos e características de velhice e terceira idade: uma abordagem sociológica. **Linhas**, Florianópolis. v.6, n.1, 2005. Disponível em: <<http://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/viewFile/1255/1067>>. Acesso em: 17 jan. 2013.

SCALZO, Marília. **Jornalismo de Revista**. São Paulo: Contexto, 2003.

SIBILIA, Paula. O corpo velho com uma imagem com falhas: a moral da pele lisa e a censura midiática da velhice. In: **Comunicação, mídia e consumo**. V. 9, n. 26, São Paulo: SP, 2012. <http://revistacmc.espm.br/index.php/revistacmc/index>

SILVEIRA, Mara Regina. **O Ensino de Língua Inglesa e o Imaginário Sobre o Idoso**. Tese. Campinas: SP, 2010 . Instit. de estudos da linguagem. Mestrado em linguística aplicada. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000779042>. Acessada em 26 de julho de 2013.

Anexo

O Que é Ser Jovem até o Fim

Betty Milan

O que significa envelhecer? Ouso me perguntar o significado deste verbo que a modernidade ocidental baniria da língua se pudesse. No primeiro sentido do dicionário, envelhecer é se tornar velho. Leio e releio a frase que me remete a um amigo de infância, Francisco, precocemente envelhecido. Continuo, no entanto, sem resposta.

Volto ao dicionário. No segundo sentido, envelhecer é tomar aspecto de velho. Olho a foto de Lacan que está na parede e vejo os cabelos brancos. Só que ele não é velho pelas suas cãs. A intensidade do olhar evidencia a juventude do homem, que era jovem aos setenta e quatro anos, quando o conheci. Só bem depois ele deixou de estar bem.

Nos outros sentidos que o dicionário dá, eu também não encontro resposta. No caso dos humanos, não se pode dizer que envelhecer é perder o viço. O homem não é um fruto. Tampouco se pode dizer que é estar em desuso. O homem não é um objeto.

A busca de um esclarecimento, através da língua, se mostra infrutífera. Olho de novo para a foto e me digo que o envelhecimento físico não é suficiente para caracterizar o velho. Me pergunto então por que Lacan, como Freud, não o era com mais de setenta anos, enquanto Francisco envelheceu aos sessenta.

Comparando-se a Picasso, Lacan dizia que não procurava as suas ideias, simplesmente achava. Um belo dia, declarou no seminário: «—Eu agora procuro e não acho». Com esta frase, anunciou que a sua vida começava a acabar. Pouco depois, tomei o avião de volta para o Brasil. Na época, a única razão para estar na França era o trabalho com ele.

A juventude de Lacan, como a de Picasso, estava ligada à capacidade de se renovar através do trabalho. Duas vezes por mês, se apresentava em

público, diante de mil pessoas, com ideias novas, e, para isso, muito se esforçava. Mais de uma vez, encontrei-o exausto no consultório.

Lacan foi um exemplo de vida por nunca ter parado de começar. Embora fosse um intelectual, Francisco, ao contrário, considerou, a partir dos sessenta, que já não podia começar nada de novo e não parou de se repetir. Não quis abrir mão de nenhum hábito da juventude. Aos sessenta, comia, bebia e fumava como aos dezoito. Lamentava o tempo que passa, porém não aceitava este fato e não se detinha nas mudanças do corpo para encontrar soluções de vida.

Só sabia dizer: “Na minha idade é assim”. Foi vítima de uma fantasia arcaica sobre a idade e viveu à contramão do tempo, fazendo de conta que o tempo não passa. Morreu precocemente por não ter sido capaz de entender que, depois de ser natural, a juventude é uma conquista.

(MILAN, Betty. O que é ser jovem até o fim. **Revista Veja**. São Paulo: ed. 2221, ano 44, n. 24, p. 13, 15, jun. 2011.)

Semiolinguística: da teoria às práticas de ensino de leitura de notícias e reportagens

Semiolinguistics: from theory to teaching practice of reading news and reports

João Benvindo de Moura*
Antonio Aílton Ferreira de Cerqueira**

RESUMO

Este artigo é um recorte de uma pesquisa mais ampla sobre o ensino de leitura de notícias e reportagens, com base na Teoria Semiolinguística do Discurso, tendo como objetivo geral relacionar noções básicas dessa abordagem teórica com o ensino de leitura de notícias e reportagens. Do ponto de vista metodológico, esta pesquisa tem uma natureza bibliográfica e aplicada, com ênfase, inicialmente, em dois conceitos básicos: o de processo de semiotização do mundo e o de ato de linguagem. Em seguida, apresenta-se um resumo das proposições de Charaudeau sobre compreensão e interpretação, com destaque para as distinções entre sentido de língua e sentido de discurso. Após essas duas seções teóricas, com a intenção de contribuir para futuras discussões sobre a inter-relação entre a semiolinguística e o ensino de leitura de textos jornalístico-midiáticos, apresentamos algumas recomendações direcionadas a docentes da área de Língua Portuguesa, com atuação no Ensino Médio, em especial.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso; Semiolinguística; Leitura; Ensino.

Recebido em 21 de setembro de 2021.

Aceito em 18 de dezembro de 2022.

DOI: <https://doi.org/10.18364/rc.2023n64.538>

*Universidade Federal do Piauí, jbenvindo@ufpi.edu.br

<https://orcid.org/0000-0002-6885-100X>

**Universidade Federal do Piauí, ailton.cerqueira@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-4935-071X>

ABSTRACT

This article is an excerpt from an ampler research on reading instruction of news and reports. The study is based on semiolinguistic discourse theory with the general aim of connecting the basic concepts of this theoretical approach to the teaching of reading news and reports. As for the methodology, this study is bibliographic and applied in nature, focusing first on two basic concepts: the semiotization process of the world and the speech act. Then, a summary of Charaudeau's theses on understanding and interpretation is presented, focusing on the distinction between the sense of language and the sense of discourse. After these two theoretical sections, we present some recommendations aimed at teachers of Portuguese working in secondary education, with the intention of contributing to future discussions on the interrelation between semiolinguistics and the teaching of reading media-journalistic texts.

KEYWORDS: Discourse; Semiolinguistics; Reading; Teaching.

Introdução

Este artigo é um recorte de uma pesquisa, desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Piauí (UFPI), sobre o ensino de leitura de notícias e reportagens, com base na Teoria Semiolinguística do Discurso.

A principal justificativa para o desenvolvimento dessa pesquisa mais ampla são os resultados dos estudantes brasileiros em avaliações internas e externas. No Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), o Brasil está estagnado há dez anos no nível básico de leitura e compreensão de textos. De acordo com os dados mais recentes, divulgados pelo Ministério da Educação em 2019, a pontuação dos estudantes brasileiros chegou a 413 pontos. Em 2000, a pontuação do Brasil nas habilidades de leitura era de 396 pontos e, em 2009, era de 412 (BRASIL, 2019). Outro fato também preocupante é que, de acordo com os dados mais atuais do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), em agosto de 2018, sete de cada dez alunos do 3º ano do ensino médio têm nível insuficiente em português e matemática. Entre os estudantes dessa etapa de ensino, menos

de 4% têm conhecimento adequado nas duas disciplinas. Os números do Saeb também revelam que, em língua portuguesa, a maioria dos estudantes brasileiros não é capaz, por exemplo, de localizar informações explícitas em infográficos, reportagens, crônicas e artigos; identificar a finalidade e a informação principal em notícias; reconhecer ideia comum e opiniões divergentes sobre o mesmo tema na comparação entre diferentes textos; diferenciar fato de opinião em contos, artigos e reportagens (BRASIL, 2018).

Com a intenção de modificar esse cenário, diversas produções acadêmicas em Análise de Discurso (AD) aplicadas ao ensino de Língua Portuguesa – como Voese (2004), Cardoso (2005) e Ramalho (2012) – têm mostrado como a linguagem, trabalhada de um ponto de vista social e histórico, pode contribuir para que os educadores e, posteriormente, os estudantes se tornem cada vez mais capazes de interpretar textos que circulam socialmente, em variadas situações discursivas.

Priorizamos, aqui e na pesquisa do Doutorado, entretanto, a abordagem da Teoria Semiolinguística do Discurso, proposta pelo linguista francês Patrick Charaudeau, a partir do início da década de 1980, em virtude do fato de que essa perspectiva de AD tem um aparato teórico-metodológico capaz de abarcar algumas especificidades dos gêneros textuais que compõem o campo jornalístico-midiático, especialmente os gêneros notícia e reportagem, corpus dessa investigação.

A escolha por gêneros informativos se justifica a partir de trabalhos como o de Santos e Nascimento (2017), que mostra como esses dois gêneros estão entre os mais presentes nas questões do Exame Nacional do Ensino Médio e em outras avaliações em larga escala, aplicadas no Brasil.

Além disso, a Semiolinguística, por privilegiar a relação entre a língua e o contexto psicossocial no qual o discurso se realiza, ajuda a compreender como o ser humano tem acesso a informações, partilha visões de mundo, produz conhecimento e interage com outros seres em diversas situações discursivas.

Neste artigo, apresentamos, uma exploração aérea de um território específico: a leitura, buscando delimitar algumas especificidades dessa abordagem de Análise de Discurso em relação ao ato de ler. Assim como fez Charaudeau (2016) em relação ao campo da linguagem, não se pretende fazer uma exploração histórica ou exegetica do tema leitura, pois isso estaria além dos horizontes propostos por essa pesquisa. Como objetivo geral deste artigo, procuramos estabelecer relações entre noções básicas da Teoria Semiolinguística do Discurso e o ensino de leitura de notícias e reportagens; de forma mais específica, busca-se identificar como esse referencial teórico-analítico tem potencial para favorecer práticas pedagógicas relacionadas à leitura, além de analisar o que significa compreender e interpretar esses dois gêneros jornalísticos, de acordo com essa abordagem.

Do ponto de vista metodológico, esta pesquisa, quanto aos meios, caracteriza-se como bibliográfica, visto que faz um levantamento das principais publicações (livros, artigos e entrevistas) de Charaudeau relacionadas aos temas interpretação e compreensão, disponíveis em meios escritos e/ou eletrônicos, além de produções acadêmicas de pesquisadores brasileiros. Como mostram Pauliukonis e Gouvêa (2012, p. 51), no Brasil, pesquisadores de diferentes instituições “mantêm pesquisas em cooperação científica com Charaudeau e utilizam essa perspectiva teórica para fundamentar seus estudos, por entenderem que corresponde a uma proposta de trabalho consistente e integradora de diferentes domínios do estudo da linguagem e propõem questionamentos acerca de aspectos internos e externos aos vários gêneros de textos”. Dentro do conjunto de trabalhos acadêmicos direcionados a essa associação entre Semiolinguística, leitura e educação, destacaremos, neste artigo, algumas ideias disponíveis em produções do Núcleo de Estudos da Teoria Semiolinguística de Análise do Discurso da Universidade Federal Fluminense como Feres (2011), e as coletâneas de Monnerat, Feres e Ribeiro (2017); Feres e Monnerat (2017); e Xavier, Rebello e Monnerat (2021).

Quanto aos fins, este trabalho é classificado como uma pesquisa aplicada, por procurar estimular o desenvolvimento de práticas pedagógicas

que favoreçam a melhoria dos indicadores de leitura de estudantes do Ensino Médio, por exemplo (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2006) Diante dos atuais indicadores de proficiência de leitura dos estudantes brasileiros, é necessária uma mudança de abordagem, no ensino de Língua Portuguesa, com maior valorização de uma perspectiva discursiva, a fim de que se entenda a linguagem como um modo de produção social, envolvendo interlocutores e contexto, e que se entenda a sala de aula como um lugar privilegiado para essa produção.

1. A Teoria Semiolinguística: alguns conceitos básicos

A Teoria Semiolinguística do Discurso é uma vertente dos estudos na área da Análise de Discurso. Os princípios fundadores dessa teoria dialogam com distintas concepções de autores como Émile Benveniste, Roland Barthes, Julius Greimas, assim como de outros teóricos como John Austin, Paul Grice e John Searle, além de Mikhail Bakhtin.

Devido a isso, essa teoria estabelece vínculos com outras áreas do conhecimento que têm o discurso como matéria-prima de estudos como a Pragmática, a Psicologia Social, e a Retórica, por exemplo. E, segundo Charaudeau, entrevistado por Pauliukonius (2020), esse ponto de vista interdisciplinar, no cruzamento de várias disciplinas, faz com que a Semiolinguística tenha uma dimensão mais comunicacional/interacional, diferentemente de outras abordagens.

O nome Semiolinguística, segundo o autor, é uma junção do radical “*semio*” que evoca o fato de que a construção do sentido e sua configuração são feitos através de uma relação forma-sentido (em diferentes sistemas semiológicos), sob a responsabilidade de um sujeito que age a partir de um projeto de influência social; e do radical “*linguística*” para destacar que a matéria principal da forma em questão é a das línguas naturais. Nas palavras de Charaudeau (2016, p.21):

(...) uma análise semiolinguística do discurso é semiótica pelo fato de que se interessa por um objeto que só se constitui em uma intertextualidade (...). Diremos também que uma análise semiolinguística do discurso é linguística pelo fato que o instrumento que utiliza para interrogar esse objeto é construído ao fim de um trabalho de conceituação estrutural dos fatos linguageiros.

Assim, observa-se, na proposta da Teoria Semiolinguística, uma coalisão de duas concepções distintas: uma que se interessa por do que nos fala a linguagem; e outra que se interessa por como nos fala a linguagem.

Começando a detalhar os conceitos fundamentais da Semiolinguística para esta pesquisa, iniciamos pelo chamado processo de semiotização do mundo, segundo o qual um sujeito (com um projeto de influência social) se apropria da língua, com suas estruturas e seus sentidos, para utilizá-la no discurso, em um quadro de ação. De forma mais específica, Charaudeau (2005, 2016) destaca que, para realização desse processo, são necessárias duas ações: a transformação (na qual, sob a ação de um sujeito falante, um “mundo a significar” é transformado em um “mundo significado”) e a transação (na qual o “mundo significado” torna-se um objeto de troca com um outro sujeito que desempenha o papel de destinatário do objeto criado pelo sujeito falante, no processo de transformação).

O processo de transformação, que consiste em converter “um mundo a ser significado” em “um mundo significado”, compreende quatro tipos de operação, apresentadas a seguir: identificação (transformação dos seres do mundo em identidades nominais), qualificação (transformação dos seres do mundo em identidades descritivas), ação (transformação dos seres do mundo em identidades narrativas) e causalção (transformação da sucessão dos fatos do mundo em relações de causalidade).

Numa notícia de jornal com o título “Empresas aéreas anunciam cancelamento de 70% dos voos por causa da pandemia de covid-19”, a identificação é feita pelo uso das expressões “empresas”, “cancelamento”, “voo”, “pandemia”; a qualificação está presente com o uso de termos

como “aéreas”, “70%” “de covid-19”, além dos artigos definidos; a ação está expressa com o uso do verbo “anunciam”; e a causação acontece com o uso de “por causa da pandemia de covid-19”.

Já o processo de transação, que consiste em transportar esse “mundo significado” para outro(s) sujeito(s), se realiza de acordo com quatro princípios:

- a) alteridade: de natureza contratual, esse princípio diz que todo ato de linguagem estabelece uma troca entre os parceiros: um sujeito deve reconhecer o outro como alguém com quem partilha semelhanças – universos de referência e finalidades - e diferenças – cada um desempenha um papel único no fenômeno, de sujeito emissor e sujeito receptor.
- b) pertinência: outro princípio de natureza contratual, todo ato de linguagem é constituído por um universo de referência comum, saberes os quais devem ser partilhados de maneira apropriada ao contexto e à finalidade da troca apresentada no princípio anterior.
- c) influência: princípio que evidencia o fato de o sujeito-receptor saber que, na troca realizada em um ato de linguagem, é alvo de um sujeito-emissor que tenta fazê-lo agir, modificando suas emoções ou orientando seu pensamento.
- d) regulação: ligada ao princípio anterior, ela é o princípio que assegura uma intercompreensão mínima entre os sujeitos, orienta o jogo de influências e de contrainfluências existente no ato de linguagem, permite aos sujeitos protagonistas a efetividade das trocas, garantindo que o ato prossiga e chegue a uma conclusão.

Ampliando essa concepção teórica, Charaudeau (2005, 2016) destaca a existência de duas inter-relações que se articulam ao mesmo tempo uma sobre a outra, as quais explicam o funcionamento do que o autor chama de ato de linguagem. São elas:

- a) a inter-relação entre dois espaços de produção de sentido (um externo, um espaço de restrições, que compreende as condições mínimas às quais é necessário atender para que o ato seja válido; e um interno, um espaço de estratégias, que corresponde às escolhas possíveis à disposição dos sujeitos na *mise-en-scène* do ato de linguagem).

b) a inter-relação ente dois espaços enunciativos (o de produção e o de interpretação), nos quais há dois tipos de sujeitos: (1) os interlocutores, sujeitos de ação, seres sociais, chamados de sujeito comunicante e sujeito interpretante; e (2) os intra-locutores, os sujeitos de fala, responsáveis pelo ato de enunciação, chamados de sujeito enunciador e sujeito destinatário.

Para Charaudeau (2008), todo ato de linguagem resulta, assim, de um jogo entre uma instância situacional e uma discursiva, realizando-se no ponto de encontro dos processos de produção e de interpretação, como ilustrado na seguinte figura:

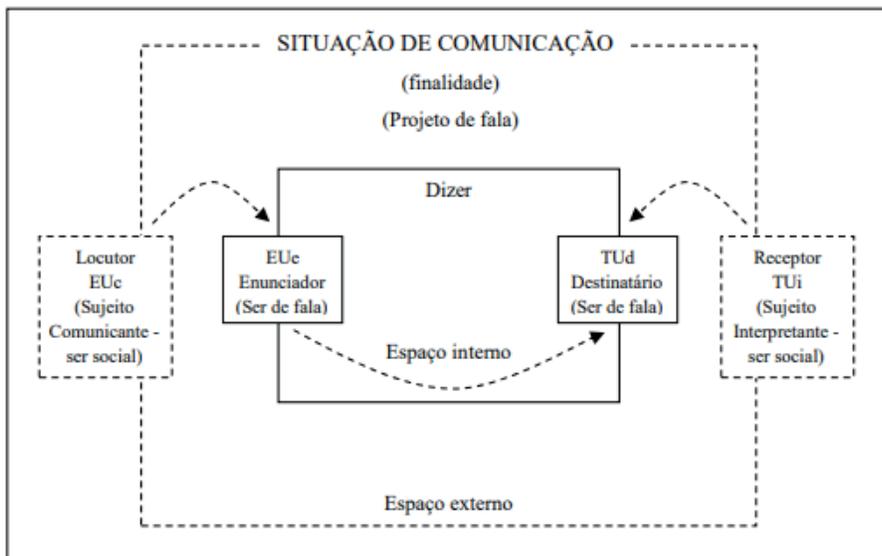


Figura 1: Ato de linguagem Fonte: Charaudeau (2016, p. 52)

Observando a figura 1, percebemos que o espaço externo é o do fazer psicossocial, que reúne os dois seres sociais: o sujeito comunicador (EUc) e o sujeito interpretante (TUi); e o espaço interno (circuito do dizer, da fala

configurada), o da organização discursiva, onde existem dois outros seres: um sujeito enunciador (EUE) e um sujeito destinatário (TUd), os quais montam suas estratégias de encenação.

Na abordagem semiolinguística, não há somente um emissor e um receptor, como apresenta o modelo de processo de comunicação proposto por Roman Jakobson. Charaudeau (1996, 1999 e 2001) afirma que, na instância da produção, há dois sujeitos: um comunicante e um enunciador, o qual é uma imagem de enunciador construída pelo produtor da fala (EUc) e representa seu traço de intencionalidade. Da mesma forma, na instância da recepção, há dois outros sujeitos: um destinatário - ser de fala que é instituído pelo sujeito comunicante - e um interpretante - um ser social, que institui a si próprio e é responsável pelo ato de interpretação que produz.

Charaudeau (2016) defende também a ideia de que esse sujeito comunicante (EUc) está sempre no lugar e no espaço de testemunha do real. Por estar localizado na esfera externa do ato de linguagem, o EUc é o grande responsável por sua organização. É o iniciador-responsável pelo ato de produção e é a relação EUc-EUE que produz um certo efeito pragmático sobre o TUi.

2. A abordagem semiolinguística sobre texto, compreensão e interpretação

Vimos, no tópico anterior, que o ato de linguagem produz significados em função da combinação de uma situação de comunicação em que ele é produzido, da identidade e da intencionalidade dos quatro sujeitos interagentes, de seu propósito e das circunstâncias materiais de sua produção.

Agora, diante do exposto e dos objetivos deste artigo, é preciso responder: o que é um texto? Eis uma resposta:

Toda produção de linguagem configurada de modo verbal, icônico ou por qualquer outro sistema semiológico significante: ele é o resultado do ato de linguagem em sua manifestação semiológica, seja aberto ou

fechado, oral ou escrito, longo ou curto, contínuo como em uma produção escrita ou fragmentada como em uma sequência de turnos, como numa conversação. (CHARAUDEAU, 2010, p. 6)

Nessa definição, observa-se que um texto é o resultado do ato de linguagem; pode-se, então, afirmar, por extensão, que notícias e reportagens são construções da instância do dizer, frutos do de semiotização do mundo. Resultam de um jogo entre o implícito e o explícito, nascem de circunstâncias de discurso específicas e se realizam no ponto de encontro dos processos de produção e de interpretação.

Nos diferentes gêneros jornalísticos (informativos ou argumentativos), é possível identificar como cada um dos parceiros do ato de linguagem cumpre um papel que lhe é próprio: o enunciador se encontra diante de um mundo a significar e se dirige a um destinatário por meio de um gênero textual, por exemplo. Há, também, um sujeito comunicante, relativo à instância de produção midiática, e um sujeito interpretante, relativo à instância de recepção midiática: o jornalista, por exemplo, ao escrever uma notícia, torna-se, então, produtor de um sentido, ou de forma mais precisa um “colocador em cena de um sentido”: ele é o sujeito comunicante. No outro extremo desse processo, qualquer pessoa que entre em contato com essa notícia é um sujeito que tem de reconhecer um mundo já significado e necessita decodificá-lo por meio de um novo ato interpretativo; isso faz com que esse leitor assuma a condição de sujeito interpretante.

O EUc, para se comunicar, produz textos orais e/ou escritos, com apoio de gestos, desenhos ou outros códigos verbais e não verbais que achar conveniente em função dos efeitos que visa provocar em seus interlocutores. O texto constitui, portanto, uma configuração significativa, em que, de um lado, está repleto das condições de realização/produção do processo, do outro, está pleno do projeto de fala do enunciador e deve ser reconhecido pelo interlocutor interpretante.

2.1 Compreensão e interpretação

A temática da compreensão e a da interpretação estão presentes em diversas pesquisas de natureza semiolinguística, especialmente em dois estudos publicados por Charaudeau: um de 1994, intitulado “*Les conditions de compréhension du sens du discours*”, e outro publicado em 2018, com o título “*Compréhension et interprétation. Interrogations autour de deux modes d’appréhension du sens dans les sciences du langage*”. Segundo o próprio autor, em entrevista a Pauliukonis (2020), os dois artigos são complementares, mas o mais recente aprofunda e detalha o mecanismo da construção do sentido em um processo de interação comunicacional.

Com base em um levantamento do que foi registrado em dicionários sobre os verbos interpretar e compreender e por meio de um percurso histórico da investigação hermenêutica proposta por filósofos como Friedrich Nietzsche, Friedrich Schleiermacher, Paul Ricoeur e Jacques Derrida, Charaudeau (2018) faz novas considerações a respeito desses dois modos de apreensão do sentido nas ciências da linguagem: ele defende a tese de que o ato de compreender é um movimento de apreensão global do sentido, consequência de diversas operações realizadas no ato de interpretação.

Em linhas gerais, pode-se dizer que, na Teoria Semiolinguística de Análise do Discurso, interpretação e compreensão são dois fenômenos distintos, complementares e indissociáveis, os quais estão ligados a uma dimensão explícita e a uma implícita do ato de linguagem, estão ligados também ao sentido de língua e o sentido de discurso.

O sentido de língua refere-se ao explícito, às atividades estruturais da linguagem, que constroem uma visão simbolizada referencial do mundo. Esse sentido, conforme Charaudeau (2016), exige a realização de “operações de comutação que estabelecem relações de oposição (paradigmas), e de combinação (sintagmas) entre os signos” (p. 24). Essas operações resultam da formação de paráfrases estruturais, as quais permitem que se efetue na linguagem “um jogo de reconhecimento morfossemântico construtor

do sentido, que remete à realidade que nos rodeia, conceituando-a” (p. 25). Assim, nessa dimensão, o movimento de estruturação de sentido é endocêntrico, o signo é movido por uma força centrípeta, age de acordo com uma sistematicidade intralinguística, baseada no sistema. Esse processo que termina no reconhecimento do sentido de língua é o que se pode chamar de compreensão do sentido literal. Ela independe da enunciação, é um primeiro nível de reconhecimento dos sentidos, e está relacionada à atuação do sujeito interpretante em buscar decodificar o texto que lhe é endereçado e buscar reconhecer o “mundo já significado” pelo sujeito comunicante.

Por outro lado, o sentido de discurso refere-se ao implícito, está ligado aos implícitos advindos também de relações com sequências portadoras de outros sentidos de língua, contidos no cotexto. Na abordagem semiolinguística, esse sentido é construído por um movimento exocêntrico, ou seja, movido por uma força centrífuga que relaciona os signos presentes no texto com outros que se acham registrados na memória de experiência do sujeito, numa relação de semiose. Esse segundo nível é o da compreensão do sentido específico, é obtido ao final de uma atividade interpretativa que se dá através de um processo duplo (discursivo e situacional), relacionado às circunstâncias de produção, mais especificamente no que diz respeito à intencionalidade do sujeito falante. Nessa instância, são realizadas paráfrases seriais, as quais estão ligadas a “um jogo de remissões constantes a alguma coisa além do enunciado explícito, que se encontra antes e depois do ato de proferição da fala” (CHARAUDEAU, 2016, p. 25).

A leitura de um texto envolve uma rede de relações entre o ponto de vista linguístico, a escolha lexical, a estrutura e a organização das frases, a adequação na representação linguística de referentes e a intenção argumentativa dos enunciadores, detectada nos operadores linguístico-discursivos.

Ao proceder a leitura de um texto jornalístico, um leitor (ou um estudante que está respondendo a uma questão de prova ou de vestibular, por exemplo) constrói sentidos em função dos discursos que fazem parte

de seu repertório. A interpretação é uma tentativa de reconstituição do processo de transação (instância do já detalhado processo de semiotização do mundo), é uma instância de produção de inferências que possibilitam (re) construir a problematização do sentido de discurso que se encontra no mundo significado pelo sujeito comunicante. Assim como Charaudeau (2016) define o ato de linguagem, do ponto de vista da produção, como uma expedição e uma aventura¹, a instância da recepção também pode ser assim metaforizada, visto que um leitor investiga os contratos e as estratégias mobilizados pelo sujeito comunicante em relação ao sentido das palavras e às suas regras de combinação, tentando reconstruir um caminho que corresponda à intencionalidade desse mesmo sujeito.

Dessa forma, a relação entre o sujeito comunicante e o sujeito interpretante está relacionada com a compreensão, a interpretação e, ainda, com um outro conceito: o de intercompreensão, que consiste no grau de recuperação entre o sentido do discurso projetado pelo sujeito comunicante e o construído pelo sujeito interpretante.

Assim, se é fato que entender os sentidos de um texto significa ir além dos aspectos linguísticos e chegar aos discursivos, também é fato que um texto pode ter sentidos diferentes, dependendo do sujeito leitor. O sentido de língua pode até ser o mesmo para qualquer leitor, mas o de discurso dependerá do repertório dos sujeitos que fazem parte da situação comunicativa, podendo ser validado ou não. Dito de outra forma: o sentido atribuído pelo sujeito comunicante ao texto pode ser entendido ou não pelo sujeito interpretante;

1 Charaudeau (2016) associa o ato de linguagem, do ponto de vista da produção, a uma expedição por causa do seu aspecto intencional, há sempre um projeto global de comunicação concebido pelo sujeito comunicante. Da mesma forma, esse mesmo ato também tem o caráter de aventura por estar inscrito no campo do imprevisível: o sujeito comunicante, por exemplo, nem sempre é capaz de dominar seu próprio inconsciente e deixa transparecer evidências que não fazem parte do projeto elaborado para um ato de linguagem específico.

este, por sua vez, pode ter uma interpretação diferente daquela pretendida pelo sujeito comunicante.

Charaudeau (2016), por fim, afirma que há uma impossibilidade de se obter a compreensão e a interpretação de um texto em sua totalidade, pois comunicar é estabelecer um projeto de fala, mas, ao mesmo tempo, isso é arriscar-se; é obter a compreensão ou a incompreensão, a aceitação ou a negação. De forma semelhante, a partir da obra *Os limites da interpretação*, de Umberto Eco, Fiorin (2004, p.113) nos lembra que um texto e suas condições de produção impõem restrições interpretativas ao leitor e que existem fazeres interpretativos inaceitáveis: “um texto pode admitir várias interpretações, mas não todas. São inaceitáveis as leituras que não estiverem de acordo com os traços de significado reiterados, repetidos, recorrentes ao longo do texto”. A compreensão e a interpretação estão, nessa perspectiva, efetivamente interligadas ao texto, aos intertextos que ele aciona e ao contexto em que está inserido.

3. A Semiolinguística e o ensino de leitura de notícias e reportagens

A Semiolinguística tem um potencial metodológico-pedagógico para o ensino de língua portuguesa como ilustram as pesquisas desenvolvidas por Feres (2011, 2014), Viegas (2009, 2013 e 2016) e, mais recentemente, por Xavier, Rebello e Monnerat (2021) sobre práticas de leitura nas aulas de Língua Portuguesa no ciclo básico de ensino. Certamente, uma das áreas mais frequentes de aplicação da abordagem semiolinguística é a relacionada ao discurso das mídias, pois, como afirma o próprio Charaudeau (2018), esse tipo de discurso possui um contrato comunicacional bem específico e constitui uma atividade de linguagem capaz de estabelecer, nas sociedades, o vínculo social e circula devido à ação das empresas de mídia ou de pessoas que gerenciam meios de comunicação digital, por exemplo.

Nessa perspectiva, é necessário acrescentar que, em relação à dimensão social da mídia, o pensamento de Charaudeau também dialoga com as pesquisas desenvolvidas por Pierre Bourdieu, filósofo francês autor com influência nos estudos sobre educação, cultura e mídia, por exemplo. Enquanto o linguista diz que “o discurso de informação é uma atividade de linguagem que permite que se estabeleça nas sociedades o vínculo social sem o qual não haveria reconhecimento identitário” (CHARAUDEAU, 2008, p. 12); o filósofo afirma: “quem controla a mídia exerce uma forma raríssima de dominação: tem o poder sobre os meios de se exprimir publicamente, de existir publicamente, de ser conhecido, de ter acesso à notoriedade pública” (BOURDIEU, 1997, p. 66).

Ambos os autores compartilham da crença de que os meios de comunicação desempenham, nas sociedades atuais, um papel de estruturação da vida coletiva. A mídia, dessa forma, age como uma instância mediadora das relações entre os diversos campos sociais (terminologia utilizada por Bourdieu) e utiliza estratégias bem definidas para dar visibilidade e reforço às demais instituições. Dito de outra forma: jornais, emissoras de rádio e televisão, portais noticiosos, por exemplo, regulam o acesso dos cidadãos e também de outros produtores culturais, cientistas, artistas, escritores, ao que se chama de espaço público: todo discurso, toda ação, para ter acesso ao debate público, deve se submeter à ação dos meios de comunicação, à prova da filtragem jornalística.

Cabe, assim, em primeiro lugar, ao professor, diante da prática de ensino de leitura de textos jornalístico-midiáticos, mostrar a estudantes que jornalismo e publicidade funcionam segundo duas lógicas: a econômica e a simbólica. A primeira “faz com que todo organismo de informação aja como uma empresa, tendo por finalidade fabricar um produto que se define pelo lugar que ocupa no mercado de troca dos bens de consumo”; a segunda “faz com que todo veículo informativo ou as agências de publicidade tenham por vocação participar da construção da opinião pública” (CHARAUDEAU, 2018, p. 21).

Em segundo lugar, as escolas precisam ser um espaço de reflexão sobre o fato de que o ponto de partida de qualquer análise do jornalismo como produção de sentido deve ser a aceitação do jornalismo como uma espécie de óculos sociais e dos jornalistas como seres que dão visibilidade a certas coisas e não outras.

Dessa forma, como ressalta Xavier (2011, p.139)

É preciso organizar o planejamento pedagógico de forma que o aluno possa vivenciar as diferentes modalidades de leitura e produção; ler e escrever para informar-se, estudar, revisar o que produz, para resolver problemas do cotidiano, para divertir-se, enfim, para agir no mundo. Por conseguinte, a leitura e a produção de textos na escola não deve ser algo enfadonho, que bloqueie o processo criativo na expressão do aluno.

Em qualquer disciplina, nas mais diferentes situações de ensino-aprendizagem, professores em geral (não somente os de Língua Portuguesa) podem destacar, por exemplo, que notícias e reportagens são produzidas por meio de uma série de mecanismos inerentes ao próprio processo jornalístico. Na edição de um telejornal ou de um jornal impresso, diversos fatos são selecionados entre muitos outros possíveis e os jornalistas ou as empresas de comunicação são seres com o poder de atribuir maior ou menor importância aos acontecimentos e que estão, em algumas vezes, submetidos a determinadas regras capazes de mediar a relação entre os outros campos sociais e a instância da recepção.

De forma mais específica, professores de Língua Portuguesa, principalmente em aulas para o desenvolvimento das habilidades de leitura, podem desenvolver atividades que favoreçam, particularmente, dois aspectos:

(1) *a identificação da existência dos processos de transação e de transformação*

(2) *o entendimento de que um texto é produzido a partir de um contrato entre os quatro sujeitos envolvidos no ato de linguagem.*

Vejam algumas reflexões e recomendações de natureza semiolinguística, para aulas de Língua Portuguesa no Ensino Médio, a partir de um exemplo utilizado na edição de 2018 do Exame Nacional do Ensino Médio. Destacamos que os comentários aqui apresentados não estão restritos à resolução dessa questão, mas podem ser utilizados para ampliar o conhecimento de estudantes sobre o gênero textual reportagem.

QUESTÃO 27

Mais big do que bang

A comunidade científica mundial recebeu, na semana passada, a confirmação oficial de uma descoberta sobre a qual se falava com enorme expectativa há alguns meses. Pesquisadores do Centro de Astrofísica Harvard-Smithsonian revelaram ter obtido a mais forte evidência até agora de que o universo em que vivemos começou mesmo pelo Big Bang, mas este não foi explosão, e sim uma súbita expansão de matéria e energia infinitas concentradas em um ponto microscópico que, sem muitas opções semânticas, os cientistas chamam de "singularidade". Essa semente cósmica permaneceu em estado latente e, sem que exista ainda uma explicação definitiva, começou a inchar rapidamente [...]. No intervalo de um piscar de olhos, por exemplo, seria possível, portanto, que ocorressem mais de 10 trilhões de Big Bangs.

ALLEGRETTI, F. Veja, 26 mar. 2014 (adaptado).

No título proposto para esse texto de divulgação científica, ao dissociar os elementos da expressão Big Bang, a autora revela a intenção de

- A** evidenciar a descoberta recente que comprova a explosão de matéria e energia.
- B** resumir os resultados de uma pesquisa que trouxe evidências para a teoria do Big Bang.
- C** sintetizar a ideia de que a teoria da expansão de matéria e energia substituiu a teoria da explosão.
- D** destacar a experiência que confirma uma investigação anterior sobre a teoria de matéria e energia.
- E** condensar a conclusão de que a explosão de matéria e energia ocorre em um ponto microscópico.

Figura 2: Questão 27 do Enem 2018 – 1.º dia – caderno azul. Fonte: MEC/INEP, 2018, p. 12

De acordo com os Microdados² do Enem 2018, disponibilizados pelo MEC/INEP, apenas 48% dos estudantes que fizeram a prova azul acertaram essa questão, cujo gabarito oficial é a alternativa C. Esse percentual pode variar em torno de 2% a mais ou a menos, em função da cor da prova realizada³.

- 2 Os microdados são o menor nível de detalhamento de dados recolhidos por meio do Exame Nacional do Ensino Médio. O conjunto de informações possibilita diversas análises como os acertos por questão dos candidatos, o desempenho dos participantes de determinada instituição de ensino (pública ou privada), além dos dados presentes nos questionários socioeconômicos respondidos pelos inscritos no Enem.
- 3 Os cadernos de prova do Exame Nacional do Ensino Médio são feitos nas cores azul, rosa, amarelo, branco e cinza. Essa medida é uma forma de evitar fraudes no Enem: as questões e o conteúdo de todas as provas são iguais, a única diferença é a ordem entre as questões.

Diversos fatores podem justificar o fato de apenas 48% dos estudantes terem acertado essa questão como (1) não entender o vocabulário e/ou a estrutura do texto, (2) não entender as diferenças entre as alternativas ou (3) não dispor de tempo para fazer uma leitura mais precisa do texto ou dos itens da questão. Some-se a isso o fato de que, ao lermos uma notícia ou uma reportagem fora do cenário sócio-histórico em que ela foi redigida, a compreensão e a interpretação do texto podem ser prejudicadas, pois os acontecimentos relatados podem não ser (re)conhecidos por um sujeito interpretante do momento atual. No exemplo em análise, o texto foi publicado em 2014, na Revista Veja, e o fragmento da reportagem foi apresentado aos estudantes na edição 2018 do Enem.

Uma recomendação inicial para as práticas em sala de aula é a pesquisa e a leitura da versão integral do texto, a fim de que os estudantes saibam, por exemplo, que o texto foi escrito pela jornalista Fernanda Allegreti, que ocupou 3 páginas na versão impressa da revista Veja. Isso fará com que tenham uma visão mais ampla do formato do gênero reportagem: conteúdo temático, aspectos estilísticos e construção composicional e função social. Depois, essa ação pode ser ampliada com uma atividade em que os estudantes sejam incentivados a ampliar o vocabulário com investigação sobre o significado de palavras mais formais ou mais específicas, como jargões da linguagem científica.

Também é importante, nessa etapa, fazer algumas reflexões de natureza semiolinguística sobre o discurso midiático e algumas especificidades de gêneros textuais informativos, os quais devem ser analisados numa tensão entre duas instâncias, segundo Charaudeau (2018, p. 86):

uma visada de saber fazer, ou visada de informação propriamente dita, que tende a produzir um objeto de saber segundo uma lógica cívica: informar o cidadão”; uma visada de fazer sentir, ou visada de captação, que tende a produzir um objeto de consumo segundo uma lógica comercial: captar as massas para sobreviver à concorrência.

Reportagens, notícias, notas e outros gêneros jornalísticos informativos, em sua estrutura, são regidos pela visada de informação, pois a

finalidade desses gêneros consiste em tornar público o que aconteceu ou o que está acontecendo no mundo da vida social. Charaudeau (2018, p.87) acrescenta que a instância midiática tenta realizar essa visada através de duas atividades linguageiras: “a descrição-narração, para reportar os fatos do mundo; e a explicação, para esclarecer o destinatário da informação sobre as causas e as consequências do surgimento desses fatos. ”. Ao texto jornalístico cabe descrever os fatos de maneira verossímil, sugerindo as causas e justificando as explicações dadas, tentando fazer o leitor crer que o relato corresponde à reconstituição mais provável dos acontecimentos.

Outro aspecto relevante é que “todo ato de comunicação se realiza num determinado ambiente físico que impõe restrições para a realização desse ato” (CHARAUDEAU, 2018, p.104). De fato, reportagens estão presentes em telejornais ou noticiários radiofônicos, mas o exemplo utilizado para análise neste artigo, por ter sido publicado em uma revista impressa, é um produto essencialmente escrito, que privilegia o poder da linguagem verbal. Embora construída discursivamente com apoio de outros recursos como gráficos, cores e imagens fotográficas, ela foi disponibilizada em um suporte de papel. É, principalmente, por meio de palavras, que a reportagem faz prevalecer o “dizer o que aconteceu”, tentando fazer o leitor crer que o relato corresponde à reconstituição mais provável dos acontecimentos.

Pode-se acrescentar ainda que textos jornalísticos publicados em suporte impresso representam uma tradição escrita que se caracteriza essencialmente por

uma relação distanciada entre aquele que escreve e aquele que lê, a ausência física da instância de emissão para com a instância da recepção; uma atividade de conceitualização da parte das duas instâncias para representar o mundo, o que produz lógicas de compreensão específicas. (CHARAUDEAU, 2018, p. 113)

Assim, ficará claro, para estudantes, que as reportagens impressas são gêneros textuais em que não há a influência de aspectos como a instantaneidade, não há a coincidência entre o tempo do acontecimento e o

tempo de publicação: existe uma etapa de pesquisa e apuração sobre o fato, a escrita e a revisão do texto, o tempo de impressão e de entrega dos jornais e revistas a um ponto de distribuição e, finalmente, o tempo de leitura.

Feitas essas reflexões, uma outra abordagem é apresentar aos estudantes a seguinte convicção de Charaudeau (2016, p. 31): “toda interpretação é uma suposição de intenção”, não só do ponto de vista do sujeito comunicante ou do sujeito interpretante, mas dos possíveis interpretantes que surgem (ou se cristalizam) no ponto de encontro dos dois processos: de produção e de interpretação. Nessa perspectiva, um sujeito, quando interpreta, é alguém que cria hipóteses sobre o saber do sujeito que enuncia, sobre o ponto de vista deste último em relação ao dito no texto e também sobre os pontos de vista do autor em relação aos leitores da notícia, da reportagem ou outros gêneros jornalísticos e midiáticos.

Estudantes, diante de questões como a que estamos analisando, devem agir como um sujeito interpretante, que, para alcançar níveis mais profundos de leitura e, para entender o mundo ressignificado, precisa identificar o sentido das palavras e suas regras de combinação, além de buscar o sentido social dessas palavras, o que o conduzirá à intencionalidade do sujeito comunicante. (GOUVEA; PAULIUKONIS; MONNERAT, 2017). É importante que o estudante, ao se deparar com uma questão objetiva, assuma uma posição de coletor de pontos de vista interpretativo e, por meio da comparação, extraia constantes e variáveis do processo analisado.

Nessa questão, o gabarito oficial é a alternativa C: de fato, o título utilizado na reportagem revela a intenção da autora de “sintetizar a ideia de que a teoria da expansão de matéria e energia substitui a teoria da explosão”. Isso fica mais nítido quando se faz uma inferência sobre a intencionalidade da jornalista que escreveu a reportagem e uma análise das estratégias linguísticas e discursivas utilizadas por ela.

A sentença “Mais big do que bang” estabelece comparação entre dois termos: “big” e “bang”, colocando o primeiro termo em superioridade ao segundo. O texto, por sua vez, apresenta uma informação científica coerente

com a proposta do título: diz a reportagem que o início do universo em que vivemos não decorreu de uma explosão (“bang”), mas sim da expansão de matéria e energia infinitas (“big”) concentradas em um ponto microscópico. Assim, por meio de um jogo de palavras, o título sintetiza a ideia apresentada no texto de que a mais completa explicação para o surgimento do universo envolveu algo maior do que uma explosão.

Em relação ao processo de semiotização do mundo, este exemplo extraído do Enem 2018, permite que professores possam identificar, inicialmente, a existência de uma jornalista (sujeito comunicante) que seleciona elementos de um “mundo a significar”, lugar onde se encontra o “acontecimento bruto”, e os converte em um “mundo significado”. Também podem refletir com os estudantes que, na instância do dizer, há uma autora, sujeito enunciador, que é, nesse caso, um desdobramento da própria jornalista. Ela dá existência a seres (usa expressões como “Comunidade científica mundial” e “Pesquisadores do Centro de Astrofísica Harvard-Smithsonian”), não diz seus nomes, mas expõe a atividade profissional dos entrevistados, indica onde e quando os fatos aconteceram. Além dos atos de nomear e localizar-situar, há o componente qualificar (explícito graças ao uso da expressão “mais forte evidência”), que permite ao sujeito comunicante atribuir um sentido particular a um ser nomeado, de maneira mais ou menos objetiva.

Uma reportagem é um objeto de tratamento discursivo desenvolvido a partir de fatos e depoimentos. Nesse fragmento em análise, não há o uso das citações diretas dos entrevistados, por isso é pela narrativa jornalística (com analogias e comparações, como mostram os trechos em negrito, a seguir) que a autora tenta dizer o que motivou a pesquisa, quais foram as intenções dos cientistas, as circunstâncias que tornaram possíveis os acontecimentos apresentados no texto.

Pesquisadores do Centro de Astrofísica Harvard-Smithsonian **revelaram** ter obtido a mais forte evidência até agora de que o universo em que vivemos começou mesmo pelo Big Bang, mas este não foi explosão, e

sim uma súbita expansão de matéria e energia infinitas concentradas em um ponto microscópico que, sem muitas opções semânticas, os cientistas chamam de “singularidade”. **Essa semente cósmica** permanecia em estado latente e, sem que exista ainda uma explicação definitiva, começou a inchar rapidamente [...]. **No intervalo de um piscar de olhos**, por exemplo, seria possível, portanto, que ocorressem mais de 10 trilhões de Big Bangs.

Com essas escolhas linguísticas, a jornalista se apresenta como uma testemunha esclarecida, que faz circular entre os sujeitos “um objeto de saber que, em princípio, um possui e outro não, estando um deles encarregado de transmitir e o outro de receber, compreender, interpretar, sofrendo ao mesmo tempo uma modificação com relação a seu estado inicial de conhecimento” (CHARAUDEAU, 2018, p. 41)

Em relação aos sujeitos do ato de linguagem, é importante que professores e estudantes percebam como a autora da reportagem constrói um leitor ideal, que corresponde ao sujeito destinatário (TUd), com quem ela compartilha as informações e as opiniões. Há, entretanto, inúmeros outros leitores (incluindo estudantes inscritos numa situação de vestibular) que entrarão em contato com aquele texto e todas eles correspondem ao sujeito interpretante (TU_i), que “constroem interpretações em função de suas experiências pessoais, isto é, de suas próprias práticas significantes” (CHARAUDEAU, 2016, p. 47).

Do mesmo modo, é necessário acrescentar que todo ato de linguagem permite o uso de diversas estratégias para o sujeito comunicante e propicia também a identificação de diversas possibilidades interpretativas para o sujeito interpretante. Isso justifica, por exemplo, porque o título da reportagem “Mais big do que bang” pode ser interpretado como algo informativo, crítico ou irônico. Além disso, também é preciso lembrar que o sujeito comunicante depende do conhecimento que o sujeito interpretante tem dele e, como um mesmo ato de linguagem pode ser interpretado por diferentes TU_i, o EU_c pode ser conhecido de diferentes maneiras.

Por fim, as reflexões apresentadas sobre o gênero reportagem e sobre esse exemplo, obviamente, não esgotam as possibilidades de atividades de ensino de leitura. É sempre valioso que professores e, principalmente, estudantes, diante de textos jornalístico-midiáticos, desenvolvam outros questionamentos como estes:

- a) Quais foram as condições situacionais em que essa reportagem foi produzida?*
- b) Além do procedimento presente no título, que outros procedimentos linguísticos e discursivos foram utilizados pela autora da reportagem, para obter a adesão de um leitor idealizado?*
- c) Essa reportagem, no que se refere ao processo de construção do real, segue um padrão utilizado em outras reportagens voltadas para a pauta ciência?*

Dessa forma, as práticas de ensino de leitura buscarão não apenas o que está explícito no texto, mas também propiciarão uma análise de como o texto diz e por que diz o que diz de uma determinada forma.

Considerações finais

A partir das reflexões e recomendações apresentadas neste artigo, reforça-se uma hipótese que sustenta essa pesquisa: a proposta da Teoria Semiolinguística do Discurso tem o potencial de formar leitores mais proficientes, além de desenvolver a autonomia e o pensamento crítico em estudantes do Ensino Médio, para que eles se situem em relação aos interesses e posicionamentos distintos do discurso midiático que circula nas mais variadas esferas social e pessoal.

As práticas de ensino relacionadas a textos devem ir além da concepção tradicional do ato de comunicação (emissor – mensagem – receptor) e a leitura deve ser vista como a compreensão e a interpretação dos textos em função do projeto de influência e da ação de um determinado sujeito enunciativo sobre outrem em um contexto situacional específico.

Para confirmar os encaminhamentos aqui apresentados, certamente, é necessário, avaliar as práticas docentes em relação ao ensino de língua portuguesa, avaliar material didático consumido em escolas públicas e privadas, e produzir alternativas mais concretas (como sugestões de atividades, em sequências didáticas) que se constituam em opções mais concretas para os docentes. Isso fará com que tenhamos professores multiplicadores desse conhecimento, capazes de formar estudantes com as habilidades e as competências necessárias para entender o papel da mídia e utilizar as ferramentas de comunicação para articular processos de mudança e desenvolvimento social.

Referências

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Saeb2017 revela que apenas 1,6% dos estudantes brasileiros do Ensino Médio demonstraram níveis de aprendizagem considerados adequados em Língua Portuguesa.** Disponível em: http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/saeb-2017-revela-que- apenas-1-6-dos-estudantes-brasileiros-do-ensino-medio-demonstraram-niveis-de-aprendizagem-considerados-adequados-em-lingua-portug/21206. Publicado em 30 de agosto de 2018. Acesso em: 01 jun. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Pisa 2018 revela baixo desempenho escolar em leitura, matemática e ciências no Brasil** Disponível em: http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/pisa-2018-revela-baixo-desempenho-escolar-em-leitura-matematica-e-ciencias-no-brasil/21206. Publicado em 03 de dezembro de 2019. Acesso em: 01 jun. 2020.

BORDIEU, Pierre. **Sobre a Televisão.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

CARDOSO, Sílvia Helena Barbi. **Discurso e Ensino.** Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

CERVO, Amado L; BERVIAN, Pedro A. e SILVA, Roberto da. **Metodologia Científica**. São Paulo: Pearson, 2006.

CHARAUDEAU, Patrick. Les conditions de compréhension du sens de discours en Langage en FLE Texte et compréhension, **Revue ICI et LÀ**, Madrid, Soc. General Española de Librería, 1994. Disponível em: <http://www.patrick-charaudeau.com/Les-conditions-de-comprehension-du,62.html>. Acesso em: 10 dez. 2020.

CHARAUDEAU, Patrick. Para uma nova análise do discurso. In: CARNEIRO, Agostinho Dias. **O Discurso da Mídia**. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1996.

CHARAUDEAU, Patrick. Análise do discurso, controvérsias e perspectivas. In: MARI H. et alii (dir.). **Fundamentos e dimensões da análise do discurso**. Belo Horizonte: Fale-UFMG, Carol Borges: 1999. Disponível em: <http://www.patrick-charaudeau.com/Analise-do-discurso-controversias.html>. Acesso em: 15 jul. 2020.

CHARAUDEAU, Patrick. Uma Teoria dos Sujeitos da Linguagem. In: MARI, Hugo; MACHADO, Ida; MELLO, Renato de (orgs.). **Análise do Discurso: Fundamentos e Práticas**. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2001.

CHARAUDEAU, Patrick. De la competencia social de comunicación a las competencias discursivas. **Revista latinoamericana de estudios del discurso**, vol. (1), editorial Latina, Venezuela, 2001. Disponível em: <http://www.patrick-charaudeau.com/De-la-competencia-social-de.html>. Acesso em: 10 jul. 2020.

CHARAUDEAU, Patrick e MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2004.

CHARAUDEAU, Patrick. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. In: PAULIUKONIS, M. A. L. e GAVAZZI, S. (Orgs.) **Da língua ao discurso: reflexões para o ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005. Disponível em: <http://www.patrick-charaudeau.com/Uma-analise-semiolinguistica-do.html>. Acesso em: 20 jul. 2020.

CHARAUDEAU, Patrick. Um modelo sócio-comunicacional do discurso: entre situação de comunicação e estratégias de individualização. In: STAFUZZA, Grenissa e DE PAULA, Luciane (org.) **Da análise do discurso no Brasil à análise do discurso do Brasil**, Edufu, Uberlândia, 2010. Disponível em: <http://www.patrick-charaudeau.com/Um-modelo-socio-comunicacional-do.html>. Acesso em: 18 dez. 2020.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e Discurso: modos de organização**. São Paulo: Contexto, 2016

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto, 2018.

CHARAUDEAU, Patrick. Compréhension et interpretation: interrogations autour de deux modes d'appréhension du sens dans les sciences du langage In: ACHARD-BAYLE, G; GUÉRIN, M; KLEIBER, G.; KRYLYCHIN, M. (orgs.). **Les sciences du langage et la question de l'interprétation (aujourd'hui)**. Limoges, Les Éditions Lambert-Lucas: 2018. p. 21-55. Disponível em português em: <https://ciadrj.letras.ufrj.br/2019/11/21/novo-artigo-de-patrick-charaudeau-traduzido>. Acesso em: 17 abr. 2020.

FERES, Beatriz dos Santos. **Leitura, Fruição e Ensino com os meninos do Ziraldo**. Niterói: EdUFF, 2011.

FERES, Beatriz dos Santos. A escola faz questão de leitores autônomos ou autômatos? **Ecos de linguagem**, v. 3, p. 1-19, 2014. Disponível em: https://www.dialogarts.uerj.br/admin/arquivos_ecos/ecos3_1a19.pdf. Acesso em: 7 nov. 2020.

FERES, Beatriz dos Santos. MONNERAT, Rosane Santos Mauro. **Análises de um mundo significado**: a visão semiolinguística do discurso. Niterói: EdUFF, 2017.

FIORIN, José Luiz. Linguística e Pedagogia da leitura. **Scripta**, 8(14), 2004, 107-117. Disponível em <http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/12547>. Acesso em: 15 dez. 2020.

GOUVEA, Lucia Helena; PAULIUKONIS, Aparecida Lino; MONNERAT, Rosane. Texto, Cotexto e Contexto: processos de apreensão da realidade. In: MARQUESI, Sueli Cristina; ELIAS, Vanda Maria; PAULIUKONIS, Aparecida Lino. **Linguística textual e ensino**. São Paulo: Contexto, 2017.

MEC / INEP. ENEM 2018. Prova de linguagens, códigos e suas tecnologias e redação. Prova de ciências humanas e suas tecnologias. 2018. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/provas-e-gabaritos>. Acesso em: 10 jan. 2020.

MEC / INEP. Microdados Enem. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/microdados/enem>. Acesso em: 17 jun. 2021

MONNERAT, Rosane S.M.; FERES Beatriz dos Santos; RIBEIRO, Patrícia Ferreira Neves. (orgs.) **Leitura, fruição e ensino**: a formação do leitor em debate. Niterói: SSP Gráfica Editora, 2017.

PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino; GOUVÊA, Lúcia Helena Martins. Texto como discurso: uma visão semiolinguística. **Revista Desenredo**, volume 8, número 1, 2012. Disponível em <http://seer.upf.br/index.php/rd/article/view/2638>. Acesso em: 11 nov. 2020.

PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino, *et al.* A enunciação enunciada: reflexões sobre interfaces entre linguística do texto e semiolinguística do discurso. In: **Revista (Con) Textos linguísticos**. v.13, n.25, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/contextoslinguisticos/article/view/26117>. Acesso em: 10 ago. 2020.

PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino. Maria Aparecida Lino Pauliukonis entrevista Patrick Charaudeau. **Revista Matruga**, Rio de Janeiro, v.27, n.50, p.487-495, mai./ago. 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/matruga/article/view/51171>. Acesso em: 13 jan. 2021.

RAMALHO, Viviane. Ensino de língua materna e Análise de Discurso Crítica. **Bakhtiniana, Rev. Estud. Discurso**. São Paulo, v. 7, n. 1, p. 178-198, junho de 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-45732012000100011&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 02 dez. 2018.

SANTOS, Leonor Werneck dos e NASCIMENTO, Sylvia Jussara S. do. Abordagem dos Gêneros Textuais pelo Enem. In: MARCUSCHI, Beth e LUNA, Tatiana Simões. **Avaliação de língua portuguesa no novo Enem**. Jundiaí: UniAnchieta, 2017. Disponível em: <http://www.portal.anchieta.br/anexos/livro-avaliacao-lingua-portuguesa-novo-enem.pdf>. Data de acesso: 4 jan. 2020.

VIEGAS, Ilana da Silva Rebello. Leitura e interpretação na sala de aula: formamos leitores ou ledores? **Cadernos do CNLF (CiFEFil)**, v. XIII, p. 692-703, 2009, Disponível em: http://www.pgletras.uerj.br/linguistica/textos/livro07/LTAA7_a07.pdf. Acesso em: 10 nov. 2020.

IEGAS, Ilana da Silva Rebello. Conteúdos de interpretar em sequências didáticas: uma proposta de ensino. **e-escrita** Revista do Curso de Letras da UNIABEU Nilópolis, v.4, Número 2, Especial, 2013. Disponível em: https://revista.uniabeu.edu.br/index.php/RE/article/view/793/pdf_389. Acesso em: 10 nov. 2020.

VIEGAS, Ilana da Silva Rebello. Ensinar a ler para além do visível: do sentido de língua ao sentido de discurso. **Cadernos de Letras da UFF**, v. 26, n. 52, 9 jul. 2016. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/cadernosdeletras/article/view/43480/24825>. Acesso em: 10 nov. 2020

VOESE, Ingo. **Análise do Discurso e o ensino de Língua Portuguesa**. São Paulo: Cortez, 2004.

XAVIER, Glayci Kelli Reis da Silva. **Charaudeau na sala de aula: argumentação e publicidade nas séries iniciais**. Dissertação de Mestrado - Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense. 2011. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/8502>. Acesso em: 7 nov. 2020

XAVIER, Glayci; REBELLO, Ilana da Silva; MONNERAT, Rosane (org.). **Semiolinguística Aplicada ao Ensino**. São Paulo: Contexto, 2021.

Trabalho de face empregado pelo promotor e pelo defensor público no Tribunal do Júri: estudo da interação em um contexto forense

Facework employed by the prosecutor and the public defender in the jury trial: a study of interaction in a forensic context

Vanessa Hagemeyer Burgo*
Fernanda Camargo Aquino**
Letícia Jovelina Storto***

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar o trabalho de face em um contexto forense, de modo a evidenciar os atos ameaçadores e valorizantes da face empregados por um defensor público e um promotor de justiça em uma sessão no Tribunal do Júri. Para tanto, foi realizada pesquisa bibliográfica sobre o conceito de face e uma pesquisa de campo (observação não participante). Nela, uma audiência foi gravada e o material verbal foi transcrito conforme as normas do Projeto NURC-USP. Em seguida, os dados passaram por análise de cunho descritivo e qualitativo mediante o aporte teórico-metodológico da Análise da Conversação. Os resultados mostram

Recebido em 4 de março de 2022

Aceito em 7 de agosto de 2022

DOI: <https://doi.org/10.18364/rc.2023n64.1307>

*Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, vanessahburgo@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-5350-6943>

**Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, fernanda.aquino@ifms.edu.br

<https://orcid.org/0000-0002-1836-0085>

***Universidade Estadual do Norte do Paraná, leticiajstorto@gmail.com

<http://orcid.org/0000-0002-7175-338X>

que, no *corpus* analisado, prevaleceram os atos ameaçadores à face, marcados por recursos discursivos (como comparações), linguísticos (como emprego de verbos no imperativo), prosódicos (como a elevação do tom de voz e a silabação) e não verbais (como as batidas na mesa). O estudo contribui para um maior entendimento da interação em contexto forense.

PALAVRAS-CHAVE: Face. Contexto Forense. Tribunal do Júri.

ABSTRACT

The aim of this work is to analyze facework in a forensic context in order to highlight face threatening and valuing acts employed by a public defender and a prosecutor in a jury trial. We have carried out a bibliographical research on the concept of face as well as a field research (non-participant observation) in which a court hearing was recorded and the verbal material was transcribed according to the norms of the NURC-USP Project. Then, the data underwent descriptive and qualitative analysis by means of the theoretical-methodological framework of Conversation Analysis. Based on our corpus analysis, the findings show that there is a predominance of face threatening acts performed by the following devices: discursive (such as comparisons), linguistic (such as the use of imperative verbs), prosodic (such as raising the tone of voice and syllabification) and non-verbal elements (such as banging hands on the table). This study contributes to a greater understanding of interaction in a forensic context.

KEYWORDS: Face. Forensic Context. Jury Trial.

Considerações iniciais

Os atos de face (de preservação e de ameaçada) estão presentes nas interações sociais cotidianas. Não raro, essas estratégias interacionais são observadas também no contexto forense em Tribunais. Ao exporem a face, os participantes desse tipo de interação podem gerar conflitos com outros indivíduos. Assim, por estarem expostos a situações potencialmente desfavoráveis, os interlocutores recorrem a estratégias de preservação da face com o propósito de inviabilizar ou amenizar o fluxo verbal. Esse procedimento auxilia o locutor na construção e na manutenção das faces expostas durante a interação. A ausência desses recursos colabora para a “perda da face” (PRETI, 2002).

Desse modo, este trabalho objetiva analisar o trabalho de face empregado nas falas de um defensor e de um promotor de justiça no Tribunal do Júri da 1ª Vara Criminal da comarca de Três Lagoas, Mato Grosso do Sul. Para tanto, apoia-se teórica e metodologicamente nos pressupostos da Análise da Conversação em relação de interface com a Linguística Forense, e em pesquisas de Brown e Levinson (1987), Kerbrat-Orecchioni (2006) e outros.

A intenção em estudar as principais estratégias de face na fala do promotor de justiça e do defensor público no Tribunal do Júri se deve, em um primeiro momento, em conhecer de perto a atuação dos linguistas na área da linguística forense. Essa área, de certo modo nova no Brasil, conta com trabalhos finalizados e em andamento, os quais abordam novas perspectivas dentro do contexto forense.

1. Materiais e métodos

Metodologicamente, esta pesquisa enquadra-se no método empírico-indutivo, uma vez que os dados foram obtidos em situação real de interação e a análise parte do estudo das ocorrências para as interpretações qualitativas. O *corpus* é composto por sessões do plenário do Tribunal do Júri da comarca de Três Lagoas-MS, e a coleta de dados ocorreu no período de março de 2017 a setembro de 2018. A técnica de coleta escolhida foi a gravação em áudio das sessões do plenário do júri. Para a transcrição, utilizaram-se as normas fornecidas pelo Projeto Norma Urbana Culta, núcleo São Paulo (NURC/SP), da Universidade de São Paulo (USP) e publicadas em Preti (2003). Nas transcrições não foram realizados cortes ou edições, a fim de ser manter a fidelidade dos dados. Também por essa razão, alguns desvios foram mantidos no texto da transcrição.

Uma das características do Tribunal do Júri que mais se destaca é a sua duração. O julgamento em análise teve aproximadamente nove horas e o teor da denúncia foi a tentativa dupla de homicídio em contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher ocorrido no dia 27 de outubro

de 2016. Importante destacar que, antes de iniciar a coleta dos áudios nas sessões do júri, os promotores de justiça e os defensores públicos que atuam no Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul, na 1ª Vara Criminal da comarca de Três Lagoas-MS, foram procurados para a apresentação do projeto de pesquisa com a finalidade de eles aprovarem a gravação dos áudios no tribunal. Após explicação dos objetivos do estudo, eles elogiaram a proposta de pesquisa e informaram que as sessões são públicas e, portanto, não haveria nenhum impedimento jurídico na realização de gravações nas sessões do júri. O mesmo apontamento foi feito pelo juiz da comarca, que reagiu favoravelmente à coleta de dados no tribunal.

Salienta-se que, desde a apresentação do projeto de pesquisa ao juiz, promotores e defensores, não existiu nenhum problema significativo a ponto de dificultar a coleta de dados. Ao contrário, observou-se apoio incondicional dos operadores do direito e dos serventuários da justiça, que sempre estiveram dispostos a cooperar com o trabalho científico-acadêmico.

Com efeito, e de acordo com os propósitos da pesquisa, a análise dos dados concentra-se na fase dos debates orais, na réplica e tréplica do promotor de justiça e do defensor público. Na fase de debates orais, tanto o promotor quanto o defensor têm até uma hora e meia (1h30min) para argumentar sobre a denúncia do réu. Na réplica e tréplica, os operadores do direito possuem cada um até uma hora (1h) para apurar algumas arestas provocadas na fase de debates e finalizar seus pontos de vistas, apresentando as considerações finais ao Conselho de Sentença do Júri que julgará de fato o réu de acordo com os ditames da justiça. O tópico a seguir expõe a construção do Tribunal do Júri.

2. O Tribunal do Júri

O Tribunal do Júri possui previsão legal na Constituição Federal de 1988, por meio do artigo 5º, inciso XXXVIII, e é utilizado pela Justiça Brasileira para julgar os crimes dolosos contra a vida. Esses crimes estão previstos nos artigos 121 a 126 do *Código de Processo Penal* – CPP (BRASIL, 1941), e

devem ser julgados pelo Tribunal do Júri. São eles: homicídio, induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio, infanticídio, aborto provocado pela gestante ou com o seu consentimento e o aborto provocado sem o consentimento da gestante.

Na Constituição brasileira, o júri é reconhecido como uma organização soberana e deve atuar norteado pelos princípios básicos da plenitude do direito de defesa, o sigilo nas votações e a soberania dos veredictos. Acerca desses princípios, o doutrinador da área criminal Capez (2014, p.476) assinala seu ponto de vista sobre o conceito basilar do Tribunal do Júri quando afirma que “sua finalidade é a de ampliar o direito de defesa dos réus, funcionando como uma garantia individual dos acusados pela prática de crimes dolosos contra a vida e permitir que, em lugar do juiz togado, preso a regras jurídicas, sejam julgados pelos seus pares”. Em outras palavras, o júri deve funcionar, na forma da lei, como um tribunal em que a busca pela justiça ocorra por meio de pessoas comuns, ou seja, pela sociedade, e não somente com a presença de autoridades da justiça. Por consequência desses tipos de crimes julgados por pessoas comuns, houve a necessidade de se instituir, por meio do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (BRASIL, 1941), os procedimentos relativos e de competência do Tribunal do Júri.

Por outro lado, para que um crime seja julgado no plenário do Tribunal do Júri, o juiz inicialmente deverá observar os ritos que permeiam o processo legal no júri que acontece em duas fases. A primeira denomina-se juízo de admissibilidade da acusação; e a segunda fase, juízo de julgamento. Desse modo, o jogo processual iniciará quando o juiz receber a denúncia. Se o magistrado não acolher a denúncia, ele deverá, fundamentalmente, impronunciar o acusado, arquivando o processo por falta de provas de materialidade ou de autoria do crime. Contudo, se o processo não estiver prescrito e houver novas provas, ele poderá ser desarquivado e seguir o rito processual. Eventualmente, o juiz poderá desclassificar o crime ou promover a absolvição sumária do acusado se for provado que ele não foi o autor ou

partícipe do fato ou se o juiz entender que não houve um crime doloso contra a vida, não havendo julgamento por Tribunal do Júri.

De outro modo, se o juiz acolher a denúncia, respeitando o direito de plenitude de defesa do indiciado, o magistrado, de forma motivada, ou seja, por escrito, deverá expor suas razões e justificativas para pronunciar o acusado sobre a materialidade do fato de sua autoria ou de participação no crime. Com efeito, desenrolam-se as formalidades constitutivas na preparação do processo para o plenário do Tribunal do Júri que são: o alistamento, o sorteio e convocação dos jurados que culminarão, de fato, na realização da segunda fase, o juízo de julgamento, com as sessões do Tribunal do Júri.

3. Alistamento, sorteio e convocação dos jurados

Segundo prescreve o CPP (BRASIL, 1941), Art. 425, para o alistamento dos jurados, o presidente do Tribunal do Júri determina que serão alistados de oitocentos a um mil e quinhentos jurados nas comarcas de mais de um milhão de habitantes, de trezentos a setecentos nas comarcas de mais de cem mil habitantes, e de oitenta a quatrocentos nas comarcas de menor população. O cidadão com a intenção de se alistar precisa ter mais de dezoito anos, não ter antecedentes criminais, ser eleitor e concordar em prestar esse serviço gratuitamente, isto é, de forma voluntária.

Cabe ressaltar que nenhum cidadão pode ser excluído dos trabalhos do júri ou deixar de ser alistado em razão de cor ou etnia, raça, credo, sexo, profissão, classe social ou grau de instrução. Além disso, caso o jurado tenha atuado em um júri nos últimos doze meses antes da publicação da lista geral, ficará impedido de participar.

Sobre o sorteio dos jurados, o juiz presidente determinará a intimação do Ministério Público, da Ordem dos Advogados do Brasil e da Defensoria Pública para acompanharem, em dia e hora designados, os vinte e cinco jurados sorteados para a reunião periódica ou extraordinária. Salienta-se que

o jurado não sorteado poderá ter o seu nome novamente incluído para futuras participações nas sessões do júri.

Notadamente, o Tribunal do Júri é composto por cidadãos maiores de dezoito anos, com reputação ilibada e notória idoneidade. Em outras palavras, são cidadãos que possuem respeitabilidade, seriedade e ética para atuarem no Conselho de Sentença do Júri.

Para compreender melhor a estrutura do Tribunal do Júri, a seguir, a composição do júri e a formação do Conselho de Sentença para atuar no júri são observados.

3.1 Composição do júri e conselho de sentença

O Tribunal do Júri é composto por um juiz togado, que preside o plenário, e por vinte e cinco jurados, que são sorteados dentre os alistados (Figura 1). Dentre esses jurados, somente sete são escolhidos e constituem o Conselho de Sentença em cada sessão de julgamento.

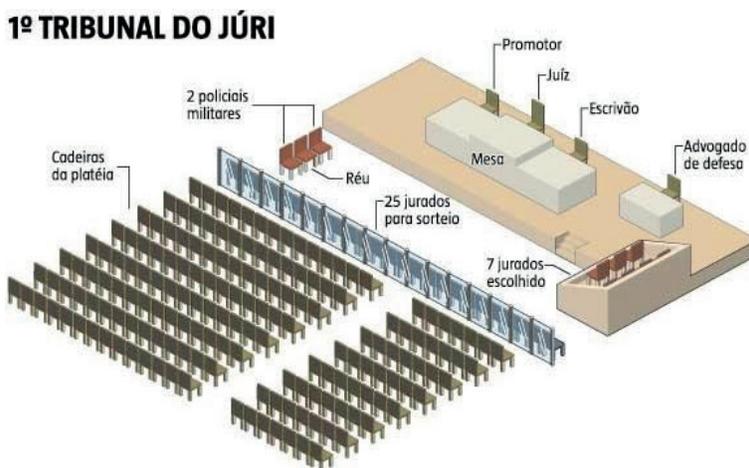


Figura 1 - Imagem ilustrativa da composição do Tribunal do Júri

Fonte: Professor Epitacio (2012).

Sobre o Conselho de Sentença, deve-se assumir que sua missão é no mínimo complexa e muitas vezes “pesada” aos olhos da sociedade. Esse órgão realiza uma atividade-fim muito relevante, pois cabe a ele analisar cuidadosamente as provas apresentadas pelo Ministério Público e Defensoria e deliberar sobre os quesitos, votando secretamente a favor ou contra a condenação do réu. Em resumo, é o Conselho de Sentença que representa a sociedade e, quando os jurados se reúnem na sala secreta para votar, eles decidem o destino do réu, absolvendo-o ou o condenando.

Com o propósito de manter a transparência e imparcialidade durante todo o processo, ficam impedidos de atuar no júri as seguintes filiações, de acordo com o artigo 447 do CPP Brasileiro (BRASIL, 1941, s/p):

- I. marido e mulher;
- II. ascendente e descendente;
- III. sogro e genro ou nora;
- IV. irmãos e cunhados, durante o cunhadio;
- V. tio e sobrinho;
- VI. padrasto, madrasta ou enteado.

§ 1o O mesmo impedimento ocorrerá em relação às pessoas que mantenham união estável reconhecida como entidade familiar.

§ 2o Aplicar-se-á aos jurados o disposto sobre os impedimentos, a suspeição e as incompatibilidades dos juízes togados.

Na próxima seção, abordam-se as principais funções institucionais do promotor de Justiça e do defensor público, que são funcionários da Justiça responsáveis, respectivamente, pela acusação e defesa dos réus nas sessões do plenário do Tribunal do Júri.

3.2 O promotor de justiça e o defensor público

O promotor de justiça e o defensor público atuam de forma antagônica durante as sessões do júri. Esses servidores da Justiça, durante as sessões do júri, buscam a todo instante, sob os olhares atentos dos jurados, confirmar seus

argumentos por meio de evidências, provas, laudos e perícias obtidas durante a fase de investigação policial. Tanto o promotor quanto o defensor atuam com o objetivo de exercer suas funções com plenitude, zelando pela transparência, ética e procurando dar uma solução pacífica para os conflitos que acontecem na sociedade. De fato, essa é uma das principais funções do júri.

A rigor, o promotor de justiça atua nos júris com a premissa de acusar o réu, porém ele também realiza indiretamente uma outra tarefa árdua que é promover a defesa da vítima que, na maioria das vezes, não está no júri para dar sua versão dos fatos. Ainda no tocante à acusação, o promotor de justiça inicia suas atividades de defesa da vítima na fase do inquérito policial, em que são realizadas as oitivas das testemunhas e diligências investigatórias com o propósito de obter o maior número de provas para acusar de fato o réu no plenário do júri.

Cabe destacar que uma das funções institucionais do Ministério Público no júri é zelar pela justiça e, conseqüentemente, defender a sociedade de crimes dolosos contra a vida, retirando do convívio social, por um período determinado pela lei, indivíduos que cometeram crimes na forma tentada ou consumada.

Na sessão do plenário do júri, o réu deverá ser representado durante todo o processo por um defensor público, que é um servidor da Justiça do Estado designado para atender aos acusados hipossuficientes, portanto, que não possuem condições financeiras para pagar um advogado. Além disso, o próprio acusado ou sua família poderão contratar um ou mais advogados que irão promover uma defesa técnica, visando sempre à plenitude de defesa do(s) réu(s). Importante reforçar que, em ambos os casos, a premissa dos defensores é a de patrocinar uma ampla defesa ao seu assistido, isto é, assegurar que as garantias fundamentais dos cidadãos dispostas na Constituição Federal sejam respeitadas.

A seguir, a ideia central dos estudos sobre o conceito de face, aliada às noções de face positiva e face negativa reelaboradas por Brown e Levinson (1978), é apresentada.

4. Face e preservação da face

O conceito de face (fachada) foi proposto por Goffman (2011 [1974]) como o valor social positivo que uma pessoa efetivamente reivindica para si por meio da linha de ação que os outros pressupõem que ela tenha adotado durante um contato específico. Face (ou fachada) é “o valor social positivo que uma pessoa efetivamente reivindica para si mesma através da linha que os outros pressupõem que ela assumiu durante um contato particular” (GOFFMAN, 2011, p. 13-14). Essa imagem, no entanto, é compartilhada, pois oferecer uma boa imagem profissional, por exemplo, é oferecer uma boa imagem de si próprio. Metaforicamente, o “conceito de face representa a imagem do eu individual perante seu interlocutor e, conseqüentemente, perante a sociedade. Um sujeito é moldado e modificado, no percurso interacional, de acordo com o contrato e com as negociações sociais estabelecidos entre os interactantes” (BURGO; SILVA NETO, 2016, p. 885).

De acordo com Goffman (1985), em todo encontro social, o indivíduo apresenta um comportamento específico para determinada situação, representando, assim, um papel social. Sob uma perspectiva teatral, o ator leva em consideração o modo como o indivíduo, em situações triviais de trabalho, apresenta a si mesmo e a suas atividades às outras pessoas, os meios pelos quais dirige e regula a impressão que formam a seu respeito e as coisas que pode ou não fazer, enquanto realiza seu desempenho diante delas (GOFFMAN, 2011). Em um palco, há uma correlação de três elementos: o ator que se apresenta atrás da máscara de um personagem, em conjunto com outros atores e seus respectivos personagens direcionados a uma plateia. Na vida real, esses elementos se restringem a dois: o papel que um indivíduo desempenha é dividido conforme os papéis que os outros desempenham, sendo que esses “outros” formam, também, a plateia.

Desse modo, o indivíduo representa múltiplos papéis: na família, por exemplo, representa um papel diferente daquele representado no trabalho, em conversas com amigos, em um evento social e assim por diante. Na

representação desses papéis, ele convida seus observadores a acreditem no personagem que veem e que, de modo geral, as coisas devem ser o que parecem ser. “Para isso, ele se vale de procedimentos verbais e não verbais que corroborem a impressão que deseja causar e contribuam para que o outro forme sua autoimagem pública positiva” (BURGO; DOURAN; AMARAL, 2017, p.110). No contexto forense, Tracy (2011) assevera que um outro objetivo do trabalho de face em tribunais seria o de construir e/ou manter uma identidade profissional.

A rigor, toda pessoa vive em um mundo social que as conduzem a estabelecerem contatos com os outros. É nesses contatos, portanto, que o indivíduo tende a exteriorizar opiniões, apreciações, julgamentos e pontos de vista que os levam a adotar uma linha de conduta. Por linha de conduta, entende-se, conforme Goffman (2011), que os indivíduos desempenham um padrão de atos verbais e não verbais que retratam a versão do falante acerca da situação, dos outros e de si próprio. O indivíduo faz, portanto, uma avaliação dos participantes e, sobretudo, de si mesmo, de tal forma que sua linha de conduta apresente uma visão do “eu”. Além disso, essa linha precisa entrar em acordo como ele deseja que eles a vejam (GOFFMAN, 2011).

Segundo Goffman (1985), na aparência da vida cotidiana, há dois extremos de um contínuo. Em um deles encontra-se o ator, que pode estar convencido de que a realidade que encena corresponde à realidade concreta. Em outro extremo, percebe-se que o ator pode ser um fingidor consciente, ou seja, não estando inteiramente compenetrado em sua própria encenação, é levado a conduzir a convicção de sua plateia como um meio para fins específicos. Quando o indivíduo não acredita em sua própria atuação e, por isso, também não se importa com o que seu público acredita, pode-se chamá-lo de cínico. O termo “sincero” se destina aos que creem na impressão criada por sua própria representação. Isso pode acontecer com profissionais que, em outras condições, são honestos, mas que, em determinadas ocasiões, veem-se na obrigação de iludir seus clientes em função de perceber que eles (os clientes) desejam que suas expectativas sejam realizadas. Tomam-se como

exemplo vendedores de calçados que vendem um número diferente, porém que serve para o cliente, dizendo que é do tamanho solicitado, ou um médico que prescreve uma medicação simplesmente para deixar o paciente confortado.

O indivíduo, conforme os estudos do pesquisador mencionado, é dividido, implicitamente, em dois papéis: o ator, que é considerado um “atormentado fabricante de impressões envolvido na tarefa demasiado humana de encenar uma representação”; e o personagem, visto “tipicamente como uma figura admirável, cujo espírito, força e outras excelentes qualidades a representação tinha por finalidade evocar” (GOFFMAN, 1985, p. 231). Entre os tipos básicos de preservação da face, encontram-se a evitação e a reparação (GOFFMAN, 2011). Para Goffman (2011, p.22), a evitação é “a saída mais garantida para uma pessoa evitar ameaças à sua fachada [face]”; trata-se de “evitar contatos em que seria provável que essas ameaças ocorressem”. Tal estratégia pode ser encontrada em todas as sociedades e, em muitas delas, “os membros conhecem o valor de voluntariamente realizar uma retirada graciosa antes que uma ameaça à fachada prevista possa ter chance de ocorrer” (GOFFMAN, 2011, p.23). Já a reparação é um processo corretivo

quando os participantes de uma ocasião ou encontro não conseguem evitar a ocorrência de um evento que é expressamente incompatível com os juízos de valor social que estão sendo mantidos, e quando o evento é do tipo que é difícil de ignorar, então os participantes provavelmente darão a ele o estatuto autorizado de um incidente - ratificando-o como uma ameaça que merece atenção oficial direta - e procederão de forma a tentar corrigir os seus efeitos. Nesse ponto, um ou mais participantes se encontram num estado estabelecido de desequilíbrio ou desgraça ritual, e deve-se fazer uma tentativa de restabelecer um estado ritual satisfatório para eles (GOFFMAN, 2011, p.26).

Os interactantes esperam que cada um se comporte de uma maneira que seja condizente com o que deseja que sua imagem seja, tanto para construir sua face, quanto para mantê-la. O sujeito pode encontrar-se em uma situação em que sua face pode não ser a pretendida, como, por exemplo, se

disser algo que não se harmonize com a linha de ação adotada ou se participar de um evento comunicativo sem ter definida sua linha de conduta a respeito do tipo de participantes que são esperados a interagir em tais situações. Isso pode fazer o locutor perder sua face. Entretanto, Goffman (2011) salienta outros usos específicos concernentes ao “ganho de face”, que ocorre quando um falante toma providências para que o outro assuma uma melhor linha de conduta do que poderia, diferentemente do que tem sido capaz. A expressão “perder a face” significa fazer má figura, *a priori*. A expressão “salvar/preservar/resguardar a face” refere-se ao processo pelo qual uma pessoa é capaz de dar aos outros a impressão de que não tenha perdido sua face.

Goffman (2011) denomina preservação da face/ fachada tudo o que uma pessoa empenha para que suas ações não façam ninguém perder a face, incluindo ela própria. Segundo Preti (2002, p. 54), “a perda da face, em geral, pode levar a uma situação tensa e comprometedora da situação”. Em uma situação comunicativa, os interlocutores buscam atender ao caráter harmonioso da interação, mas, para que isso realmente aconteça, devem-se controlar as emoções para evitar situações potencialmente conflituosas na interação face a face. Por situações conflituosas, entende-se sofrer ou ferir a face de seu parceiro de interação. Diante do exposto e, conforme pontua Galembeck (2005, p.173), na relação interpessoal interativa, o falante “corre o risco de exibir o que deseja ver resguardado e deixar de colocar em evidência o que tem a intenção de mostrar. Por esse motivo, o falante adota procedimentos que lhe permitem controlar a construção dessa autoimagem”.

No contexto de um tribunal, os participantes podem escolher um dos múltiplos usos do trabalho de face, podendo atuar no sentido de um movimento, o qual, nas palavras de Sanderson (1995, p.20), seria o de “aninhamento” ou “hierárquico”, ou seja, um outro propósito que se encontra no nível, aparentemente interpessoal, mas que serve a outro propósito estratégico de ordem superior: embora pretenda ser uma reparação da face do destinatário, funciona, principalmente, como reparação da face própria ou a de seu próprio grupo. Desse modo, na situação conversacional, onde há

esse jogo estratégico nos diálogos entre os interlocutores, o uso de recursos linguísticos para a preservação da face é visto como mecanismo fundamental para que esse ato conversacional sofra maior ou menor risco de desequilíbrio na situação conversacional.

A preservação da face envolve dois processos ou desejos: o indivíduo deseja ser livre em suas ações, a **face negativa**, mas também exerce o desejo de ser aprovado em alguns aspectos, a **face positiva** (BROWN; LEVINSON, 1987). As denominações de face negativa e face positiva, cunhadas por Brown e Levinson (1987), levam à reflexão acerca da interação em si, pois esses dois polos referem-se ao momento da interação e só podem ser compreendidos nela. Durante a exposição da face positiva, o sujeito deixa que seus interlocutores visualizem aquilo que o valoriza, já que isso pode acrescentar à interação. Ao contrário, a omissão de algo é necessária ao resguardo das faces, especialmente na interlocução falada.

Nessa situação, os interactantes estão envolvidos em trocas verbais e não verbais, as quais podem ameaçar algumas das quatro faces presentes em uma interação entre os participantes (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006, p.80): a face negativa do falante e do(s) ouvinte(s) e a face positiva do falante e do(s) ouvinte(s).

Embora muitas vezes inconscientemente, os interactantes realizam atos de ameaça e de preservação dessas faces. Consoante Kerbrat-Orecchioni (2006), os atos ameaçadores à face - *face-threatening acts* – *FTA* (termo cunhado por Brown e Levinson) - podem ser resumidos como:

- a) **atos que ameaçam a face positiva do locutor/emissor:** representam ou causam humilhação a quem fala; trata-se de atos “autodegradantes”, como a admissão de erro, a desculpa, a correção, auto-humilhação, a confissão, a autocrítica etc.;
- b) **atos que ameaçam a face negativa do locutor/emissor:** comprometem o sujeito a realizar algo que demanda atenção, tempo, energia, dinheiro ou similares, como o agradecimento, o aceite de ofertas, a promessa etc.;
- c) **atos que ameaçam a face positiva do destinatário/receptor:** representam ou provocam humilhação ao destinatário; trata-se de atos considerados inoportunos ou “diretivos”, como a crítica, a reclamação,

a correção, a desaprovação, a proibição, o insulto, a acusação, o contato corporal inadequado etc.;

d) atos que ameaçam a face negativa do destinatário/receptor: representam ou geram uma invasão à subjetividade (individualidade) do destinatário, colocam em risco seu narcisismo, como o elogio, o pedido, a ordem, a pergunta indiscreta, a emissão de conselhos não solicitados, a refutação, a chacota, a ironia, o sarcasmo etc.

Apesar dessa segmentação, um mesmo ato pode estar inscrito em diversas categorias simultaneamente, mas sempre com um valor dominante (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006). Os dois primeiros atos são considerados “autoameaçadores”, e os dois últimos como atos de impolidez voltados à atitude do falante em relação ao auditório (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006).

Contudo, por meio de **estratégias de polidez** (de atos que valorizam as faces, atos valorizantes), as atitudes ameaçadoras podem ser minimizadas ou anuladas (BROWN; LEVINSON, 1987; KERBRAT-ORECCHIONI, 2006). São atos que valorizam a face, os *face-flattering acts*, *anti-FTA* ou FFA (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006):

a) Cortesia negativa: a) atos que substituem formulações linguísticas mais diretas por outras mais indiretas (suaves), modalizando o discurso, como verbos no subjuntivo no lugar do imperativo, de perguntas no lugar de ordens, uso de expressões condicionais, de pronomes de tratamento, de eufemismo, de marcadores conversacionais de opinião etc.; b) utilização de fórmulas especializadas, como “por favor”, “por gentileza”; c) emprego de “enunciados preliminares”; d) uso de reparações (pedido de desculpas e justificação) etc.

b) Cortesia positiva: atos que visam a produzir atitudes “antiameaçadoras”; os interlocutores reforçam esses atos, usando intensificadores (advérbios de intensidade e similares), exemplo: os agradecimentos.

Ademais, a “preservação das faces manifesta-se linguisticamente através de atos preparatórios, eufemismos, rodeios, mudanças de tópico e dos marcadores de atenuação em geral” (KOCH, 1997, p.141). Ainda há

outros processos de preservação da face: a de distanciamento (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006) e a de envolvimento do locutor (GALEMBECK, 2005). No primeiro, o locutor recorre a recursos para apagar as marcas da enunciação, quais sejam: a elementos gramaticais (“é possível”, “parece que”, “é provável”), a marcadores de rejeição (“não sei”, “se não me engano”) e a indeterminantes do sujeito. No outro, o locutor utiliza expedientes cuja propriedade é assinalar a atitude de compromisso do locutor perante os conceitos por ele assumidos, ainda que parcialmente. Esses recursos são os marcadores de opinião, a alusão a terceiros, os “hedges” (partícula, palavra ou frase que modifica o grau de associação de um predicado ou sintagma nominal em um conjunto) e as paráfrases. “Em textos conversacionais, o emprego desses elementos é mais frequente que os marcadores de afastamento, fato que se explica pela necessidade de cada interlocutor marcar a própria presença (autoenvolvimento) nas situações de interação face a face” (GALEMBECK, 2005, p.181).

No próximo tópico, é realizada a análise do *corpus* de pesquisa, verificando os atos de face (ameaçadores e de preservação) em sessões de Tribunal do Júri.

5. A sessão do júri em análise

Como a proposta é analisar, pontualmente, apenas as fases de debate, réplica e tréplica, em que o promotor de justiça e o defensor público desempenham, de fato, suas funções institucionais, os demais ritos que compõem as fases de julgamento do Tribunal do Júri não serão analisados neste trabalho.

No fragmento a seguir (excerto 1), o promotor de justiça inicia sua fala se dirigindo aos jurados e apresentando o contexto do crime que, na sua visão, não deve acontecer na sociedade atual.

Excerto 1:

(...) a população diretamente atingida com ISSO é que responde... dá a resposta adequada... porque a gente sente isso na pele a gente não quer

*que isso aconteça... seja com nossos familiARES seja com nossos viZinhos
nossos amigos nossos entes queridos... ENTÃO não POde permitir casos
tão graves aconteçam como esse... felizmente não teve NADA MAIS
LESIVO porque a.../felizmente a arma falhou... mas a conduta dele foi
toda dirigida a atingir as vítimas (...)*

Ao descrever o fato delituoso, o promotor marca a própria opinião com a presença de verbos que indicam essa postura, conforme o trecho selecionado: “(...) porque **a gente** sente isso na pele **a gente** não quer que isso aconteça... seja com **nossos familiARES** seja com **nossos viZinhos** **nossos amigos** **nossos entes queridos** (...)”. Nesse trecho, o discurso busca envolver os interlocutores, contribuindo para a preservação das faces do falante (promotor de justiça) e dos seus interlocutores (especialmente os jurados). Consequentemente, a construção verbal contribui para a preservação das faces. Dessa maneira, o promotor marca a sua presença na construção do ato conversacional registrando o seu posicionamento ideacional. Para isso, o locutor faz uso de “a gente” e de “nossos”, pronomes que atuam significativamente com a finalidade de criar um sentimento de solidariedade e de pertencimento, resultando em um procedimento que substitui um enunciado mais direto e impositivo na relação comunicativa.

Ademais, o “a gente” no lugar de “nós” promove informalidade ao discurso, já que se trata de locução comumente utilizada em variedades linguísticas mais coloquiais, gerando maior identificação com os ouvintes, o que contribui, consequentemente, para seu envolvimento e persuasão. Nesse caso, nota-se que um ato ameaçador à face pode ser suavizado, uma vez que se trata de um assunto polêmico, e o abrandamento discursivo pode reduzir um possível questionamento no futuro.

Além disso, no discurso do promotor, houve a proeminência, ou seja, o destaque de certos elementos de natureza de focalização com a introdução de recursos fônicos de entonação verbal e altura elevada da voz (marcada na transcrição pela caixa-alta), verificado em “**ISSO**”; “**ENTÃO**”; “**NADA MAIS LESIVO**”. Esses elementos foram pronunciados em tom alto, assinalando uma

ênfase, conseqüentemente, chamando a atenção dos interlocutores (jurados) e revelando de forma explícita a intenção na fala do promotor de direcionar a conclusão que ele deseja. É preciso considerar que, embora o promotor não tenha citado explicitamente o nome do defensor público durante sua fala na fase de debates orais, é possível identificar que houve um ataque à face negativa do defensor à medida que o discurso “invade” e provoca um desconforto na interação conversacional. Logo, trata-se de um ato ameaçador à face do interlocutor.

Por outro lado, existe também a presença da face positiva do promotor, pois, ao argumentar, ele expõe a necessidade de ser aceito, isto é, deixa implícito em seu discurso o desejo de ser aceito na atividade comunicativa e de ter sua imagem aprovada pelos jurados. Nesse sentido, é interessante ressaltar por meio desse “jogo de faces” que, em uma situação comunicativa, a exposição dos interlocutores é verificada ora com a preocupação em atenuar, ora em atacar seu parceiro de interação.

Excerto 2:

(...) não tenho mais medo dele... pode liberar que não tem problema nenhum... contra a vontade da mãe e a... e a mulher que tinha um filho com ele... liberou... né?:..... tinha um cárcere privado e ameaça com uma faca... a juíza se comoveu e liberou ele... sabe o que aconteceu poucos meses depois?:... ((promotor bate na mesa demonstrando raiva)) ele voltou lá com UMA ARMA... né?... ATIROU... CON-TRA ELA:..... felizmente ela sobreviveu... MA:::TOU A MÃE... E ATINGIU DE RASPÃO NO FILHO... tenta você mesmo explicar... mesmo com o filho... não se importa com o filho... quarta-feira que vem esse é o julgamento que nós teremos que falar... a mulher perdoou né... semelhante ao que acontece hoje aqui (...)

Na passagem “(...) não tenho mais medo dele... pode liberar que não tem problema nenhum... contra a vontade da mãe e a... e a mulher que tinha um filho com ele... liberou... né?:..... tinha um cárcere privado e ameaça com uma faca... a juíza se comoveu e liberou ele (...)”, o promotor inicia sua narrativa expondo a denúncia de um caso semelhante ao que estava em julgamento e

que também é um crime tipificado na lei como feminicídio, em que o agressor era companheiro da vítima e atentou contra a vida da companheira, a sogra e o filho do casal. Apesar de os crimes serem parecidos por se tratar de violência contra a mulher, não se tratava do mesmo autor. Por meio da comparação, fica clara a intenção do promotor em aproximar os jurados do tema “feminicídio” e, com isso, obter uma linha de raciocínio mais eficaz para a conclusão que ele busca com a sua argumentação. Com isso, o locutor busca ganhar os ouvintes, mais especificamente o júri.

Na sequência, o promotor relata momentos cruciais para a defesa do seu discurso, conforme o trecho “(...) *ele voltou lá com UMA ARMA... né?... ATIROU... CON-TRA ELA:::... felizmente ela sobreviveu... MA:::TOU A MÃE... E ATINGIU DE RASPÃO NO FILHO... tenta você mesmo explicar... mesmo com o filho... não se importa com o filho (...)*”. Nesse momento, o promotor chega a bater com força na mesa localizada em frente aos jurados. Assim, ao utilizar esse recurso paralinguístico, ele demonstra o seu sentimento ao recordar a denúncia do caso em julgamento e, ao mesmo tempo, tenta provocar a empatia nos jurados. Nessa perspectiva, além do recurso paralinguístico de bater na mesa, o promotor também faz uso de outros recursos fônicos, como voz alta (marcado pela caixa-alta), prolongamento fônico (*MA:::TO*) e silabação (*CON-TRA*), com a finalidade de enfatizar esses elementos em seu discurso.

O uso articulado desses recursos pelo promotor determinou a proeminência de certos elementos em seu discurso. Dessa forma, o falante não atenua ou suaviza seu argumento, pelo contrário: ele age de forma contundente e, de certa forma exagerada, com o propósito de invadir a reserva íntima dos jurados, arranhando suas faces e a dos demais ouvintes.

Somado a esses recursos, a face negativa dos jurados foi arranhada quando o promotor diz aos jurados “(...) *tenta você mesmo explicar... mesmo com o filho... não se importa com o filho (...)*”. Essa ordem, expressa de forma direta sem o recurso atenuador, inviabiliza o uso de qualquer forma de estratégia de polidez no sentido de abrandá-la, causando um

desconforto na relação conversacional entre os interlocutores presentes na interação.

Por conseguinte, a postura do promotor em não adotar mecanismos de suavização ou de polidez resulta em um discurso diretivo e, de certo modo, coercivo com seu parceiro de interação. Nesse aspecto, tal cenário é potencialmente conflituoso e passível de gerar um desequilíbrio nas relações conversacionais, principalmente, quando há elementos que marcam uma relação de poder presente no discurso dominante do promotor direcionado aos jurados.

No próximo excerto, o promotor, antes de se dirigir aos jurados, promove um parêntese, isto é, faz um desvio momentâneo do assunto em questão, e resgata a história de Maria da Penha, uma mulher que sofreu violência doméstica praticada por seu companheiro durante anos.

Excerto 3:

(...) essa luta dela de quase vinte anos pra conseguir a condenação de um cara que atirou nas suas costas e a deixou paraplégica e depois tentou matar ela e eletrocutar no banheiro... tá é um caso emblemático... mas isso quantas marias da penha nós temos diariamente que acontece no brasil?... e nós temos presente aqui hoje mais uma situação semelhante... que é.../ciclo de... a gente chama de ciclo de violência AONDE O HOMEM É O AGRSSOR... POR CIÚME POR POSSE POR SE ACHAR MAIS DO QUE A MULHER... AGRIDE... BEBE... AÍ... AGRI::DE VERBAL-MENTE... e aí naturalmente que a mulher TAM-BÉM reVIIda... ela não vai aguentar calada... né?... nesse caso inclusive porque/ela se irritou porque ela falou que ele usou maconha/cocaína... salvo engano maconha ou cocaína... que usou uma droga e ela não queria morar com uma pessoa que fizesse isso com uma filha (...)

A estratégia do promotor ao lembrar o caso emblemático “Maria da Penha” teve como objetivo manter acesa a chama do tema “violência contra a mulher” na mente dos jurados, afinal, o tema do júri era exatamente esse. O promotor aproveitou para lembrar aos jurados que, em 2006, foi criada a Lei Maria da Penha, com a finalidade de coibir a violência doméstica e

familiar contra a mulher. Diante desse contexto, de forma hábil e, de certa forma, intencional, o promotor promove o relevo positivo, de acordo com o trecho “(...) *a gente chama de ciclo de violência AONDE O HOMEM É O AGRESSOR... POR CIÚME POR POSSE POR SE ACHAR MAIS DO QUE A MULHER... AGRIDE... BEBE... AÍ... AGRI::DE VERBAL-MENTE... e aí naturalmente que a mulher TAM-BÉM reVida... (...)*”. Essa estratégia é verificada pela ênfase, pelo tom alto e pelo recorte silábico de certos elementos em seu discurso, destacando-os dos demais. Por consequência dessa exaltação do promotor, a face dos jurados, segundo os pressupostos de Goffman (2011), foi arranhada, ou seja, a posição dos jurados como parceiros de interação sofreu deliberadamente a imposição dos argumentos do promotor.

Diante disso, o promotor opta por arriscar e expor o que deseja ver resguardado e, também, de não exibir aquilo que deve ser colocado em evidência. Contudo, para uma comunicação bem-sucedida, os interlocutores devem controlar suas emoções a fim de evitar situações potencialmente conflituosas na interação face a face. Na fase de debates orais, durante a audiência do plenário do júri, o promotor narrou as ações de acordo com a denúncia feita pelo Ministério Público Estadual. Nesse momento, como em muitos outros da sessão em análise, os atos ameaçadores à face sobressaíram-se em relação aos recursos de polidez linguística, conforme o excerto que segue.

Excerto 4:

(...) a ponto de agredir com o filho no colo SEM SE IMPORTAR... A PUNTO DE IR BUSCAR UMA ARMA... E VOLTAR... porque se ele tivesse/continuasse a agredir... e respondesse por isso com soco... pontapé/podia... ELE FOI BUS-CA UMA ARMA... AH:::.. SÓ PRA MOSTRAR... SÓ PUXEI O GATILHO... UMA ARMA MUNICIADA... QUE FELIZMENTE FALHOU... AH::: FOI EM DIREÇÃO AOS PÉS... AH ENTÃO BELEZA NÉ?... NAQUELA BRIGA NERVOSO CHEGOU LÁ CHAMOU POR ELA E ATIROU NOS PÉ NÉ?... UHUM:::.. TÁ DE BRINCADERA... SEM SE IMPORTA... ela falou por duas vezes que a criança caiu (...)

Ao afirmar de forma enfática “(...) *ELE FOI BUS-CA UMA ARMA... AH:::... SÓ PRA MOSTRAR... SÓ PUXEI O GATILHO... UMA ARMA MUNICIADA... QUE FELIZMENTE FALHOU... AH::: FOI EM DIREÇÃO AOS PÉS... AH ENTÃO BELEZA NÉ? (...)*”, o promotor expõe sua tese argumentativa e, conseqüentemente, arranha a face positiva do seu interlocutor ao dizer, explicitamente, e em tom muito alto para que todos no tribunal pudessem ouvir que o réu atirou na vítima e que esse tiro não foi acidental. Nesse contexto, “a perda da face, em geral, pode levar a uma situação tensa e comprometedora da situação” (PRETI, 2002, p.54). Assim, a acusação, além de arranhar a face do defensor, provoca um cenário de embate com chances reais de um conflito na interação face a face.

O promotor faz uso de diversos recursos argumentativos, como o recorte silábico, o prolongamento de consoantes e o tom de voz alto. Entretanto, esta análise se concentrará mais pontualmente na altura vocal. Ao longo de sua fala, o promotor parece estar motivado a direcionar os jurados, a convencê-los de sua argumentação e, dessa maneira, ele intensifica o tom de voz para “destacar (tom alto), por exemplo, informação nova ou informação considerada fundamental pelo falante para a compreensão do que ele diz” (TRAVAGLIA, 2015, p.164). Do mesmo modo, o promotor, ainda com tom alto de voz, diz “(...) *AH:::... SÓ PRA MOSTRAR...*”, “*AH::: FOI EM DIREÇÃO AOS PÉS...*”, “*AH ENTÃO BELEZA NÉ?(...)*”.

Ainda, parte do segmento em que fica mais evidente a invasão de território pessoal do defensor pode ser encontrado, no trecho “*NAQUELA BRIGA NERVOSO CHEGOU LÁ CHAMOU POR ELA E ATIROU NOS PÉ NÉ?... UHUM:::... TÁ DE BRINCADERA... SEM SE IMPORTA...* ela falou por duas vezes que a criança caiu...”. Nesse fragmento, tanto o defensor quanto os jurados sofreram um ataque direto às suas faces, haja vista que o promotor poderia ter empregado algum recurso saneador com o objetivo de minimizar esse conflito, porém, ele preferiu um discurso mais impositivo e direto, arranhando a imagem do seu parceiro de interação. Por fim, o promotor

arranhou a face do defensor ao não empregar formas de polidez para atenuar esse conflito interacional.

No trecho seguinte, o promotor apresenta aos jurados a prova de materialidade, isto é, a prova que consta no inquérito policial, e comprova que o réu foi identificado como o executor da tentativa de homicídio de sua esposa e sogra.

Excerto 5:

(...) então começarei a mostrar para vossas excelências... primeira prova que eu quero mostrar é a prova da materialidade... que é que isso ACONTECEU... QUE ELE/ É UMA TENTATIVA DE HOMICÍDIO PORQUE ELE PERCURTIU:::... ELE PEGO::: A ARMA E ATIRO::: A CONDUTA DELE COMEÇO UM ATO EXECUTÓRIO... UMA TENTATIVA NÉ:::... ELE COMEÇO UM ATO EXECUTÓRIO DE MATAR ALGUÉM... MAS ELE NÃ:::O MATO::: FELIZMENTE... PORQUE AS MUNIÇÕES FALHARAM (...)

Com efeito, o promotor deixou de empregar recursos atenuadores ou que minimizem uma situação vulnerável com seu interlocutor ao disparar sua tese declarando a culpabilidade do réu: “(...) ACONTECEU... QUE ELE/ É UMA TENTATIVA DE HOMICÍDIO PORQUE ELE PERCURTIU:::... ELE PEGO::: A ARMA E ATIRO::: (...)”. Nesses termos, o promotor arranha a face do defensor ao adotar um discurso pessoal e impositivo, na medida que acusa o réu de ser o executor da tentativa de homicídio duplo. Com isso, a imagem social do defensor foi prejudicada. “A perda da face é uma falha simbólica que tentamos evitar, na medida do possível, a nós mesmos e aos outros” (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006, p.80).

No mesmo sentido, é possível que o locutor, “ao se dar conta de que disse algo que é ou poderia ser ofensivo à face do seu interlocutor ou que foi excessivamente categórico naquilo que disse, proceda imediatamente a um reparo, acrescentando ou inserindo expressões atenuadoras ou modalizadoras” (KOCH, 2003, p. 81). No contexto em tela, isso não ocorreu. Ao contrário, o promotor fez uso de um discurso mais direto e não empregou os recursos

de polidez negativa, arranhando a face do outro advogado, o que poderia desencadear uma relação interacional frágil, instável e desarmoniosa.

Em outro momento da sessão, é possível observar a preocupação do promotor em esclarecer aos jurados o entendimento do que vem a ser tentativa de homicídio de acordo com o contexto jurídico (excerto 6). A justificativa do promotor tem como princípio básico o foco na intenção do autor (réu), haja vista que atirar em direção a alguém, acertando ou não, já produz uma conduta criminoso.

Excerto 6:

(...) se eu saio aqui na frente e passa alguém de moto mira e sai atirando uma ou duas vezes... bate na porta ou em outro lugar... MESMO SEM ACERTAR EM MIM... é tentativa aberta... não acertou em mim... é uma tentativa... OU SE ATIRA E FALHA::: É TENTATIVA... E A CONDUTA DELE FOI FEITA COM ISSO... e a tentativa o que/que POR CIRCUNSTÂNCIAS ALHEIAS À SUA VONTADE QUE NÃO SE REALIZOU... porque não se realizou... porque a vítima/ah:: ah:: ... desculpe a munição falhou (...)

Nesse segmento, para exemplificar a tentativa de homicídio, o promotor emprega estratégias cognitivos-conversacionais de repetição (ex.: “tentativa”, “acertar/ acertou”, “porque”, “não se realizou”) e paráfrase, que é uma reformulação discursiva, uma retomada do já dito, do discurso por meio de uma mudança linguística e enunciativa (ex.: *MESMO SEM ACERTAR EM MIM... é tentativa aberta...* [enunciado matriz] *não acertou em mim... é uma tentativa... OU SE ATIRA E FALHA::: É TENTATIVA...* [paráfrase]). Nesse sentido, é bastante comum que o falante, ao perceber que seu interlocutor não o está entendendo devidamente, “suspenda o fluxo da informação, repita, mude o planejamento ou introduza uma explicação” (KOCH, 1992, p.70).

No excerto acima, o promotor feriu a face do defensor público porque ignorou os atos “valorizantes” da face, não empregando mecanismos de preservação da face. Com isso, o falante não se preocupa devidamente em

manter a relação conversacional com seu parceiro de interação em um bom termo.

Frequentemente, o promotor utiliza a estratégia de relevo mediante tom alto de voz, a fim de realçar determinados elementos para os jurados. Desse modo, ele busca evidenciar alguns elementos em seu discurso, tirando a atenção de outros, com a finalidade de exercer o direcionamento do seu interlocutor na construção de sentido do texto.

O fragmento 7 ilustra a fala do defensor público, que reconhece que o casal vivia uma relação familiar conturbada, porém o advogado não admite que o réu tenha cometido a dupla tentativa de homicídio. A tese do defensor é a de que o réu deve responder apenas pelo crime de violência doméstica e de porte ilegal de arma, excluindo da pena a dupla tentativa de homicídio.

Excerto 7:

(...) enfim ERA UM CASAL QUE VIVIA ÀS TURRAS... agora senhores jurados... o que eu vou colocar para os senhores... e eu queria que os senhores colocassem o dedo REALMENTE NA CONSCIÊNCIA É... ((defensor batendo na mesa onde estão os jurados)) COMO PODE O MINISTÉRIO PÚBLICO DIZER QUE TEVE CERTEZA QUE ELE TENTOU MATAR ELA... COMO PO::de SENHORES?... COMO PO::de?... NUM PO::de SENHORES... SE OS SENHORES SE RECORDAREM DO DEPOIMENTO DELA NA DATA DE HOJE QUE ESTÁ GRAVADO NO PROCESSO... ELA FOI CATEGÓRICA EM FALA::... E EU ANOTEI A FRASE EXATA... EU ACHO QUE ELE NÃO QUIS ME MATAR::...(...)

Nesse trecho, o defensor apresentava-se, aparentemente, exaltado e irritado com as alegações ditas anteriormente pelo promotor de justiça sobre o réu ter cometido as tentativas de homicídios. Além do mais, o defensor, assim como o promotor, utiliza o recurso paralinguístico de “bater” na mesa do júri com função de provocar uma reação de revolta e de indignação e, com isso, tentar convencer os jurados de que o réu não cometeu as tentativas de homicídios e que isso seria um absurdo. Somado à estratégia de altura de voz e

de repetição (ambos elementos enfáticos), o gesto auxilia o defensor a marcar determinados elementos com objetivo de chamar a atenção dos jurados.

O discurso duro e direto empregado pelo defensor arranha a face tanto dos jurados quanto do promotor ao dar ordens aos ouvintes, especialmente aos jurados. Esse ato ameaçador de caráter apelativo aponta a direção que os jurados devem acolher na produção do sentido pretendido pelo defensor. De certo modo, essa atitude limita a avaliação dos fatos, por isso o defensor arranha a face negativa dos jurados, pois eles sofreram uma imposição, restringindo sua capacidade de serem independentes em seu julgamento. Nessa ótica, o defensor poderia ter adotado mecanismos de atenuação ou poderia ter reformulado sua fala, suavizando seu discurso, com isso, tornando-o menos ameaçador.

Ao se mostrar indignado com o colega, o defensor arranha a face positiva do promotor no excerto “(...) *COMO PODE O MINISTÉRIO PÚBLICO DIZER QUE TEVE CERTEZA QUE ELE TENTOU MATAR ELA... COMO PO::de SENHORES?... COMO PO::de?... NUM PO::de SENHORES... (...)*”. A face positiva é arranhada quando existe a presença de desaprovações, insultos e acusações (BROWN; LEVINSON, 1987). Foi exatamente nesse cenário de desaprovação que o defensor se utilizou para referendar sua tese argumentativa e refutar a do promotor.

Por conseguinte, o defensor marca seu discurso promovendo um destaque positivo, ou seja, realça certos elementos direcionando o sentido pretendido por ele aos jurados. Por outro lado, ele ataca seus parceiros de interação, arranhando suas faces, quer dizer: por meio de um discurso direto, enfático e apelativo, o defensor público provoca um desequilíbrio na relação conversacional. Em uma situação real de fala, os interactantes devem “suavizar os atos ameaçadores e ao mesmo tempo reforçar os atos valorizantes” de seus parceiros de interação (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006, p.92). Assim, se o defensor adequasse seu discurso ou utilizasse os recursos de atenuação de polidez, o resultado seria uma interação conversacional mais harmoniosa e,

por conseguinte, menos ameaçadora. Por outro lado, isso poderia prejudicar o processo de persuasão do auditório.

Enfim, no *corpus* estudado, os atos ameaçadores à face dos interlocutores sobressaíram-se em relação aos recursos de polidez linguística, efeito do contexto de embate discursivo entre os envolvidos em um Tribunal do Júri. Especialmente na fase de debates orais, os advogados arranharam as faces de seus parceiros interacionais por meio de gestos (bater na mesa), ações (acusação e ofensa), elementos prosódicos (tom de voz alto) e linguísticos (verbos no imperativo, pronomes pessoais e outros).

Considerações finais

Este trabalho buscou examinar os atos de face, de ameaça e de valorização, empregados por um promotor de justiça e por um defensor público em uma sessão de audiência do plenário do júri. A análise evidenciou a maior recorrência de recursos ameaçadores à face do que atos valorizantes da face no contexto em tela. Nele, com a intenção de instigar seus interlocutores – especialmente os jurados – a entrarem em seus territórios pessoais, evocando emoções e empatia, sentimentos que poderiam influenciá-los a um parecer de inocente ou culpado, operadores da justiça arranharam a face de seus ouvintes, especialmente do colega advogado e do réu.

Na maioria dos excertos, não houve a preocupação de os falantes preservarem a face de seus interlocutores, pois nem sempre as estratégias para atenuar os efeitos do FTAs na interação conversacional foram empregadas. Em contrapartida, atos ameaçadores representados por escolhas lexicais, discurso diretivo mediante verbos no imperativo e pronomes pessoais, ênfase tonal, silábica e gestual, comparação, repetição, paráfrase etc. auxiliaram os locutores (o promotor de justiça e o defensor público) na construção de seus argumentos e, por conseguinte, na manutenção de sua face positiva.

A análise dos dados demonstra que o trabalho de face faz parte do jogo estratégico que ocorre no tribunal, configurando um recurso bastante

útil e que contribui para que os participantes possam alcançar seus objetivos. Por fim, para que os operadores do direito envolvidos nesse tipo de interação visem a um resultado bem-sucedido, eles precisam utilizar recursos que os beneficie na construção de seus argumentos e, assim, conseguir assentimento e convencimento dos ouvintes para que a sentença seja favorável para as partes que representam.

Referências

BRASIL. **Lei nº 11.689, de 9 de junho de 2008.** Do procedimento relativo aos processos da competência do Tribunal do Júri. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111689.htm. Acesso em: ago. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao_compilado.htm. Acesso em: ago. 2021.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941.** Código de Processo Penal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De13689Compilado.htm. Acesso em: ago. 2021.

CAPEZ, F. **Curso de processo penal.** 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

BROWN, P.; LEVINSON, S. C. **Politeness: some universals in language usage.** 2.ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1987 [1978].

BURGO, V. H.; DOURAN, C. L. M.; AMARAL, F. M. do. Digressões, paráfrases e repetições na manutenção de tópicos discursivos. **Cadernos do IL**, [S. l.], n. 52, p. 109–129, 2017. DOI: 10.22456/2236-6385.67880. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/cadernosdoil/article/view/67880>. Acesso em: 12 set. 2022.

BURGO, V. H.; SILVA NETO, J. V. da. O discurso político na mídia: a preservação da face positiva do Presidente Barack Obama. **Domínios de Linguagem**, [S. l.], v. 10, n. 3, p. 883–902. 2016. DOI: 10.14393/DL23-v10n3a2016-7. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/33050>. Acesso em: 14 set. 2022.

GALEMBECK, P. de T. Preservação da face e manifestação de opiniões: um caso de jogo duplo. In: PRETI, D. (Org.). **O discurso oral culto**. 3.ed. São Paulo: Humanitas, 2005, p.173-194.

GOFFMAN, E. **Ritual de interação**: ensaios sobre o comportamento face a face. Tradução de Fábio Rodrigues Ribeiro da Silva. Petrópolis: Vozes, 2011.

GOFFMAN, E. **A representação do Eu na vida cotidiana**. 10.ed. Tradução de Maria Célia Santos Raposo. Petrópolis: Vozes, 1985.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. **Análise da Conversação**. Tradução de Carlos Piovezani Filho. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

KOCH, I. G. V. **O texto e a construção dos sentidos**. 7.ed. São Paulo: Contexto, 2003.

KOCH, I. G. V. Atividades e estratégias de processamento textual. In: KOCH, I. G. V.; BARROS, K. S. M. de. (Orgs.). **Tópicos em Linguística de texto e Análise da Conversação**. Natal: EDUFRN, 1997. p. 139-146.

KOCH, I. G. V. **A inter-ação pela linguagem**. São Paulo: Contexto, 1992.

PRETI, D. (Org.) **Análise de textos orais**. 6.ed. São Paulo: Humanitas Publicações FFLCH/USP, 2003.

PRETI, D. Alguns problemas interacionais da conversação. In: PRETI, D. (Org.). **Interação na fala e na escrita**. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/ USP, 2002. p. 45-66.

PROFESSOR EPITACIO. **Imagem ilustrativa da composição do Tribunal do Júri**. Disponível em: http://professorepitacio.wikia.com/wiki/File:Tribunal_do_Juri.jpg. Acesso em: ago. 2021.

SANDERSON, L. Linguistic contradiction: power and politeness in courtroom discourse. **Technostyle**, v. 12, n. 2, p. 1-24, 1995.

TRACY, K. A facework system of minimal politeness: oral argument in appellate court. **Journal of Politeness Research**, v. 7, n. 1, p. 123-145, 2011.

TRAVAGLIA, L. C. O relevo no processamento da informação. *In*: JUBRAN, C. S. (Org.). **A construção do texto falado**. São Paulo: Contexto, 2015. p. 159-203.

Tese de concurso à cadeira de Alemão da Escola Militar da Capital Federal

Manuel Said Ali Ida

Teoria lógica e gramatical da preposição

Esta primeira parte da minha tarefa poderá em mais de um ponto discordar de doutrinas tradicionais, as quais, embora tenham sido bem desenvolvidas, tiveram por base princípios que à luz das investigações mais recentes me parecem muito contestáveis. Princípios gramaticais há que até não podem resistir a uma ligeira crítica, se considerarmos por exemplo que a própria divisão tradicional das partes do discurso é assaz defeituosa, como brilhantemente o demonstram filólogos da estatura do germanista Hermann Paul.

Um ponto que, antes de tudo, careço de assentar é que é falsa a noção que a palavra *preposição* nos sugere, pois dessa noção parecem derivar as doutrinas que se me figuram errôneas com respeito ao assunto de minha dissertação e que têm sido espalhadas por vários compêndios.

De fato, o termo *praepositio* dos latinos, *prothesis* dos gregos, não exprime com exatidão, como parece indicar, a colocação da preposição em relação à palavra regida nas línguas clássicas e, ainda menos, em algumas das línguas modernas, como o alemão e o inglês. Seria, por exemplo, erro em latim antepor *cum* aos pronomes *me, te, se, nobis, vobis*; e construções como

DOI: <https://doi.org/10.18364/rc.2023n64.1341>

*Texto integral transcrito, com atualização ortográfica, de Said Ali Ida, Manuel. **These de concurso á cadeira de alemão da Escola Militar da Capital Federal**. Rio de Janeiro: Companhia Typographica do Brazil (Antiga Typographia Laemmert), jan. 1893.

ii, quos inter erat, ou ainda *negotium, quo de agitur* não são das mais raras. *Versus e tenus* são por via de regra pospositivas.

Em grego, se é verdade que a preposição costuma colocar-se antes do caso, não é menos certo que esta regra falha muito em Homero, e que a construção usual da preposição *ἔνεκα*, quer em poesia quer em prosa, é depois da palavra regida, como neste exemplo: *τῆς ἰγυείας ἔνεκα χρώ μεδα τό Ιατρό*, por causa da saúde precisamos nós do médico. Há uma língua clássica onde casos semelhantes aos que acabamos de ver já não têm o caráter de exceção: é o sânscrito. Assim é que Delbrück nas suas *Investigações Sintáticas* crê poder afirmar que nessa língua *as verdadeiras preposições vêm regularmente depois do caso*.

Se das línguas antigas passarmos para as modernas, notaremos que a anteposição se verifica muito regularmente nas línguas românicas; porém, outro tanto não se pode dizer das línguas teutônicas. O inglês, por exemplo, não só pospõe a preposição à palavra regida, mas até a arreda, para o fim da frase, Palavras compostas como *wherein, hereby, therefore* podem servir de exemplo para o primeiro caso, e para o segundo as muito usuais frases: *the house I live in, the man you were speaking to*. Mas não é só em orações secundárias que essa construção se emprega. Exemplos de colocação de preposição no fim das orações principais se encontram nos melhores escritores ingleses. Assim lemos: *Irrationals all sorrow are beneath* (Young), *Washes of all kinds I had a natural antipathy to* (Goldsmith), *This rich fair town we make him lord of* (Shakespeare). Exemplos estes em que a palavra regida ocupa um extremo e a preposição o outro.

No alemão moderno é igualmente correto dizer-se: *meines Vaters wegen* como *wegen meines Vaters*; *meiner Meinung nach* como *nach meiner Meinung*. Ainda mais: as preposições *halber, entgegen, zuwider, gegenüber* são essencialmente pospositivas; como nestes exemplos: *Alters halber, mir entgegen, das ist mir zuwider*.

Os gramáticos que se preocupam com definir bem as partes do discurso não deveriam, pois, considerar como caráter das preposições a sua

colocação, mas sim o fato de se construírem com os casos, cujas relações, vagamente expressas pelos sufixos, elas tomaram a missão de especializar.

Eu não procuro dar uma boa definição, porque entendo que, não se podendo dizer onde uma função gramatical acaba e a outra começa, nenhuma definição gramatical está isenta de objeções.

A definição de Latham, por exemplo, - a preposição é uma palavra que se combina unicamente com os nomes e pronomes—é rejeitada por Bain, que a substitui pela seguinte: uma palavra que se prefixa a um nome ou pronome (ou equivalente) para fazer uma frase qualificativa ou adverbial. Mas a definição do professor de lógica de Aberdeen peca igualmente, porque a preposição nem sempre se prefixa.

Os casos pedidos em alemão pelas preposições são o genitivo, o dativo e o acusativo.

Com o genitivo se empregam as seguintes: *halb, halben ou halber, ausserhalb, innerhalb, oberhalb, unterhalb, kraft, laut, mittelst, (mittels) ou vermitteltst, diesseit, jenseit, statt ou anstatt, ungeachtet, unweit ou unfern, vermöge, während, wegen, um---willen, längs, entlang, trotz, zufolge*. sendo que as quatro últimas também se empregam com o dativo.

Pedem o dativo: *aus, ausser, bei, binnen, entgegen, gegenüber, gemäss, mit, nach; nächst, zunächst, nebst, samt, seit, von, zu, zuwider* e as antiquadas *inner, ob, ober*.

Pedem o acusativo: *durch, für, gegen (gen), ohne, sonder, um, wider*, e também *bis*, quando empregado como preposição.

Pedem ora o dativo, ora o acusativo, conforme se trata de lugar onde ou lugar para onde, as seguintes preposições: *an, auf, hinter, in, neben, über, unter, vor* e *zwischen*. *In e vor*, tratando-se de tempo, pedem só dativo.

Para estabelecer a teoria das preposições não é de interesse capital o estudá-las uma por uma debaixo do ponto de vista histórico. Referir, por exemplo, que a preposição *zu* teve no antigo alemão as formas *zi, za, zwo, ze* e que *auf* era *ûf* nada adianta, como d'aqui a pouco se verá, sobre a teoria da preposição, que constitui o assunto d'este trabalho. Além d'isso, a

honestidade manda que não faça praça de conhecimentos, para cuja exibição bastaria copiar o que se encontra em qualquer gramática didática um tanto desenvolvida como a de Heyse ou a de Becker.

O que aqui importa é fazer o estudo por grupos, e assim é que sem discordar na essência dos gramáticos alemães eu divido as preposições em *antigas e modernas*. Coincidem estas duas classes mais ou menos com a divisão geralmente aceita em *próprias e impróprias*.

Não se pode traçar, rigorosamente uma linha de separação entre as duas classes, porque estando, a meu ver, a linguagem em atividade constante, em continuo desenvolvimento, é natural que em todos os períodos d'esse desenvolvimento novas preposições se criassem. Dou, porém, o nome de preposições antigas a todas aquelas cuja origem apesar das investigações dos glotólogos, continua ainda a ser obscura.

É errônea ou pelo menos metafísica a teoria dos que pensam que as preposições antigas são provenientes de raízes pronominais. Como se demonstra essa origem, e que valor tem hoje perante a ciência a doutrina das chamadas raízes pronominais? Com referência às tais raízes Gabelentz na sua genial obra *Die Sprachwissenschaft, ihre Aufgaben, Methoden und bisherigen Ergebnisse*, publicada em 1891 em Leipzig, exprime-se assim: “muitos dos pontos mais importantes da etimologia indo-germânica são contestáveis, e opiniões que antigamente se aceitavam de boa-fé, são hoje em dia postas em dúvida. N'esse número está a divisão das raízes em pronominais ou formais e verbais ou materiais (*stoffliche*). Se essa distinção tivesse realmente existido primitivamente, então eu lembraria que o Romano, por exemplo, não sentiu nem *trans* como verbal, nem tão pouco *in, ob, ex* como pronominais, mas todas estas palavras igualmente como preposições, e o espanhol sente o seu *Usted=vuestra merced* tal qual o francês o seu *vous*.

O que porém não repugna acreditar é que as preposições de origem obscura se formassem da mesma maneira que se formaram as preposições cuja origem nos é fácil descobrir. Esta é a única explicação plausível das preposições antigas.

Examinemos, pois, as preposições modernas, e a teoria a que nos levarem os resultados da nossa a tarefa devemos acreditar que se possa estender às preposições antigas, desde que não se prove o contrário.

Um simples lance d'olhos sobre uma lista de preposições modernas dá-nos este primeiro resultado: elas provieram de palavras declináveis compreendidas em algum dos seguintes grupos:

1) substantivos em genitivo como *mittels, längs, angesichts, hinsichts, behufs, betreffs* etc.

2) substantivos sem vestígio de genitivo e provavelmente em outros casos, como: *kraft; laut, statt, wegen, um - willen, vermöge, dank* etc.

3) adjetivos e participios, como: *ungeachtet, während, nach, neben, seit, unweit, unfern* etc.

Em resumo, poderíamos dizer que as preposições foram primitivamente casos e como não se pode imaginar uma preposição sem um genitivo, dativo ou acusativo (em alemão), conclui-se que elas eram casos acompanhando e particularizando outros casos.

Mas que papel representavam originariamente os casos oblíquos na oração? Até onde chega a análise, pode-se dizer que construíam-se com o verbo e lhe serviam de objeto direto ou indireto. Pelas suas desinências exprimiam as relações de lugar onde, lugar d'onde e lugar para onde; mas pouco a pouco sendo empregados para exprimir outras relações também, foram perdendo de sua precisão.

Ora, desde que os casos oblíquos, além do desempenharem a função de objeto, exprimem também relações de lugar ou outras circunstancias, eles trazem em si o gérmen do advérbio. Isto explica a razão pela qual as antigas gramáticas portuguesas, querendo distinguir advérbio e complemento circunstancial, só conseguiam estabelecer maior confusão. Perante a lógica é tão adverbial a frase *n'este dia* como a palavra *hoje*.

Resulta d'aí que os casos podiam ter, ao lado da função de objeto, a de advérbio, e toda vez que esta segunda função se desenvolvia em prejuízo da primeira, a ponto de fixar-se uma construção nova e obliterar-se a significação

primitiva, operava-se uma diferenciação, e o caso - nome, pronome ou adjetivo na sua origem - tornava-se um perfeito advérbio¹. Os vestígios de casos ainda se notam nos advérbios latinos *statim*, *gradatim*, *modo*, *profecto* e inúmeros outros.

Isto posto, nós devemos retificar a conclusão a que havíamos chegado em relação à origem das preposições e exprimir-nos assim: elas originam-se indiretamente dos casos, mas diretamente dos advérbios e locuções adverbiais.

É esta a doutrina hoje corrente, e confirmada por Delbrück em relação ao sânscrito. De fato, o autor das *Investigações Sintáticas* diz que n'essa língua “se demonstra perfeitamente que o caso se construía a princípio com o verbo, ao qual verbo se ligava intimamente a chamada preposição, e só mais tarde e gradativamente é que se desenvolveu uma relação mais estreita entre o caso e a preposição.

A palavra que tem afinidade pelo verbo não se deve chamar preposição, mas sim advérbio, e é só quando essa união começa a afrouxar-se, sendo o advérbio atraído pelo caso, que esse advérbio diferenciado merece o nome de preposição. E' em virtude d'essa atração que em português a palavra *durante*, embora proveniente em última análise de um particípio, já não se pode considerar senão como preposição. No estado atual da nossa língua não se pode imaginar o vocábulo *durante* sem ser acompanhado de um nome ou pronome.

Quando se toma por base de classificação a função, deve-se considerar sempre a função atual, e muitas vezes sucede ter a mesma palavra mais de uma função. Assim *for* em inglês pode ser preposição, advérbio e até conjunção. Em alemão a maior parte das preposições antigas conservaram ainda a função adverbial.

1 [Nota do editor] No original está “e o caso, nome pronome ou adjetivo na sua origem, tornava-se um perfeito advérbio”. Optamos por esta pontuação para maior clareza do texto.

Esta última parte do meu estudo poderia ser desenvolvida, porém n'este caso eu teria de tratar não já da teoria da preposição, mas da teoria do advérbio e dos prefixos. Talvez fosse preciso tratar também da conjunção e das partículas em geral.

Harto se poderia estender quem sobre a matéria quisesse escrever um livro; mas nos modestos limites d'esta tese não tem cabida o assunto, que demais a mais é estranho ao ponto.

Língua e literatura alemãs de 1500 a 1785

No século da reforma o centro de todo o movimento intelectual da Alemanha foi o vulto imponente de Lutero. De 1517 a 1530 na literatura alemã domina exclusivamente a reforma, e é tanto só na segunda metade do século que se observam algumas manifestações artísticas.

O grande reformador tem o incontestável mérito de haver criado a atual língua escrita alemã, o novo alto alemão, com a tradução e vulgarização da Bíblia. Havendo uma infinidade de dialetos e querendo Lutero que a sua obra fosse acessível a toda a nação, preferiu empregar uma linguagem de chancelaria. São estas as suas próprias palavras: “Eu não emprego para o alemão uma língua determinada, especial e particular, mas sirvo-me da língua alemã comum, para que me possam compreender tanto os povos da região alta como os da região baixa (beide Ober- und Niederländer); eu falo segundo a *chancelaria saxônia*, a qual seguem todos os príncipes e **reis** da Alemanha. Todas as cidades imperiais e cortes de príncipes escrevem segundo a chancelaria do nosso príncipe saxônio; é portanto esta a língua alemã mais comum”.

Mas Lutero não se limitou a servir-se dessa linguagem; deu-lhe ainda a vida e a energia de que ela precisava para tornar-se um bem comum de inapreciável valor para a nação que mais tarde se podia ufanar de um Goethe, cujas obras hoje todo alemão lê, porque estão escritas na língua de todos.

Dentre os escritores que viveram no século XVI destacam-se ainda Hans Sachs e Johann Fischart, os quais ao mesmo tempo foram estrênuos defensores das doutrinas de Lutero. O primeiro, de índole sempre jovial e filho do povo, foi mestre cantor, precursor ou talvez fundador do drama mundano alemão e distinguiu-se notavelmente no conto popular em forma poética. O segundo com as suas produções literárias enriqueceu maravilhosamente a língua escrita, criando uma infinidade de vocábulos.

Satírico notável, dotado de um espírito robustíssimo, Fischart aliava à sua grande probidade e firmeza de caráter, conhecimentos vastíssimos para aquela época. Conhecia bem os clássicos, a literatura francesa, assim como a velha literatura pátria, e estava bem ao par de todas as manifestações da vida alemã, do que dão sobeja prova as suas numerosas obras. Distingue-se entre estas a sua colossal - *Affentheuerliche und ungeheuerliche Geschichtschrift von Leben, Rathen und Thaten der vor langen weilen vollenwolbeschreiten Helden und Herren Grandgusier, Gargantoa und Pantagruel* - publicada pela primeira vez em 1575. É um poço inesgotável de palavras novas, pela primeira vez empregadas por Fischart, e no seu gênero obra única na literatura alemã. Tal é a riqueza de termos novos, que a leitura desse livro chega a tornar-se difícil. O autor combate aí o idealismo exagerado e o romantismo aristocrático, opondo-lhes a naturalidade e o bom senso, a singeleza e até a rudeza plebeias, e ao mesmo tempo torna-se paladino do progresso intelectual.

Ao século de Lutero, tão prometedor de novos horizontes, segue-se infelizmente um período de profundo abatimento e de lutas. Com a guerra dos trinta anos o nível moral e intelectual desce ao ponto mais baixo a que jamais desceu nos anais da história. A nação perde a consciência de si e o povo se embrutece. Estes acontecimentos produziram naturalmente a decadência profunda da literatura. No começo do século XVII aparecem apenas as chamadas *sociedades de linguagem*, que só serviram para manifestar a superficialidade e o pedantismo dos eruditos e dos nobres, membros delas. A primeira, fundada em 1617 no castelo Hornstein, com o título de *Sociedade Frutífera* (ordem da Palmeira), limitava-se a purificar a linguagem, mas

nem isso conseguiu. Tão infrutíferas, ou mais ainda, foram a *Sociedade do Pinheiro*, a *Ordem do Cisne do Elba* e outras.

A melhor delas foi talvez a *Ordem das Flores*, que procurava imitar a literatura italiana.

Não devemos, entretanto, deixar no olvido o nome do silesiano Martin Opitz. Não que as suas poesias tivessem grande merecimento, pois faltava-lhe imaginação, vigor e sentimento poético; mas a literatura deve-lhe ter criado a forma artística que com tanta perfeição foi mais tarde empregada por Klopstock no seu *Messias*.

Com a sua falsa orientação de que “toda poesia deve ser útil e instruir”, Opitz tornou-se o pai de uma escola erudita—a primeira escola silesiana. Não me permite o espaço narrar os meios pouco decentes de que ele se utilizou para alcançar a fama.

O seu contemporâneo Paul Fleming, conquanto tivesse mais inspiração, não foi tão festejado e morreu quase esquecido. À medida que ia desaparecendo o verdadeiro sentimento poético, firmava-se como princípio a poesia erudita, e esta manifesta-se em todo o seu esplendor, se assim se pode dizer, nos poetas da segunda escola silesiana. É Hoffmann von Hoffmannswaldau quem, procurando imitar a linguagem alambicada, mas por vezes agradável, de Marini, só consegue transplantar para a literatura alemã a retórica oca do marinismo. Um outro escritor, Lohenstein, leva esta tendência ao último grau. A sua linguagem bombástica tornou-se simplesmente proverbial na Alemanha. E como se não bastasse o seu estilo culto, adicionou-lhe uma boa dose de descrições imorais e estercoreosas, que estão a pedir meças ao moderno naturalismo.

Enfim, a poesia, manuseada pelos eruditos: e pelos lisonjeiros espertos, tinha-se convertido em instrumento com que se alcançavam renome e posição.

Foi o século XVIII, o século de Frederico, o Grande, a época a que estava fadado dissipar pouco a pouco as trevas em que jaziam a nação e a literatura alemãs. Entre os precursores da nova era cintilam com raro esplendor

Haller e Hagedorn. O primeiro, um dos maiores doutos de todos os tempos, distingue-se não só como escritor científico sobre medicina e botânica, mas também como poeta, romancista e historiador, e escreve um poema didático (*Os Alpes*), onde se encontram belíssimas descrições da natureza alpina, que revelam uma alma de poeta cheia de inspiração.

Hagedorn, de índole boa e jovial, tomando por modelo sobretudo os escritores franceses elegantes, publica pequenas poesias, fábulas e contos, e introduz na literatura alemã a graça e a delicadeza de sentimento.

Mas não se mudam em um momento tradições desenvolvidas e transmitidas de uma geração a outra durante o período de um século. É por isso que Gottsched (1705—1766), contemporâneo e quase coetâneo daqueles dous escritores (Haller e Hagedorn nasceram ambos em 1708), consegue ainda tornar-se ditador do bom gosto, até que uma tempestade formidável o derruba do seu elevado posto. Este movimento revolucionário partiu de Zurich e teve Bodmer e Breitinger por autores.

Não é, porém, aos suíços que cabe a imorredoura glória de haver lançado as bases da literatura clássica. Bodmer, como Gottsched, era falto de inspiração, e só podia ser um reformador teórico. As regras que pretendia estabelecer eram, como as do ditador de Leipzig, preconcebidas. Foi um espirito irrequieto como o de Lessing (1729-1781), que não podia filiar-se a escola alguma e que, buscando unicamente a verdade, reuniu um tesouro opulentíssimo de conhecimentos, quem conseguiu enfim acender o facho luminoso que alumiou a senda por onde deviam trilhar os jovens talentos. Lessing foi crítico notabilíssimo, mas ao mesmo tempo precedeu a literatura moderna com o verdadeiro exemplo, escrevendo a comédia *Minna von Barnhelm*, a tragédia *Emilia Galotti* e outras obras que só por si bastariam para imortalizá-lo.

Por esta época, tão fecundada pelas novas luzes, aparece um poema verdadeiramente genial. É o *Messias* de Klopstock (1724-1803).

Contrastando singularmente com a religiosidade e o estilo sublime do autor do *Messias*, Wieland (1733-1813), poeta epurista, mas nem por isso

menos notável, traduz as obras de Shakespeare, e entre outras muitas joias lega à sua nação o lindíssimo poema *Oberon*, publicado pela primeira vez em 1780.

Seguindo a orientação de Lessing e aliando às novas ideias desse espírito livre e consciencioso em crítica os resultados a que chegara Hamann, o mago do Norte, Herder por sua vez alargou grandemente os horizontes da literatura,

Hamann admitia que o poeta já nascia poeta, e que só se devia considerar verdadeira poesia aquilo que vem como que inconscientemente de uma natureza poética inata, assim como as palavras do profeta partem do vidente inspirado por Deus.

Esta teoria deu um novo aspecto ao movimento revolucionário. Começou-se a desprezar ou, antes, a atacar todas as leis tradicionais e todas as regras de estética, dirigindo-se a atenção para a poesia primitiva, a canção popular, para Homero, Ossian e Shakespeare. “Procurou-se no próprio domínio da poesia e da arte aquele dom que não construía obras penosas seguindo preceitos e regras, mas que de uma assentada evocava criações que em si próprias traziam as próprias leis. Esse dom chamava-se *gênio*; a sua criação devia, como ele, ser natural e *original*. *Genialidade e originalidade* eram a senha da época; e ao passo que anteriormente se cerceava o livre voo do espírito e da imaginação pelos estreitos limites da convenção e só se considerava como poesia o que girava dentro das formas e das leis tradicionais, passou-se nesse período do *assalto* e do *ataque* para o extremo oposto, encontrando-se prazer² no que não obedecia a regra alguma e dando-se importância ao desprezo da moral convencional e contando-se muitas vezes as excrescências de uma imaginação desregrada como produtos do gênio”.

Nessa quadra de fermentação naufragaram vários talentos, porém os mais robustos saíram vitoriosos, chegando à meta desejada.

2 [Nota do editor] No original, “encontrando se prazer”, por erro óbvio.

A primeira fase de Schiller, em que ele escreve os *Salteadores* (1781), o *Fiesco* (1783) e *Cabala e Amor* (1784), dá bem ideia daquele movimento.

São também do período do assalto e do ataque o *Gæts* (1773) e o *Werther* (1774) de Gæthe.

Proposições

Português

Analogias e diferenças entre as línguas portuguesa e alemã

I

Os prefixos dos verbos compostos em português não se podem separar e arredar para o fim da oração como sucede em alemão com os **prefixos** dos verbos separáveis.

II

Tanto em português como em alemão forma-se a voz passiva analiticamente: **em português com o auxiliar *ser***, em alemão **com o auxiliar *werden* (tornar-se)**.

III

O alemão conhece mais modos de exprimir o sujeito indeterminado do que o português.

IV

A forma de polidez para a pessoa com quem se fala pede em português o verbo na terceira pessoa do singular, em alemão usa-se a terceira pessoa do plural.

V

Colocar o adjetivo atributivo antes do substantivo é usual em alemão e ocasional em português.

VI

O adjetivo predicativo n'uma d'essas línguas é indeclinável, e na outra concorda com o sujeito.

VII

A vogal de uma sílaba acentuada alemã pode ser breve ou longa independentemente da consoante seguinte. Outro tanto não se pode dizer da vogal da sílaba acentuada de qualquer palavra portuguesa.

VIII

Com respeito às formas sintéticas, o português é paupérrimo ao lado da declinação alemã; por outro lado, porém, na conjugação de um verbo teutônico encontram-se muito menos formas do que na de um verbo português.

IX

A língua portuguesa não conhece o *Umlaut*, tão frequente em alemão, nem o *Ablaut* dos verbos fortes.

X

Com o tesouro da língua viva o alemão pode formar palavras novas, mesmo para a linguagem científica. O português recorre para o mesmo fim a duas línguas mortas: o latim e o grego.

Francês

Sintaxe comparada das orações francesa e alemã

I

A oração principal na forma afirmativa tem construção tradicional semelhante nas línguas francesa e alemã, desde que o verbo esteja em tempo simples e não haja advérbio no princípio.

II

Na mesma oração, se o tempo for composto, o francês tem o verbo principal junto ao auxiliar, ao passo que o alemão coloca o particípio ou o infinito no fim da oração.

III

O advérbio no princípio da oração principal não influi na construção francesa, mas em alemão requer a chamada construção inversa.

IV

O mesmo sucede se a oração principal for precedida de uma oração adverbial (ou substantiva) a ela subordinada.

V

Para a oração subordinada alemã emprega-se, com poucas exceções, a chamada construção transposta, enquanto que em francês a construção dessa oração não difere da oração principal.

VI

Orações interrogativas com o pronome pleonástico como *le livre est-il bon?* não são usuais em alemão.

VII

Em francês o particípio passado conjugado com *être* e, em certas condições, com *avoir* varia de em gênero e número; em alemão nos mesmos casos ele conserva-se invariável.

VIII

O gerúndio francês admite a preposição *en*, mas o gerúndio alemão não admite preposição alguma.

IX

Em alemão só o adjetivo atributivo se declina; em francês tanto o atributivo como o predicativo são variáveis em gênero e número.

X

A negação francesa *ne-pas* não tem a mobilidade da negação alemã *nicht*, com que se obtêm vários matizes de pensamento.

Inglês

Em que consiste a incontestável riqueza e a inegável pobreza da língua inglesa

I

A língua inglesa é muito pobre em formas sintéticas, mas esta pobreza é compensada pelas formas analíticas.

II

A falta quase completa de desinências pessoais torna a língua inglesa mais lógica e mais prática do que aquelas que, tendo essas desinências, não dispensam os pronomes sujeitos.

III

O fato de serem as vogais acentuadas ora breves ora longas (cientificamente falando), por si só basta para tornar o vocalismo inglês muito mais rico do que o vocalismo português.

IV

Os sons *l*, *r*, *n* encontram-se constantemente de funcionando não só como consoantes, mas ainda como soantes.

V

O presente e o pretérito enfático obtém-se simplesmente com um auxiliar.

VI

Opulentíssimo é o vocabulário inglês, cujas fontes principais são o francês-normando e o anglo-saxão.

VII

Este vocabulário goza de grande vitalidade e embora muitas vezes as duas fontes forneçam ao mesmo tempo duas palavras para a mesma ideia, como *freedom e liberty*, não se pode dizer que uma delas seja pouco usada.

VIII

Comparada com o alemão e o grego, a língua inglesa é pobre em partículas de realce.

IX

A forma progressiva é uma riqueza no inglês, que não se encontra em muitas outras línguas, nem mesmo no alemão.

X

A verdadeira terminação do participípio presente, que era *end*, desapareceu, e foi substituída por *ing*, um sufixo que servia para formar substantivos.

COLABORADORES DESTE NÚMERO

ALEXANDRA MARIA DE CASTRO E SANTOS ARAÚJO é doutora em Linguística (UFC) e professora efetiva no curso de Letras da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA, Sobral – CE), atuando, também, no PARFOR. Coordeno o Grupo de Estudos Francês/Português Língua Estrangeira e Materna (GREFPLEM) e integro os grupos GESLA/SOCIOLIN-LE/Línguas & Histórias (UFC). Coordeno o Grupo de Estudo FLEUVA (Francês Língua Estrangeira da Universidade Estadual Vale do Acaraú. Sou professora permanente do Mestrado Profissional em Letras (ProfLetras/UFC).

ALÉXIA TELES DUCHOWNY é doutora em Linguística pela Universidade Federal de Minas Gerais (2007), com estágio na Hebrew University of Jerusalem; Mestre em Letras - Linguística pela Universidade Federal de Minas Gerais (2000); Licenciada em Letras - Francês pela Universidade Federal de Minas Gerais (1996). Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Linguística, atuando, principalmente, nas áreas de Linguística histórica, Filologia românica, Paleografia e Crítica textual. Professora associada da área de Estudos diacrônicos da Faculdade de Letras da UFMG.

ANTÔNIO AÍLTON FERREIRA DE CERQUEIRA é doutorando no Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Piauí. É mestre em Letras, especialista em Imagem e Publicidade e graduado em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade Federal do Piauí. Atualmente é jornalista do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí

(IFPI) e membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Análise do Discurso (NEPAD), da Universidade Federal do Piauí.

BRUNO LOPES DE ALMEIDA é graduando em Licenciatura em Letras com Língua Inglesa pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Bolsista de Iniciação Científica (CNPq, 2020-2021), sob a orientação da Profa. Dra. Zenaide de Oliveira Novais Carneiro. Integra as equipes do Projeto Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão (CE-DOHS/UEFS) e do Programa Para a História da Língua Portuguesa (PROHPOR/UFBA).

CÉSAR NARDELLI CAMBRAIA possui graduação em Letras (Português-Alemão) pela Universidade Federal de Minas Gerais (1992), mestrado em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (1996), doutorado em Filologia e Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo (2000) e pós-doutorado em Linguística Românica na Universitat de Barcelona (2010) e em Léxico e Terminologia na Universidade de Brasília (2020). Atualmente é Professor Titular de Filologia Românica na Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais e tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Linguística Românica e Crítica Textual, atuando principalmente nos seguintes temas: estudo histórico e comparado de morfossintaxe de línguas românicas em uma perspectiva tipológico-funcional, lexicologia sócio-histórica e edição de textos românicos antigos. É bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq.

EVANDRO LANDULFO TEIXEIRA PARADELA CUNHA possui graduação em Letras (Português-Italiano) pela Universidade Federal de Minas Gerais (2010), mestrado em Ciência da Computação pela Universidade Federal de Minas Gerais (2012), especialização em Linguística Forense pela Universidade do Porto (2018), doutorado (em cotutela) em Linguística pela Universiteit Leiden e em Ciência da Computação pela Universidade Federal de Minas Gerais (2020) e pós-doutorado em Ciência da Computação na Universidade Federal de Minas Gerais (2021). Atualmente é Professor Adjunto de Língua Italiana e Linguística Aplicada na Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas

Gerais e tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Linguística Computacional e Quantitativa, atuando principalmente nos seguintes temas: modelagem e simulação computacional da variação linguística, linguística forense computacional e linguística de corpus diacrônica.

FERNANDA CAMARGO AQUINO é doutora em Letras: Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Possui mestrado em Letras: Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, graduação em Letras Português/Inglês pela Universidade de Araras - Unar (2021) e graduação em Comunicação Social - habilitação em Jornalismo pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Unesp/FAAC (2003).

HELLEN FERREIRA DA S.A. SANTOS é mestranda em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Já atuou como professora em diversas escolas públicas e particulares, atualmente atua como assistente social do Cras Maria Felix da Silva- Lourdes. Recentemente concluiu a especialização em Docência em Ensino fundamental, médio e superior na Instituição FAEC/Instituição: Instituto de Ensino São Francisco-IESF/FAEC/UNIJALES.

JEFFERSON EVARISTO é professor de língua portuguesa na UERJ, atuando no PGLetras e no PPLIN/FFP. Procientista da UERJ e Jovem Cientista do Nosso Estado (FAPERJ), é coordenador da disciplina de "Crítica Textual" no curso de Letras (UFF) do CEDERJ e coordenador do subprojeto de língua portuguesa do Programa Residência Pedagógica da CAPES. Pós-doutor em língua portuguesa pela UPM, doutor em língua portuguesa pela UERJ e em letras neolatinas (língua italiana) pela UFRJ.

JOÃO BENVINDO DE MOURA é graduado em Letras-Português, com especialização e mestrado em Linguística pela UFPI; doutorado e pós-doutorado em Linguística pela UFMG. Docente da Graduação e Pós-Graduação em Letras da UFPI; vice-diretor do Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL/UFPI), editor da revista Form@are (PARFOR/UFPI).

Pesquisador e fundador do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Análise do Discurso (NEPAD/UFPI/CNPq).

JÚLIA MARIA COUTO DA COSTA é Graduada em Letras português/francês (licenciatura) na Universidade Federal de Minas Gerais.

JUSSARA ABRAÇADO é professora titular de Linguística da Universidade Federal Fluminense. É editora associada da revista Gragoatá, desde 2018. Sua formação inclui Mestrado em Linguística pela Universidade Federal de Minas Gerais, sob a orientação do Prof. Dr. Marco Antônio de Oliveira; Doutorado em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, sob a orientação da Profa. Dra. Cecília Mollica; e realização de estágios de pós-doutoramento em Linguística Cognitiva: na Universidade Católica de Braga, sob a supervisão do Prof. Dr. Augusto Soares da Silva, e na Universidade Federal de Juiz de Fora, sob a supervisão da Profa. Dra. Margarida Salomão. É membro do Grupo de Investigação “Linguagem, cognição e sociedade”, cadastrado na Fundação para Ciência e Tecnologia (FCT) de Portugal e atua na coordenação dos Grupos de Pesquisas Galego e Português - que reúne pesquisadores brasileiros (da Universidade Federal Fluminense e da Universidade Federal do Rio de Janeiro) e espanhóis (da Universidade de Santiago de Compostela) e de Estudos Linguísticos sobre o português em Uso (PorUs), integrado por pesquisadores da UFF, USP, UFES e UESB. É coordenadora do Projeto Gramática do Português da Associação de Linguística e Filologia da América Latina (ALFAL), que reúne pesquisadores brasileiros e estrangeiros dedicados ao estudo da língua portuguesa. Desenvolve pesquisas na linha teórica da Linguística Cognitiva, com ênfase na interface entre Linguística Cognitiva e Sociolinguística, atuando principalmente nos seguintes temas: tempo e modalidade, vozes verbais e ordem de palavras

LAILTON FERREIRA SOUZA é graduado em Letras - Português pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (2021), assim como é Técnico em Meio Ambiente pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE - Campus Sobral - 2016) e experiência na área de Letras.

LETÍCIA JOVELINA STORTO cumpre estágio de pós-doutorado em Linguística Aplicada na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC), sob supervisão da Profa. Dra. Elisabeth Brait. Possui pós-doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG (2019, bolsista CAPES), sob supervisão do prof. Dr. Gilmar Cruz. Possui doutorado (2015, bolsista CAPES) e mestrado (2010, bolsista CAPES) em Estudos da Linguagem pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), sob orientação do Prof. Dr. Paulo Galembeck. É professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Ensino (PPGEN) e do Mestrado Profissional em Letras (ProfLetras), ambos da UENP. Pesquisadora dos Grupos de Pesquisa (CNPq) Norma Urbana Culta, de São Paulo - NURC/SP (USP), Diálogos Linguísticos e Ensino - DIALE (UENP-líder) e Estudos de Língua Falada - ELIFA (UFMS). Participa do Laboratório Brasileiro de Oralidade, Formação e Ensino - LABOR. Participa do Laboratório Integrado de Letramentos Acadêmico-Científicos - LILA (IES do Paraná). Realiza pesquisas a respeito de oralidade e seu ensino, gêneros discursivos orais e do discurso religioso. É a editora de comunicação social da Revista Bakhtiniana (Qualis A1).

LUISA DOMÍNGUEZ es licenciada en Letras Modernas por la Universidad Nacional de Córdoba y doctora en lingüística por la Universidad de Buenos Aires. Actualmente se desempeña como becaria posdoctoral de CONICET y como profesora asistente en el Seminario de Variación Lingüística de la Facultad de Filosofía y Humanidades de la Universidad Nacional de Córdoba. Su tema de investigación atiende a la historiografía sobre lenguas indígenas en Argentina durante el siglo XX.

MARCILENE DA SILVA NASCIMENTO CAVALCANTE é doutora em Estudos de Linguagem pela Universidade Federal Fluminense em Niterói - RJ (2021); Mestre em Estudos Amazônicos pela Universidade Nacional da Colômbia - Sede Amazônia-Letícia, na área de História e Cultura Amazônicas (2011); título reconhecido pela Universidade Federal do Pará em 15 de outubro de 2014 - Res.: N. 4.578 CONSEPE; especialista em Tecnologia Educacional pela Universidade Federal do Amazonas (2004); licenciada em Letras: Língua

e Literatura Portuguesa pela Universidade Federal do Amazonas (1995). Atualmente é professora Adjunto II da Universidade Federal do Amazonas - Sede Instituto de Natureza e Cultura em Benjamin Constant (desde 2006). Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Língua Portuguesa e Sociolinguística.

MARIANA FAGUNDES DE OLIVEIRA LACERDA é doutora em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), em 2009, com estágio de doutoramento no Centro Linguístico da Universidade de Lisboa (CLUL/CAPES). Pós-Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem (PPGEL) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), em 2019. Na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), onde é Professora Titular, coordena o Núcleo de Estudos de Língua Portuguesa (NELP) e o projeto Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão (CE-DOHS/FAPESB) e é coeditora da revista *A Cor das Letras*. Membro do Projeto Nacional para a História do Português Brasileiro (PHPB), do Programa para a História da Língua Portuguesa (PROHPOR/UFBA) e da Comissão Científica Internacional do Projeto Pombalia – Pombal Global.

PIERRE SWIGGERS est Directeur de recherche au FWO belge (Fonds flamand de la recherche scientifique) et professeur de linguistique générale et romane aux universités de Leuven (KULeuven) et de Liège (ULiège). Il a publié dans divers domaines : historiographie et épistémologie de la linguistique, linguistique descriptive et historico-comparative, philosophie du langage, sémiotique. En historiographie de la linguistique, il s'est intéressé à des questions de « métahistoriographie », à l'évolution des conceptions et des pratiques en grammaticographie et en lexicographie, à l'histoire de la terminologie linguistique, à l'insertion culturelle et idéologique de concepts et de démarches linguistiques.

RENATO AUGUSTO RITTO é bacharel em Comunicação Social com ênfase em Editoração pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.

SILVANE APARECIDA DE FREITAS cumpriu estágio de pós-doutorado em linguística Aplicada pela Unicamp de Campinas. Doutora em Letras pela Unesp/Assis. Docente sênior do mestrado em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, unidade de Paranaíba.

TAINÉ DO ROSÁRIO é graduanda em Letras pela Universidade Estadual de Feira de Santana.

THIAGO MIO SALLA é doutor em Ciências da Comunicação e em Letras pela Universidade de São Paulo. Enquanto docente e pesquisador da Escola de Comunicações e Artes da USP e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa da FFLCH/USP, dedica-se às áreas de Literatura Brasileira, Teorias e Práticas da Leitura, Linguística Aplicada e Editoração.

VANESSA HAGEMEYER BURGO possui pós-doutorado em Inglês: Estudos Linguísticos e Literários pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), doutorado e mestrado em Estudos da Linguagem pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). É professora associada do Curso de Letras e professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGLetras) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), campus de Três Lagoas. É líder do Grupo de Pesquisa “Estudos da Língua Falada” e coordenadora do projeto de pesquisa “Texto falado e interação verbal sob a perspectiva da Análise da Conversação nas línguas portuguesa e inglesa”. Tem experiência na área de estudos linguísticos, com ênfase em língua inglesa. Realiza pesquisas nos seguintes temas: Análise da Conversação, Linguística Aplicada, Interação Verbal, Interação em Contextos Forenses, Marcadores Discursivos, Procedimentos de Preservação da Face, Polidez e Atenuação.

ZENAIDE DE OLIVEIRA NOVAIS CARNEIRO é doutora em Linguística (2005) e Pós-Doutora em Linguística de Corpus (2010) pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Atualmente é Professora Plena da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), onde coordena o projeto Corpus

Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão (CE-DOHS/FAPESB).
Integra a equipe de pesquisadores do Projeto Nacional para a História
do Português Brasileiro (PHPB), do Programa para a História da Língua
Portuguesa (PROHPOR/UFBA) e a Comissão Científica Internacional do
Projeto Pombalia – Pombal Global

